DANIEL CAMURÇA CORREIA

# MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO SUL DE MINAS GERAIS (1810-1888)

Programa de Estudos Pós-Graduados em História: Doutorado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2011

DANIEL CAMURÇA CORREIA

# MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO SUL DE MINAS GERAIS (1810-1888)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de doutor em História do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, sob orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2011

DANIEL CAMURÇA CORREIA

# MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO SUL DE MINAS GERAIS (1810-1888)

Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

São Paulo

2011

Dedico este trabalho ao Artur, sobrinho e afilhado querido.

# AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a Capes pelo financiamento do projeto de pesquisa, sem a qual esta pesquisa não seria concluída.

Aos ex-professores do Curso de História da UFC, Fred, Funes e Meize, por serem, a revelia da distância e do tempo, meus verdadeiros mestres. Obrigado por serem meus leitores imaginários.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, que constantemente, dentro e fora da sala de aula, contribuíram com novos olhares sobre as fontes e as bibliografias.

À Profa Dra Maria do Rosário da Cunha Peixoto, pela orientação constante e presente. Sua presença e compreensão serviram de verdadeiro porto seguro em meio aos desafios da história e do ofício do historiador.

Aos professores doutores Aurelino Filho e Olga Brites, pela avaliação criteriosa na banca de qualificação. Suas leituras me apontaram novas perspectivas sobre o tema, contribuindo para o aprimoramento e compreensão constante das ações dos sujeitos do passado e do presente.

Aos meus colegas de doutoramento, sempre com temas diversos e inquietações constantes, trazendo nível às discussões em sala de aula.

Aos profissionais do Arquivo da Cúria de Pouso Alegre, os quais me receberam de portas abertas, permitindo os primeiros acessos às Minas Gerais.

Aos profissionais dos Arquivos Paroquiais das cidades de Bom Retiro, Silvianópolis, Campanha e Paraisópolis, os quais me permitiram o acesso aos documentos cartoriais.

Aos profissionais do Arquivo Público do Estado de Minas Gerais, que tiveram paciências com minhas perguntas, ajudando a desbravar e conhecer as fontes mineiras.

Ao padre Juliano e demais colegas da Faculdade Católica de Pouso Alegre, pela oportunidade profissional e pelas dicas sobre a cultura católica mineira.

Aos alunos e professores da Universidade do Vale do Sapucaí, pelos primeiros contatos com a cultura mineira, indagando e questionando sempre meus olhares, propiciando novos aprendizados.

Aos estudantes bolsistas do Laboratório de Documentação Cartorial da Universidade do Vale do Sapucaí, que proporcionaram momentos de discussão e análise das fontes cartoriais católicas em Pouso Alegre. Sem o trabalho dedicado deste grupo, jamais teria conseguido levantar a documentação apresentada neste texto.

Aos colegas da Universidade Cruzeiro do Sul, que permitiram novos olhares sobre a realidade do sudeste do país. Obrigado por revelarem este quebra-cabeça.

Ao José Carlos, Janete Mendonça, Maria José Guerra, Rodrigo Medina e Andrea Borelli. Verdadeiros amigos no mundo do trabalho. Obrigado pela amizade durante os tempos de doutoramento.

Ao Aldo Ricardo, o paciente instrutor de direção. Você estava certo, meu amigo, o ponto não existe! Obrigado.

Ao Vanderley, amigo verdadeiro e condutor fiel. Obrigado pelos bate-papos calorosos em meio aos descaminhos de São Paulo.

Ao Lino, Dani, Jade, Lininho e Manu, pela paciência e amizade. Sem vocês jamais teria conseguido superar os desafios de viver em Pouso Alegre. Obrigado por serem meu torniquete espiritual.

À Rita e Alex, pelos churrascos, acampamentos e passeios de fins de semana. Sem a amizade de vocês jamais teria conseguido ver as peculiaridades dos mineiros. Obrigado pela recepção diária e amizade eterna.

Ao Paulo Araújo e Adriana, pelo carinho constante, bate-papos acadêmicos e filosóficos, pelos cafés da tarde e vinhos da noite. Sem vocês não conseguiria rever e indagar as peculiaridades de minha pesquisa.

Ao José Ferreira, Luiza, Juliana por estes dez anos de amizade, paciência e apoio constante. Graças a vocês estou concluindo mais uma etapa importante. Obrigado por serem o porto seguro dos errantes.

Ao Felipe, o amigo de todas as horas. Obrigado pelo suporte técnico, apoio lingüístico, risadas televisivas, piadas e passeios. Aprendi muito com você.

A Ana Carla, amiga inseparável e irmã verdadeira. Obrigado pelas manhãs recheadas de tapiocas e noites regadas a vinho do porto. Viver em São Paulo foi desafiador, mas suas visitas trouxeram mais cores aos meus estudos. Sem você, jamais seria um historiador.

À Dona Ida, pelos conselhos e orientações nas tardes de sábado. Obrigado.

Ao José Correia, Célia Maria, Dani, Correia Neto e Diovanna. Obrigado por serem o início de tudo. O tempo é uma abstração, mas a distância é real.

Aos meus sobrinhos, Maria Isabel, João Felipe, Demosthenes, Davi e Artur. Distantes durante o dia, próximos durante a noite.

À todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente com esta jornada.

*Me espera no portão prá você ver*
*Que tô voltando prá casa me vê*
*Que tô voltando prá casa outra vez.*
Lulu Santos

# RESUMO

Este trabalho visa analisar a construção das famílias escravas no sul de Minas Gerais, compreendidas entre as décadas de 1810 a 1880. Este período é marcado pela "memória urbana" das principais cidades do baixo Vale do Sapucaí, como isento da presença escrava, principalmente pela benevolência dos senhores agricultores da época. Com farta e inédita documentação eclesiástica foi possível repensar esta imagem. Utilizando Autos de casamento, batismo e óbito, bem como os registros de correspondências expedidos e enviados pela presidência da província foi localizada uma pluralidade de realidades familiares, na qual os cativos estavam presentes, vivendo e sobrevivendo na complexa teia da realidade sul-mineira, abrindo possibilidades de novos olhares sobre a memória e resistência de homens, mulheres e crianças, forras ou escravas, em tempos de escravidão.

**Palavras-chave:** Famílias escravas, memória, resistência.

# ABSTRACT

This work aims analyze the construction of slave families in southern Minas Gerais, between the decades from 1810 to 1880. This period is marked by the "urban memory" of the major cities of the baixo Vale do Sapucaí, as exempt of the presence slave, mainly by the benevolence of the agriculturists of that epoch. With plentiful and unpublished ecclesiastical documentation was possible rethink this image. Using marriage, baptism and death certificates, as well as records of correspondence issued and sent by the presidency of the province was located a plurality of family realities, in which the captives were present, living and surviving in the complex web of the reality of south Minas, opening up possibilities for new perspectives on memory and endurance of men, women and children, free or slaves, in slavery times.

**Keywords**: Slave families, memory, resistance.

# SUMÁRIO


**INTRODUÇÃO** 11

**CAPÍTULO 1 – NAS CORRENTES DA MEMÓRIA** 30

1.1 Negras comarcas do Sapucahy 30

1.2 Brancas memórias de negros 45

1.3 O drama de Zeferino e Maria Rita 57

**CAPÍTULO 2 – O VALOR DA SEPARAÇÃO** 68

2.1 Nos rastros das "escripturas" 68

2.2 Venda e troca de famílias 83

**CAPÍTULO 3 – AS ESQUECIDAS CRIANÇAS DE 1871** 91

3.1 As Associações devem comprar as crianças 92

3.2 Poucos livros, muitas separações 94

3.3 Registros dos libertos, reconstrução das famílias 99

**CAPÍTULO 4 – FAMÍLIAS ESCRAVAS E CULTURA RELIGIOSA** 112

4.1 A cultura religiosa oitocentista 112

4.2 Nos rastros dos primeiros passos 123

4.3 Uniões cativas, desagregações católicas 134

4.4 Famílias por meio da morte 155

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

FONTES 164

BIBLIOGRAFIA 171

ANEXOS 179

# INTRODUÇÃO

Em 1833, na cidade de São José das Formigas – atual Paraisópolis –, pertencente ao Distrito de Pouso Alegre, casou-se o escravo africano Antonio Congo com Thereza de Nação Mina, ambos pertencentes a José Alves Siqueira da Paixão.

No decorrer dos doze primeiros anos de casamento, a vida dos cativos não era das mais felizes. Constantemente o senhor Siqueira da Paixão se deitava com a escrava casada, alimentando cada vez mais o ódio de Antonio Congo[1].

Para manter o escravo sobre domínio, tentando assim evitar a rebeldia latente, o senhor batia e humilhava Antonio Congo, o qual respondia com insultos e fugas corriqueiras[2].

Esta rotina era uma constante, até que no dia 24 de novembro de 1845, José da Paixão estava em sua casa, com seus escravos Vicente e Custódio, além de Thereza Mina, quando ordenou trazerem a sua presença o fugitivo recentemente encontrado. Após longa demora entra pela porta, armado com uma faca, Antonio Congo, disposto a matar seu senhor. O cativo esfaqueou algumas vezes José Alves, até que este conseguiu correr, tentando esconder-se em seu quarto. Porém, o escravo africano o alcançou, cravando-lhe várias vezes a faca nas costas e na mão, ferindo-lhe mortalmente[3].

Antonio Congo foi preso, aguardando julgamento. Após cinco meses de espera, no dia 15 de abril de 1846, o réu foi levado até a Vila de Pouso Alegre, na qual foi julgado pelo assassinato, sendo, então, condenado a morte por enforcamento[4].

A punição, por outro lado, não tardou em chegar. Dois meses e meio após a condenação, o escravo africano foi levado até o pelourinho, foi lida publicamente a sentença, resultando no fúnebre cortejo do escravo africano até o Morro das Cruzes, aonde seria enforcado[5].

Escoltado pela Guarda Nacional, vinda da capital da província com este propósito, o cortejo tinha a presença do

> *Executor da Sentença, Julião Florêncio Meyer; o tabelião, Constantino Gonçalves de Oliveira; o Oficial de Justiça, Luís Ferreira de Camargo, o qual, em todo o*

---

[1] TOLEDO, Eduardo A. O. **Estórias do Mandu**. Pouso Alegre: Academia Pousoalegrense de Letras, 1998, P. 27.
[2] GOUVÊA, Octávio Miranda. **História de Pouso Alegre**. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004, P. 95.
[3] Idem. P. 95.
[4] Idem. P. 95.
[5] TOLEDO. Op. Cit. P. 28.

*trajeto, ia lendo e relendo a Sentença, em voz alta, para que toda a população ouvisse*[6].

O cortejo percorreu as principais ruas de Pouso Alegre. Ao sair do Largo do Rosário – atual Praça João Pinheiro – subiram a atual rua D. Nery, virando à esquerda, a qual leva até a Praça da Matriz – atual Praça Senador José Bento, centro de Pouso Alegre. Chegando à parte de trás da Igreja da Matriz, subiram o Morro das Cruzes[7].

Ao chegar ao cadafalso, o negro Fortunato José, escravo de João de Paiva, morador de Lavras, encapuzou Antonio Congo, colocou-lhe a corda no pescoço e deu cabo a vida do escravo africano[8].

Esta é uma das muitas memórias da constituição – e porque não, destruição – das famílias cativas do sul de Minas Gerais, nos tempos do Império. Muitas questões relativas à vida e morte de Antonio Congo não ficaram claras.

Os memorialistas que se preocuparam em rastrear a vida e a morte de Antonio Congo não revelaram todas as possibilidades do acontecimento. E nem tinham intenção em fazer isso. Nos livros de memórias encontrados o episódio é apresentado como um enforcamento público que jamais deveria se repetir. O que chocou Octávio Gouvêa e Eduardo Toledo foi o fato da população ter de assistir a tal acontecimento.

Nascido em Pouso Alegre, em abril de 1928, Octávio Gouvêa foi cirurgião dentista pela Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas. Professor de história e inglês na escola de Comércio São José de Pouso Alegre durante grande parte de sua vida, ganhou legitimidade por parte de seus contemporâneos para escrever e edificar as imagens da memória de Pouso Alegre. Octávio Miranda Gouvêa teve a 1º edição de sua obra *História de Pouso Alegre* publicada em 1998.

Com um discurso apaixonado e romântico, Gouvêa tece em suas crônicas as imagens positivas de uma cidade que acredita ter surgido de forma tímida, até se tornar a referência do sul de Minas Gerais. É com este olhar que delimita o sentido da crônica de Antonio Congo.

Extrapolando as fronteiras da produção dos memorialistas do século XX, do sul de Minas Gerais, é possível levantar as indagações que nortearam este texto. Os momentos vividos por José Alves da Paixão, Thereza Mina e Antonio Congo revelam uma dinâmica relação de poder, na qual o senhor Paixão ao mesmo tempo em que legitimou as ações constituintes da família cativa, também desagregou, mantendo relações sexuais com Thereza.

---

[6] Idem. P. 28.
[7] Idem. P. 28.
[8] GOUVÊA. Op. Cit. P. 96.

No que diz respeito à região da zona da mata mineira, Elione Silva Guimarães realizou intensa pesquisa sobre os processos criminais, e autos de querela, para entender o universo das agressões entre escravos, senhores e parceiros de cativeiros. Em sua obra, intitulada *Violência entre Parceiros de Cativeiro*, Guimarães observou que os escravos eram os mais perseguidos e mais cruelmente punidos, ao infringirem as normas. No que diz respeito a isto, a norma, ao ser aplicada, servia como um exemplo a todo aquele que desejasse investir sobre senhores, colegas ou demais sujeitos da sociedade[9].

Não é a toa que na história de Antonio Congo, o qual foi penalizado com a morte, por ter assassinado o seu senhor que deitara por longos anos com sua esposa, é perceptível a tentativa de vigiar e controlar a população cativa. Diferentemente do senhor, que agredia a moral do cativo, Antonio Congo foi considerado o criminoso. Este era o crime a ser punido exemplarmente.

Compreender o lado exemplar e público da punição é fundamental, tendo em vista o fato de senhores e moradores da região não desejarem passar pela mesma experiência de "rebeldia cativa". Estudar os mecanismos de repressão e punição contra os cativos implica em entender o medo crescente em meio à população branca, detentora de terras e escravos.

Também é interessante observar como Guimarães entende a relação dentro do liberalismo e paternalismo provinciano, extremamente arraigado na população brasileira. A elite intelectual desejava a libertação dos cativos, mas, por outro lado, legitimava através do discurso jurídico a situação da população escrava e forra como "classe perigosa".

As observações da autora ajudam a entender formas diversas de atuação dos escravos, diante da estrutura política, os quais muitas vezes conseguiam voltá-las a seu favor[10]. No caso de Antonio Congo, sua punição teve de ser exemplar, pois, para a sociedade da época, fugiu de qualquer possibilidade de negociação, inclusive, porque seu senhor estava morto. O escravo africano não tinha muitas opções, dentro de uma sociedade classista e de tradições colonialista.

Nem Toledo e nem Gouvêa revelaram a situação de Thereza, diante dos desejos de seu senhor e da ira de seu marido. A própria condição de reprodução do episódio camufla o papel de Thereza, seja diante do casamento, do marido, da família e de seu senhor. Mas, as dores de Antonio Congo são reveladas, muito mais no sentimento de indignação, inconformismo e ira. Antonio Congo não admitiu a prepotência de José Alves da Paixão, quando este demonstrava, ao molestar Thereza, sua situação de senhor e possuidor de escravos.

---

[9] GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006, P. 80.
[10] Idem. Pp. 81-2.

O culpado foi punido e serviu de exemplo para a comunidade, principalmente para aqueles que como o escravo africano, devia obediência ao seu senhor. Porém, em nenhum momento da crônica foi discutido o papel do escravocrata, enquanto causador da fragmentação das relações matrimoniais. José Alves da Paixão alimentava diariamente, e por muitos anos, o ódio de Antonio Congo, mas isso se perdeu na memória reafirmada.

A função social da crônica foi muito mais legitimar as estratégias de punição, bem como identificar a evolução política e jurídica de Pouso Alegre, tendo em vista que após a morte do escravo africano, não ocorreu mais nenhum enforcamento em Pouso Alegre e demais regiões[11].

A janela aberta pela crônica abre precedente para estudar o universo da composição e desagregação das famílias escravas do sul de Minas, tendo em vista que chama a atenção para a rede de conflitos estabelecida por diversos interesses, sejam aqueles que dizem respeito à lógica econômica da manutenção do número de cativos, a teia de sentimentos dos amantes, o casamento escravo, a construção/desagregação das famílias e a cultura religiosa.

Será a partir da análise das memórias construídas sobre o universo das famílias cativas que se busca compreender o cotidiano[12] de rupturas e permanências; de resistência e luta da continuidade das famílias escravas sul-mineiras. Será importante neste estudo entender de que maneiras se constituíram as famílias cativas em meio às relações de trabalho, para a manutenção da sobrevivência dos parentes; o compadrio, no qual surge o campo de tensão e sociabilidade com outros cativos ou libertos; com a vida religiosa, por meio da constituição do casamento católico beneficiando ou não os escravos; e a rede política, negociando, cedendo ou fazendo frente aos seus senhores ou interesses econômicos e provincianos.

Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário esclarecer a trama metodológica, a qual está intimamente ligada na trajetória profissional. Em 2003, aceitei o convite para concorrer à seleção de professores para a disciplina de Historiografia Brasileira do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí.

Com a aprovação e o início no magistério superior os contatos com a realidade sul-mineira ganharam forma, no qual vislumbrei aspectos constituintes da rede de sociabilidades da atual Pouso Alegre. No decorrer dos semestres de licenciatura observei discurso recorrente, mas proferido a boca pequena, no qual se afirmava que o sul de Minas Gerais, “na verdade”, não tinha experimentado a escravidão. O que significava dizer que os negros atualmente

---

[11] Os livros de memórias lidos e apresentados nas fontes desta pesquisa não revelaram nenhum outro enforcamento realizado em Pouso Alegre.

[12] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, P. 78.

residentes seriam, então, oriundos do estado de São Paulo por migração realizada no século XX.

Esta afirmativa circulava, principalmente, em sala de aula, na qual os estudantes entravam na discussão com a reprodução de respostas prontas e cristalizadas, a respeito de uma memória branca, italiana e provinciana, sem qualquer fundamento documental. Pelo fato de já possuir interesse latente em estudar os mecanismos de sociabilidade do universo escravo, me interessei em entender melhor as memórias da escravidão em Pouso Alegre.

O primeiro passo foi localizar os cronistas da cidade, os quais tinham deixado suas obras nos principais locais de memória de Pouso Alegre. Por indicação dos colegas acadêmicos, as obras poderiam ser encontradas no Clube Literário de Pouso Alegre, no qual os livros e crônicas da cidade apresentaram alguns contornos referentes às imagens da cidade e de alguns aspectos de seus cidadãos.

No que diz respeito à "memória da cidade", principalmente as de Pouso Alegre, vale destacar o fato dos livros terem sido escritos, em sua maioria, no século XX. Por outro lado, são informações importante que definem a tentativa de edificar um passado "harmônico" e "inocente", atendendo as necessidades das famílias que ainda hoje se encontram nos espaços de poder político-econômico urbano.

E, por retratarem aspectos importantes sobre as relações escravistas, mesmo do ponto de vista romântico, permitem compreender a tessitura da sociedade familiar da época, assim como seus valores e tentativas de vislumbrar a estética desejada dos antepassados. Ou seja, os interesses políticos são claros nessas obras, no qual edificam a imagem de uma cidade branca, limpa e bem gerida pela elite.

A primeira obra localizada foi a publicação da Câmara Municipal e do Museu Histórico em *Pouso Alegre através dos tempos*[13], a qual revelou aspectos da "memória da cidade" de Pouso Alegre. De caráter ufanista e elogiando o desenvolvimento político e econômico, a obra destaca os "grandes homens e mulheres" do passado, de família tradicional, que trouxeram ares de civilidade a Pouso Alegre. A única menção feita ao tema da escravidão estava no aspecto referente à libertação destes, por meio de ações beneméritas das famílias tradicionais.

A força do discurso estava na forma como a concepção de família era construída. *Pouso Alegre através dos tempos* é um livro que lista por ordem alfabética as pessoas de proeminência da cidade, exaltando, principalmente seus familiares, revelando um sentido de reafirmação das origens, na qual o pequeno grupo de moradores, oriundos da Europa,

[13] POUSO ALEGRE. Câmara Municipal. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. **Pouso Alegre através dos tempos**. Seqüência histórica. Pouso Alegre: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, 1997.

arraigados à lida do campo, mas acrescidos de estudo, delimitavam uma face do rosto da cidade.

Ao encontrar o livro de Alvarina Amaral de Oliveira Toledo, *Meu amigo, o tempo*, o qual destacava com freqüência os aspectos religiosos de Pouso Alegre, principalmente com a chegada do bispado, no século XX[14], trouxe à luz o peso e o significado da vida religiosa católica, para a compreensão da perspectiva de família defendida no século XX. Alvarina Toledo pretende descrever a "alma de Pouso Alegre" em sua obra. Publicou o livro em 1999, quando tinha 89 anos. Se auto-intitulava escritora, memorialista, historiadora e cronista.

Com maior domínio do conhecimento das ruas e edificações pousoalegrenses, encontrei a Biblioteca Pública Municipal Prisciliana Duarte de Almeida, na qual foram localizadas as obras de Amadeu de Queiroz. Queiroz nasceu em Pouso Alegre, em março de 1873. Trabalhou na farmácia do pai dos 17 aos 20 anos. Em 1893 publicou alguns artigos em São Paulo e Minas Gerais – poesias e contos regionais. Fundou neste ano a Sociedade de Leitura em Pouso Alegre. Em 1900 assumiu a farmácia. Foi co-fundador do Clube Literário e Recreativo. Em 1928 foi convidado a ser membro do IHG de São Paulo. Morreu em 1955.

Na obra *Dos 7 ao 77*, Queiroz apresenta sua trajetória de vida, contando como era a cidade de Pouso Alegre dos oitocentos. Com uma descrição leve, destituída de analisa social profunda, o autor revela a composição de ruas, edificações e moradores urbanos e rurais[15].

Observando as características que dava significado à idéia de família em Pouso Alegre, a discussão foi retomada em sala de aula, os estudantes evidenciaram outros possíveis locais de pesquisa, como o Arquivo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre, o qual tinha registros de batismo, casamento e óbito dos munícipes, desde o início do século XIX.

Passei, juntamente com meus estudantes, a discutir os limites e possibilidades de interpretações dos cronistas e memorialistas. Não com o intuito de negar ou descaracterizar a fala destes memorialistas, mas para compreender seus textos em meio ao emaranhado de acontecimentos relativos à edificação da memória da cidade, assim como do passado escravocrata.

De acordo com as análises de Edward Palmer Thompson, em *As peculiaridades dos Ingleses*, a edificação dos discursos folcloristas precisam ser revistas e analisadas pelos historiadores[16]. A idéia foi, então, rever as intenções, os sentidos de verdade incutidos nestas memórias, para descortinar a relação dos múltiplos olhares estabelecidos na memória branca sobre os homens negros.

---

[14] TOLEDO. Alvarina Amaral de Oliveira. **Meu amigo, o tempo**. Pouso Alegre: GrafCenter, 1999.
[15] QUEIROZ, Amadeu de. **Dos 7 aos 77**: recordações e memórias (1880-1950). São Paulo: Escola Profissionais Salesianos, 1956.
[16] THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses** e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, P. 233.

Concorda-se com Thompson que não é possível abandonar os memorialistas por carregarem suas páginas de juízo de valor. Pelo contrário, é necessário entender os mecanismos existentes em seus dias que alimentaram a escrita folclorista. Os textos folclóricos são ambivalentes, na medida em que apresentam seus pontos de vistas de grupo, na mesma tonalidade que rememoram histórias, como as de Antonio Congo.

Por intermédio dos estudantes do curso de História da UNIVÁS localizei rica documentação referente ao século XIX, produzida pelas elites católicas. Eram caixas e mais caixas sobre os registros paroquiais das principais freguesias da comarca do Jaguary. Sobre a população branca e liberta, foi localizada dezenas de informações, permitindo entender algumas faces do conceito de família tão defendido pelos memorialistas. Era muito comum no século XIX, em Pouso Alegre, o casamento entre membros consangüíneos, o que diminuía cada vez mais os distanciamentos familiares.

Em seus estudos, Stuart Schwartz percebeu que a presença dos senhores influenciava bastante a vida e as uniões dos negros, por meio da análise dos autos de casamentos, batizados e óbitos, principalmente no Rio de Janeiro. Dentre outras ações, os senhores impediam uniões, designavam parceiros, determinavam o momento oportuno para a realização do casamento, além de separarem os cônjuges, quando julgavam necessário[17].

De acordo com Schwartz,

> *A oportunidade de os escravos formarem uniões permanentes com alguma esperança de que não seriam separados de seus conjugues e filhos conforme os caprichos do senhor pareceria algo primordial para a família escrava. Como todos os aspectos da vida dos cativos, esse problema é complexo, pois temos de lidar com as formas, estratégias e oportunidades usadas pelos escravos e com as proporcionadas pelos senhores dentro do contexto de uma forte tradição católica, às vezes conflitante com um ainda mais forte desejo de lucro. Casamento e família não estavam necessariamente relacionados no sentido de que a união oficialmente sancionada, o matrimônio sacramentado pela Igreja, era um pré-requisito para escravos ou pessoas livres formarem família. O problema, então, tinha quatro ângulos: as normas legais e canônicas do casamento, a realidade na sociedade, as atitudes a ações dos senhores e as percepções e atuação dos cativos. Todos eram aspectos inter-relacionados, e cada um demanda o uso de diferentes tipos de indícios.*[18]

[17] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, P. 314.
[18] Idem. P. 314.

Em sua abordagem, Schwartz entende o quanto de malabarismo os cativos tinham de fazer, para, em meio à sociedade da época, aplicar suas vontades. É claro que os homens e mulheres escravos sabiam lidar com estas dimensões.

No caso do sul de Minas, constantemente o Juiz Eclesiástico tinha de solicitar permissão à Diocese de São Paulo, para realizar os casamentos, pelo fato dos oradores estarem em algum tipo de desacordo com a Igreja – geralmente em concubinato[19]. Por causa desta trama, rica documentação foi produzida, na qual, principalmente nos autos de casamento é possível acompanhar todo o processo vivenciado pelos conjugues oradores.

Em segundo lugar, a sociedade oitocentista não desejava entender os escravos através da ótica do pertencimento. Ou seja, o fato de escravos e ex-escravos terem se casado com cativos ou livres, não os trariam ao mundo dos brancos. Mesmo que as condições financeiras dos escravos os dessem acesso à alforria, ou a aquisição de terras, estes não eram vistos pelos católicos como pessoas de bens.

Após alguns meses de leitura, principalmente localizando as uniões matrimoniais de escravos dos fazendeiros e políticos mais importantes da região, iniciei na Universidade, em 2005, o LABDOC – Laboratório de Documentação Cartorial – o qual tinha por finalidade arrolar documentações manuscritas dos arquivos existentes da região referentes aos oitocentos.

À medida que a leitura dos autos de casamento, batismo e óbito da população negra ganhavam fôlego, a imagem tratada pelos memorialistas no que dizia respeito à família mineira perdia cor. Outros elementos, inclusive revelando o campo de tensão e sociabilidade das comunidades negras, sejam escravas ou libertas, faziam-se não só presentes, como eram ocultados pelas memórias edificadas da cidade.

O trato com a documentação, em vários momentos, exigiu tempo, dedicação, catalogação e conhecimento de técnicas de acervo e arquivo. É a partir do entrelaçamento destas documentações que podem ser encontradas histórias, como a de Adão e Maria Vicencia.

No ano de 1833, mais um escravo nasceu na fazenda do sr. Bernardino da Cunha, localizada na vila do Jaguary[20]. Desta vez foram Manoel e Marcelina que tiveram uma criança, batizada com o nome de Adão, que recebeu como padrinhos os escravos Antonio e Margarida. Aos vinte anos de idade, Adão foi vendido para o alferes Severiano Dias Ferrás da Lus e transferido para a sua fazenda, que se localizava na “villa de Pouzo Alegre”.

---

[19] Arquivo Paroquial da Diocese de Pouso Alegre.

[20] Justamento de estado livre e de baptismo, Adão (escravo de Severiano Dias Ferrás da Lus), caixa 50, 1866, ADPA.

Em 1866, o alferes promoveu a união matrimonial de Adão, então com trinta anos, com sua escrava de nome Maria Vicencia, inicialmente pertencente a dona Maria José de Freitas Vilhena, natural da freguesia de Pouso Alegre. Maria Vicencia era filha dos cativos Calisto e Inocência – já falecida –, com idade não declarada[21].

Na região do sul de Minas Gerais, esta viria a ser a realidade de muitos dos cativos espalhados nas fazendas ou cidades. No que diz respeito à constituição das famílias, a presença de gerações diferentes – às vezes, duas ou três – indica as conquistas alcançadas pelos cativos, os quais conseguiram permanecer, em muitos casos, perto de seus parentes e compadres durante décadas. O campo de tensão elaborado por estes diferentes sujeitos permite que o historiador adentre no universo do conflito e das negociações criados por senhores e escravos, para que estes últimos constituíssem suas famílias.

Também chama a atenção no registro de Adão que sua família não fora constituída apenas por laços sanguíneos entre seus pais e o de sua esposa, mas também as relações de apadrinhamento, no qual Antonio e Margarida intensificaram suas redes de sociabilidades com Manoel e Marcelina – pais de Adão.

Joaquim, nasceu no ano de 1852, na cidade de Bom Retiro, filho de Germano e Benedicta, pertencentes ao tenente Manoel Luis Moraes. Em seu batismo – realizado pelo vigário padre Florentino José Maria –, a criança teve como padrinhos os avós, Lisbão e Maria, escravos que eram de Lauriano de Moraes[22].

Tempos depois, Joaquim foi para a freguesia de Pouso Alegre, tornando-se escravo de Vicente Ferreira de Abreu, encontrando assim Maria, filha de Anna Antonia. Mesmo mantendo relações amorosas com esta mulher, Joaquim acabou morando com a irmã de Maria, Antonia Domingues de Jesus, que pareceu exigir união lícita e religiosa.

No dia 18 de agosto de 1882, foi dada a abertura do processo matrimonial no Juízo Eclesiástico da cidade. Ao comprovarem sua identidade, afirmou Antonia que perdera sua certidão de batismo, e, por não poder pagar uma justificação regular, pediu ao juiz eclesiástico – vigário padre Vicente de Mello Cezar – que dispensasse a dita certidão em troca de uma pequena doação para a Caixa Pia da Diocese de São Paulo, o que foi acordado.

Todavia, havia ainda a condição pecaminosa dos oradores: o ato ilícito de Joaquim e a convivência imprópria deste com Antonia de Jesus. Para receberem o perdão de Deus e da Igreja, deveriam pagar com penitências corporais. Porém, o casal entrou em novo acordo com o vigário, que resultou na troca das penitências corporais por penas pecuniárias. Assim, o

[21] Aucto de casamento, Adão com Maria Vicencia (escravos do alferes Severiano Dias Ferrás da Lus), caixa 58, 1866, ADPA.
[22] Justificamento a favor dos oradores, Joaquim (escravo de Vicente Ferreira de Abreu) e Antonia de Jesus, caixa 60, 1882, ADPA.

matrimônio foi concretizado. Como não tinham tempo para trabalharem para a igreja, usaram de seus próprios recursos para livrarem-se da punição religiosa.

Histórias, como a de Joaquim mostram que a constituição familiar não flui natural e harmonicamente. É um jogo tenso e contraditório, no qual diferentes sujeitos criam e recriam suas práticas. A construção familiar é fruto dos embates entre diferentes sujeitos e instâncias sociais, no qual os sentimentos e paixões não podem ser determinados ou escolhidos, são construídos dentro da trama das relações diárias[23].

A brasilianista Sandra Lauderdale Graham, ao pesquisar a história de Caetana, em Santo Antonio do Paraíbuna, descobriu uma intensa teia de relações entre o senhor, os escravos e os familiares de ambos, fora os agregados, amigos e compadres, que compunham o complexo mosaico da sociedade analisada.

Em *Caetana diz Não*, Graham conta a história de vida de mulheres, diferentes por suas condições, próximas pelas pressões sociais, com as quais conviveram e tiveram de lutar cotidianamente. "Uma jovem e nascida escrava, a outra velha e de família ilustre"[24]. Estas mulheres, segundo as fontes analisadas por Graham, viveram os extremos da riqueza, da influência e do poder na vida cultural do século XIX. "Cada uma delas, à sua maneira, buscou impor sua vontade: a escrava, para evitar um marido indesejável; a privilegiada, para dotar a família de seus ex-escravos de recursos para uma vida livre"[25].

Por meio da análise do processo engendrado, o qual chegou até as mãos do imperador do Brasil, Graham observa a rede de sociabilidades e sentimentos de uma mulher negra e escrava que não desejava manter-se casada.

Joaquim, Maria e Antonia têm uma história de vida repleta de afetos e desafetos, na qual lutaram para conviverem com a pessoa amada, hora agregando, hora desagregando suas relações.

Para a pesquisa, a imagem de família tradicionalmente reafirmada nas crônicas e memórias ganhava novo significado. O ponto de interseção das problemáticas levantadas sobre as "memórias de Pouso Alegre" está na perspectiva de família abordada nos livros. Agora, família se constituía enquanto categoria de análise fundamental, a qual de um lado direcionava para as dimensões católicas, de foro europeu, mas que na mesma medida tendia para os aspectos atrelados a vida e sobrevivência das comunidades negras, aonde família aparecia ligada à idéia de casamento e vida religiosa, mas também com o sentido de agregamento de membros diversos, e não somente ligados à consangüinidade.

---

[23] SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: Intelectuais, arte e meios de Comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997, P. 78.
[24] GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, P. 09.
[25] Idem. P. 09.

Para Robert Slenes a família cativa não existia apenas para resolver questões práticas na vida dos escravos, mas para constituir um universo maior, através de suas recordações e esperanças.

> *Ou, melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônicas à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.*[26]

Para Slenes, a constituição das famílias negras nas fazendas e cidades do sudeste brasileiro representou mais um entre diversos aspectos de homens e mulheres que tiveram de lutar cotidianamente para perpetuar suas tradições africanas na América.

Certamente que os escritos de Slenes também se depararam com uma bibliografia teimosa, ao reconhecer o surgimento de rápidas uniões ou aparecimento de crianças como uma conseqüência normal de relações desarticuladas e promíscuas. Para iniciar a discussão, Slenes afirma que o recorte realizado pelos viajantes foi fruto da forma como os negros eram vistos, tanto dentro como fora do Brasil[27].

Para o entendimento das relações de riqueza e poder nas minas escravocrata Claúdia Eliane Parreiras Marques Martinez é referência. Com a publicação da obra *Riqueza e Escravidão*, a autora, a partir de testamentos e fontes *post-mortem*, com dados referentes à presença de crianças escravas africanas existentes em Minas, sobretudo na região mineradora, acentua sua tese de que a região de Bonfim pertenceu a áreas economicamente dinâmicas. Afinal de contas, o peso do tráfico na primeira metade do século XIX demonstra claramente que a escravidão em Minas Gerais não diminuiu com o fim da mineração. Pelo contrário, permitiu o desenvolvimento de regiões próximas ao eixo Rio-São Paulo[28].

A autora revela um dado importante. Pensar nas famílias cativas bem sucedidas – aquelas que possuíam filhos – implica na compreensão das relações existentes nas grandes fazendas. Assim, como Slenes, Martinez entende que grandes fazendas, bem estruturadas e com grande número de cativos, permitiram que os escravos casados tivessem mais filhos. O que é óbvio, não implica dizer que as relações entre senhores, agregados e cativos não fossem tensas[29].

---

[26] SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, P. 49.
[27] Idem. P. 136.
[28] MARTINEZ, Claúdia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, P. 51.
[29] Idem. P. 61.

Problematizar os enunciados da memória escrava do sul de Minas Gerais implicava em entender a negação da existência das famílias negras. Foi nos livros de memórias, travestidos em contos que revelavam o processo de moralização urbana da cidade que são revelados personagens, como Antonio Congo.

Ou seja, em primeira instância, ao encontrar os memorialistas revelou-se o universo da escravidão, o que já desmorona a memória que afirma que não ocorreu escravidão no sul de Minas Gerais. Em segundo lugar, os registros cartoriais abriram as portas para o alcance de alguns aspectos da vida e da morte de escravos. Os contemporâneos de Antonio Congo poderiam revelar mais sobre suas táticas de sobrevivência diária, as tensões e os percalços na constituição e desmantelamento das uniões familiares.

Com a participação ativa dos bolsistas voluntários, foram descobertos mais registros na cidade de Silvianópolis, composto pelas Escrituras de Compra, Venda e Troca de escravos. Com este material, foi possível entender os mecanismos de desmantelamento das famílias negras, durante a escravidão.

Por volta do ano de 1848, na vila de Pouso Alegre, Miguelina, escrava de Francisco Pereira de Castro, teve Lusia. Com o passar dos anos, a jovem escrava ganhava habilidade no ofício que aprendera com a mãe: a costura. Anos depois, Lusia contraiu matrimônio, tendo três filhos: Paulino, nascido em 1868; Polydoro, de 1870 e Claudina, de 1873. Depois da morte de seu companheiro, a família foi vendida a Antonio da Costa Rios, no ano de 1876[30].

O tráfico provincial, a partir da segunda metade do século XIX, passou a intensificar-se, principalmente pela compra, venda e troca de escravos de Minas ou de outras províncias do Império brasileiro.

A pesquisa em história, de forma alguma, alcança uma compreensão totalizadora ou definitiva do objeto a ser estudado. A análise documental serve de base, principalmente, para que novos enfoques sejam explorados, e novas fronteiras sejam demarcadas. Assim, a análise documental abre para o campo de possibilidades da construção de novas problemáticas a partir dos primeiros caminhos a serem tecidos pelo trato com as fontes[31].

Para a continuidade do levantamento de dados, pesquisar apenas a cidade de Pouso Alegre já não dava mais conta de responder as indagações iniciais. Era preciso adentrar na realidade da província mineira, para conhecer os mecanismos de atuação e das estratégias discursivas referentes aos cativos. No Arquivo Público Mineiro – em Belo Horizonte, foram

---

[30] Escriptura de compra e venda dos escravos Lusia, Paulino e Polydoro. Outorgante Francisco Pereira de Castro e outorgado Antonio da Costa Rios, 1875, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

[31] KRANTZ, Frederick. **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, P. 22.

levantados diversos tipos de fontes, na intenção de rastrear e identificar a rede de relações estabelecidas entre os contemporâneos, diretamente ligados à questão da escravidão e das famílias escravas no sul de Minas, para além das cidades visitadas até então.

Sobre a rede política instituída na segunda metade do século XIX, para atender a Lei de 28 de setembro de 1871, a presidência da província de Minas Gerais enviou carta para todos os municípios exigindo a criação de associações, para que estas contabilizassem os cativos existentes nas fazendas e cidades. Nasce deste diálogo intensa discussão entre os munícipes, párocos, presidente da província e a própria Secretaria da Fazenda do Império, para esclarecer como procederia a coleta dos livros, para registros dos cativos, assim como o recebimento do Fundo, para a libertação de crianças e adultos, após 1871.

Assim, as cartas de correspondências recebidas e enviadas pela sede administrativa da província de Minas Gerais, entre os anos de 1871 e 1881 serão importantes, para compreender o trâmite legislativo em torno da libertação das famílias cativas.

Uma das primeiras medidas, e em caráter sigiloso, foi enviar aos chefes de polícia das municipalidades cartas para ficarem atento às determinações da lei de 28 de setembro de 1871. Na carta de 14 de outubro de 1871, enviada pelo Dr. Joaquim Pires Machado Portella, alguns aspectos chamam a atenção. Em primeiro, informa o Chefe de polícia que é necessário garantir o cumprimento da Lei, a qual "declarou livre os filhos de mulher escrava, nascidos desde sua data"[32], mas que isto fosse realizado de forma gradual, para que não prejudicasse a lavoura, principal indústria imperial.

A intenção neste momento é mostrar ao Chefe de polícia que a lei veio para libertar as crianças escravas, porém, a obrigação da polícia seria garantir a segurança da propriedade privada, principalmente vinculada à lavoura.

Em segundo lugar, por causa da necessidade da manutenção da propriedade privada seria, então, papel da polícia garantir o sossego público. Neste momento o governo provincial "solicita" ao Chefe de polícia que se mantenha atento aos movimentos que possam ocorrer diante desta nova lei. O interessante é que a preocupação do governo não é apenas com os cativos, mas também com seus senhores. Afinal de contas, o Dr. Portella recomenda

> *A VSa. que empregue todos os meios "suasorios"*[sic] *para demonstrar aos proprietarios de escravos, principalmente agricultores, a conveniencia de cooperarem com o Governo para a boa e fiel execução da lei, a qual resalvando*

[32] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Chefe de Polícia - reservado, Fundo: Secretaria de Governo - SG 150, 14 de outubro de 1871, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) – APM, P. 01.

*seos interesses, resolveo de modo favorável a todos a mais difficil problema da actualidade.*[33]

Ou seja, existia também neste momento o medo branco[34]. A possibilidade da população agricultora se levantar e exigir a manutenção de seus trabalhos por meio da produção escrava era uma realidade. O gabinete do governo, em carta, fez questão de lembrar ao Chefe de polícia que alertasse a população do campo que os seus interesses seriam resguardados, mas ao mesmo passo, a Lei precisaria ser cumprida.

Por fim, o Dr. Portella solicitou a chefatura de polícia que agisse com prudência, diante dos possíveis levantes dos proprietários de terras, deixando claro que as ações deveriam ser tanto preventivas quanto repressoras, quando necessário.

No mesmo dia 14 de outubro de 1871, Dr. Portella enviou circular a todas as comarcas, solicitando atenção perante a nova lei imperial. A intenção da carta era que a municipalidade mantivesse a população informada não só da lei de 28 de setembro, como também acalmar os ânimos dos moradores locais. A circular enviada solicitava que os editais da nova lei fossem dispostos nos locais mais públicos possíveis do município[35].

O mesmo documento também fazia outras solicitações: tendo em vista a libertação das crianças filhas de mães escravas, estas precisariam ser educadas e cuidadas, para não se evadirem pelas ruas e interiores. Então, a primeira solicitação aos munícipes era da criação de associações "para a creação, tratamento, educação e estabelecimento dos menores, filhas de escravas"[36], tal como orienta o artigo 2º da Lei No 2040 de 30 de setembro.

Era necessário também observar se já existiam na municipalidade entidades com este fim. Caso houvesse, deveriam observar se estas instituições emancipatórias possuíam estatutos em pleno funcionamento. Seria, então, imperativo ampliar suas atuações, fortalecendo-as, para saber se poderiam ou não receber estes menores.

Para os municípios que não tinham tais associações, deveria primeiro observar se existiam na região pessoas interessadas em fundar estas entidades[37]. Foi apenas no início de

---

[33] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Chefe de Polícia - reservado, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 01.
[34] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
[35] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, As Comarcas Municipaes, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 05.
[36] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular as Comarcas Municipaes, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 05-verso.
[37] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular as Comarcas Municipaes, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 05-verso.

abril de 1872 que o governo provincial recebeu resposta da Câmara municipal de Itajubá, a qual solicitava mais informações relativas à criação da associação[38].

No final de julho daquele mesmo ano o presidente da província de Minas, agora o Dr. Joaquim Francisco de Godoy enviou uma cópia do aviso do Ministério da Agricultura sobre as informações específicas de criação da associação, para a Câmara Municipal de Itajubá. Na mesma carta, Dr. Godoy solicitou o orçamento relativo à construção do prédio para abrigar a dita associação, assim como o envio "com brevidade a estatistica dos escravos e de seus filhos nascidos depois da Lei de 28 de setembro de 1871, existentes n'esse município", que seria realizado com a verba imperial[39]. Seria, então, o papel destas associações organizar, registrar e catalogar o número, principalmente, de crianças em condições de libertação.

Com o levantamento destas correspondências trocadas entre o Império, a província e a municipalidade, delineou-se nova perspectiva a respeito das dimensões de família no sul de Minas. Primeiramente, de um lado, existia o interesse em libertar as crianças nascidas a partir de 1871. Era necessário providenciar estrutura administrativa para saber quem eram estas crianças, a que famílias pertenciam e quantas seriam libertas. Porém, existia também a preocupação em criar mecanismos de libertação que não "prejudicasse" o desenvolvimento da lavoura, bem como da propriedade privada.

Em segundo lugar, para melhor organização desta empreitada libertadora, seria necessário criar as associações emancipadoras, para que o poder público, assim como o privado pudesse acompanhar de perto o processo de libertação, não só definindo quem, mas como e aonde se estabeleceriam estas crianças.

Em terceiro, enumerar, registrar e catalogar estas famílias significaria, no final, separá-las. Uma vez registradas estas crianças, se alojariam aonde? Será por meio destas fontes que se observará como processou a situação de criação destas associações, assim como suas ações para libertar os cativos, para entender como as famílias foram desmanteladas, da mesma forma que ajudará a entender porque era tão preocupante para segmentos públicos diversos o processo de libertação das famílias cativas.

Agora, com subsídio documental, seria possível indagar sobre a memória escrita e falada da região do baixo Sapucaí. Com a divulgação dos trabalhos realizados pelo LABDOC no curso de História da UNIVÁS, outros estudantes localizaram fontes escritas diversas que

---

[38] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministério da Agricultura, SG 150, 04 de abril de 1872, APM, P. 24-verso.

[39] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Câmara Municipal de Itajubá, SG 150, 22 de julho de 1872, APM, P. 28.

revelavam faces dos agentes, bem como das tensas relações no universo do trabalho, da fé, das mídias, no campo ou nas cidades.

Para este texto será necessário analisar o campo de tensão elaborado e vivido por senhores, cativos, forros e libertos, na tentativa de constituírem normas e quebra das normas vigentes, de maneira a que pudessem constituir suas famílias. Observar os discursos e intenções no campo da política provincial será importante para entender as trocas de responsabilidades estabelecidas entre as autoridades municipais e provincial, na qual um tenta explicar para o outro a impossibilidade do cumprimento das normas decorrentes da lei de 28 de setembro de 1871.

O interesse em pesquisar o campo multifacetado das relações sociais de homens, mulheres e crianças escravas e forras, no século XIX, motivou o desenvolvimento desta pesquisa. Ao se deparar com a documentação apresentada nestas páginas foi percebido o campo de possibilidades de compreensão das redes de sociabilidades por meio do processo de construção/desconstrução das famílias escravas.

Na mesma medida, a documentação arrolada permitiu problematizar os mecanismos de ocultamento da memória escrava, seja por parte de segmentos mais intelectualizados, vinculados ao saber acadêmico, seja por interesse em difundir o passado branco, europeu, de família tradicional e provinciana. Para este texto, problematizar as táticas e estratégias de construção e desagregação da família escrava implica em compreender ações engendradas dentro e fora destas famílias, entre parentes e agregados, dentro e fora das fazendas, nas políticas provincianas ou nos mecanismos institucionais de poder, seja no município ou no foro imperial.

Compreender o sentido do matrimônio religioso, para senhores e cativos, e os mecanismos de resistência constituídos pelos escravos para burlar esta regra também será observado neste trabalho, no qual será possível analisar as tentativas de constituição de famílias por meio dos autos de batismo, casamento e óbitos.

As tentativas em desagregar as famílias cativas também serão observadas, na qual se estuda os processos de compra, venda e troca de escravos, demonstrando as tentativas das famílias escravas em permanecerem juntas, independente da vontade de seus senhores, em meio ao tráfico provincial mineiro.

Também será problematizado sobre os aspectos constituintes da libertação dos escravos, principalmente por meio da Lei Eusébio de Queiroz, a partir da qual foi proposta a libertação das crianças cativas, exigindo, em primeira discussão, o fim que a criança deveria ter, tendo em vista que não eram mais obrigação dos senhores de suas mães alimentá-las e dar-lhes abrigo.

No que tange ao recorte espacial, delimitou-se o estudo na região atualmente compreendida como sul de Minas Gerais. Porém, é preciso esclarecer que durante o século XVIII, a região apontada pertencia à província de São Paulo. Foi no século XIX que o sul de Minas ganhou os aspectos hoje identificados.

Em 1810, por determinação de D. João VI a freguesia foi finalmente batizada pela alcunha de Jaguary[40], na época, pertencente à comarca[41] do Rio das Mortes. A partir de 1833 a freguesia[42] do Jaguary passou a pertencer à comarca do Sapucahy[43]. A partir de 1854 a comarca do Sapucahy foi redividida, partindo o sul de Minas ao meio[44]. Em 1868 a região passou a ter o contorno conhecido atualmente, porém voltando a se denominar comarca do Jaguary[45]. A freguesia compreendia os municípios de Extrema, até São Gonçalo do Sapucaí – seguindo o caminho de Fernão Dias. Assim, as cidades da região, então, estavam compreendidas nesta freguesia, limitando-se a Caldas, ao sudoeste e Santa Rita do Sapucaí, ao sudeste da entrada mineira por São Paulo[46].

Em relação ao recorte temporal, foi delimitado neste estudo o período compreendido entre os anos de 1810 e 1888. O recorte em mais de 70 anos se dá pelo fato de aparecerem de forma substancial, a partir da década de 1810, com o advento do império brasileiro, maior número de registros de casamentos, batizados e óbitos de homens, mulheres e crianças escravas nas diferentes cidades do sul de Minas Gerais.

Será a partir da segunda metade do século XIX que surgem nas fontes maior preocupação dos senhores de escravos rearranjarem seus cativos, em termos de posses e vendas. Também vai ser a partir de 1850 que os políticos mineiros vão ter de obedecer as leis imperiais que regem sobre a situação das crianças nascidas a partir de 1871.

A partir da delimitação da problemática, os capítulos serão apresentados da seguinte forma: No capítulo 1, discute-se a realidade sul mineira no que tange a história e a memória da escravidão. Busca-se entender como o passado foi revisitado sobre a história e memória escrava, no período referente a meados do século XIX, em Minas Gerais.

Em segunda instância, contrapondo ao discurso realizado no âmbito político, levantam-se os livros de crônica e memória das cidades de Pouso Alegre, Caxambú e Campanha. As crônicas e memórias da cidade são pontos de partida importante para o

---

[40] REZENDE, Manoel Coutinho de. **O Pouso Alegre das trilhas dos Faiscadores**. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, 1991, P. 6.
[41] "Cada uma das subdivisões de um districto judicial". *Cf:* **DICCIONARIO PRATICO ILLUSTRADO**. 2ª Edição. Porto: Livraria Chardron, 1928, P. 243.
[42] "Districto, em que se exerce a jurisdicção espiritual de um prior; paróchia:. *Cf*: **DICCIONARIO PRATICO ILLUSTRADO**. 2ª Edição. Porto: Livraria Chardron, 1928, P. 506.
[43] BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888, P. 39.
[44] Idem. P. 40.
[45] Idem. P. 41.
[46] Idem. P. 41.

entendimento da memória edificada sobre a cidade, e, consequentemente da escravidão nas principais cidades da antiga comarca do Jaguary. Assim, problematizar aquilo que é visível e invisível no discurso construído sobre a população cativa oitocentista, analisando os interesses e pressões sociais decorrentes destas memórias.

Por meio das crônicas e memórias das "ilustres figuras pousoalegrenses", tais como Alvarina e Eduardo Toledo, Manoel Rezende e Octávio Gouvêa, entre outros, apresentam uma Pouso Alegre com foros de cidade pacata, ao mesmo tempo em que com o avançar do século XIX se civiliza por meio das ações beneméritas das ditas "boas famílias".

No capítulo 2, serão analisadas as famílias negras a revelia dos processos de vendas e doações de cativos. Busca-se entender como as famílias negras resistiram em meio às tensas relações sociais estabelecidas na região. Serão analisadas as Escrituras de venda, compra e troca de escravos, realizados na cidade de Santa Anna do Sapucahy – atual Silvianópolis – entre os anos de 1876-1881. Esta documentação tem relevância na medida em que identifica diferentes famílias escravas, sendo estas vendidas juntas ou desmembradas. Chama à atenção a estrutura do trâmite da negociação, na qual não só são estabelecidos preços e taxas a serem pagas, mas, principalmente o percurso percorrido por homens, mulheres e crianças dentro da província, principalmente na região do Jaguary.

No capítulo 3, será feita a análise do discurso político institucional estabelecido entre a província mineira e as cidades do sul de Minas Gerais, no que diz respeito à libertação das crianças cativas, a partir de 1871. Busca-se compreender qual o papel prescrito pelos homens da política local em torna das tentativas múltiplas de perpetuar a escravidão por meio de acordo ilícito entre o poder público. Para o desenvolvimento deste capítulo serão analisadas as cartas de correspondências da presidência da província, durante os anos de 1871 a 1881.

No capítulo 4 serão estudadas as famílias cativas e forras, para compreender as ações destes, para se organizarem dentro dos moldes tradicionais da Igreja Católica. Busca-se compreender os mecanismos utilizados pelos cativos para conquistarem a moradia fora das paredes da senzala, por meio do matrimônio formal e católico.

Serão discutidas neste capítulo as fontes referentes aos Autos de Casamento, Batismo e Óbitos das principais cidades do sul de Minas Gerais, entre os anos de 1810 e 1888. As paróquias pesquisadas são as de Paraisópolis, Bom Repouso, Silvianópolis e Pouso Alegre.

Os Autos de casamentos direcionam a compreensão para o universo religioso, no qual os cativos constituíam as bases de suas famílias, não necessariamente para a cristandade, mas para o caminho da legitimação da família tradicional. Dessa forma, poderiam dar o

próximo passo, que seria a aquisição de condições financeiras para comprarem a alforria de seus membros familiares.

Com os Autos de batismo, será possível analisar o aumento progressivo das famílias, nos quais foram registrados cronologicamente os nascimentos das crianças. Também será possível observar as trajetórias dos casais, assim como os tipos peculiares de famílias e o tamanho destas.

A função dos Autos de óbitos será observar quais fatores preponderavam nas perdas dos entes. Também serão observados quais os motivos dos falecimentos, assim como compreender a incidência de óbitos sobre as diferentes faixas etárias. A morte também é parte do processo de desmembramento de famílias, muitas vezes promovida pela vingança, descaso, por amor ou ódio. A morte também serviu de cenário para compreender a vida e o jogo de relações destes. Assim, os óbitos serão discutidos para se entender as famílias constituídas dentro das propriedades escravocratas.

Será por meio destas fontes primárias – existentes nas diferentes paróquias, mas principalmente na Cúria Metropolitana da cidade de Pouso Alegre – que será observada as práticas de sobrevivência e luta cotidiana de homens, mulheres e crianças, escravas ou forras, na constituição diária de seus fazeres e viveres.

# CAPÍTULO 1

# NAS CORRENTES DA MEMÓRIA

Pensar nos mecanismos engendrados pelos intelectuais, escritores e cronistas implica em problematizar os elos que diversas memórias fazem para constituir a significativa memória sul-mineira. A categoria memória, para este capítulo, significa mais do que rever o passado. Mas, analisar a relação presente/passado, ou seja, questionar aquilo que prende e intensifica o sentido de lembrar o passado, dentro de um olhar específico e hegemônico.

O presente é dinâmico tanto quanto o passado[47]. Mas, atualmente, pela força do discurso dominante de escritores preocupados em centralizar a memória, o passado é desenhado em meio a correntes. O que não significa dizer que seja inerte, principalmente, porque o ato de rever e lembrar do passado sul-mineiro pode ser conjeturado por qualquer sujeito social.

E por meio da busca das vozes e lembranças produzidas por estes diferentes sujeitos, confrontando-as com as "memórias da cidade", que será possível discutir os mecanismos de visibilidade e ocultamento da memória edificada sobre as famílias cativas, na busca dos enredos e tramas costurados durante o século XX[48], sobre o século XIX.

Neste momento, a memória é vista como uma corrente, não só porque foi produzida e cristalizada para aprisionar, segurar e legitimar uma visão do passado escravocrata, mas também porque une, possui elos que se comunicam – nem sempre de forma consensual – mas que liga pontos de compreensão entre a forma como as famílias cativas eram vistas e representadas pelos memorialistas, abrindo margem para a discussão e o questionamento da força dos elos da memória.

## 1.1 Negras comarcas do Sapucahy

O Cônego Augusto José de Carvalho foi vigário da Catedral Metropolitana de Pouso Alegre entre os anos de 1925 e 1982. Após ser ordenado em 1932, se manteve sacerdote durante 50 anos. O livro *Terra do Bom Jesus* foi editado para celebrar em quatro de setembro de 1982 o seu jubileu de ouro. Por muitas décadas ficaram engavetadas as palavras do Cônego Carvalhinho – como era conhecido na região. Seu livro elucida aspectos referentes

[47] SAMUEL, Raphael. "Teatros da memória". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 14, Fev/1997, Pp. 44.
[48] SARLO. Op. Cit. P. 80.

à estrutura urbana pousoalegrense, durante o século XIX, principalmente em tempos de governo do Senador José Bento – primeira metade dos oitocentos.

Segundo Cônego Carvalho, o Dr. Tristão Antonio de Alvarenga, Juiz de Direito da Comarca do Sapucaí, sediada em Campanha, realizou em Pouso Alegre, no dia 04 de janeiro de 1834, a primeira sessão do Júri. O memorialista não sabe explicar ao certo o porquê desta decisão. Se a sede da comarca era Campanha, a reunião não deveria acontecer em Pouso Alegre. Foi apenas em 1839 que o Juiz de Direito passou a residir em Pouso Alegre, transferindo também a vara judicial, justificando, finalmente, o local das sessões. A partir de 1855 o nome da comarca também sofreu alteração. Sem saber a explicação, informa o memorialista que a comarca ficou conhecida daquela data em diante por "Jaguari" [49].

Segundo Saint-Hilaire, foi no início do século XVIII que o governo português separou as províncias de São Paulo e Minas Gerais[50]. De acordo com o viajante, foi em 1720 que Minas teve seu primeiro capitão geral – D. Lourenço de Almeida.

Na tentativa de esquadrinhar e delimitar as fronteiras regionais provincianas, cinco comarcas foram estabelecidas: Rio das Mortes e Vila Rica, ao sul; Serro Frio, ao leste; Sabará, no centro; e Paracatu, a oeste[51]. O viajante enfatiza as condições de cada comarca. Para o Rio das Mortes, afirma Saint-Hilaire que as pastagens estavam descobertas e disponíveis, para uma população agrícola e pastoril.

Segundo o cronista Alexandre de Araújo, foi apenas no século XIX que Pouso Alegre ganhou estatuto de freguesia[52]. A intenção em dimensionar as Minas não estava apenas nos oitocentos. Desde tempos coloniais, Portugal desejava cartografar o interior da colônia, por meio de expedições e viajantes.

A expedição de 1729, chefiadas pelos padres-matemáticos Domingos Capaci e Diogo Soares desejava conhecer o território colonial. O maior fruto da expedição foi a produção do mapa da Capitania do Rio de Janeiro e outro de Minas Gerais. "Em 1749, chega a segunda expedição. Dela fazem parte três militares-engenheiros, cuja principal função é cartografar as terras coloniais e colocá-las a serviço dos interesses da corte"[53].

---

[49] Segundo cônego Carvalhinho, "apesar de nada encontrarmos na história que justifique tal mudança de nome, quer nos parecer que na época Camanducaia tenha protegido mais que Pouso Alegre e para lá tenha sido transferida a sessão do Júri, com o nome de Jaguari, um dos rios que banha aquele município. Só em 1891, a mesma Comarca tomou definitivamente o nome de Pouso Alegre". Ver: CARVALHO, Côn. Augusto José de. **Terra do Bom Jesus**. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda, 1982, P. 132.

[50] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, P. 46.

[51] Idem. P. 47.

[52] DE ARAÚJO, Alexandre. **Pouso Alegre através dos tempos**: seqüência histórica. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1997, P. 19.

[53] BORGES, Maria Eliza Linhares. "A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, P. 110.

Tanto quanto localizar rios, lagos e montanhas, os cartógrafos tiveram que mensurar, entender e explicar os núcleos populacionais encontrados. Maria Eliza Linhares Borges afirma que

> *Em ambos momentos os cartógrafos se esmeraram em registrar tantos os indicadores de uma vida duradoura como vilas, cidades, locais de exploração aurífera, portos fortes, ancoradouros e áreas agrícolas, quanto trechos da natureza que poderiam vir a se constituir em veículos de uma vida associada à idéia de civilização, tais como rios, serras, montanhas e quedas d'água. Nesse esforço para miniaturizar o espaço colonial, os agentes do poder também imprimiram em suas cartas os signos de uma vida provisória, sem lastro com o mundo considerado civilizado. Afinal, localizar e registrar os aldeamentos indígenas eram parte essenciais da estratégia da ação colonizadora. Não se pode esquecer que a inclusão dos indígenas no ecúmeno cristão é um forte argumento para o alongamento das fronteiras territoriais dos Estados-nação.*[54]

Borges chama a atenção para duas peculiaridades importantes. A primeira diz respeito aos aglomerados de pessoas, no qual, em meio a uma colônia perdida da América portuguesa setecentista, existia um número considerável de moradores do campo que não contribuíam em nada para a boa relação entre colônia e metrópole. Pelo contrário, estes homens e mulheres representavam muito mais os desregramentos de uma vida provisória, distante dos interesses da coroa.

Em segundo lugar, a vontade de "miniaturizar" a colônia, para que fosse possível não só diminuir as distâncias, mas garantir que os braços da coroa portuguesa atingissem as riquezas da fauna e a da flora, ainda veladas para a Europa, resultaria em melhores condições de inserção e exploração dos víveres e das comunidades enraizadas. Vale ressaltar que a corte portuguesa tinha grande interesse em saber dos indígenas existentes para garantir a manutenção da exploração, abdicados pelos colonos, preocupados com suas propriedades particulares.

Na tentativa de entender o sentido do mapeamento das Minas, Borges abre precedente para conhecer a complexa demarcação das fronteiras entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Para o presente estudo, ainda é obscuro entender exatamente aonde começa uma província e finda outra, dentro dos setecentos. Em fins do século XVIII tentava-se definir aonde eram os limites entre as regiões das Minas. O detalhamento enviado para a metrópole foi o seguinte:

---

[54] Idem. P. 110.

> *Entre os anos de 1778 e 1798, José Joaquim da Rocha, cartógrafo que mais tarde caiu em desgraça por ser suspeito de colaborar com Tiradentes no movimento da Inconfidência Mineira, fez, ao todo cinco mapas de Minas por encomenda da Metrópole: o Mappa da capitania de Minas Gerais com sua deviza e suas comarcas,o da Comarca do Serro Frio, o da Comarca do Rio das Mortes, o da Comarca de Villa Rica, o do Rio Doce, onde priorizou a navegação, e o Mappa da Comarca de Sabará, a cima analisado.*[55]

A região hoje conhecida como sul de Minas foi, durante todo o século XVIII e XIX, conhecida como Comarca do Rio das Mortes. Ainda não é certo dizer por que esta nomenclatura designava a região. Porém, de acordo com alguns cronistas pousoalegrenses, para chegar até a Vila Rica, pelo caminho de São Paulo, era necessário atravessar considerável vazão de águas. Na maior parte do ano a região ficava incomunicável, obrigando os paulistas oitocentistas a saírem em época certa, para não serem obrigados a acamparem por meses a fio na beira do Rio[56], que por ser caudaloso ceifava vidas nas tentativas frustradas e perigosas de travessia.

Mesmo conhecendo esta faceta do rio Mandú, é difícil afirmar o motivo de tamanho nome funesto para o antigo sul de Minas. De qualquer modo, era assim que a região era codinominada pelas fontes oficiais. Os memorialistas raramente se utilizam desta alcunha para se referirem a região. Preferiam chamá-la de Vale do Sapucaí, por causa da abundância de sapucaias nas matas.

Ao estabelecer algumas fronteiras sobre o mapa sul-mineiro, é possível reconhecer e questionar as balizas estabelecidas para o entendimento do que se chama atualmente de sul de Minas Gerais. Denominação bastante diferente daqueles que viveram na região, durante o século XIX, pelo fato do tamanho ser mais reduzido no passado, assim como os termos e denominações mudar de comarca para comarca, ou de freguesia para freguesia.

Outro aspecto que salta aos olhos é o fato da região, agora delimitada e com a presença maciça de seus moradores, que lutaram e resistiram diariamente para permanecerem ali, com suas famílias, em meio às redes sociais que constituíram durante anos, não poderia ser simplesmente perdida ou esquecida. Com o aumento das vilas, estas passaram a ser redefinidas como cidades, resultando no estreitamento com a memória edificada sobre o

---

[55] Idem. P. 116-7.

[56] E acordo com o cônego Augusto José de Carvalho, "uma outra razão concorrer para o povoamento tão rápido do primitivo rancho, à beira do Mandú: havia *o vau*, uma passagem obrigatória do rio, naquele local. Quem viesse do norte ou do sul, de dezembro a março, isso variando conforme a intensidade das chuvas, tinha que esperar até que a cheia passasse. O jeito mesmo era permanecer. Os que vinham de São Paulo, bem poucos na época das chuvas, ficavam esperando no *Estivado*, a pouca distância, ao sul do vau". *Cf:* CARVALHO. Op. Cit. P. 23.

passado e com a chegada dos antepassados desbravadores que estabeleceram os primeiros agrupamentos.

Segundo o Cônego Carvalho, após a construção da capelinha do João da Silva (atual Matriz da cidade de Pouso Alegre), foi feita a praça – "mais comprida do que larga", a qual era circundada por ranchos e casas novas: "as casas, na sua maioria eram de três portas, o que já denunciava um comércio promissor no arraial do Mandú"[57].

No que diz respeito a Pouso Alegre nos primeiros anos do Império, a cidade recebeu cada vez mais melhoramentos em decorrência da presença do padre senador, o qual residia no centro da cidade, em seu palacete. De acordo com Carvalho

> *Os melhoramentos foram surgindo sucessivamente e, muitos deles venceram décadas. Permaneceram servindo à comunidade, durante muito tempo. Entre eles, a canalização de água por meio de regos, trazendo o precioso líquido das encostas do Cantagalo até a praça da Matriz; as valas de drenagem na baixada, onde surgiu a rua do Brejo ao leste da vila; o caminho das palmeiras, mais tarde transformado em rua do mesmo nome, hoje a Comendador José Garcia.*[58]

Ou seja, desde o início do império brasileiro Pouso Alegre, cada vez mais, se tornou referência para a região, principalmente no que diz respeito à vida política do sul de Minas. Em comparação com as demais cidades da região, Pouso Alegre já possuía minimamente um sistema de esgoto, bem como de arruamento.

Com o cargo de senador, Padre José Bento trouxe melhorias urbanas para a jovem Pouso Alegre. Como homem de fé católica, Cônego Carvalhinho tratou de cristalizar em sua obra toda e qualquer ação registrada como fé cristã executada por José Bento – beneméritas ou não.

Na edificação da "memória da cidade" – perceptível, inclusive, no discurso da atual elite política urbana – o senador José Bento é figura emblemática. São associadas a ele todas as ditas melhorias urbanas para Pouso Alegre. Na mesma medida, poucas informações de fato existem sobre o dia-a-dia de José Bento, assim como uma listagem precisa de suas posses e relacionamentos com os municípios e com a própria corte imperial[59].

Para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a cidade passou a ser referências para as ex-colônias lusitanas a partir do século XIX. Pensar o Brasil em períodos coloniais implicava em entender a dinâmica campestre tão preponderante na península ibérica

---

[57] Idem. P. 69.
[58] Idem. P. 103.
[59] QUEIROZ, Amadeu de. **O senador José Bento** (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

– principalmente em Portugal[60]. Uma das ações no sul de Minas que revela este novo interesse, bem como articulação política, é a de redefinir o espaço urbano pousoalegrense por parte do senador padre.

Uma de suas primeiras implementações foi a construção da cadeia pública, no centro da cidade[61]. O senador não poupou esforços, segundo o memorialista, para o embelezamento urbano. Trouxe construtores da Corte para que a cadeia, assim como também o antigo teatro municipal seguissem os padrões formais de construção da época – o ecletismo.

A imagem cristalizada do benemérito senador José Bento esconde outra face, importante para esta pesquisa. O fato de ser senhor de escravos. Poucas vezes nos registros dos memorialistas é apontada a fonte de riqueza do senador padre. Como foi dito anteriormente poucas informações foram reveladas a cerca de suas condições econômicas, bem como sobre seu plantel.

Porém, nem todas as edificações pertencem às obras do padre senador. Não muito distante da igreja da matriz do Senhor Bom Jesus João da Silva levantou a capelinha do Rosário dos Pretos, em 1832. De acordo com os registros de Carvalho

> *Naquela época, a igrejinha dos escravos, por ser construída de paus fincados, estava perigando e foi necessário demoli-la para construir no mesmo local, outra de material mais forte, de adobe ou tijolo cozido ao sol. A nova igreja do Rosário foi rapidamente levantada pelos escravos. Eles se revezavam em alegres multirões, aos sábados e domingos.*[62]

Com a reconstrução da igreja dos homens pretos Carvalho destaca a presença católica edificada por homens e mulheres, cativos ou forros, presentes em Pouso Alegre. Era defronte a esta igreja que a população comemorava, festeja e dançava, principalmente nas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, "onde as congadas e outras danças típicas constituíam a alegria da população"[63].

Condição fundamental para que os folguedos ocorressem, era que estes homens e mulheres tivessem sentimentos de pertencimento, por exemplo, para com a igreja. Ao ser demolida, em nome da "melhoria urbana", a nova edificação desencadeou o processo de desterritorialização e afastamento dos congadeiros para com a atual igreja. A conseqüência é que a nova igreja, com novos freqüentadores, esvaziou os significados construídos em torno da igreja de paus.

---

[60] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, Pp. 95-9.
[61] CARVALHO. Op. Cit. P. 103-4.
[62] Idem. P. 106.
[63] Idem. P. 106.

À luz do pensamento de Thompson é necessário rever e analisar a perspectiva folclórica elucidada no discurso do memorialista.

Segundo o Cônego Carvalho

> *A capela do Rosário, construída pelos negros em 1832, segundo documentos existentes ainda na Catedral do Bom Jesus, foi demolida em 1878, dez anos antes da abolição da escravatura e do êxodo dos negros para o estado de São Paulo, principalmente a cidade de Campinas. É o que me leva a aceitar que a igreja do Rosário e de São Benedito que eu conheci, em 1920 ainda de pé, era a mesma de 1878. Em 1921, se fez na cidade um belo movimento pró reconstrução da tradicional capela, que resultou na igreja aumentada e reformada, como a que conhecemos atualmente. Dentre muitos beneméritos da igrejinha do Rosário, sobressaíram-se: Cônego Lafayette Libânio, seu capelão e os pretos José Capelachi e Mirabeau Ludovico, que ficaram merecendo a gratidão dos devotos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.*[64]

Alguns aspectos descritos pelo memorialista merecem destaque. Em primeira instância, revela a demolição da antiga igreja do Rosário e de São Benedito. Não se sabe exatamente do motivo para demolição, porém, é notório que este processo desencadeou a tentativa de afastamento das práticas populares negras e escravas para fora da cidade. Com a demolição da antiga igreja dos homens pretos, também foi "demolida" a antiga irmandade pertencente à igreja, obrigando homens e mulheres a submeterem a sua fé aos cânones da igreja da matriz de Pouso Alegre[65].

O segundo aspecto diz respeito à memória sobre a população escrava sul-mineira. Segundo o memorialista, com a abolição, a população negra pousoalegrense migrou para as cidades e interiores de São Paulo. Nas próprias crônicas da cidade, referente ao século XX é visível o questionamento sobre a permanência diária de negros, seja nas festas, nos cultos, nas missas, na lida do trabalho do campo ou da cidade.

Ou seja, é preciso questionar mais aprofundadamente a idéia de retirada ou fugas que as fontes tentam cristalizar. É preciso entender o trânsito das populações negras, antes e depois da escravidão, enquanto processos de lutas, conquistas e migrações. Desejar invisível o

---

[64] Idem. P. 106-7.

[65] De acordo com Carvalho, "o que se sabe mesmo de positivo é que na igrejinha dos pretos de Pouso Alegre, desde o tempo da escravatura, funcionava a Irmandade do Rosário. Os estatutos da Confederação do Rosário, para se adaptarem à Irmandade de São Benedito dos Pretos, que então zelava da Capela, foram reorganizadas em 1916, por Excia. Revma. Sr. Dom Octávio D.D. Bispo Diocesano e, novamente reformandos em 1946, pelo Cônego Delfim Ribeiro Guedes, que estabeleceu junto àquela tradicional capela, o Carmelo da Sagrada Família". *Cf*: Idem. P. 107.

passado das populações negras não os torna inexistentes, de fato. Cabe ao historiador, por meio das fontes, interpretar os processos de ocultamento.

Luciano Figueiredo, ao escrever o *Avesso da Memória*, apresenta algumas possibilidades de reelaboração do passado. Ao analisar as imagens cristalizadas em torno das mulheres do século XVIII nas Minas Gerais, chama a atenção por meio da análise dos processos de Devassas as articulações, os caminhos, as relações afetuosas dessas mulheres, em seus dias[66].

Analisar as fontes oficialmente produzidas não implica em entender apenas o universo institucional da época, mas necessariamente compreender os modos de vidas dos sujeitos registrados nestes documentos, para entender os seus dias, e compreender o sentido das tentativas de esconderem suas ações. E a maneira que Figueiredo elabora e repensa as fontes analisadas, coloca em xeque os sentidos da memória branca sobre as populações cativas, no passado colonial.

Outro pesquisador que se propõe a repensar os mecanismos de visibilidade e ocultamento da memória, por meio da oralidade, é Luis Carlos do Carmo. Em sua dissertação, *Função de preto*[67], analisa no século XX, em Uberlândia, os significados da apropriação ou reapropriação da presença dos segmentos negros nos diferentes ofícios urbanos. Preocupado em entender a presença negra no espaço urbano, Carmo abre possibilidade para entender as lutas e tensões enquanto conquistas de permanência, em meio às tentativas de esquecimento dos segmentos elitizados da política e da economia.

Basta apenas conferir, por exemplo, as fotografias existentes da cidade, no Museu Histórico de Pouso Alegre, as quais levantam cenas diferentes da população local, seja nos festejos religiosos, nos banhos das piscinas da Praça João Pinheiro, ou nas festividades militares, durante as últimas décadas do século XIX e a maior parte do século XX. Estas imagens, em sua maioria, fotografadas pela família Puccini, foram arquivadas e mais tarde doadas ao Museu da cidade.

A intenção do registro da memória no Museu é vender uma imagem de sua pacata população urbana, refrescando-se em rios e piscinas de Pouso Alegre. Por outro lado, mesmo que não fosse de interesse em registrar os rostos da população, em primeiro lugar, são evidentes os traços negros dos citadinos, revelando uma memória urbana, a revelia do fotógrafo, na qual ficaram registradas as imagens negras dos moradores de Pouso Alegre[68].

---

[66] FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, P. 101.
[67] CARMO, Luis Carlos do. **"Função de Preto"**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG – 1945-1960. mestrado, PUC.2000.
[68] WILLIANS, Raymond. **Campo e Cidade**: Na história e literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989, P. 223.

Em segundo, a presença maciça de homens, mulheres e crianças negras ou mestiças comprovando não só que esta migração não teve características bíblicas, como também estas famílias permaneceram e reafirmaram seus laços de sociabilidade por meio do trabalho, lazer, diversão e aspectos outros da cultura.

Em terceiro, a retomada da igreja do Rosário e de São Benedito foi feita pelos homens negros de posturas brancas. Na história urbana de Pouso Alegre, tanto Lafayette Libânio, quanto Mirabeau Ludovico são negros representados como figuras emblemáticas de uma cidade de passado religioso, cristão, e principalmente organizado, que direcionada e carregada de sentidos específicos a pluralidade das diferenças étnicas[69].

Interessada em problematizar os registros, e, principalmente a memória sobre a escravidão no Brasil, Silvia Hunold Lara, observa como é traçada as fronteiras entre a escravidão e os estudos relativos ao trabalho no Brasil. Para Lara, a memória a cerca do trabalho marginaliza os estudos da escravidão, estreitando as relações entre trabalho e raça branca, o que para a autora gera, no final das contas, uma imagem de embranquecimento das populações comuns, de forma natural e hegemônica[70].

Compreender a heterogeneidade das relações é imprescindível para entender as relações edificadas. Na medida em que a irmandade do Rosário toma ações que favorecem o ponto de vista da elite produtora, rica e de tradição portuguesa, passa necessariamente a ser aceita pela elite rural e urbana pousoalegrense. Da mesma forma, as feições do rosto ou a cor da pele ganham contornos secundários – quase que desaparecem – para dar lugar às práticas beneméritas. A equalização das ações e discursos traveste e aformoseia as tensões diárias e eminentes.

O memorialista Francisco de Paula Rezende, em *Minhas recordações*[71], descreve de forma harmônica e romantizada a festa de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da cidade de Campanha[72], da segunda metade do século XIX. Rezende observa que a festa do Rosário de Campanha era especial pelo fato de ser realizada por homens e mulheres "felizes". Segundo o autor, os negros eram "felizes por terem fé e trabalho".

O autor de *Minhas Recordações* elabora uma justificativa para relativizar qualquer possibilidade de tensão, elaborando um ponto de vista ideal entre os diferentes sujeitos pertencentes a festa[73]. Segundo Rezende,

---

[69] POUSO ALEGRE. Op. Cit. Pp. 127-30.
[70] LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, (16), fev. de 1998. Pp. 25-38.
[71] REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
[72] Idem. P. 190.
[73] Idem. Pp. 190-1.

> *Ora, sendo o negro completamente ignorante, e sendo a ignorância a principal base da fé, esta ou boa ou má, eles são, ou eram, obrigados a um trabalho forçado e constante; eles reuniam em si as condições essenciais para serem completamente felizes; e por conseqüência, para serem alegres, pois que a felicidade é puramente subjetiva; e feliz não é quem o parece ser, mas sim quem se julga ser; ou muito melhor ainda, quem não tem tempo para poder ver quanto é desgraçado.*[74]

Para Rezende, os negros eram "ignorantes" e enquanto espécie só não estava fadada ao fim, por causa da escravidão, na qual os senhores "cuidavam e protegiam" os cativos das intempéries da vida e da morte. Francisco Rezende defende a idéia, então, que por mais que a escravidão fosse aviltante, não tirava a felicidade dos cativos, pois eles "se julgavam felizes" que seria o que importava de fato. A escravidão não os machucaria.

A suposta indolência marcou fortemente o imaginário de segmentos da sociedade que justificavam a escravidão ou trabalhos forçados para garantir o bem-estar daqueles que não poderiam cuidar de si.

O memorialista não nega o fato dos escravos desejarem a liberdade. Mas a fé deu-lhes "felicidade e paciência", para calmamente aguardarem o oferecimento da liberdade[75].

O autor não só cristaliza a idéia de que os escravos de Campanha eram "ignorantes" como também eram "dóceis". Não lutaram e não brigaram por nada. O autor cristaliza em suas memórias a lembrança de um passado escravocrata pacífico, com festas, sem conflitos – somente alegria. Ora, não entende Rezende que o papel da festa não era acalmar os ânimos, aquietar o coração com paciência e fé. Mas, aparecer, torna-se visível, reafirmar paixões, sentimentos, sociabilidades, acordos diversos. A festa era a reafirmação dos laços, muitas vezes tensos, mas necessários para definir a presença no presente, as tradições africanas do passado e repensar as possibilidades de futuro.

Seguindo o raciocínio de Sidney Chalhoub, a festa era o lugar das articulações e rearticulações, da burla, fazer com que os senhores pensem que está tudo calmo, tranqüilo e feliz, quando na verdade, novos passos são pensados, articulados e realizados[76].

Nas páginas que se seguem, Rezende descreve o que seria a festa do Rosário em seu olhar. Dividida nas seguintes etapas: a subida do rei e da rainha para a igreja; a coroação e eleição dos sucessores. As etapas eram bastante ritualizadas, mas o autor se contentou em descrever apenas as roupas das jovens moças[77].

---

[74] Idem. P. 191.
[75] Idem. P. 191.
[76] CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[77] REZENDE. Op. Cit. P. 192.

O ritual em si, segundo o memorialista, era rápido. A comemoração é que entrava noite adentro. Rezende faz questão de enfatizar inúmeras vezes que a harmonia imperava, grupos rivais de localidades diferentes de Campanha compareciam e não se importunavam, respeitando a festa. Afirma Rezende que

> *Um dos bandos se compunha exclusivamente de crioulos ou de pretos da cidade; entretanto que o outro se compunha dos escravos da fazenda do Barro Alto, aos quais se agregavam alguns de outras fazendas e mesmo alguns da cidade que não podiam ou não queriam fazer parte do primeiro. Os deste segundo bando vestiam-se todos de branco e tinham um capacete feito com arcos de taquara cobertos também de branco; e tudo isto, capacete, calças e vestido, enfeitado de fitas de diferentes cores.*[78]

Dois aspectos chamam a atenção. Primeiro o ritual de coroação do rei e da rainha. Efetivação e comemoração do sentido de realeza, da pureza e do poder – todos concentrados na idéia da unidade, da união, do matrimônio, especificamente na família.

O segundo aspecto diz respeito aos diferentes cativos, oriundos de microregiões diversas da Campanha que vinham para os folguedos. Segundo a narrativa de Rezende, parte dos cativos vinha da região mais central – provavelmente realizavam trabalhos domésticos – e os outros eram do bairro alto, geralmente executando trabalho nas lavouras. Pessoas que antes, durante e depois do festejo se encontravam, seja para negarem ou reafirmarem suas redes de sociabilidades com amigos, conhecidos ou parentes.

De acordo com a historiografia é difícil localizar os momentos nos quais os escravos conseguiam extrapolar os limites das propriedades, simbólicos ou não, para elaborarem associações com outros escravos, forros, libertandos[79] e livres da região. Rezende não teve interesse em entender as redes constituídas entre estes agentes. Porém, revela mesmo de forma rápida que estes espaços de sociabilidade existiam[80].

---

[78] Idem. P. 192.

[79] A categoria *libertando* passou a ser utilizada a partir da década de 1990, pelos historiadores interessados em compreender os processos de libertação, principalmente por condições. *Cf*: ALENCAR, Alênio Carlos Noronha. "Liberdades conquistadas, condições impostas: escravos, senhores e libertandos em Fortaleza (1850-1884)". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 9-38.

[80] Principalmente no que tange a bibliografia referente às discussões sobre a escravidão, alguns historiadores observaram que os senhores desejavam evitar contatos próximos entre escravos de diferentes propriedades. O que não significa dizer que este tipo de rede não existisse. Pelo contrário. Cf: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes:** O distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.; RAMOS, Donald. "O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Pp. 164-92.; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão**: Juiz de Fora, zona da mata de Minas Gerais, 1844-88. São Paulo: FAPEB; Annablume, 2006.

A realidade de Campanha, como é observável, é apenas uma das dimensões da realidade sul-mineira, principalmente pelo fato da terra ter uma história geo-política oriunda de muitas transformações, mudanças e reapropriações dos limites – tal como apresentado em páginas anteriores. Ou seja, torna difícil delimitar claramente a história das fronteiras do sul de Minas.

Afinal de contas, é possível encontrar nas cidades do sul de Minas, no século XIX, o comércio dando seus primeiros passos. Não era incomum encontrar casas de três portas pelo fato dos moradores da cidade – circunscrição urbana – ter propriedades no campo e de lá trazerem o excedente, para comercializarem. Parte considerável desta produção era vendida para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar do constante trânsito para as cidades e seus efervescentes comércios, a população oitocentista demarcava seu lugar social na terra, no campo, nas suas lavouras e modos de vida. A rede de sentimentos de pertencimentos era forte. A terra não era apenas o lugar da produção, mas das relações sociais, dos conflitos, da ação e da reafirmação das referências identitárias[81].

Se a literatura, para Raymond Williams abre perspectivas de compreensão sobre a dinâmica relação campo/cidade, descortinando os estereótipos destas categorias de análise, observa-se que as crônicas sul-mineiras também revelam modos de vida, discursos engendrados na tentativa de perpetuarem uma imagem do campo, e, consequentemente da cidade e de seus diversos moradores.

Pouso Alegre, na primeira metade do século XIX, era formada essencialmente por chácaras espalhadas na região. Segundo Carvalho

> *Mais retiradas ficavam as chácaras que se ligavam aos terrenos dos Fragas, no antigo rancho de Mandú, do alto do povoado até o Cantagalo dos Araújos, o sítio dos Machados e outros proprietários de grandes glebas, onde se criavam porcos e bois para as salgas semanais do comércio e dos ranchos. As grandes vargens eram então reservadas para animais de tropas e mangueiros de cabritos e suínos*[82].

De tradição fortemente portuguesa peninsular, o sul de Minas se alimentava, entre outras coisas, de carnes, em especial suína, não só pela tradição culinária, mas também por ser um animal de fácil trato. Os suínos não necessitam de pasto, da mesma forma que poderiam se alimentar das sobras humanas. A carne bovina também foi fundamental, mantendo-se não

[81] WILLIANS. Op. Cit. P. 19.
[82] CARVALHO. Op. Cit. P. 71.

só durante o século XIX, como alimentando a cultura do couro, promissora nos interiores de São Paulo e Minas Gerais[83].

Nas comarcas do sul, Jaguary e Sapucahy, a lavoura e a pecuária estavam fortemente estabelecidas. Afirma Laird Bergad que nestas microregiões eram criados todos os tipos de animais, tanto para consumo quanto para exportação. O autor chama a atenção para os engenhos de beneficiamento de cana-de-açúcar, nos quais também eram plantados café e tabaco[84].

De acordo com a historiografia sobre a economia da região, destacava-se no sul de Minas o fato de que a produção de subsistência era predominante. É claro que de acordo com os registros localizados sobre a época é perceptível a grande produção voltada para a exportação do café. Por outro lado, era essa região que abastecia sobremaneira cidades como Rio de Janeiro e São Paulo durante todo o século XIX[85].

Com ampla análise dos "mapas de população", além dos códices do governo provincial e do Recenseamento de 1872, Douglas Cole Libby, por meio de estudo comparado, confronta as informações para compreender a dinâmica do trabalho realizado pelos escravos, livres ou libertos das Minas Gerais, permitindo observar, por conseqüência, a realidade sul-mineira.

Retornando às fontes trabalhadas por Libby, Bergad agora analisa os registros levando em consideração uma análise demográfica, não só para entender os rearranjos do mundo do trabalho, mas questionando-as à luz da própria história econômica da escravidão. O autor questiona o papel elucidado pela historiografia clássica mineira a respeito do exclusivo papel das Minas para economia da província, bem como do Império brasileiro[86].

Para o sul de Minas Gerais, desde o início do século XIX, o trato com a carne era um negócio bastante rentável. Segundo Bergad, duas fases são importantes. Em primeiro, o período de 1818-1819, quando a carne fresca, couro cru ou curtido e queijos diversos eram

---

[83] A obra de Aurelino Filho problematiza mais pormenorizadamente a cultura do couro nos interiores de Minas e São Paulo, durante o século XX. *Cf*: FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Os velhos curtumeiros da cidade de Franca – SP**: Trabalho e experiência 1940-1980. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado em História Social, 2007.

[84] BERGAD. Op. Cit. Pp. 118-9.

[85] Segundo o autor: "A região Sul foi povoada no século XVIII, em função de atividades produtivas que visavam ao abastecimento do importante mercado representado pelos núcleos mineradores. Com a decadência da mineração, o Sul conseguiu se estabelecer no início do século passado como um dos principais fornecedores de alimentos básicos à Corte, especialmente após a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro. A economia mercantil de subsistência vai predominar na região durante o Império, embora penetração da cafeicultura se iniciasse em escala reduzida nas décadas de 1870 e 1880". *Cf*: LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998, P. 44.

[86] BERGAD. Op. Cit. P. 21.

responsáveis por 55% da exportação (excluindo a mineração)[87]. No segundo, em 1828, a porcentagem chegou a 60%, na exportação.

Isto significa dizer que era considerável o investimento na pecuária, mas que eram necessários muitos escravos para a manutenção da criação. Segundo Bergad

> *O volume físico da exportação de gado vivo aumentou de 62.000 cabeças em 1818-1819 para 75.500 cabeças em 29 1828; contudo, o mais significativo é que seu valor foi às alturas devido ao aumento dos preços. Em 1818-1819 o gado era vendido a 4$000 por cabeça, e em 1828 passou a 10$000 (portanto, mais do que o dobro), refletindo a elevadíssima demanda por carne e/ou força de trabalho animal. Devido a esse aumento de preço o valor das exportações de gado vivo de Minas praticamente triplicou, passando de 248:000$000 para 725:000$000 entre 1818-1819 e 1828.*[88]

Ou seja, provavelmente os grandes plantéis de escravos eram utilizados para a criação do *gado vacum* de corte. A mão-de-obra utilizada em pequeno número fora responsável pelo cultivo dos alimentos básicos, como milho e mandioca. Para Bergad

> *Os mercados internos eram especialmente importantes nas regiões especializadas em produtos de exportação que precisavam importar produtos essenciais. Um exemplo disto é Baependi, localizada no sul de Minas e relativamente perto do Rio de Janeiro, onde em 1826 o cultivo do tabaco definia a vida econômica no início do século 19: na década de 1820 os fazendeiros e pequenos roceiros dali produziam o tabaco principalmente para exportação – o que significava que praticamente todos os produtos alimentícios básicos tinham de ser importados. Milho, feijão, toucinho, açúcar, cachaça, café e óleo de cozinha eram comprados de outras regiões de Minas, bem como de São Paulo e Rio de Janeiro.*[89]

Os senhores de pequenas propriedades aplicavam seus recursos na plantação, tendo em vista da comercialização dos bens alimentícios ocorrerem apenas nos centros das vilas[90] de médio porte. Como a vida pulsava mais fortemente no espaço rural, eram em dias específicos da semana que os fazendeiros recorriam às feiras para adquirirem os produtos que não extraíam de suas terras.

---

[87] Idem. P. 81.
[88] Idem. P. 81.
[89] Idem. P. 86.
[90] "Povoação, de categoria inferior á de cidade e superior á de aldeia". *Cf:* **DICCIONARIO PRATICO ILLUSTRADO**. 2ª Edição. Porto: Livraria Chardron, 1928, P. 1199.

Produtos como tabaco, feijão, milho, toucinho, açúcar, cachaça, café e óleo de cozinha eram produzidos pelos lavradores de pequeno e médio porte, ofertando também para São Paulo e a corte imperial. A comarca de Campanha era a maior responsável na região pela produção do trigo, principalmente na 1ª metade do século XIX[91]. Apesar dos produtores do sul de Minas dedicarem-se mais ao plantio do tabaco, também exportavam carnes, couros, queijos, gados, toucinho, e algodão cru[92].

Ao chegar à década de 1840, a mineração perdia cada vez mais território. O investimento dos latifundiários do sul de Minas concentrava-se cada vez mais na lavoura de café e tabaco.

> *Com o aumento do cultivo do café nas comarcas do sul e a firme expansão do tabaco em toda a região sul de Minas durante as décadas de 1820 e 1830, estes dois produtos agrícolas começaram a desempenhar um papel mais importante na economia de exportação da província. O volume da produção do café e do tabaco aumentou firmemente, embora a expansão do café tenha assumido um ritmo mais lento no final dos anos 1830. A produção de café em Minas parece ter refletido a tendência nacional ocorrida entre a década de 1820 e os primeiros anos da década de 1840: houve um meteórico aumento de produção na década de 1820 e início dos anos 1830, e uma considerável redução após 1835. É evidente que os tecidos de algodão continuaram importantes na economia exportadora de Minas até o início da década de 1840, embora sua produção tenha atingido o auge no final dos anos 1820 e caído a partir deste ano.*[93]

Na 1ª metade do século XIX o autor registra uma queda constante da pecuária, resultando no fortalecimento e interesse crescente na plantação de café, principalmente no sul de Minas[94]. Em meados do século XIX, o investimento na produção de café para exportação também impulsionou o mercado interno, necessário para a economia local[95].

Apesar da densa descrição de Bergad a respeito da histórica econômica mineira, encontram-se subsídios para a compreensão não só da história econômica sul-mineira, como também aspectos que abordam o tráfico dentro da província. Com o aumento da produção do café, o sul de Minas ganhou destaque econômico. Muitos políticos do século XIX – como o próprio senador José Bento – se beneficiaram deste estreitamento das relações entre Minas e a corte imperial.

---

[91] BERGAD. Op. Cit. Pp. 86-7.
[92] Idem. P. 91.
[93] Idem. Pp. 91-4.
[94] Idem. P. 96.
[95] Idem. P. 98.

Também deve ser destacado o fato de que o plantel de escravos nas propriedades rurais aumentou, consequentemente, com o aumento e prosperidade econômica das cidades da região, o número de cativos urbanos também ficou mais perceptível.

Os olhares dos memorialistas apresentados elucidaram suas estratégias de afirmação da condição preponderantemente branca, que não passava de discurso. A tentativa também de cristalizar uma imagem de Minas Gerais de passado escravocrata pacífico não se confirma, tendo em vista a documentação apresentada nos capítulos que virão. Cabe agora analisar as memórias alternativas, dentro ou fora do discurso vigente a respeito da memória da cidade, mas que andam na contramão da imagem definida pela memória oficial.

## 1.2 Brancas memórias de negros

No decorrer do século XIX não era incomum encontrar viajantes da Europa, desbravando as terras estrangeiras, dentre elas o Brasil[96]. No caso do conde de Suzannet, este informava que com a queda dos Bourbons e a Revolução de Julho, sua família havia caído em ostracismo, optando – ou sendo mesmo obrigado – a complementar seus estudos – segundo o autor – no Brasil, além de outros países[97].

O olhar de Suzannet, sempre muito crítico e ácido revela a mente de um homem desgostoso com o fim das antigas estruturas francesas, na qual os alicerces da política foram revisitados para abrir espaços para novos estilos de vidas, no qual o nome e o sangue não seriam os únicos cartões de visita da dita sociedade moderna[98].

Em sua obra, revela a viagem que fez ao Rio de Janeiro, e de lá até Ouro Preto. Foi no rastreamento de suas experiências, desde antes da empreitada até a passagem pelos limites entre Minas e a província do Rio de Janeiro, que se localizam referências importantes para se entender o interior das Gerais.

Antes mesmo de iniciar sua viagem rumo a Ouro Preto, Suzannet já se incomodava com as peculiaridades dos brasileiros alocados na província carioca. Ao solicitar

---

[96] As análises de José Carlos Barreiro permitem compreender os discursos, assim como as imagens criadas pelos viajantes, relativos ao Brasil, seus costumes e principalmente a população, seja por meio da ojeriza, ou da observação mais aproximada. Cf: BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

[97] SUZANNET, Conde de. **O Brasil de 1845**. Rio de Janeiro: Editora da casa, 1957, P. 7.

[98] "O Conde de Suzannet não faz comparações explícitas, mas ao leitor é fácil acompanhar o raciocínio que o leva a apresentar a sociedade brasileira, a sua mestiçagem, os erros da organização política, as aparências de uma cultura incipiente a uma luz sempre desagradável e obstinadamente pessimista. Êle vira cair na França instituições seculares e trazia no espírito o desgôsto de uma profunda decepção política. Não tendo sido recebido na sociedade brasileira, que no tempo era impenetrável e suspeitava sempre das intenções dos viajantes europeus, julgou-nos com excessiva severidade. Mas devemos reconhecer que há neste livro depoimentos de grande interêsse psicológico a respeito da mentalidade do povo ao começar o quinto decênio do século passado, logo depois das lutas da Regência e da proclamação da maioridade de Pedro II". *Cf:* Idem. Pp. 9-10.

informações mais precisas sobre a província das Minas Gerais, descobre que a população mesmo rica e proprietária dos mecanismos de poder não forneciam referências confiáveis sobre as Gerais. Suzannet se incomodou com o fato de descobrir que a elite brasileira não só viajava pouco, como pouco conhecia seu país.

O incômodo de Suzannet também se fazia presente não só pelo fato de não conseguir informações seguras sobre o roteiro de sua viagem, mesmo por se tratar de uma rota importante para o Rio de Janeiro[99]. O conde estava desejoso em seguir a estrada real, observando, inclusive, a antiga rota de acordo com a imagem de rotas que conhecia na Europa. Suzannet imaginou encontrar um caminho povoado, com fáceis acessos, e, o mais importante, uma rota, por escoar produção de minerais, devidamente valorizada.

Sejam pelas histórias contadas ou vivenciadas pelos viajantes, eram disseminadas em crônicas e memórias as investidas dos negros contra a população transeunte das estradas do império. Segundo Augusto de Lima Júnior em menos de dois meses no arraial da Passagem foram registrados "três assaltos de negros fugidos, que estupraram mulheres brancas, atearam fogo a diversas casas, aproveitando a confusão e a escuridão da noite"[100].

Em contrapartida, além de reunirem-se contra os povoados quilombolas, espalhados por toda Minas Gerais, incluindo o Rio das Mortes, as crônicas e memórias trataram de registrar e edificar a imagem cristalizada não só da "indocilidade" dos negros, como também a "impossibilidade de engendrarem famílias em suas comunidades", restando-lhes apenas a "bestialidade da selva" como mecanismo de sobrevivência.

O discurso relativo aos estereótipos criados sobre negros fugidos e alocados nos quilombos revelam as imagens criadas em torno do medo, e, ao mesmo tempo, da presença diária de fugidos, escravos ou libertos, andando pelas ruas, trabalhando ou migrando nas estradas, de cidade em cidade, hora em quilombos, hora nas feiras[101].

Suzannet queria um ponto de vista não só empírico, mas racional e lógico a cerca das estradas, população, rotas, intempéries humanas ou naturais decorrentes da viagem. Do ponto de vista de quem tinha – ou deveria ter – tudo a disposição, Suzannet não se conformou com o fato de que os ministros tinham o trajeto do antigo caminho para as minas com certo desprezo.

---

[99] Idem. P. 26.

[100] LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1978, P. 39.

[101] Para análise do universo escravo, em relação aos quilombos e as cidades, seja no trato do comércio os das imagens estereotipadas a respeito do fugitivo. *Cf*: MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História, 12); REIS, João José. "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia". In**:** REIS, João J. e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp.13-21.

Ora, o próprio viajante francês descreveu em seu texto que se cansava de ver pelas ruas do Rio uma desordem no que diz respeito aos transeuntes, informando que

> *Negros e europeus mal vestidos, pesados cabriolés puxados por mulas, nada merece atenção. O canto triste e monótono dos negros que transportam as sacas de café causam uma desagradável impressão.*[102]

Suzannet descreveu com desprezo os aspectos relativos à população comum, principalmente daqueles oriundos das viagens do interior. Se quisesse realmente entender dos desafios e aventuras inerentes as Minas, deveria ter procurado exatamente a população que olhara com descaso. Eram os trabalhadores negros ou cativos, mestiços ou brancos empobrecidos que conheciam os caminhos e descaminhos das Minas.

A população rica urbana carioca nunca tinha se aventurado pelas Minas, a não ser que as necessidades políticas falassem mais alto. E, mesmo assim, eram os políticos mineiros que deveriam se dirigir ao Rio de Janeiro. Viajar para as Minas era coisa ou de trabalhador, ou de viajante curioso. Suzannet não entendeu isso. E à medida que escrevia, apenas inflamava as distâncias entre sua curiosidade pelas Minas e a vida e o trabalho da população negra e pobre, que tinham as informações que desejava.

Com olhar de desdém, mas interessado em esmiuçar a vida da população brasileira, Suzannet descreveu o que rastreava. Informou ao leitor da peculiaridade da população brasileira, no qual saltam aos olhos: a figura do mulato.

Suzannet ficou impressionado com o crescimento dos mulatos, segundo ele em progressão geométrica[103]. Com a presença dos brancos e misturando-se aos negros gerou, segundo o conde, um aglomerado e maciço grupo de pessoas mestiças que tinham livre acesso aos mundos dos brancos e negros.

Segundo Suzannet,

> *O mulato em geral, passa sua infância como escravo; só adquire a liberdade à sua própria custa, e quando entra na sociedade é com ódio e desejo de vingar-se dos brancos. Sendo mais trabalhador e inteligente que os brasileiros, sua aspiração é assenhorear-se do poder. Entre os mulatos libertos desde a infância, encontram-se homens notáveis. Todos têm uma aptidão para os trabalhos mais diversos. A posição de inferioridade em que são colocados, em virtude das suas origens, estimula-os nos seus esforços. Não têm nem a apatia, nem a indiferença dos brasileiros. Se não puderam ainda dominar a sociedade brasileira em todo o*

[102] SUZANNET. Op. Cit. P. 28.
[103] Idem. P. 43.

> *Império, em certas províncias, especialmente na da Bahia, sem dúvida, o farão, pois lá a sua supremacia já parece assegurada. No dia em que triunfarem, haverá represálias terríveis contra os senhores brancos; os mulatos não os pouparão. O seu grito é: – Morte aos portuguêses! Os negros livres apoiarão os mulatos. O govêrno precisava de outros homens para poder conter o impulso que tomou esta enorme massa, que só tem a ganhar com a desordem.*[104]

Para Suzannet, os mulatos nada mais faziam do que acumular o ódio aos brancos, principalmente por causa da memória dos maus tratos. Em sua perspectiva, os mulatos alforriavam-se mais do que os negros, resultando em número considerável de homens que desejavam sobrepor-se na sociedade escravocrata.

O fato de nascerem pobres, não os afastava do trabalho. Segundo o conde, as dificuldades da vida os transformavam em homens industriosos, adequando-se muito bem a qualquer tipo de trabalho. Como dizia, nem eram apáticos nem indiferentes. O inimigo número um dos mulatos eram os portugueses, exatamente por estes não conseguirem, ou quererem negociar – ou aceitar, os mulatos em suas esferas de vida e trabalho.

Nas relações entre as diversas culturas existentes no Brasil, Suzannet observou que os mulatos tinham diversas vantagens em relação à parte da população branca. No que diz respeito às mulheres brancas, o conde entende que elas estão completamente submetidas à dinâmica das relações impostas pelos senhores proprietários de escravos.

É impossível dissociar a discussão da escravidão, com a forma que a elite urbana ou rural entendia e legitimava suas ações através das imagens constituídas do escravo. Escravidão e negritude, por longo tempo, foram sinônimas. Não é a toa que Celia Maria Marinho de Azevedo, em *Onda negra, medo branco*[105], discute o medo criado e incutido em corações e mentes preocupados com o possível escurecimento da civilização dos trópicos.

De acordo com dados apresentados em periódicos oitocentistas, a população negra, principalmente no eixo Rio-São Paulo, crescia exponencialmente, no final da década de 1880. O que significava dizer que a população comum, recheada de ex-escravos, homens e mulheres forros estariam nos diversos locais públicos, em vendas de doces, realizando carregamento de mercadorias, trabalhando nas fábricas e participando de greves.

Pior do que o receio das classes perigosas da França e Inglaterra[106], agora era os pobres negros e mestiços que incomodavam a elite política e intelectual brasileira. Medidas

---

[104] Idem. P. 44.
[105] AZEVEDO. Op. Cit.
[106] BRESCIANI, Maria Stella. **O espetáculo da pobreza**: Londres e Paris no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

médicas, assim como discursos políticos inflamados, circulando nos principais jornais das capitais alertavam os perigos da população pobre trabalhadora.

Como evitar que o Brasil estagnasse[107] em meio à corrida para a civilidade? Era necessário, segundo os sanitaristas, controlar, medir e vigiar a população negra. Direcioná-la através da educação formal do trabalho impediria que homens e mulheres negros ou mestiços movessem-se com facilidade pelas províncias brasileiras.

O Projeto, então, se daria sobre o seguinte aspecto:

> *O fim dos castigos corporais, deveria possibilitar a libertação gradual dos escravos. Quanto aos seus descendentes, eles seriam considerados ainda por certo tempo 'escravos' ou 'tributários' dos ex-senhores. Ao final todos ficariam livres, porém sujeitos aos proprietários como 'colonos', devido à sua incapacidade de se dirigir por si mesmos. Somente assim seria possível iniciar o processo de formação do proletariado 'honrado' no país e alcançar no futuro a plenitude de uma civilização superior*[108].

Ou seja, levando em consideração que o discurso médico-político desejava ver nos cativos a verdadeira imagem da "imbecilidade", e por isso não seriam capazes de cuidar de si, era necessário realizar um processo de libertação o qual encaminhasse os escravos para uma libertação sadia, sem promover distúrbios aos cidadãos.

Para tal incursão, entendiam os presidentes das províncias que era necessário controlarem a "promiscuidade latente", tanto no campo como nas cidades. Dificilmente os contemporâneos da escravidão no Brasil conseguiam – ou desejavam – ver as relações pessoais de homens e mulheres negros ou escravos como constituição familiar. A decorrência das constituições de parentescos representaria o aumento de população mestiça.

Era o sentido da pobreza, segundo o discurso policialesco, que determinava os tipos de uniões ilícitas. A população pobre e branca só se relacionava com negros forros ou cativos por falta de condições materiais de conquistarem outras sociabilidades. Tal entendimento não leva em consideração as escolhas; a possibilidade de poderem escolher seus companheiros pela imensa quantidade de homens para cada mulher; as sociabilidades dentro e fora da fazenda; o contato com os quilombos e, principalmente a rede de afetos.

---

[107] De acordo com Celia Azevedo "o postulado positivista – as sociedades caminham numa escalada progressiva e previsível rumo ao estágio final da civilização mais perfeita e harmoniosa –, Brandão Jr. Acreditava que o Brasil se encontrava no primeiro degrau da etapa feudal. Para galgar o segundo, era preciso respeitar a propriedade tal como fora instituída e ao mesmo tempo decretar a 'escravidão da gleba' ou a proibição de venda dos escravos, fornecer-lhes máquinas simples para poupa-lhes a força e determinar uma quantia 'razoável' como preço de sua liberdade". *Cf*: AZEVEDO. Op. Cit. P. 39.

[108] Idem. P. 39.

Como apresentado na obra de Suzannet, a sua perspectiva da população comum, principalmente de traços negros dizia respeito ao medo e ojeriza. O conde via na população negra e escrava a própria imagem do perigo, por não desejar reconhecer naqueles homens e mulheres a condição da humanidade. Não foi diferente, em Paraisópolis, como visto anteriormente, o caso de Antonio Congo, ao ser punido por não aceitar os mandonismos de seu senhor.

Para fugir deste universo discursivo e especulativo, é necessário que o historiador deseje, em primeiro lugar, ver a realidade dos escravos a partir de suas próprias visões de mundo. Isto não quer dizer que as relações entre senhores, escravos e a sociedade urbana dos oitocentos foram harmoniosos. Pelo contrário, esta nova perspectiva permite entender a teia de conflitos a partir do olhar de homens e mulheres que precisavam sobreviver no sistema escravocrata cotidianamente.

Em segundo lugar, é necessário abandonar a idéia de que os escravos aguardavam passivamente a libertação pelas mãos dos abolicionistas[109]. Direcionando as articulações dos escravos como simples rebeldia desregrada. A noção de rebeldia exclusivamente atrelada à fuga é, cada vez mais, questionada pelos historiadores.

De fato, é imprescindível estudar as manifestações dos cativos como articulações pensadas, planejadas e executadas a partir da realidade que vivenciavam e desejam transformar.

A força do discurso positivo, mesmo no Brasil, era inquestionável. Por outro lado, isto não quer dizer que tenha alcançado todos os espaços e se efetivado enquanto atuação diária. A presença de cativos ou forros nas cidades, assim como nos campos, revela uma movimentação que o discurso da elite política não poderia alcançar com facilidade.

Esta dinâmica não pertencia exclusivamente à realidade paulistana ou carioca. Era comum no sudeste do país ver a imensa atuação da população escrava ou ex-escrava. Isto não será diferente para Minas Gerais. Nos estudos de Júnia Ferreira Furtado, para a realidade do Tejuco, nos idos setecentistas, já apontava complexa sociabilidade entre fazendeiros, população branca comum e homens e mulheres forros e escravos. Segundo Furtado, "o número total de pessoas de cor que chefiavam domicílios no Tejuco era assombrante:

[109] Como explana Celia Azevedo: "quanto aos escravos, tem-se a impressão de que são vítimas passivas subitamente acordadas e tiradas do isolamento das fazendas pelos abolicionistas; ou, então nos estudos mais recentes que reconhecem a resistência secular dos negros –, a idéia que se passa é a de que o negro, apesar de toda a sua rebeldia, estava impossibilitado de conferir um sentido político às suas ações, dadas as próprias condições objetivas de um modo de produção que os reduziria irremediavelmente à alienação ou à incapacidade de assumir por si sós uma consciência de classe. São duas idéias correlatas que, no entanto, se cruzam ao final, numa conclusão muito similar que confere aos abolicionistas os louros da vitória e, aos escravos, cumprimentos parciais pela sua capacidade de acompanhar o branco redentor e lutar a seu lado, sob sua direção". *Cf:* Idem. P. 151.

somados os negros, crioulos, mulatos, pardos e cabras, eles chegavam a 286 indivíduos, representando 56% do total"[110].

Para Júnia Furtado, a presença da população negra, na América Portuguesa, representava um corpo maciço de pessoas que demarcavam sentidos, ações e práticas diversas na comunidade. Independente do que pensavam sobre seus escravos ou ex-escravos, a população do Tejuco tinha de conviver com a parte da comunidade negra ou descente desta, os quais eram maioria.

Se por um lado, a população negra e seus descendentes são associados diretamente à pobreza, também surge a possibilidade de rever esta categoria, e problematizar os locais de uso e de apropriação dos espaços por parte dos negros.

O viajante entendia a submissão das mulheres brancas como inadmissível, pois, em primeiro lugar, seria possível, como ele mesmo experimentou, uma pessoa passar dias na casa de um senhor de terras no interior sem conhecer esposa e filhas, ficando estas totalmente renegadas aos quartos e cozinha.

Para Suzannet, parte da degeneração destas mulheres também se davam após o casamento. Em segundo lugar, afirma o autor que pelo fato das mulheres brancas serem obrigadas a casarem-se cedo, também deixavam de ser atrativas para seus maridos, e estes acabavam por buscar a satisfação de seus prazeres nas negras e mulatas.

Termina o raciocínio informando ao leitor que no Brasil o casamento é apenas um jogo de interesse[111]. O viajante deixa claro seu ponto de vista machista a respeito do papel das senhoras ricas no sudeste do Brasil. Estas deveriam manter-se saudáveis para disposição e interesse sexual de seus companheiros. Assim, o autor estabelece um ponto de vista a cerca do sentido de família ou mesmo de matrimônio, sempre atrelado aos interesses do homem e senhor da propriedade.

A questão não é o ponto de vista francês ou português, ou mesmo europeu ou latino-americano, mas balizar fronteiras entre o que Suzannet considera ou não civilizado. Se as famílias ricas eram o modelo a ser seguido, mais questionável ainda seriam as estruturas familiares edificadas por negros e mestiços. Obviamente o conde nem se deteve a este assunto. Para ele, os negros libertos ou escravos não poderiam ser entendidos dentro da dinâmica familiar. Mas, o caso do Brasil não era peculiar somente pela postura de seus senhores, mas também pela forma como as senhoras tinham de lidar com os membros da família, que extrapolavam seus laços consangüíneos.

---

[110] FURTADO, Júnia Ferreira. "Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade diamantífera setecentista". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. P. 498.
[111] SUZANNET. Op. Cit. P. 46-7.

No que diz respeito à edificação da família, Suzannet observa que não existia divisões claras entre as famílias escravas e a família do proprietário de escravos. Muitas vezes o conde encontrou mulheres brancas cuidando de oito ou mais crianças, dos quais dois ou três eram suas e as demais eram filhos e filhas de seu marido com mulheres escravas.

Afirma Suzannet, sobre as famílias escravas que

> *A imoralidade dos brasileiros é favorecida pela escravidão e o casamento é repelido pela maioria, como um laço incômodo e um encargo inútil. Disseram-me que há distritos inteiros em que só se encontra dois ou três lares constituídos. O resto dos habitantes vive em concubinato com mulheres brancas ou mulatas. Muitas vêzes, acontece que um senhor tendo abusado de uma jovem escrava, vende-a quando se engravida; outros, ainda mais desavergonhados, conservam os próprios filhos como escravos, e êstes infelizes, quando morre o pai, são vendidos sem se poderem prevalecer da sua origem.*[112]

Para o conde francês, o problema é a escravidão, assim como a forma como as relações eram construídas. Entende o autor que seria a escravidão em si que dava conta das diversas formas "imorais" de viver e constituir famílias nas províncias de Minas e Rio de Janeiro.

Na citação acima, o conde enfatizou seu ponto de vista, no qual as construções das famílias escravas se davam de forma "incipiente", e, que se dependesse do pai, a família não existiria. As formas de se relacionarem, segundo o conde, eram imorais porque não objetivavam a boa constituição de lares, cuidados para com os filhos legítimos, e a perpetuação do nome e do sangue. O mal não estava só na escravidão, mas também nas relações edificadas. O "mal" – por assim dizer – estava no olhar viciado e estereotipado de Suzannet, que deseja projetar sua visão de família e propriedade nas ações diárias dos mineiros.

A observação da família escrava por Suzannet se dá exclusivamente a partir de relações de poder, no qual o senhor tenta manter o domínio da relação. Ou seja, Suzannet tem acesso apenas às famílias com escravos que viviam nas sedes das grandes propriedades. Para estas situações, é discutível a forma como o senhor vê sua parceira e crianças. Por isso, muitas vezes não as trata como família. Da mesma forma, não as mantinham distante, revelando que de alguma maneira desejava manter o parentesco ao alcance dos olhos.

[112] Idem. P. 47.

Gouvêa informa em sua obra que no ano de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga publicou a obra Almanak Sul Mineiro, no qual descreve a história da abolição dos escravos no sul de Minas[113].

Segundo a reprodução do texto feita pelo cronista, no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1887, foi criada na cidade de Pouso Alegre a Aliança Libertadora de Pouso Alegre. Preocupada com a emancipação dos escravos, tratou de constituir ações na cidade que chamassem a atenção da população produtora e comercial para o fim da escravidão. A poetisa Maria Clara da Cunha Santos – conhecida na região como Mimosa – saía às ruas junto com os demais membros, "pregando seus ideais e angariando fundos para compras de alforrias"[114].

O texto de Gouvêa não revela com precisão quem eram de fato os membros da Aliança. Revela apenas alguns nomes de cidadãos tidos como importantes na cidade, que são incluídos pouco a pouco na história, sem revelar de fato quem aderiu ao movimento antes ou depois da libertação de 13 de maio de 1888.

De qualquer forma, foi o presidente da Câmara Municipal o senhor Urbano Dias Ferraz da Luz que abriu o "Livro de Ouro". Obra que seria responsável por ter registro das ações, bem como dos beneméritos que promoveram a libertação de cativos por meio de doação de dinheiro, ou liberando a escritura da carta de alforria[115]. A oficialização do Livro na Câmara de Pouso Alegre se deu no dia 16 de julho de 1887.

As ações beneméritas da Aliança Libertadora era promover e publicizar os nomes daqueles que libertariam os cativos. Tendo em vista o fato que a população abastarda era a maior detentora e possuidora de escravos, ao sair pelas ruas, batendo nas portas de amigos e familiares, a poetisa revela a intenção de evidenciar aqueles que eram caridosos para com os escravos – assim foi criado a Livro de Ouro, até hoje existente no Museu Histórico de Pouso Alegre.

Segundo Gouvêa, a aceitação dos senhores de escravos foi imediata, o que é difícil de acreditar, tendo em vista o fato destes homens ainda precisarem dos cativos para a manutenção de suas propriedades, cuidados para com seus filhos, abastecimento, produção, assim como o próprio comércio de escravos sustentava estes senhores.

Gouvêa não só não leva isto em consideração, como afirma, ainda por cima, que a libertação de escravos em Pouso Alegre antecipou em muitos meses a libertação promovida pela Lei Áurea[116].

---

[113] GOUVÊA. Op. Cit. P. 21.
[114] Idem. P. 69.
[115] Idem. P. 69.
[116] Idem. P. 69.

É difícil imaginar que os senhores do sul de Minas Gerais estivessem prontamente preparados para libertarem seus cativos, apenas atendendo ao chamado da Câmara Municipal. Como será desenvolvido no capítulo 3, os senhores de escravos tinham cada vez mais que responder as exigências da Tesouraria do Império, a qual exigia a aplicação, durante toda a década de 1880, da Lei Eusébio de Queiroz.

Além do mais, como foi visto no subitem primeiro do capítulo, o recorrente crescimento econômico dependia sobremaneira dos braços de homens e mulheres, para que a produção continuasse em alta, o que significa dizer que libertar maciçamente os cativos seria muito arriscado, para os senhores latifundiários.

Gouvêa finalizou o relato das ações beneméritas da Aliança informando aos seus leitores o quão "foi uma demonstração do espírito cristão e humanitário dos pouso-alegrenses, ficando registrados no livro os nomes dos cidadãos beneméritos"[117].

Ou seja, a preocupação maior era muito mais em registrar no Livro os nomes dos agentes beneméritos, do que propriamente o nome dos cativos libertos. Ainda mais porque poucos seriam os senhores proprietários de terras ou de comércio de grande porte na região que não teriam seus nomes cunhados na memória da cidade.

O Livro de Ouro, assim como outros registros de memória edificados pela elite educada pousoalegrense ocultou as faces dos homens e mulheres escravos, para legitimar os rostos da população branca e urbana. Jacinto da Silva, ao analisar as tensas relações entre senhores e escravos na Bragança Paulista oitocentista, destaca a necessidade em analisar as estratégias dos senhores em ocultar registros, documentos, assim como a própria memória escrava[118].

Nas páginas que se seguem, Gouvêa demonstrou preocupação em registrar todos os "vivas!" em homenagem a promulgação da Lei Áurea, a qual foi comemorada por dias e dias[119]. Segundo as suas descrições, as comemorações duraram quase uma semana, com festas na casa de grandes proprietários de terras e comerciantes locais. A festa tinha intenções em registrar aqueles que eram favoráveis à libertação dos cativos, obedientes ao Império e, principalmente, bons católicos.

No que diz respeito ao breve histórico da construção da família mineira Lima Júnior trás a luz informações que alimentam a problemática do trabalho. Informa o autor que foram as famílias brancas de Portugal, alojadas primeiramente em São Paulo, que povoaram as Minas "possuindo latifúndios e fundando localidades, que ainda hoje são povoadas de

---

[117] Idem. P. 69.
[118] SILVA, Jacinto da. **No tempo da escravidão** Experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História: Doutorado (PUC/SP), 2009.
[119] GOUVÊA. Op. Cit. Pp. 69-71.

descendentes seus, como São Caetano, São Sebastião e outros arraiais na Zona do Carmo, Rio das Mortes e Sabará”[120].

Possuidoras de escravos não tardaram muito para as propriedades superlotarem de pardos. Porém, chama a atenção na fala de Augusto de Lima Júnior que apesar do número de crianças terem nascido ser considerável, principalmente chegando ao número dos pardos serem o segundo maior grupo existente nas Minas, depois dos negros escravizados (até 1740), informa o autor que as perdas eram consideráveis, restando apenas o tráfico para manter o número de “machos africanos”[121].

Não seria raro, afirma Lima Júnior, encontrar espalhados pelas fazendas, ou mesmo cidades, documentos de registros diversos onde estivessem arrolados os filhos ilegítimos. Os testamentos eram documentos, por exemplo, que ajudam a localizar uma organização familiar muito mais complexa, pois não levava em consideração apenas o matrimônio, mas o nascimento de fato das crianças bastardas ou não[122].

Não eram apenas os senhores casados que mantinham relações com mulheres escravas. Muitos de seus filhos crescidos e ainda solteiros também se deitavam nas senzalas. Informa Lima Júnior que

> *Quanto aos solteiros, sua operosidade nesse terreno era tão grande que as Câmaras municipais tinham verba de vulto para a criação de enjeitados que não eram, efetivamente, os das casas ricas, pois que estas recebiam na soleira de suas portas, às desoras, o mulatinho recém-nascido, filho do moço de prol. Essa prevalecência do macho português, em número superior e em grande atividade, fez com que ao contrário do que se verificou em outras partes do Brasil, nas Minas Gerais se constatasse o fenômeno de uma integral transplantação do espírito e da civilização portuguesa.*[123]

Dois aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, o fato de Lima Júnior observar que um dos papéis do Estado, na figura do poder municipal, era dar cabo aos conflitos inerentes aos nascimentos ilegítimos. Para isso, a Câmara se responsabilizaria pelas casas de orfandade, dando instrução mínima a estas crianças.

Em segundo lugar, e complementando o primeiro raciocínio, Lima Júnior encontrou neste ato a justificativa necessária para legitimar a idéia de caridade e benevolência do governo mineiro para com os enjeitados. Finaliza seu discurso defendendo a idéia de que

---

[120] LIMA JÚNIOR. Op. Cit. P. 75.
[121] Idem. P. 75.
[122] Idem. P. 76.
[123] Idem. P. 76.

as casas de orfandade cumpriram seu papel, apaziguando as relações tensas entre pais e filhos de etnias e condições sociais diferentes, bem como legitimando a imagem de que o estado mineiro seria ímpar, dentro do Brasil, por conseguir resolver os problemas inerentes a escravidão.

Lima Júnior defende tão fortemente este ponto de vista que acabou por legitimar a noção de pureza de Minas Gerais. Defende o autor que a negritude do século XVIII não penetrou no rico solo mineiro, sendo apenas os escravos oriundos do norte que trouxeram seus costumes para o sudeste. Afirma o autor

> *Nenhum ou quase nenhum resquício de influência africana ou indígina se manteve na linguagem, costumes ou nas lendas minerais, pelo menos na região clássica e característica da civilização do século XVIII. O que do africano se tinha incorporado aos costumes do Norte do Brasil, e que teria vindo com a gente da Bahia e Pernambuco, diluiu-se com a massa de brancos portugueses que penetrou em Minas sem interrupção durante quase um século. O filho do europeu com africana nascia um 'europeu' na língua, nos costumes, na religião, na mentalidade, apagando-se na primeira geração os traços intelectuais da raça de Cam, que só perdurava no tipo antropológico de transição.*[124]

Enquanto registro de memória Lima Júnior tenta construir na imagem do passado mineiro a idéia de que a "mineiridade colonial" chega quase a ser pura, por não haver traços de outra cultura, senão a portuguesa. A origem das características negras da cultura mineira, segundo o autor, advém dos escravos comprados pelos fazendeiros mineiros, no qual estes cativos trouxeram suas experiências de vida e religião, dando assim a forma recente da cultura mineira de aspectos miscigenados.

É preciso levar em consideração que existe uma gama de pesquisas na área da história de Minas Gerais que contestam estas linhas, seja no que diz respeito às práticas culturais dos negros nas Minas coloniais, seja no tráfico inter-provincial[125].

Lima Júnior dispensa a compreensão das relações inter-étnicas com a constituição de famílias. Prefere simplesmente entender pura vontade sexual de homens brancos em satisfazer seus desejos com as mulheres escravas. E atesta isso ao defender a idéia que a

---

[124] Idem. P. 76.

[125] *Conferir*: CASTRO, Hebe Maria M. de. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudoeste escravista-Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.; FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.; PAIVA, Eduardo França . **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.; PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.; PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2002.

miscigenação só trouxe desagravos para a sociedade brasileira, principalmente porque, afirma o autor, que as negras cativas eram mais fecundas que as descendentes dos lusitanos, gerando número considerável de crianças "vivos como demônios, chocarreiros e ladinos, quem não gostaria deles?"[126].

Lima Júnior prefere entender que as crianças mestiças eram muito mais fruto do acaso, descuido, ou ação de mulheres interesseiras do que simplesmente constituição de famílias no seu sentido mais amplo. E pior, afirma que estas gerações colocariam em risco o futuro da civilidade brasileira.

Ou seja, os memorialistas tratados até o presente momento não só questionam como ironizam a possibilidade da existência e manutenção de famílias cativas. Seja pela perspectiva normativa vigente, seja pela forma como desejavam ver as relações entre senhores e escravos, não se permitiam conhecer as relações amorosas existentes. Reporta-se mais uma vez a narrativa de Antonio Congo: nem seus senhores, assim como os cronistas que contaram o drama do escravo africano se permitiram observar a relação de deste com Thereza.

Não dedicaram nenhuma linha a estrutura de suas vidas, se tinham filhos ou não. Narrar a história de Antonio Congo, representou apenas evidenciar a história da punição e do castigo – o primeiro e último enforcamento em Pouso Alegre – assim que a crônica ganhou vida[127]. Adentrar no universo das relações amorosas e das uniões matrimoniais, pelos olhares dos cronistas e viajantes implica em entender seus enunciados, suas estratégias de esquecimentos, os mecanismos de evidenciar aquilo que desejam cristalizar sobre a memória católica, matrimonial, e, principalmente, familiar.

Pensar na vida e na morte de Antonio Congo abre espaço para rastrear e analisar uma segunda narrativa, também sobre um jovem casal, agora contada pelas palavras do Cônego Carvalho.

## 1.3 O drama de Zeferino e Maria Rita

Sempre com caráter de denúncia, mas sem fazer acusações diretas, Carvalho informa ao leitor sobre o desaparecimento de documentação referente à primeira metade do século XIX, nos diversos locais da memória da cidade de Pouso Alegre. Não foram localizados registros da cidade – e nem sobre o Senador José Bento – entre o período de 1834 e 1841. Afirma o memorialista

[126] LIMA JÚNIOR. Op. Cit. P. 77-8.
[127] TOLEDO. Op. Cit. P. 27.

> *Em vão, procuramos descobrir a causa ou os causadores do desaparecimento. As suspeitas caíram sobre um cidadão prestante daquela época. Disseram que por motivos políticos, ele, logo após a morte do Padre José Bento, queimou o arquivo de tanta valia para a cidade. Nunca, porém, foi possível provar o que dizia o povo, à boca pequena.*[128]

Carvalho, então, denuncia o desaparecimento de registros importantes sobre a vida política e pessoal de Senador José Bento. Este fato é peculiar, não só por apontar esta ausência, mas principalmente por ter feito publicamente. Observar o desaparecimento de fontes que indiquem como José Bento viveu, trabalhou, orou e cuidou de suas fazendas seria fundamental para o entendimento da escravidão do sul de Minas Gerais, entre outros aspectos importantes da região. No que tange a este trabalho, saber mais das posses do senador José Bento implicaria em entender quantos escravos possuía, quais eram as suas funções, como viviam e trabalhavam. Será que o senador casava seus cativos?

De qualquer forma, Carvalho conseguiu acesso ao drama de Zeferino e Maria Rita, escravos que tiveram um triste fim nas mãos do benemérito padre senador. "A comovente história de Zeferino da Silva, se desenrolou no período de decadência social e moral de Pouso Alegre, entre os anos de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Império do Brasil de 1837 a 1844". O Cônego não informa porque associa o período da história de Zeferino com a decadência latente de Pouso Alegre, segundo seu olhar. Provavelmente esteja se referindo ao período de vida e morte do Senador pousoalegrense, o qual morreu em uma época em que os mandonismos patriarcalistas estavam em evidência no Brasil.

Da mesma forma, de acordo com a história, não só Zeferino e Maria Rita foram vítimas de uma cilada, como também nada foi feito por eles. Inclusive, se não fosse a história contada pelo Cônego Carvalho não haveria nenhum registro desta narrativa.

Segundo o cônego Benedito Marcílio de Magalhães – Cura da Catedral de Pouso Alegre –, foi comemorado o jubilamento do sacerdote Cônego José Carvalho com a publicação de sua obra, no ano de 1982. *Terra de Bom Jesus* foi publicado no intuito de homenagear o Cônego, o qual realizou levantamento de dados entre as décadas de 1920 e 30[129]. O resultado da sua pesquisa foi a descrição de diferentes acontecimentos considerados relevantes da cidade de Pouso Alegre, principalmente no que tange a questão do nascimento da cidade.

---

[128] CARVALHO. Op. Cit. P. 131.
[129] Idem. P. 05.

Porém, o destaque na obra está na pessoa do senador José Bento, ou, mais especificamente, no romance por trás dos mandonismos de figura tão ilustre, considerada até irrepreensível:

> *A vida e a obra do Padre José Bento comportam um grande romance, com muitas facetas dignas de serem lembradas. Duas criaturas humildes, no entanto, que o serviram com dedicação e que foram depois atiradas ao esquecimento pelo seu senhor: o escravo negro Zeferino da Silva e a preta Maria Rita da Conceição vão merecer as honras de um romance dentro desta história da cidade das Três Colinas, a vida agitada de seu primeiro vigário, O Padre Senador José Bento Ferreira de Mello.*[130]

Em meio às diversas descrições e análises da vida sacerdotal e política do senador José Bento, o autor de *Terra de Bom Jesus* narra uma "romance" esquecido, geralmente apagado das "memórias da cidade". Em meio à agitação política da cidade de Pouso Alegre, a intrigante história de Zeferino da Silva e Maria Rita, um casal de escravos pertencentes ao Senador, ambos trabalhadores domésticos revelou uma das faces da escravidão pousoalegrense.

O cônego Carvalho demonstra em sua obra grande preocupação em manter a hombridade cristalizada do senador José Bento, mas, por outro lado, não deixar de considerar a necessidade em rastrear – e porque não – denunciar os acontecimentos referentes aos cativos da ilustre figura política. Afirma o Cônego que

> *Ninguém, até hoje, se deu ao trabalho de catalogar os negros pertencentes ou a serviço do Padre Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Os seus ilustres biógrafos nem se importaram com a negrada, preferindo relatar os fatos de sua vida sem a participação de seus humildes servidores. Nós, no entanto, queremos salientar a cooperação eficientíssima dos escravos na ascenção do talentoso pároco do Senhor Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre. Descrever a negrada é um dever que se impõe. TERRA DO BOM JESUS passará a ter como seus principais protagonistas, além do Padre Senador, o escravo Zeferino e a preta Maria Rita, fiéis servidores do nababo. Os pobres negros, por causa de um lamentável equívoco e do exagerado orgulho do Padre Senador, tornaram-se réprobos, ladrões e traidores da confiança do amo.* [131]

---

[130] Idem. Pp. 26-7.
[131] Idem. Pp. 31-2.

A intenção do Cônego, mesmo que afirmando unilateralmente que não desejava expor a imagem do senador mineiro, denuncia as posturas de um senhor de escravos, como qualquer outro. Entender a escravidão por meio das ações de um senhor que utilizava da mão-de-obra cativa para seus interesses pessoais, estabelecendo uma rede de trabalho, para a qual utilizava as várias propriedades da família para ter sempre a mão os cativos necessários para o bom cuidado de seus bens, o senador, aos olhos do Cônego, transfigura em imagem muito mais econômica ou política, do que religiosa.

Quatro eram os locais aonde se estabeleciam os cativos comprados pelo senador: na Vendinha, na Vargem do Mandú, no Alto das Cruzes e nas Taipas. No que diz respeito a este aspecto, chama a atenção o fato de ter o Senador os escravos localizados nos quatro cantos da cidade. Organização interessante para o ponto de vista tanto do trabalho e da produção, quanto militar. Apenas os escravos escolhidos para os serviços domésticos ou de guarda pessoal do Senador residiam no centro da vila de Pouso Alegre[132].

Era na fazenda do Engenho que se estabeleciam a maioria dos cativos. Segundo o Cônego escritor "agasalhava tantos escravos, diziam, quantas eram as cabeças de gado espalhadas pelas invernadas sem fim"[133]. Tantos eram os escravos que não tinha como mantê-los em senzalas. Pelo contrário. Como estavam "espalhados pelas diferentes localidades", tanto dentro quanto fora da cidade, é muito mais fácil visualizar os cativos circulando, do que exatamente presos. Pelos lados do Turvo o senador mantinha uma fazenda, na qual o seu irmão, padre Daniel, cuidava e preparava os cativos para o importante membro da família:

> *Contava o Padre José Bento com cem pretos robustos, na maioria jovens arregimentados no Turvo, onde seu irmão, também padre, mas que se dedicava mais à lavoura, à criação do gado nas terras da herança de seu pai e nas terras que os dois irmãos adquiriram posteriormente. Na fazenda da outra banda do Sapucaí, o Padre Daniel os preparava com bastante eficiência. Contava também com outros pretos da Baixada Fluminense, um terço deles, escolhidos a dedo por ocasião da compra.*[134]

Como é visível, a intenção do Cônego é mostrar os traços da escravidão pelas mãos do senador, o qual era conhecido pelas ações políticas e religiosas, mas em *Terra do Bom Jesus* pensava seus cativos como soldados, arregimentados em vários pontos do Ribeirão das Mortes – como que preparados, para quando fosse necessário, investidas militares.

---

[132] Idem. P. 32.
[133] Idem. P. 28.
[134] Idem. Pp. 30-1.

Do ponto de vista da articulação para a lavoura, a disposição dos cativos também permitia acesso às plantações sem desgaste físico. Ou seja, se as plantações do senador e de sua família estavam espalhadas pelos arredores de Pouso Alegre, e os escravos estivessem próximos a elas, não precisariam se desgastar em longas caminhadas.

Mas, o que salta aos olhos é o fato de espalhados pelas redondezas, poderiam entrar pela cidade por qualquer direção. O que seria conveniente do ponto de vista da circulação para venda de ganho, para encontrarem seus afetos e desafetos[135]. Isto dava aos homens e mulheres das fazendas do senador boa dimensão da cidade e de seu entorno, provavelmente facilitando as idas e vindas, para encontros e desencontros.

A preocupação maior do Cônego é descrever os trabalhos destinados ao palacete existente no centro da vila de Pouso Alegre, onde passava a maior parte do tempo, quando o senador estava na região. Segundo a narrativa, José Bento evitava que um cativo permanecesse muito tempo nos afazeres domésticos, trocando sempre quando possível os trabalhadores de posição ou funções. Ação estrategicamente pensada para desarticular qualquer ação interna contra a sua vida[136].

Do ponto de vista dos escravos, isto significava dizer que nem sempre tinham de estar do lado de seu senhor, o que seria grande vantagem. Poderiam articular mais facilmente suas táticas de sobrevivência, dar mais atenção aos seus familiares e parentes, pois não precisavam viajar com freqüência. Permanecer nas propriedades era uma vantagem também por não terem de enfrentar as matas – perigosas, tendo em vista a carga – um senador do Império.

É, então, perceptível, aos olhos do Cônego Carvalho a articulação que o senador fazia para que tivesse sempre uma ordem e controle sobre seus cativos, assim como as ações que desejava ver em prática. Ao adentrar na realidade de José Bento, Carvalho informa que a história de Zeferino e Rita, em parte, é ficção.

É interessante observar o excesso de aspas que o Cônego se utiliza para não colocar em risco nem a sua reputação pessoal, assim como a do senador.

De acordo com os manuscritos encontrados pelos descendentes da família do senador José Bento, na fazenda do Turvo – presumindo que a ortografia era pertencente ao punho do Padre Daniel Leite de Mello – aparece os seguintes dizeres: “Zeferino da Silva foi

---

[135] A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias elaborou excelente discussão, na década de 1980, referente as trabalhadoras de ganho da São Paulo do século XIX. *Cf*: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[136] Segundo o Cônego Carvalho, “Para os trabalhos e cuidados do Sobrado ou a sua residência o Padre José Bento sabia escolher robustos jovens que lhe inspirassem confiança absoluta. Um deles era o seu capataz; outro era o zelador da porta ou o clavário; o último, o transmissor de ordens. As funções se revezavam, tendo o Padre José Bento o cuidado de não deixar, durante muito tempo, um só escravo no mesmo trabalho”. *Cf*: CARVALHO. Op. Cit. Pp. 32-3.

captado no colo de sua mãe, na Costa do Marfim, África. Batizados já aqui no turvo, a mãe recebeu o nome de Doriana e a criança o de Zeferino”[137].

Segundo o Cônego – provavelmente esta seria a parte que se refere a ficção da história de vida de Zeferino, este era descendente da família real de *Diomey*. A partir de então a história passa a ser contada por Joaquim Queirós, o qual o Cônego transcreve suas palavras, para descrever a vida de Zeferino.

> *Doriana era rainha e seu filho o príncipe herdeiro do Reino de Diomey. Diomey foi uma tribo civilizada pelos portugueses, no século dezesseis e situada no interior africano. Em guerra constante com seus vizinhos bárbaros, veio a esfacelar-se, caindo na mais profunda miséria os seus remanescentes. Desta tribo sobreviveram apenas grupos nômades que vagavam pelo litoral, sendo aos poucos dominados pelos povos africanos da beira-mar. Os agentes do tráfico negro, finalmente foram recolhendo os últimos diomeyginos e numa das naus negreiras vieram para o Brasil mãe e filho adquiridos na África por bagatelas de missangas.*[138]

Comprados e levados para as Minas, segundo os relatos de memória, Doriana ficou responsável pelo trabalho de mucama. Na mesma medida, o jovem Zeferino foi educado com esmero pelo Padre Daniel, obtendo habilidades na leitura e na escrita. Segundo o Cônego, o Padre Daniel “teve a pachorra de ensinar-lhe até o clássico latim e não se esqueceu de ministrar-lhe também aulas de bom tom misturadas com a finesse francesa (...)”[139].

Pelos relatos, fica difícil dizer aonde as lendas de Zeferino se mesclam com as histórias de vida desta família cativa africana. Daí observa-se que o Cônego escritor tenta adjetivar os personagens o mais que possível, para dar o tom que deseja na história – uma tragédia romântica.

Para o desenvolvimento da narrativa, o Cônego Carvalho não estava exatamente preocupado em descrever de forma racional o que havia acontecido com Zeferino e Maria Rita, mas desejava ser fiel às informações que dispunha no momento. Como sua intenção primeira era transformar a história do casal em um romance, se permitiu cobrir as lacunas de sua história com seu ponto de vista sobre os personagens.

Ao conhecer Zeferino, segundo os registros, o Senador José Bento logo demonstrou interesse em ver o jovem africano, tão bem versado na civilização, trabalhando no sobrado de Pouso Alegre. Porém, nem sempre o Padre Daniel estava à disposição da família. Desta vez não teve intenção em se desfazer de seu jovem aprendiz e escravo doméstico.

---

[137] Idem. P. 34.
[138] Idem. P. 35.
[139] Idem. Pp. 35-6.

Por nada Padre Daniel se desfaria da família de *Diomey*, porém, pouco tempo depois da investida do senador, Doriana, já acometida por uma doença, faleceu, resultando em extrema depressão para seu filho[140]. Sem ver saída, o Padre Daniel entrou em contato com o irmão, solicitando um favor: que levasse Zeferino até este recuperar-se para voltar ao trabalho no Turvo.

Segundo o registro, o senador era às vezes bom, e às vezes perverso. Porém, Zeferino era sempre bom, o que ocasionava conflitos ácidos no sobrado da vila de Pouso Alegre[141]. O trabalho de Zeferino consistia, basicamente, em guarda-costas:

> *Dócil como ninguém e forte como um touro, Zeferino da Silva calhava bem para guarda-costa do padre político. Por tudo isso, logo que veio para Pouso Alegre, tornou-se o fiel acompanhante de seu amo, o mordomo do Sobrado, cargo que recebeu como prêmio de sua honradez, dedicação e coragem.*[142]

Foi no palacete de Senador José Bento que Zeferino conheceu Maria Rita da Conceição, escrava doméstica. A jovem, com apenas 19 anos, segundo Cônego Carvalho, era "chistosa, encantadora, mesmo para os olhos dos escravos moços e também para os portugueses que, naquela época, perambulavam por essas bandas"[143].

Com o passar do tempo, ambos os cativos passaram a trabalhar juntos no sobrado, resultando seus encontros em amor latente.

Ambos os cativos ficaram responsáveis pelo sobrado, sendo as ordens oriundas de Zeferino. No final de janeiro de 1839[144], dois homens montados a cavalo procuravam o senador por Pouso Alegre. Ao serem indicados sobre o sobrado, Castanho e Deusdedit dirigiram-se para lá.

Identificaram-se para Zeferino como amigos pessoais do senador, e que o procuravam pela promessa de empréstimo a ser investido no plantio de café, nas terras roxas do oeste paulista[145]. Como Zeferino informou que o senador não se encontrava no sobrado, os visitantes solicitaram pouso, para retornarem a São Paulo.

O sobrado estava em reforma. Afirma o Cônego Carvalho que Zeferino ofereceu a alcova do senador. Mesmo contrariada, e, ainda, tentando alertar o cativo, Maria Rita arrumou o quarto para os visitantes[146].

---

[140] Idem. P. 37.
[141] Idem. P. 39.
[142] Idem. P. 33.
[143] Idem. P. 123.
[144] Idem. P. 153.
[145] Idem. P. 154.
[146] Idem. P. 155.

Inesperadamente, os visitantes alegaram pressa e no amanhecer do 3º dia foram embora. Apenas ao término de abril o padre senador retornou ao sul de Minas. Segundo o Cônego, Zeferino tratou de contar a história dos viajantes ao seu senhor. O senador então revelou a boa amizade para com Castanho, pertencente a uma tradicional família de Campanha da Princesa e Deusdedit, paulista de nascimento[147].

O senador dirige-se aos aposentos, após o jantar. Passaram-se alguns segundos e retorna para a sala gritando furiosamente pelo nome de Zeferino. Mais do que nunca, travestido de senhor, o senador pergunta por quem teria mexido na cômoda de jacarandá. Zeferino afirma que fora os visitantes e Maria Rita, ninguém mais entrara nos aposentos[148]. Insistentes vezes Zeferino afirmou, em lágrimas, ao senador que nem ele, nem Maria Rita tinham pego no dinheiro existente na gaveta da cômoda. O senador voltou à alcova afirmando que os colocaria na cadeia se o dinheiro não aparecesse na manhã seguinte.

Como o dinheiro não apareceu, ao meio-dia Zeferino foi obrigado a depor[149]. Após esclarecimentos ao delegado, este, muito mais pelo senador, deixou Zeferino alguns dias na cadeia. Maria Rita foi levada ao Engenho, para trabalhar na moagem da cana[150]. Foi aí que o delegado deu ultimato: se não chamar Castanho e Deusdedit para depor, tendo em vista que não tinha como manter Zeferino na cadeia, o caso seria encerrado. Como o senador não desejava ficar em saias justas com os amigos, resolveu libertar o cativo da delegacia.

Zeferino, após ouvir os impropérios do senador, foi realizar seus trabalhos no engenho, junto de Maria Rita. Afirma o Cônego, por fim, que Zeferino, muito enfermo, subiu até o cemitério velho e ficou lá, dia após dia, acendendo velas e pedindo perdão, até sua morte[151].

Castanho e Deusdedit chegaram até a confessar terem "tomado o dinheiro de empréstimo", ao encontrarem o senador, tempos depois. O Cônego também afirma que ao saber a verdade o senador solicitou que trouxessem o cativo de volta, porém, o mesmo se recusara a voltar ao sobrado.

O romance do Cônego chama a atenção para esta discussão sobre dois aspectos. Primeiramente, por colocar em xeque a imagem do senador José Bento, discutindo suas posturas enquanto senhor de escravos – imagem geralmente esquecida em Pouso Alegre. Em segundo lugar, chama a atenção para o romance que, com o desenrolar da história, ganha contornos mais nítidos. A despeito dos mandonismos de seu senhor, Maria Rita e Zeferino permaneceram juntos, até o fim de seus dias.

---

[147] Idem. P. 157.
[148] Idem. P. 158.
[149] Idem. P. 160.
[150] Idem. P. 162.
[151] Idem. P. 165.

Informa o Cônego que Maria Rita seguiu Zeferino até o cemitério velho, cuidando-o e alimentando-o até sua morte. É difícil saber como foi a vida do casal, se tiveram filhos, em que trabalharam, ao saírem das propriedades do senador. Porém, a história revela os mecanismos de reconhecimento e negação da família escrava. Era notório no sobrado que os dois eram vistos como casal, e o mecanismo de punição engendrado foi, em primeiro lugar, a separação – quando Zeferino foi preso. As tentativas de separação de casais era um dos muitos meios de punir os cativos, para que aceitassem mais facilmente os desmandos de seus senhores.

Analisar a história deste casal, então, implica em entender os mecanismos de desarticulação da família escrava e suas redes de sociabilidades para além das ações convencionais. A imagem que se edificou na historiografia a respeito da quebra da família escrava está associada à venda, morte ou fuga de escravos.

Este não é o caso de Zeferino e Maria Rita. Pelo contrário, seus encontros e desencontros são frutos da tentativa de perpetuá-los no sobrado. Pela história, o senador sentiu-se traído. A punição não foi colocá-los a ferros. Mas, afastá-los da presença do padre senador.

A situação era complicada para José Bento, pois seriam públicas suas ações contra o casal, e sua imagem poderia ser afetada, enquanto padre. Na mesma medida, sua imagem também seria afetada enquanto senhor, caso não demonstrasse à cidade e a outros cativos e/ou alforriados, quais seriam as punições de um escravo ingrato.

Enquanto senhor de escravo, o senador criou uma outra condição: a impossibilidade de venda dos escravos. Pois, ao levar Zeferino para a cadeia, publicizou o "crime", causando dúvidas sobre a figura dos seus cativos domésticos.

A partir da história contada sobre Zeferino e Maria Rita, remete-se, mais uma vez a Antonio Congo e sua esposa. É possível compreender as balizas que os cronistas e memorialistas pousoalegrenses tentaram forjar no passado da cidade. A história causa intriga, na medida em que tenta edificar na memória a imagem de uma cidade onde não se mata, se recrimina ou se pune publicamente.

Se por um lado a narrativa de Zeferino resiste ao fato de que sua história foi contada e recontada, colocando em evidência a cristalizada imagem imaculada do padre senador José Bento, da mesma maneira, a crônica de Antonio Congo também mancha a imagem do sistema judiciário local.

Não é a toa que na história de Antonio Congo, o qual foi penalizado com a morte por ter assassinado o seu senhor que deitara por longos anos com sua esposa, é perceptível a tentativa de vigiar e controlar a população escrava. Diferentemente do senhor, que agredia a

moral do cativo, Antonio foi considerado o criminoso. Este era o crime a ser punido exemplarmente.

No que diz respeito a circulação de informações, é cedo dizer que não chegavam até as fazendas. Afinal de contas, na construção das famílias abençoadas pela Igreja, é possível observar uma rede de sociabilidade aonde os cativos sabiam, exatamente, como se articular dentro dela. Então, acredita-se que a informação circulava, por outro lado, eles captavam aquilo que era possível e interessante no momento.

Elione Guimarães entende as brigas e agressões não como manifestações da fúria ou do acaso, mas como ações conseqüentes de lutas e tensões construídas em um tempo e espaço. Ou seja, ela se propõe a entender as lutas como construções sociais e coletivas. Da mesma maneira que as famílias buscam as uniões, para melhor sobreviverem, em alguns momentos, os sujeitos buscam as disputam para garantirem espaços de atuação. Seja na família ou no trabalho[152].

Por isso que Elione Guimarães entende que a busca pela sobrevivência implica na disputa de ordem material, afetiva ou simbólica. Por estas três instâncias, as pessoas se desentendem, brigam e até cometem assassinato. Isto não seria diferente para as populações pobres, negras, livres ou escravas, dentro ou fora de suas famílias[153].

Ao observar mais cuidadosamente os autores responsáveis por contar a história de Pouso Alegre, pode-se ver que a presença dos trabalhadores e, principalmente, dos cativos é inexistente nos textos. Seja pela tipificação dos trabalhadores das ruas e pedintes, os quais se tornam risíveis para os leitores[154]; seja pela condescendência que o autor tem perante cativos e famílias pobres, destituindo-os do quadro de sujeitos ativos[155]; ou, ainda, por completo esquecimento (e mesmo desinteresse) em observar o cotidiano dos trabalhadores comuns[156], os cronistas e memorialistas embelezam e organizam a história de Pouso Alegre através da tradição familiar colonial portuguesa[157].

---

[152] Segundo Guimarães "a violência e o conflito entre cativos foram estudados através das manifestações criminais denunciadas à justiça e nos registros preservados pelo tempo. Pretende-se verificar a quebra dos laços de solidariedade manifestando-se em situações de conflito nas relações comunitárias (lazer, família, trabalho) e na convivência entre a população escrava. Acredito que as agressões físicas, tentativas de homicídio e assassinato entre parceiros de cativeiro não foram explosões repentinas e fúteis e sim o resultado de tensões e conflitos latentes gerados nas relações cotidianas da comunidade cativa. Embora os laços de solidariedade provavelmente tenham sido predominantes, a comunidade escrava vivenciou a violência entre seus membros na disputa por bens suplementares de ordem material, afetiva ou simbólica, na busca por melhores condições de existência". *Cf:* GUIMARÃES. Op. Cit. P. 108.
[153] Idem. P. 108.
[154] TOLEDO. Alvarina Amaral de Oliveira. **Uma história que já vai longe**... Niterói: Gráfica Falcão, 1997, P. 129-131.
[155] CARVALHO. Op. Cit.
[156] GOUVÊA. Op. Cit.
[157] FIGUEIREDO. Op. Cit. P. 29.

Cônego Carvalhinho talvez não fosse exatamente diferente de seus concidadãos, porém, ameaçou a ordem vigente, inclusive no nível católico, ao questionar figura política e religiosa proeminente. De qualquer forma, sua narrativa resiste e questiona esta imagem, na mesma medida em que coloca em evidência uma história de amor. Independente dos mandonismos de senhor, Zeferino e Maria Rita continuaram juntos, até o fim, no antigo cemitério, reafirmando a permanência do relacionamento, assim como da própria constituição da família. Compreender a união de Zeferino e Maria Rita enquanto família implica em entender a dignidade de suas atitudes.

Independente da forma como o poder jurídico interpretou quem seria o agressor e o agredido, Antonio Congo matou por amor, lutando e resistindo contra a prepotência de seu senhor. Amou até o seu fim. Thereza, sua esposa, foi silenciada pelo seu senhor, pela justiça, pelos cronistas, morreu sem ser ouvida, morreu sem seu amor – seja ele quem quer que seja.

É a memória que conecta estes elos, próximos pela localidade e pela época, pela luta e resistência diária, pelas formas que chegaram até a atualidade, pelo triste fim que tiveram, julgados não somente pelo que fizeram, mas pelo que acreditaram fazer. Estas são uma das muitas realidades de homens, mulheres e crianças negras e escravas que tiveram de vivenciar, para conseguirem se manter perto de seus familiares.

No próximo capítulo serão analisadas as formas como as manifestações dos sentimentos de pertencimento, de família, de consangüinidade e parcerias serão tratadas nas vendas e compras de cativos.

# CAPÍTULO 2

# O VALOR DA SEPARAÇÃO

Este capítulo intenta compreender as tentativas de legitimação da venda dos escravos, em meio à análise das construções familiares cativas a revelia das escrituras de vendas, compras e/ou trocas de cativos do Cartório da cidade de Silvianópolis – conhecida no século XIX por Santa Anna do Sapucahy.

Busca-se entender como as famílias negras resistiram e viveram em meio às tensas relações sociais, assim como discutir os processos de desagregação e/ou fortalecimento destas famílias, por meio das fontes bem como o diálogo recorrente da historiografia a respeito do papel das escrituras como instrumentos que permitem compreender as redes de sociabilidades evidenciadas.

A problemática do capítulo diz respeito não só as compreensões em como estas famílias se organizaram, lutaram e resistiram, buscando seus iguais, entendendo também os significados simbólicos e materiais de suas uniões, assim como das separações forçadas. Se existe um peso dado à união, e na forma como estas uniões se constituíram, também é possível entender o peso da separação, principalmente pelo fato de serem familiares, gerações, amigos e apadrinhados que por décadas tentaram estabelecer seus marcos identitários.

## 2.1 Nos rastros das "escripturas"

O papel das escrituras era garantir a posse sobre o escravo, efetivando não só a venda, como também definindo o valor pago pela pessoa, assim como a confirmação de que o valor acertado fora pago de fato.

A escritura também era documento que comprovava o pagamento da Siza – 5% do valor dos escravos comercializados – tendo em vista, como afirma Chalhoub, que os colaboradores de escravos tinham meios de burlar os impostos imperiais[158].

Estudar as redes familiares articuladas pelas negras famílias do sul de Minas Gerais exige leitura cuidadosa das fontes, não apenas para enumerar e catalogar quantidades de famílias, mulheres solteiras com ou sem filhos, mas necessariamente entender o que estes números revelam. Thompson, em *Costumes em comum* lança seu olhar sobre os registros

[158] Ao analisar o vendedor de escravos Velludo, Chalhoub observa os mecanismos de atuação de compradores e vendedores, para evitarem pagar impostos em todas as etapas de venda de peças. *Cf*: CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Op. Cit.

oficiais relativos à produção de trigo do século XVIII, para entender, na Inglaterra os mecanismos de venda, compra e controle da produção deste, bem como de outros produtos[159].

O historiador inglês chama atenção à relação entre a função do documento, quando produzido e aos mecanismos de análise engendrados pelos historiadores. Analisados como discursos, tentativas de efetivação de um efeito de verdade, Thompson entende os textos do século XVIII inglês como mecanismos e articulações de poder. As escrituras também são enunciados[160], nos quais são revelados intenções, desejos, tentativas de convencimentos, além de negociações de preços e "peças de escravos".

Independente da vontade de seus senhores, compradores ou mesmo dos dispositivos normativos da Coletoria Municipal, na trama da escritura vislumbra-se as artimanhas dos cativos, seja por meio das formas que se organizavam em família, pela descrição dos números de filhos, ou pais, vivos ou falecidos. A composição familiar se torna mais nítida, revelando também seus desejos e angústias. Conhecer a realidade familiar de cativos e forros representa, por meio da leitura multifacetada dos dados, a compreensão de significados das ações ali registradas.

No que diz respeito ao levantamento de dados cartoriais feitos para este texto, informações importantes foram encontradas para entender o sentido de família organizado e gerido, tanto pelos cativos, quanto pelos seus próprios senhores. Parte da pesquisa se deu no Cartório da Cidade de Silvianópolis, no qual foram encontradas caixas com escrituras de compra, venda e troca de escravos, no decorrer do século XIX.

As discussões que se seguem dizem respeito ao período de 1876-1880. Foram analisadas 36 escrituras de compra, venda ou troca de escravos, as quais davam conta de 50 escravos, divididos da seguinte maneira:

33 mulheres e 17 homens foram vendidos ou trocados. Ou seja, nas últimas décadas da escravidão do Brasil a preocupação maior era vender as cativas para os senhores, principalmente localizados nos interiores. A busca maior por mulheres se dava ao fato de serem encontradas em menor número nas fazendas, o que impossibilitava a constituição de famílias e a conseqüente da reprodução de descendentes. Na perspectiva dos senhores, para que o plantel se perpetuasse, com o fim do tráfico, era necessário comprar, dentro da província, mulheres, em condições de ter filhos.

Desta maneira, reporta-se ao interesse em comprar estas mulheres escravas. A final de contas existia o interesse em vendê-las, porque existia o interesse dos senhores em comprá-las. Na mesma medida em que circulava o discurso recorrente – analisado em páginas

[159] THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[160] FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, P. 23.

anteriores – o qual afirmava que a elite produtora oitocentista via apenas a promiscuidade latente entre os escravos, nas senzalas, defendia-se também a necessidade dos senhores em possuir escravos nascidos em suas próprias terras. Como a grande maioria dos plantéis era constituída por maioria maciça de homens, os senhores se viam obrigados a adquirir mulheres para que nascessem mais crianças a cada ano.

Outra condição importante para os senhores era que muitas dessas mulheres foram vendidas com suas crianças – ainda ingênuas. Cuidar das crianças ficava oneroso, principalmente após a Lei de 28 de setembro de 1871. Da mesma forma, a preocupação dos senhores era ainda muito mais com a sua produção. Para os senhores que compravam as mulheres com crianças, esta aquisição representava ganhos, tendo em vista que a presença da criança atestava a saúde destas mulheres – principalmente para gerar novas crianças, como também seria possuidor de dois escravos pelo preço de um.

Das mulheres, 10 eram menores de 18 anos; 30 eram solteiras; duas eram viúvas e uma nada constava sobre sua condição conjugal. As 10 jovens moças eram solteiras – algumas delas, inclusive menores de 12 anos. Chama a atenção o fato de que essas jovens, e, algumas mulheres maduras, não tinham contraído matrimônio.

Seja por seu próprio desinteresse ou pela não obrigatoriedade de seus senhores, elas simplesmente constituíram suas redes de sociabilidade fora das relações eclesiásticas. Nos documentos arrolados foram encontradas oito famílias em situação de venda, das quais seis das mães eram solteiras, revelando que estas mulheres não desejavam atender aos anseios de seus senhores. Por mais que os fazendeiros comprassem mulheres escravas para determinar modelos de uniões, estas mulheres burlavam as intenções de seus senhores, relacionando-se com os homens que desejavam. O projeto de família proposto pelos senhores de escravos, na maioria das vezes, não se efetivava. De acordo com Eni de Mesquita Sâmara, em *A família brasileira*, a maioria das famílias era composta por mulheres solteiras, ou desacompanhadas oficialmente, de acordo com a Igreja Católica[161].

Nas Escrituras arroladas, apenas uma única mulher não tinha nenhuma referência sobre sua condição conjugal. Fato que chama a atenção exatamente pelo motivo de todas as outras mulheres ter esclarecido sua situação nas escrituras. Será muito difícil identificar o motivo da exclusão da informação. Seria esquecimento do escrivão? O senhor negou as informações, por desconhecimento? A própria escrava, no caso, Margarida, de mais ou menos 17 anos de idade, teria escondido este dado[162]?

---

[161] SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986, P. 16.

[162] Escriptura de venda dos escravos Cassiana, Isabel, Sebastião, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

Entre as mulheres encontradas nas escrituras, suas profissões foram divididas em nove cozinheiras; sete no serviço doméstico; quatro sem profissão apresentada; duas tecelãs; três costureiras; sete mulheres nada constavam sobre seus misteres e uma não foi possível identificar se tinha ou não profissão declarada, pois o documento estava incompleto.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer os termos, "sem profissão" e "nada consta". Quando o escrivão informava que os cativos não tinham profissão, ele mesmo escrevia. O que significa dizer que esta informação era passada pelo senhor. Quando não foi localizada nenhuma informação sobre o mister dos cativos, foi escrito na pesquisa o termo "nada consta". Identificar estas diferenças é fundamental para não confundir a interpretação do historiador com as informações encontradas nos arrolamentos feitos.

Em segundo lugar, como estas mulheres eram responsáveis pelo cuidado de seus lares, assim como de seus filhos, realizavam diferentes tarefas. Seja prestando serviços domésticos, cozinhando, tecendo ou costurando, parte de seu tempo dedicavam-se as obrigações da casa de seus senhores, outra parte era dedicada ao trabalho de ganho, o qual gerava as condições necessárias para a sua sobrevivência e a de seus filhos.

Outro motivo importante é, pelo que pode ser percebido em relação ao valor dos cativos no momento da negociação do preço, em relação ao conhecimento ou habilidade que o mesmo detinha. Primeiramente, foi localizada considerável oscilação no preço dos escravos.

Por exemplo, na troca entre o Major Feliciano José Teixeira e o Capitão Cyrino Marques Teixeira, ambos consideraram pertinentes que suas escravas tivessem o mesmo valor de 800$000[163]. Porém, Delfina, pertencente ao Major, tinha apenas 12 anos de idade; já Christina, pertencente ao Capitão, tinha 22 anos. Mas, chama a atenção o fato de ambas serem registradas como "sem profissão". Ou seja, entende-se que o valor poderia ser o mesmo, levando-se em consideração a diferença de idades e o fato de ambas não terem um trabalho oficialmente.

Porém, ao avaliar o caso da venda feita entre João Ferreira do Amaral e Antonio Joaquim da Fonseca, surge outra situação[164]. Ritta, uma jovem solteira de 15 anos de idade foi vendida, no mesmo mês por um valor bem mais baixo que Delfina e Christina. Ritta, para seu senhor, valia 600$000, mesmo sendo registrada com a habilidade em costura. O ofício, então, por si só, não poderia ser o definidor do preço. Obviamente, era levada em consideração a condição do cativo como um todo: sexo, idade, doenças e lesões.

---

[163] Escriptura de troca das escravas Delfina pela Christina. Outorgante Major Feliciano José Teixeira e Outorgado Capitão Marques Teixeira. 09 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

[164] Escriptura de venda da escrava Ritta. Outorgante João Ferreira do Amaral e Outorgado Antonio Joaquim da Fonseca. 15 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

Condições externas ao corpo do escravo também eram consideradas, tais como condição conjugal, filhos – jovens ou ingênuos – impossibilidades no trabalho, como "indocilidade", e, por fim, a negociação em si. Parte considerável das escrituras apresentou venda ou troca de cativos entre compadres ou familiares, o que significa dizer que a negociação perpassou pelas relações provincianas de compadrio, para não ofender a outra parte, e, o mais importante, concluir a venda ou troca. O valor dos escravos, então, era extremamente subjetivo (ANEXO 1).

Um dos primeiros historiadores preocupado com os estudos da escravidão no Brasil, interessado em articular um novo método de pesquisa, foi Sidney Chalhoub. Em suas diversas obras podem ser observadas tentativas bastante oportunas para pensar a escravidão no Brasil, *grosso modo*, e, em cada região do país, dando as devidas especificidades.

Ao apresentar seu objeto de pesquisa, o autor de *Machado de Assis historiador* demonstra como a obra machadiana, que lhe era cara, tornou-se foco de observação e compreensão da sociedade do Rio, principalmente no que diz respeito à construção da escravidão brasileira[165] e das táticas de resistência apresentadas em obra literária, não como descrição da realidade tal qual, mas como forma de problematizar e transformar em ficção sua percepção das relações de poder entre os senhores e escravos, apontando para a existência de táticas de resistências destes e para as formas de negociação possíveis.

Querendo ou não, segundo o autor, o peso das decisões do senhor/proprietário incide de formas diversas na vida dos moradores das fazendas. Esta manifestação de inércia de poder se dá tanto na vida como na morte, como é o caso da análise em *Helena*. Os principais documentos trabalhados pelo autor para entender esta lógica foram, além das obras de Machado de Assis, os inventários *post-mortem*, no qual problematiza as tensas relações de poder, entre senhores e escravos, na corte imperial.

O latente campo de tensão entre herdeiros, agregados e escravos demonstra como a vida da fazenda dependia das diversas vontades do leito de morte do senhor. Como afirma Chalhoub, *a priori*, eram os escravos que sofriam com estas disputas, pois para acertar as contas realizadas, geralmente famílias e/ou comunidades eram divididas[166] em doações ou mesmo em vendas, para pagar dívidas. O que aponta para a instabilidade e incertezas de perspectivas de futuro por parte dos cativos.

Este era muitas vezes o caso dos cativos das Escrituras arroladas. Maria era fruto de complicada doação, que gerou dois vendedores, Antonio Carlos Ribeiro e Gabriel José da Silveira, e um comprador, José Bernardino Pereira

---

[165] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, Pp. 09-10.
[166] Idem. Pp. 19-20.

> *Antonio Carlos Ribeiro de Andrade me foi dito que é senhor e possuidor com livre e geral administração e sem embaraço de partes da escrava Maria, preta, de vinte a nove annos de idade, solteira, cosinheira e domtia(sic) e seu filho Antonio, pardo de dose annos de idade, natural desta freguesia, sem profissão, que trocarão por doação que lhe faz seu sogro José Joaquim de Campos; e pelo outorgado Gabriel José da Silveira me foi dito que também é senhor e possuidor com livre e geral administração de duas partes nos mesmos escravos acima que houve por herança de seu finado sogro Domingos Francisco de Castro e compra do herdeiro Antonio Gomes Porto; cujas partes ambos os outorgantes venderão, exceptuada a parte pertencente ao herdeiro Domingos Francisco de Castro, como vendidos tem de hoje para sempre e sem constrangimento do outorgado José Bernardino Pereira, sendo o primeiro outorgante pelo preço de quinhentos e cincoenta mil reis e o segundo outorgante pelo preço de seiscentos e settenta mil reis, prefasendo tudo a quantia de um conto dusentos e vinte e cinco mil reis.* [167]

Tentando entender as muitas partes na qual Maria foi divida, o importante é que tinham muitos interessados e herdeiros em seu preço. Os valores acertados e pagos, não são mais importantes para este texto do que o fato de que ocorreu intensa discussão a respeito de quanto e quem receberia Maria e seu filho. Com uma criança em idade de aprender ofícios, Maria não estava sozinha, mas separada de seus pais e compadres, seria necessário estabelecer novas condutas e rearranjos sociais.

Na mesma medida, se apenas partes dos escravos foram vendidos, significa dizer que ela não foi para muito longe, permanecendo dentro da rede de sociabilidade de seus muitos senhores, o que quer dizer que também não se deslocou completamente de suas antigas redes familiares. Como problematiza Chalhoub, os desejos de seus senhores eram soberanos, mas isto não significa dizer que as relações de poder estavam dadas. Os escravos sabiam como se articular diante dos mandonismos senhoriais, principalmente quando não se separavam completamente de seus familiares e amigos.

Dos 17 homens encontrados nas escrituras de Silvianópolis, oito eram menores de 18 anos. 14 eram solteiros; três nada constavam sobre sua situação conjugal. Sobre seus misteres, cinco eram sem profissão; três prestavam serviços domésticos; três lavradores; um tropeiro; um ferreiro e dois nada constavam sobre suas profissões. Das escrituras, nenhuma demonstrou registro de venda de homens casados. Na realidade mineira, o número de mulheres que constituíam famílias sem a dependência de seus companheiros era considerável.

[167] Escriptura de compra e venda dos escravos Maria e Antonio. Outorgante Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Gabriel José da Silveira e Outorgado José Bernardino Pereira. 1º de setembro de 1877.

A partir de ampla bibliografia catalogada por este historiador, principalmente de cunho inglês, Chalhoub apresentou perspectivas diversas em como manipular as fontes documentais, principalmente cartoriais. Em seus estudos, o historiador carioca observa a possibilidade em analisar detalhes na documentação, que, na verdade revelam facetas de cotidianos esquecidos e marginalizados. Mais do que isso, afirma Chalhoub, "são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos"[168].

Para entender a rede de conflitos e jogos de poder entre aqueles que viverem em tempos de escravidão, Sidney Chalhoub entende a necessidade em compreender o papel social escrito e vivido por aqueles que foram afogados em documentações e discursos jurídicos. Esta percepção da fonte só ocorre para o historiador interessado em rastrear os fatos. Pois, diferentemente do que acreditaram os historiadores positivistas, é preciso rastrear e construir o passado, a partir da realidade vivida e dos interesses inerentes da disciplina da história[169].

Graças a esta intenção de leitura das fontes, Chalhoub se propôs a repensar a estrutura da escravidão sobre outra peculiaridade. Afirma o historiador que

> *Em outras palavras, o problema é reconhecer a presença da classe senhorial na forma como os escravos pensavam e organizavam seu mundo e, ao mesmo tempo, entender que os escravos instituíam seu próprio mundo mesmo sob a violência e as condições difíceis do cativeiro, sendo que a compreensão que tinham de sua situação não pode ser jamais reduzida às letras senhoriais de tal situação. Mais recentemente, vários historiadores perceberam que uma forma de analisar esta questão seria a investigação daquilo que os negros, assim como os proprietários e os governantes, tinham a dizer a respeito do significado da liberdade naqueles anos decisivos de crise da instituição de escravidão e de guerra civil.*[170]

Assim, atualmente, estudar a escravidão em diferentes províncias brasileiras representa não mais entender o universo dos senhores, para depois entender a vida dos escravos. Da mesma forma, não significa analisar a vida do escravo, ou a escravidão por si só. Mas, se propor a entender as diversas manifestações negras, dentro ou fora da fazenda, construindo ou destruindo as imagens elaboradas por senhores de escravos, párocos ou demais sujeitos.

Agora, é a visão de mundo dos homens e mulheres negros que interessa ao historiador. Somente eles tinham uma visão do que entendiam e sentiam, diariamente, sobre o

---

[168] CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Op. Cit. P. 17.
[169] Idem. P. 18.
[170] Idem. P. 26.

sentido da liberdade, a despeito de senhores e abolicionistas, ou mesmo nos processos de vendas e trocas.

No que diz respeito aos estudos mais clássicos sobre a escravidão no Brasil, uma importante referência é Ciro Flamarion Cardoso. Em sua obra intitulada *A Afro-américa*, debate a escravidão na América, assim como os mecanismos econômicos que a engendravam, sempre limitando e tolhendo os cativos, impossibilitados de manifestarem-se de alguma forma, inclusive em processos de venda.

Em suas análises chama a atenção para a necessidade do historiador se propor em ouvir as vozes dos cativos, pois, pelo fato deles, em sua grande maioria não saberem ler nem escrever, poucos ou nenhum registros deixaram. Aos historiadores restavam as fontes oficiais, laicas ou seculares, as quais apresentavam indiretamente a figura dos cativos e libertos. Cardoso aponta também o papel de viajantes e observadores diversos que, a seus modos, descreveram suas impressões sobre a população local, em meio a escravidão dos negros da África[171], quebrando, então, com o domínio da fonte oficial.

Para este trabalho, a contribuição de Ciro Flamarion Cardoso foi fundamental para a atenção que se voltou, naquele momento, para o escravo, e não para a economia colonial ou para a escravidão veiculada por Portugal. No que diz respeito à escravidão em Minas, Ciro Cardoso chama a atenção para alguns detalhes:

> *Nas minas constatava-se uma presença mais visível do estado, o caráter temporário das concessões levando à necessidade de explorá-las com rapidez e portanto à existência de incentivos à produtividade. Isto abria maior possibilidade para acumulação de um pecúlio pelo escravo, e por conseguinte facilitava a obtenção da alforria. (...) Os escravos urbanos gozavam, pela força das coisas, de maior liberdade de movimentos, numa sociedade mais variada que a rural, tendo acesso a atividades de muitos tipos – artesãos, carregadores, escravos de aluguel, vendedores, etc. – , o que em circunstâncias favoráveis facultava a acumulação de pecúlio e a compra da liberdade, além de as condições sociais urbanas abrirem maiores possibilidades aos libertos. Finalmente, os escravos domésticos eram até certo ponto privilegiados em comparação com os demais; em compensação, porém, estavam sob vigilância constante dos brancos, dos senhores: humildade, obediência e fidelidade poderiam abrir-lhes o caminho da alforria, mas qualquer infração os ameaçava com o envio para a roça, a venda para engenhos e minas.*[172]

[171] CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A afro-américa**: a escravidão no novo mundo. 2ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1984, P. 7. (Tudo é história, nº44)
[172] Idem. P. 27.

A partir da citação acima, três peculiaridades precisam ser discutidas. A primeira diz respeito à presença do Estado mais visível, comparando-se a outras províncias do Brasil. De fato, as documentações de época revelam um Estado bastante interessado em saber o que está acontecendo nos cantos e recantos da província mineira, contudo a comparação com a situação de outras províncias foge com a proposta deste trabalho. Não é a toa que a maioria dos historiadores apresenta as estatísticas, censos e relatórios provinciais solicitados às comarcas com bastante periodicidade. Esta documentação pode ser encontrada no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Em segundo lugar, Cardoso afirma que a presença do Estado traz consigo um processo de urbanização não tão efervescente quanto às sedes das províncias, por outro lado, garante uma teia de articulações e sobrevivências. Os cativos ampliaram as possibilidades de usos do espaço e sociabilidades diversas puderam ser montadas e desmontadas. Ao realizarem trabalhos urbanos, como tecelagem, sapataria, serviços de ganhos e domésticos, os escravos se aproximavam da compra de suas alforrias, evitando assim a temida separação mediante a venda.

Vale ressaltar que o exercício do convívio com moradores e transeuntes das vilas e cidades permitiu também a convivência com sujeitos diversos. Para a manutenção e prolongamento das uniões – formais ou não – entre homens e mulheres fez com que o número de famílias com escravos, livres e forros fosse sempre uma constante.

Por fim, em terceiro lugar, diferentemente das fazendas, o trabalho doméstico era entendido como uma função de certo destaque. Segundo Cardoso, os escravos e escravas que realizavam trabalhos domésticos, não sofriam como no trabalho pesado da lavoura, ou nas minas.

Para esta pesquisa, é difícil dimensionar o trabalho doméstico, sendo mais brando ou não do que o trabalho na lavoura. Não deve ser fácil cuidar de uma casa, com ou sem senhora – repleta de crianças, cômodos e desejos a serem satisfeitos, independente da hora. Afinal de contas, tanto o trabalho das minas como o da lavoura, se encerrava ao entardecer, o que não acontecia na sede da propriedade.

De qualquer forma, é inegável que o trabalho doméstico oferecia o acesso a rua, a feira, a igreja e seus arredores que nenhum dos outros serviços da fazenda proporcionava. Com a plasticidade em realizar o trabalho da casa e, ao mesmo tempo, realizar atividades extras, seria possível em um futuro não muito distante conquistar a alforria, ou, pelo menos, evitar as escrituras de vendas. A questão, como menciona Cardoso, está na predileção dos senhores pelos trabalhadores domésticos. A mesma mão que oferecia gratidão e

reconhecimento pelo cuidado com a intimidade da sede, também poderia revogar a liberdade por qualquer insubordinação do cativo, perpetuando, assim, o paternalismo e a subserviência.

Keila Grinberg chama a atenção para dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a falta de atenção que o público, de modo geral, assim como os historiadores pouco se preocupou com os processos de reescravização. A autora discute a necessidade dos leitores das fontes dos séculos XVIII e XIX atentarem-se para o fato de libertos serem reescravizados por motivos diversos. Atentar para a escravização ilegal seria uma nova área de interesse dos historiadores que pesquisam temas ligados à escravidão.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de Grinberg encontrar processos de reescravização em Minas Gerais, o que indica ao fato de que isto pode ter ocorrido no sul de Minas. A autora alimenta a idéia de que é necessário ficar atento a história seriada, na qual a compilação dos dados em décadas permite encontrar a história de vida das populações negras do sul de Minas, de geração a geração, localizando paradeiros, assim como projetos bem ou mal sucedidos de constituição familiar[173].

Dois aspectos importantes podem ser destacados no raciocínio da autora. Em primeiro lugar, o fato dos ex-escravos serem ameaçados de diferentes formas de perderem seus direitos a liberdade. Sejam através de métodos lícitos ou não, os senhores, muitas vezes, sentiam-se a vontade para reaverem seus escravos sempre que julgassem conveniente. Na mesma medida, a autora chama a atenção para os mecanismos elaborados pelos libertos para impedirem que seus antigos senhores tomassem tais atitudes.

A segunda peculiaridade das discussões da autora está na forma como os homens do direito viam e discutiam o assunto da escravidão e reescravização dos libertos. A partir de então, a revogação da alforria passou a ser um item importante na discussão sobre a libertação dos escravos, assim como sobre o direito adquirido[174].

As maneiras de conviver, entre senhores e escravos, estimulou também o surgimento de mecanismos para segurar os cativos na propriedade. Na verdade, para entender a fixação do escravo nas terras do senhor, é preciso observar a trama das relações constituídas por estes sujeitos, seus embates, suas ações, e, principalmente, suas intenções e perspectivas de futuro.

O interessante neste momento é pensar na dinâmica das relações. Principalmente pelo fato de que em algumas propriedades, na medida em que os senhores negociavam as moradias diante de algumas exigências, nem sempre eram cumpridas a risca pelos cativos. Em

---

[173] GRINBERG, Keila. "Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX". In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria N. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, P. 103.
[174] Idem. P. 104.

outras circunstâncias, quando os cativos adquiriam bens, por exemplo, ou quando constituíam famílias, ou se tornavam detentores de um saber/fazer ligado ao seu ofício, geravam possíveis prejuízos ao senhor, se este não negociasse as condições de sobrevivência[175].

Para garantir a manutenção da mão-de-obra escrava, assim como sua reprodução, era interessante para o senhor que os cativos tivessem as mínimas condições para criarem seus filhos. Daí a necessidade da terra para os cativos – principalmente casados.

Por outro lado, ao conquistarem a alforria de alguns membros da família – geralmente em primeiro lugar a da esposa – ou casando-se com um forro ou livre, o cativo questionava o tempo de permanência na propriedade do senhor. Rendido pelo conhecimento que o cativo detinha, o qual, ausentando-se, prejudicava a manutenção da casa ou da fazenda, o senhor se via obrigado a oferecer-lhe parte da terra.

Em ambos os casos, o senhor perdia a obrigação em garantir a sobrevivência dos cativos. Por outro lado, os cativos conquistavam mais espaços de sobrevivência, o senhor querendo ou não. Cardoso, ao estudar a brecha camponesa, alertava sobre o seguinte aspecto:

> *Àquilo que Sidney Mintz chamou de 'protocampesinato escravo'. Em toda a Afro-América era costume conceder aos escravos parcelas de terra em usufruto e o tempo necessário para cultivá-las (em geral os domingos, os feriados religiosos e a tarde dos sábados, ou um sábado completo cada quinze dias). A finalidade deste uso era a diminuição das despesas de manutenção, além da prevenção das fugas. Recentemente, Antonio B. de Castro aventou a hipótese de ser esta 'brecha camponesa' no sistema escravista algo conseguido pelos próprios escravos, um fato nascido 'do entrechoque de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pelas pequenas roças de mantimentos).*[176]

Pela inegável presença dos pequenos roçados, entende-se, então, que a despeito da bibliografia que marcou toda a segunda metade do século XX, afirmando categoricamente a exclusividade da agricultura monocultora e exportadora em terras brasileiras, existia um número considerável de pequenas e médias propriedades funcionando e abastecendo pequenas, médias e até grandes cidades.

As roças eram interessantes para forros e livres exatamente porque ali exercitavam um ofício que aprendiam com as gerações anteriores. Dali tirava o sustento de seus familiares,

---

[175] REIS, João José. "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia". In**:** REIS, João J. e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp.15.
[176] CARDOSO. Op. Cit. Pp. 45-6.

assim como ensinavam aos mais novos a arte de plantar, o conhecimento das ervas e o cuidado da saúde através das plantas medicinais.

Em uma esfera maior, o papel das pequenas plantações era abastecer as vilas e comarcas da redondeza. É claro que um roçado apenas não dava conta desta empreitada. Mas, ao ser multiplicado pelas diversas pequenas famílias escravas existentes na região, é possível vislumbrar a realidade da época.

Com a releitura dos estudos de Cardoso, diversos historiadores repensaram o sentido da escravidão, bem como da própria venda destes, principalmente no que diz respeito ao papel dos compradores e latifundiários mineiros. Mary Karasch, brasilianista preocupada em entender a escravidão na corte imperial brasileira, observou as relações entre os portos e as montanhas, entre os vendedores de escravos e os grandes e médios fazendeiros de Minas Gerais.

Na obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, a autora observou, em primeira instância, que não eram poucos os traficantes mineiros que levavam os africanos recém-chegados para Minas, ou mesmo Mato Grosso. A maneira angolana, a caravana caminhava dias ou mesmo semanas para chegar ao seu destino[177].

Na saga da travessia das matas até as fazendas do interior mineiro, Karasch observou a forma como os cativos eram tratados. Na ótica dos traficantes, era necessário livrar-se rapidamente das peças. Muitos, no meio do caminho, apresentavam sinais de doenças, obrigando o traficante a vendê-lo rapidamente. Segundo Karasch

> *Outro problema que os escravos enfrentavam no comércio terrestre era que muitas vezes ficavam sob o controle de traficantes inescrupulosos, que os obrigavam a uma marcha forçada até as fazendas. No caso dos novos africanos, em particular, o objetivo do traficante era levá-los para o interior e vendê-los o mais rápido possível, pois estavam muitas vezes morrendo devido aos efeitos da travessia marítima. Autoridades, médicos e fazendeiros queixavam-se com freqüência de traficantes gananciosos que levavam às pressas escravos para as fazendas, disfarçavam seu mau estado de saúde e os vendiam para clientes incautos; os africanos doentes e exaustos morriam pouco depois. Em outros casos, os escravos*

[177] Segundo Karasch, "quem não tinha esse tipo de gente comprava muitas vezes escravos de traficantes mineiros que os levavam para Minas Gerais. Os que iam por terra começavam sua jornada em um barco pequeno que os levava ata o Porto da Estrela, do outro lado da baía de Guanabara, onde comerciantes ou tropeiros mineiros os apanhavam. Dali seguiam por estrada até Minas, onde 'a cada hora passavam tropas de mulas lotadas e filas de novos escravos com seus barretes vermelhos'. Em alguns casos, os escravos também levavam cargas nas cabeças, enquanto caminhavam em fila indiana pela floresta. O chefe armado da caravana ia na retaguarda, à maneira do tráfico angolano. Se fossem afortunados, os escravos teriam de caminhar somente até as fazendas próximas da cidade do Rio ou no Vale do Paraíba, mas alguns tinham a infelicidade de seguir pela longa e difícil estrada da Polícia até Cuiabá, no Mato Grosso. Uma jornada longa assim era excepcional, uma vez que a maioria seguia para os cafezais de Rio, Minas ou São Paulo". *Cf:* KARASCH, Mary. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro** (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, P. 96.

> *ficavam sob controle de aventureiros, como tropeiros e mascates, que trocavam suas antigas profissões pela de traficante de escravos. Em vez de comprar mulas ou tecidos e artigos de armarinho para vender nas áreas rurais, iam ao Valongo ou a casas de leilão, compravam escravos a crédito e organizavam pequenas caravanas. Tal como os que apregoavam escravos de porta em porta, saíam para vendê-los de fazenda em fazenda. Assim que vendiam todos, retornavam ao Rio para pagar suas dívidas, obter novo crédito e repetir o processo.*[178]

A relação entre vendedores de escravos e fazendeiros foi tensa, durante todo o século XIX, até a abolição. Era necessário que os pais, rapidamente, ensinassem seus filhos como adquirir escravos, sem serem enganados. Por outro lado, os traficantes precisavam criar mecanismos para evitar que os senhores descobrissem as enfermidades dos cativos africanos. Informações fundamentais reveladas nas escrituras de Santa Anna do Sapuchy, na qual eram descritas de forma bastante convincente que os escravos trocados ou vendidos não tinham doenças ou enfermidades que os impossibilitassem de executar tarefas.

Neste meio termo, os escravos, todo momento criavam formas de enganar a ambos, para garantirem a sua sobrevivência. Como não desejavam, sobre hipótese alguma, permanecerem junto aos traficantes, obrigados a marcharem ou ficar trancafiados dias a fio, apresentavam-se aos futuros senhores como no auge da forma física. Porém, se não desejavam mais ficar junto àquele senhor, apresentavam sinais diversos de doenças, obrigando o fazendeiro a se livrar rapidamente do cativo, por meio da venda.

Em tempos de escravidão, como apresenta Karasch, era muito mais interessante ser vendedor de escravos do que mascate, em algumas circunstâncias. É claro que os escravos sabiam do seu valor. Sempre que podiam, cooptavam, enganavam e até mesmo manipulavam seus senhores.

Sem os estudos de Karasch, numa perspectiva mineira, não seria possível compreender o importante papel do sul, não somente no que diz respeito à aquisição de africanos, mas ao número de fazendas e cidades, que, ao adquirirem cativos, gerou uma comunidade negra considerável. Na década de 1990 surgiram estudiosos em Minas Gerais preocupados em entender como se processou o crescimento da província, em especial, o crescimento da região próxima a São Paulo.

Uma referência importante é Eduardo França Paiva, em *Escravidão e universo cultural na Colônia*, o qual observou o papel das diferentes regiões de Minas, para a construção desta província. Paiva afirma que a documentação existente no Arquivo Público Mineiro; Arquivo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, em Sabará; e no Arquivo do Museu

[178] Idem. Pp. 96-8.

Regional de São João Del Rei são locais importantes para conhecer a realidade sul-mineira. Não é a toa que o maior número de testamentos e inventários *post-mortem*, encontram-se nestes locais da memória[179].

Paiva acredita que a Comarca do Rio das Mortes, sul de Minas, após a transferência da sede da colônia para São Sebastião do Rio de Janeiro (1763), ficou responsável em abastecer o mercado carioca com produtos agropecuários, não muito diferentes do que já ocorria, em menor grau, no século XVIII. Com a chegada da família imperial ao Rio, o comércio entre o sul de Minas e Rio de Janeiro intensificou-se cada vez mais[180].

O crescente contato entre a corte imperial e o sul de Minas fez com que a região ganhasse amplo crescimento e reconhecimento por parte da família imperial. Não é a toa que durante o século XIX, tanto o sul quanto a região da zona da mata mineira se destacaram pela ampla produção de café, abastecendo tanto o comércio nacional quanto internacional.

A relação estabelecida entre o sul de Minas e a corte também afetou na aquisição de escravos. Segundo Paiva,

> *No caso da Comarca do Rio das Mortes, na mesma capitania mineira, há uma inversão aparente. Os Mina representaram apenas 12% do total dos africanos com origem identificada. Ao contrário, foram muito mais numerosos os Angola (28%), os Benguela (16%) e os Congo (8%), ente outras várias regiões. Contudo, nessa região mais próxima do porto do Rio de Janeiro, as atividades agrícolas e pecuárias, inclusive de exportação, tiveram importância muito mais acentuada que na comarca situada mais ao norte.*[181]

---

[179] Segundo Eduardo França Paiva, "o alargamento temático processado correspondeu à inclusão do sul de Minas Gerais entre as regiões investigadas. As Comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, respectivamente as regiões centro-norte, até as terras baianas e centro-sul, no limites de Minas Gerais com as capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, conformam o palco desse estudo. O período investigado estende-se entre 1716 e 1789, marcos lastreados nas características oferecidas pela própria documentação cartorária examinada no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, no Arquivo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, em Sabará, e no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei. Essa documentação foi a base sobre a qual este trabalho foi realizado e constituiu-se de testamentos e inventários *post-mortem*". *Cf*: PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, P. 23.

[180] De acordo com Paiva, "o comércio de cativos africanos realizado na direção Rio de Janeiro-Minas Gerais avolumou-se após a transferência da sede colonial para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ocorrida em 1763. E ele foi intensificado depois que a Comarca do Rio das Mortes, principalmente ela, passou a abastecer o mercado do Rio de Janeiro de produtos agropecuários, o que já vinha ocorrendo desde a segunda metade do século XVIII. É claro que o volume aumentou ainda mais após a instalação da família real portuguesa na nova corte, a partir de 1808. O resultado dessa nova dinâmica econômica ao sul das Minas foi a Comarca do Rio das Mortes transforma-se na mais importante e populosa da Capitania. Em 1776 ela abrigava 20% da população e quarenta e cinco anos mais tarde, em 1821, essa população havia dobrado; eram cerca de 214.000 habitantes". *Cf*: Idem. P. 73.

[181] PAIVA, Eduardo França. "Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, P. 188.

Ou seja, em comparação com a Comarca do Rio das Velhas, sede mineira, a predileção pelos escravos Mina foi bem menor. A intenção em garantir braços aptos para o tipo de trabalho também se fazia presente na região[182]. A proximidade dos portos permitiu o investimento dos fazendeiros do sul de Minas a tipos diversos de escravos. Certamente, nos corações e mentes destes fazendeiros também era necessário evitar fugas e revoltas, para tal, miscigenar as diferentes etnias e dialetos também facilitaria o controle sobre homens e mulheres. Com todas estas diferenças, os africanos eram obrigados a falarem em português, o que não acontecia o tempo inteiro.

Mesmo tendo conhecimento da realidade sul mineira, principalmente a partir das documentações oficiais, Paiva não teve acesso a documentação paroquial existente na região. Por isso que a história de homens e mulheres, negros ou mestiços, ainda está por ser analisada por historiadores. A abertura de caminho que Paiva oferece, por outro lado, permite compreender o universo cultural de negros chegados dos portos africanos.

Dos sujeitos pesquisados na Comarca do Rio das Velhas por Paiva, chama à atenção a história de Manoel da Costa. Segundo Eduardo Paiva

> *Outro africano liberto, dessa vez identificada sua origem Mina no testamento, experimentou da mobilidade social mineira e acumulou certa fortuna a partir da extração do ouro. Manoel da Costa era morador no arraial do Paracatu, em 1776. Chegado escravo na região, com o passar do tempo, conseguiu comprar sua alforria, certamente com pecúlio adquirido por meio da mineração. Manoel permaneceu solteiro e não teve filhos. Como herdeira única, declarava sua irmã 'de pai e mãe', a forra Roza Pinto da Trindade. Pelo que declarava, o Mina conseguira, também, reconstruir parte da família africana na América portuguesa. Novamente, a mineração e o know-how africano parecem ter proporcionado oportunidades de ascensão a alguns escravos e ex-escravos. Mas Manoel não parece ter sido do tipo que se contenta com pouco. Além de tudo isso, possuía imóveis, 'umas lavras no morro parte de São Domingos do qual tenho título delas em meu poder' e, recriando a África na América, declarava possuir 'uma chácara na paragem chamada a Costa de Mina...'. O liberto Mina contava, ainda, com 11 escravos africanos empregados, principalmente, nos serviços de mineração.*[183]

---

[182] Segundo o autor: "nos sertões das Gerais, os grandes proprietários de escravos, quando se dedicavam exclusiva e principalmente às atividades mineradoras, escolhiam, preferencialmente, os homens Mina. Quando se tratava de escravas africanas, essa preferência se deu de maneira ainda mais intensa. Uma amostragem realizada entre testamentos e inventários *post-mortem* pode dar uma idéia mais precisa sobre a presença dos Mina. Entre os homens proprietários de 10 escravos ou mais, na Comarca do Rio das Velhas, capitania das Minas Gerais, que, no século XVIII, dedicaram-se de maneira mais ou menos intensa a atividades mineradora, os cativos Mina representavam 40%. Os restantes dos africanos identificados eram divididos em várias outras origens. Entre as principais, os Angola somavam 26% os Benguela, algo em torno de 8% e os Congo, 4%". *Cf:* Idem. P. 188.

[183] Idem. P. 201.

Diferentemente do que se pode imaginar, escravos africanos rapidamente puderam articular a história de seus dias. Alguns africanos foram audaciosos o suficiente para adquirirem bens, inclusive alcançando distinção entre seus pares. É óbvio também que as elites mineradoras da época não consideravam estas conquistas como benéficas a sociedade, tendo em vista o estereotipo da desconfiança e maldade depositadas na imagem dos africanos.

Pelo conhecimento de Manoel da Costa em minerar, conseguindo com certa velocidade acumular rendas, Paiva debate a historiografia tradicional, a qual insiste em associar o trabalho escravo – quando assume que é trabalho – com atraso técnico e material no Brasil. Paiva problematiza esta noção, chamando para a discussão o papel que a população africana teve no saber/fazer da mineração das *Geraes*. Da mesma forma, questiona o sentido da "indolência" e da "má vontade de trabalhar" dos cativos. Aos seus olhos, o autor prefere entender esta atuação como uma forma de resistir a opressão do senhor, do que "ignorância" ou "preguiça". Os escravos, quando julgavam necessários, sabiam muito bem fingir-se de morto[184].

## 2.2 Venda e troca de famílias

Antonio, nascido em Pernambuco nos idos de 1861, residia como escravo na propriedade de José Antonio Leal, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, prestando-lhe serviços domésticos. Por volta dos 17 anos de idade, Antonio Leal vendeu Antonio para José Procopio de Asevedo Junqueira, morador da freguesia de São Gonçalo[185]. Antonio foi um escravo que circulou bastante pela província mineira, e por parte do Império. Era comum na época a aquisição de cativos oriundos do norte, principalmente após o fim do tráfico, em 1850.

Ainda jovem aprendeu um ofício que certamente lhe deu acessos, tendo em vista o fato de conviver porta adentro das casas de Antonio Leal e depois, Junqueira. Como não foi

[184] "Já entre as revisões e releituras, merece ser destacada a desconstrução, que vem acontecendo há alguns anos, da idéia de que a escravidão significou o atraso técnico e material brasileiro e de que os escravos africanos eram desprovidos de conhecimentos técnicos apurados. No mesmo sentido, é necessário rediscutir a idéia de desinteresse generalizado pelo trabalho e de incapacidade inventiva que se associa, quase naturalmente, aos escravos, tanto africanos, quanto nascidos no Brasil. Outras questões derivadas devem ser desconstruídas então. Entre outras tantas, precisam ser revistas as interpretações de indolência desses escravos e forros, africanos, crioulos e mestiços, que acaba sendo estendida, genericamente, aos brasileiros de hoje, sobretudo à população negra e mestiça". *Cf:* PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, P. 201.
[185] Escriptura de venda do escravo Antonio. Outorgante José Antonio Leal e Outorgado José Procopio de Asevedo Junqueira. 12 de junho de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

informada a condição conjugal de Antonio, imagina-se que seja solteiro, o que lhe permitia maior mobilidade pelos sertões imperiais.

No início de fevereiro de 1876, Delfina, uma garota de 12 anos de idade, foi trocada por Christina, uma mulher de 22 anos feitos[186]. Ambas não tinham profissão e eram oriundas da freguesia de Santa Anna do Sapucahy. Pelo valor de 800$00, o Major Feliciano levou para sua propriedade a Christina, deixando Delfina nas mãos do Capitão Teixeira. Delfina e Christina eram solteiras, e segundo a escritura, não levaram familiares consigo o que não significa dizer que tiveram de deixar suas antigas alianças para trás.

Ambas estas mulheres tiveram de se adequar às novas estruturas senhoriais, articulando novas redes de sociabilidades. No caso de Delfina, por ser jovem, talvez mais peculiar, provavelmente teria de negociar suas habilidades e sobrevivência com os proprietários e trabalhadores da casa de seu senhor, sem saber ao certo o que encontraria. Ritta, diferentemente das duas mulheres acima, foi afastada de seu filho, Graciano, que por volta dos 20 anos de idade foi vendido para José Domingues da Silva[187]. Graciano era lavrador, solteiro e provavelmente não tinha filhos.

Raramente a documentação, principalmente sobre cativos no Brasil, apresenta os pais das crianças. Seja pela itinerância destes homens, seja por causa da ilegitimidade das crianças, ou pela venda ou morte dos cativos, simplesmente não existia preocupação em determinar a origem paterna. Os filhos eram das mães. Principalmente porque senhores e escravos questionavam a veracidade da paternidade, colocando em situação vexatória a mãe da criança. Para evitar desentendimento, os senhores preferiam identificar as mães.

Para os senhores, esta mecânica tornaria mais fácil a venda e troca de cativos, sem ter de se preocupar com a extensão da família e sujeitos envolvidos. Da mesma forma, este estereótipo ajuda a consolidar a imagem de "não-família", destas mulheres e suas crianças. Ou seja, a perspectiva de família não perpassava exatamente pela cabeça dos senhores, tendo em vista o fato que não queriam ver estas uniões como estáveis pela simples ausência da figura masculina. É a confirmação do machismo oitocentista que também define a lógica de comportamento de senhores escravocratas.

A partir da obra de Machado de Assis, Chalhoub discute a lógica complexa e contraditória da política conservadora, machista e paternalista da época. Da mesma forma, da cidade do Rio de Janeiro, em tempos imperiais. Helena, ao atuar na trama, ora reserva-se de comentários, ora desvia-se das cobranças senhoriais. Mas, nunca se rende a elas.

---

[186] Escriptura de troca das escravas Delfina pela Christina. Outorgante Major Feliciano José Teixeira e Outorgado Capitão Marques Teixeira. 09 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

[187] Escriptura de venda do escravo Graciano. Outorgante José Custódio Braga e Outorgado José Domingues da Silva. 05 de maio de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

Independentemente de como atue na sociedade, a moça, a todo o momento, questiona a política de domínio, através da apresentação constante de seus antagonismos ao Estácio[188].

Helena, assim como os negros e escravos do século XIX, está no meio do vórtice. Ou seja, sentem intensamente na pele, diariamente, a constituição e desenredar-se cotidiano da lógica senhorial. Por outro lado, não é porque transitam nesse meio que estão sujeitos a ela. Helena, assim como a população que não desejou ser vítima das vontades e desejos de seus senhores, atuaram constantemente. Ambos, com suas leituras, souberam muito bem decodificar os códigos e utilizarem-nos a seu favor[189].

Ora, realizando uma transformação que seria benéfica aos senhores, era irrelevante saber se os negros eram ou não escravos. O importante era que estes homens e mulheres mantivessem boas relações paternalistas. A mudança só se dava, de fato, no papel. Mas, a tradição das relações se perpetuaria[190].

O autor chama a atenção para a superação na construção narrativa de Machado de Assis do discurso do paternalismo. Ou seja, a proposta é levar os sujeitos ditos marginalizados diretamente para o nível da ação, principalmente a partir do momento em que compreende homens e mulheres comuns como constituintes do discurso político. O território do diálogo permite que o paternalismo seja compreendido muito mais como tentativas dos senhores, do que exatamente ações concretas. Era através do descaso, da piada, das ações de burla que os comuns atuavam, se utilizando ou não das relações de compadrio quando julgavam conveniente[191].

Ou seja, para Chalhoub, pensar nas relações paternalistas, ou especificamente nas relações entre dominadores e dependentes, significa compreender o papel prescrito pelos comuns, para se organizarem de tal forma diante de seus senhores, que os convencem que o que fazem são suas vontades e não aquilo que são induzidos a fazer. A capacidade de jogar e induzir seus senhores, por parte dos homens comuns – ou, no caso, os escravos, permitem compreender o território do diálogo, assim como o benefício que estes homens comuns conseguiam diante do ar de autoridade, mas também de falta de compreensão da realidade de seus senhores[192].

A maneira como os interesses privados de industriais e fazendeiros interferiam na dinâmica do poder público explicava porque a escravidão demorou a ser finalizada. A compreensão das relações paternalistas, para Chalhoub, vai além do entendimento da política

---

[188] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**. Op. Cit. P. 45.
[189] Idem. P. 46.
[190] Idem. P. 51.
[191] Idem. Pp. 61-2.
[192] Idem. P. 63.

de favores, mas da própria compreensão de que a política fora montada para funcionar a partir da lógica do favoritismo[193].

De modo algum a elite política e econômica dos centros urbanos não desejava ver o número de trabalhadores ex-escravos, em grande número, nas principais ruas, organizando-se sem a fiscalização paternal de um senhor. Para que isso não ocorresse, tentaram organizar um processo de libertação o qual os trabalhadores tivessem que ainda depender da estrutura de governo. Para tanto, era necessário garantir que a maioria dos trabalhadores negros estivesse dependente das fazendas, garantindo a produtividade da lavoura.

Essas ações fizeram com que a dinâmica das relações constituídas pelos cativos ultrapassassem os limites das propriedades. Muitos homens e mulheres, ao circularem pelas ruas, vendas e becos das vilas estabeleciam na região suas redes de afetos e desafetos, constituindo suas famílias para além do alcance de seus senhores, dificultando inclusive localizar os pais das crianças vendidas.

Nos arrolamentos realizados foram encontradas as paternidades de algumas crianças. Como foi o caso de Eva, filha de Vicente[194], a qual era cozinheira, e por volta dos 39 anos, na segunda quinzena de abril de 1877, foi vendida para Manoel de Souza Barros[195].

João, de 25 anos de idade, tropeiro, nascido na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, pertencia a Manoel de Souza Boeno. Em fins de outubro de 1877 foi vendido para Francisco de Assis Pinto de Andrade, pela quantia de 1:900$00[196]. João, diferentemente do que se imagina sobre a realidade dos cativos sul-mineiros, tinha um trabalho que permitia que viajasse pelas províncias de Minas e São Paulo. Nem todos os cativos permaneciam exclusivamente nas fazendas ou cidades. Provavelmente Pinto de Andrade precisou de alguém que tivesse conhecimentos e/ou habilidade no trato da viagem pelas províncias.

Maria, solteira, cozinheira, com 17 anos de idade, por volta de 1865, teve Antonio. Quando a criança completou 12 anos, mãe e filho foram vendidos para José Bernardino Pereira, já citados anteriormente neste capítulo[197]. Maria e Antonio teriam de deixar as antigas redes de sociabilidades construídas na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, para fazerem outras, agora em São Gonçalo.

---

[193] Idem. Pp. 163-7.
[194] O nome da mãe de Eva estava ilegível na documentação.
[195] Escriptura de venda da escrava Eva. Outorgante Francisco Antonio Leal e Outorgado Manoel de Souza Barros. 18 de abril de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[196] Escriptura de venda do escravo João. Outorgante Manoel de Souza Boeno e Outorgado Francisco de Assis Pinto de Andrade. 22 de outubro de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[197] Escriptura de compra e venda dos escravos Maria e Antonio. Outorgante Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Gabriel José da Silveira e Outorgado José Bernardino Pereira. 1º de setembro de 1877.

Maria, no ano de 1861, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, teve Ritta, que, aos 15 anos de idade, foi vendida pelo seu senhor para Antonio Joaquim da Fonseca[198], pelo valor de 600$000. Ritta teve de se despedir de sua mãe, pois agora seria uma das costureiras da casa de Fonseca.

A análise dos documentos cartoriais implica, muitas vezes, em compreender a situação de rompimento das famílias cativas existentes no sul de Minas Gerais. Ritta sofreu a mesma condição que muitos homens e mulheres que passaram pelo processo de venda inter e intra-provincial. Apesar de encontrar 8 famílias vendidas juntas, o que daria a entender que os senhores nem sempre separavam os escravos, no ato da venda, foram também localizados 17 rompimentos familiares de escravos separados de seus pais. Isto sem levar em consideração a rede de sociabilidade construída pelo cativo na fazenda de seu ex-senhor[199].

Ramiro e Romana, escravos pertencentes a Messias Pereira de Mello Braga, tiveram uma filha, por volta de 1866, na freguesia de Santo Antonio do Machado. Mais ou menos com 10 anos de idade, Margarida foi vendida para Antonio Soares Cyrano[200]. Sem constar profissão, Margarida teria de aprender afazeres, provavelmente domésticos, para o seu novo senhor. Separada de seus pais, teria de aprender a lidar com a nova realidade. Esta era a situação de muitos jovens, que, geralmente com menos de 12 anos de idade foram vendidos, obrigando a desprender-se das redes de sociabilidade ainda em sua fase inicial.

Uma das dificuldades em elaborar uma compreensão mais clara dos significados da vida e do trabalho dos escravos do sul-mineiro é que a documentação faz constante jogo de esconde-esconde. Muitas vezes a falta de informação dificulta o arrolamento dos dados. No caso de Graciano[201], foi apenas identificado que era natural de Minas Gerais. Identificar a freguesia da qual era proveniente ajudaria a observar os mecanismos de funcionamento do tráfico dentro da província mineira.

Maria, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1864, teve Joana. Por volta dos 14 anos, Joana foi separada de sua mãe, e vendida para o Capitão Teixeira[202]. A jovem foi registrada como solteira e sem profissão. Se não ocorreu ocultamento de informações, Joana era uma jovem depende de sua mãe, para ensinar-lhe um ofício. O que provavelmente só ocorreu na propriedade do Capitão Teixeira.

---

[198] Escriptura de venda da escrava Ritta. Outorgante João Ferreira do Amaral e Outorgado Antonio Joaquim da Fonseca. 15 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[199] Ver Anexo 1.
[200] Escriptura de venda da escrava Margarida. Outorgante Messias Pereira de Mello Braga e Outorgado Antonio Soares Cyrano. 1º de abril de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[201] Escriptura de venda do escravo Graciano. Outorgante José Custódio Braga e Outorgado José Domingues da Silva. 05 de maio de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[202] Escriptura de venda da escrava Joana. Outorgante João de Dias Pereira e Outorgado Capitão Cyrino Marques Teixeira. 27 de maio de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

Antonio e Ignacia, escravos de Dona Mariana Luiza de Carvalho e moradores da freguesia de Santa Anna do Sapucahy, tiveram uma filha de nome Possidonia, em 1866. Mais ou menos com 12 anos de idade Possidonia foi vendida para José Evaristo Tavares Paes[203].

Marcellina, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, teve em 1863, Luiza. Após aprender os serviços domésticos, quando tinha por volta dos 16 anos, Luiza foi vendida para Aleixo Francisco Mendes[204].

José e Maria, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1829, tiveram uma filha, Ritta. Com o passar do tempo, e provavelmente sobre a orientação de seus familiares, Ritta aprendeu os serviços domésticos, os quais colocou em prática na casa de Margarida Francisca Brandina, mãe de Joaquim Ferreira da Fonseca. Aos 48 anos de idade, mais ou menos, Ritta foi vendida para José Ignácio de Alvarenga Maia[205].

José e Maria, após contraírem matrimônio, tiveram uma filha chamada Fortunata, em Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1837. Fortunata se tornou cozinheira, e aos 40 anos de idade, foi vendida para Francisco Ignácio de Alvarenga Sobrinho[206].

É interessante observar que pouco se diz na historiografia de famílias que perduraram décadas, como é o caso destas mulheres que foram separadas de seus pais após anos de convívio. Ou seja, essas famílias conseguiram lutar para se manterem unidas por anos a fio, a despeito de seus trabalhos e de seus senhores.

Com a vontade em pensar um novo método de compreensão da realidade dos escravos no Rio de Janeiro, Chalhoub também estabeleceu novos conceitos para entender o mundo dos negros e mestiços, nas fazendas ou na cidade. Uma das categorias mais importantes, elaborada pelo autor é a de solidariedade. Nos rastros dos laços de solidariedade elaborados pelos cativos, foi possível rastrear o sentido de suas ações. Afirma o historiador que

> *Seja qual for o sentimento de solidariedade que esses escravos tenham experimentado entre si, o fato é que reagiram a uma situação na qual não lhes fora deixado qualquer espaço de manobra. (...) era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda. Essas pressões ou negociações poderiam ter formas e intensidades diferentes dependendo de cada situação específica. É provável, contudo, que tal espaço de*

[203] Escriptura de venda da escrava Possidonia. Outorgante Dona Mariana Luiza de Carvalho e Outorgado José Evaristo Tavares Paes. 12 de outubro de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[204] Escriptura de venda da escrava Luiza. Outorgante João Antonio de Paiva e Outorgado Aleixo Francisco Mendes. 11 de janeiro de 1879, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[205] Escriptura de venda da escrava Ritta. Outorgante Joaquim Ferreira da Fonseca e Outorgado José Ignácio de Alvarenga Maia. 11 de junho de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[206] Escriptura de venda da escrava Fortunata. Outorgante José Joaquim Barroso e Outorgado Francisco Ignácio de Alvarenga Sobrinho. 1º de setembro de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

*manobra fosse reduzido quase à nulidade quando o senhor encarregava um comerciante de escravos de realizar a venda.*[207]

Cecilia, por volta de 1842 teve Cassiana. Durante décadas mãe e filha viveram juntas, aonde Cassiana aprendera a cozinhar, prestando, então, serviços na cozinha da casa da família Beraldo. Em 1861, Cassiana teve seu primeiro filho, Sebastião. No ano seguinte nasceu Isabel. Por volta de 1862 nasceu Margarida. Josepha, a quarta filha de Cassiana nascera em 1868. Quando Cassiana completou 38 anos, mais ou menos, João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho vendeu para seus familiares, suas partes herdadas da família de Cassiana. Foi João Gualberto de Alvarenga Lopes o comprador, pagando pelas partes, no total, 800$00[208]. Quase 20 anos de convívio de pelos menos 3 gerações de uma mesma família, essas pessoas foram separadas.

De fato, nas escrituras de compra e venda de cativos, ganha visibilidade a venda de crianças, geralmente acompanhadas de suas mães. A presença dos pais, por uma série de fatores, são sempre atomizadas. Mas, que fatores seriam estes?

Eurípedes Funes chama atenção para um aspecto ainda pouco estudado e entendido entre os cativos: as sucessões de gerações existentes nos plantéis. Não se devem fechar os olhos para as formas de articular às famílias. Sendo conseqüência disto as diversas gerações. Na escritura de venda de Cassiana e seus filhos, é possível encontrar a história de três gerações de mulheres que estavam dispostas a lutar pela formação de suas famílias, querendo ou não seus senhores[209].

Outro aspecto importante, destacado pelo autor, são as conquistas dos cativos, no momento que constituem famílias. Funes é enfático na maneira como entende a construção da resistência cativa. Entende que a constituição familiar é o primeiro recurso para garantir formas de sobrevivência na estrutura escravocrata.

O autor propõe que de forma alguma se entenda as ações dos cativos, como exclusivamente individualizadas. Assim, como também não se pode imaginar que todos os homens e mulheres só se articulavam dentro de grupos determinados. Na verdade, para aqueles escravos que desejavam organizar famílias, existiam caminhos a serem seguidos e articulados[210].

---

[207] CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Op. Cit. P. 32.
[208] Escriptura de venda dos escravos Cassiana, Sebastião, Isabel, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.
[209] FUNES, Eurípedes Antonio. "'Nasci nas matas, nunca tive senhor': História e memória dos mocambos do baixo Amazonas". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, P. 471.
[210] Idem. P. 477.

Seja para fugirem, ou articularem locais de moradia, para aqueles que desejavam constituir família era necessário levar em consideração às dificuldades de carregar crianças, trabalhar para o próprio sustento e ainda vender seu trabalho e produtos nas cidades.

Ou seja, não é fácil dimensionar o peso da separação, mas como foi apresentado é uma medida recorrente na cabeça dos cativos e de seus familiares. Pensar as diversas condições dos escravos em meio aos processos de vendas e trocas implica em entender suas historias de vidas, as formas como eram vistos e entendidos pelos seus senhores, como instrumentos de barganha. Porém, salta aos olhos as formas como organizaram e negociaram para permanecerem juntos de seus familiares. Lutaram, hora perdendo, hora ganhando.

Na análise das fontes, duas prerrogativas ganham destaque: em primeiro lugar, a separação entre os adultos, que se demonstrou bastante recorrente nas escrituras. A obrigatoriedade do distanciamento de homens e mulheres de seus velhos pais, os quais ficaram para trás, com as antigas e sedimentadas redes de sociabilidades.

Em segundo lugar, os jovens, obrigados, muitas vezes, a se aventurarem em novos campos de tensão, estabelecidos pelos novos senhores, no qual é observado o sentido recorrente da família analisada pela atual historiografia, na qual existem as separações ou não de mães e suas jovens crianças. No próximo capítulo serão rastreadas estas crianças e o vórtice das discussões políticas acerca de seus futuros paradeiros, sob a ótica da Lei de 28 de setembro de 1871.

# CAPÍTULO 3

# AS ESQUECIDAS CRIANÇAS DE 1871

Neste capítulo será analisada a teia de comunicação entre a sede da província e os municípios de sul de Minas Gerais, nos quais, por meio das cartas de correspondências enviadas e recebidas, discutiam a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871[211].

É fundamental observar que este longo diálogo de perguntas, respostas e solicitações de cumprimentos diversas vezes de uma mesma norma, apenas corroborou com a lentidão do processo de libertação das crianças cativas. Após a Lei do Ventre Livre, a problemática aqui apresentada será de uma discussão na qual a idéia dos senhores é prorrogar o máximo possível à libertação destas crianças, perpetuando a dominação de seus senhores. Na mesma medida, a análise será elaborada para entender como o processo de desagregação das famílias cativas se deu em meio a agitação e discussão política referente aos (des)cumprimentos das normas e disposições gerais da década de 1870.

Quanto mais tempo passasse, menos condições em reconhecer a data de nascimento e a conseqüente libertação das crianças ocorreria. Além do mais, assegurava a lei que se a criança não fosse libertada de imediato, os senhores seriam restituídos pelos gastos que tivera com ela, até sua libertação. De qualquer modo, os senhores saíriam ganhando, mas

[211] Ou Lei do Ventre Livre, a qual liberta todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir desta data, em todo o império brasileiro. De acordo com Sidney Chalhoub, ocorreu intensa discussão até a versão final do texto da lei. Afirma o autor que "(...) O projeto do governo, originário do conselho de Estado, dizia que os nascituros seriam 'considerados de condição livre e havidos por ingênuos'. Essa formulação seguia a posição defendida por Nabuco de Araújo e Paranhos desde os debates de 1867, nos quais o assunto já provocara divergências. O que estava em jogo, entre outras coisas, era precisamente o reconhecimento ou não da validade do princípio de que 'o parto segue o ventre' – ou seja, a idéia vigente na escravidão ocidental havia séculos, de que a condição do filho seguia a do ventre da mãe. Assim, filho de ventre livre nascia ingênuo, de ventre escravo nascia escravo. Apelidar o filho livre de mulher escrava de 'liberto', como defendiam vários adversários do projeto, significaria reconhecer que a criança, sendo originária de ventre cativo, nascia escrava, para ser imediatamente libertada. Isso também implicaria reconhecer o direito de propriedade do senhor sobre o filho das escravas, abrindo a possibilidade de discussão do pagamento da indenização aos proprietários pela alforria dessas crianças, e não apenas pelas despesas de criação. Apelidar 'ingênuo' ao filho de mãe escrava significava encarar a instituição da escravidão como um universo de ficções ou invenções do direito positivo. Assim, imaginar que seres humanos podem ser proprietários de outros seres humanos é absurdo, contrário ao direito natural, e algo possível apenas no campo da história, da criação dos fatos sociais. Por conseguinte, cria-se, por meio de lei, a ficção de que o corpo da escrava é portador de um ventre livre; segundo essa nova ficção, filho de escrava nasce ingênuo. De quebra, confirma-se, ainda que ironicamente, a validade da máxima de que a condição da criança é determinada pelo ventre da mãe. O alvitre excluía, como é óbvio, qualquer debate sobre indenização por expropriação da propriedade escrava. As crianças ainda por nascer não eram propriedades já realizadas, materializadas, daquelas defendidas pela constituição do Império; libertado o ventre, os nascituros já viriam a ser na condição de livres, pois que 'havidos por ingênuos'". *Cf*: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**. Op. Cit. Pp. 171-2.

as crianças, assim como suas famílias, ficariam esquecidas[212] em meio ao discurso burocrático proferido e defendidas pelas elites políticas locais mineiras, em fins da escravidão.

Por esta razão será discutida como os mecanismos de esquecimentos foram articulados por párocos e munícipes das cidades de Campanha, Itajubá, entre outras, para que as crianças de 1871 se perdessem na burocracia da época.

## 3.1 As Associações devem comprar as crianças

Em agosto de 1875, o secretário do governo de Minas, João Antonio Duarte, abriu um livro de registro de correspondência entre a presidência da província e os municípios, para tratarem do elemento servil. A intenção do livro era registrar os diálogos entre o governo e a municipalidade sobre as ações referentes à Lei de 28 de setembro de 1871.

Encontra-se neste material as cartas de correspondências recebidas e emitidas pelo governo provincial mineiro no decorrer dos anos de 1871 a 1875. O número de cartas enviadas pelo governo para os diversos municípios foi considerável. A análise que segue diz respeito as cartas trocadas entre o presidente da província e as municipalidades localizadas no sul de Minas, especificamente nas regiões de Campanha e Jaguary.

É importante discutir a necessidade de atender a lei de 28 de setembro de 1871, na qual todos os setores e entidades responsáveis e envolvidos com os artigos foram acionados.

A discussão sobre a criação das associações perdurou toda a primeira metade da década de 1870. Em meio às diversas tentativas do presidente da província, este passou também a exigir os registros referentes à data de nascimento das crianças, para determinar suas libertações.

Sobre o batismo de crianças filhas de mães escravas a partir de 1871, mandou o Dr. Portella, aos reverendos dos municípios, que continuassem discriminando como antes. Informa o governo provincial em carta,

> *Não sendo possivel promptificar immediatamente os livros de que trata o §5º do artigo 8º da mesma Lei para serem distribuidos aos Parochos conforme as ordens do Governo Imperial, recomendo a Vmcê que continue a fazer os registros dos nascimentos e obitos dos filhos de mulher escrava nos livros de que actualmente se serve, devendo declarar nestes registros a data do dia em que ocorrer qualquer daquelles factos, o nome, sexo, côr, filiação do individuo, e tem assim o nome do senhor de seus pais, afim de serem appostumamente transferidas para os novos livros, que lhe serão remettidos com a brevidade possivel, as verbas dos*

[212] RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2007, P. 256.

> *nascimentos e óbitos ocorridas desde o dia 28 de setembro e que estejão já escripturadas por ignorancia da lei ou enquanto durar a falta dos mencionados livros.*[213]

Como ainda não tinha sido definida a estrutura necessária para o funcionamento das associações, e, por conta disto, os registros de nascimentos ainda não poderiam ser feitos, muito menos apresentados para a devida libertação, as crianças continuavam escravas.

No dia 29 de novembro de 1873, com reiteração em 12 de dezembro daquele ano, o presidente da província, agora o Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, solicitou aos Juízes municipais o envio o mais rápido possível das exigências seguintes

> *1º Se pelas parochias, digo parochos tem sido cumpridas as disposições concernentes aos assentamentos de baptismo dos filhos livres de mulher escrava. 2º Quaes as associações que se tem organisado n'esse municipio com o fim de promover a libertação de escravos e os resultados obtidos. 3º qual o numero de escravos alforriados pela liberalidade particular desde a promulgação da Lei No 2040 de 28 de setembro de 1871 até 30 de setembro proximo findo.*[214]

Ou seja, em primeiro lugar o governo provincial mineiro precisava das informações religiosas referentes aos batismos de mulheres escravas, que até o presente momento não tinham sidos enviados. Negar estas informações implicava em esconder os reais dados referentes às famílias escravas. Ou seja, se não sabiam quantas famílias existiam, e quantos filhos nasceram após 1871, não seria possível identificar as crianças passíveis de libertação.

Em segundo, poucos tinham sido os municípios que informaram da criação das associações – solicitadas na lei de 28 de setembro de 1871, o que significava dizer que se não existiam as associações, ou se sua criação era pró-forma, denotava que não existia um órgão que fiscalizasse e acompanhasse o trabalho dos párocos, das fazendas e principalmente das Coletorias municipais. Por isso, seria impossível saber os números reais de crianças nascidas após 1871.

Em terceiro lugar, desejava-se saber quantas crianças tinham sido libertadas em decorrência da lei citada. Ora, se não existia o órgão fiscalizador, nem documentos que comprovassem os nascimentos destas crianças, seria impossível libertá-las. A lei, então, no

---

[213] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Aos Reverendos Parochos, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 07.

[214] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circulares aos Juízes Municipaes, SG 150, 12 de dezembro de 1873, APM, P. 64-verso.

nível da aplicabilidade era letra morte de fato. No sul de Minas Gerais, a lei de 28 de setembro de 1871 não foi cumprida na íntegra, pelo menos, durante seus primeiros anos.

No final de fevereiro de 1874 a comarca de Baependy se manifestou referente à Junta responsável pela classificação de escravos no município. Informou a Junta Emancipadora em ata que as reuniões referentes ao ano de 1873 não haviam ocorrido, solicitando, por isso, orientações. Em resposta aos membros da Junta, o governo provincial respondeu no dia 04 de março que a mesma deveria se reunir "no primeiro domingo do mez de julho vindouro, nos termos do artigo 30 do Decreto No 5135 de 13 de novembro de 1872"[215]. Ora, se existia a Lei de 13 de novembro de 1872 orientando a organização e funcionamento das Juntas municipais, por que estas juntas não buscavam informações nessas próprias leis? Será que havia realmente o conhecimento, ou, pelos menos, o interesse das Juntas funcionarem de fato?

## 3.2 Poucos livros, muitas separações

Nas trocas de correspondências de 1871 observava-se os entraves existentes para que a lei de 28 de setembro não alcançasse o nível prático nos interiores de Minas Gerais. O governo provincial tinha ciência não só de que seria difícil registrar devidamente as crianças passíveis de libertação como também seria difícil localizá-las[216].

Daqui para frente a questão era burocrática. Era necessário que o governo provincial enviasse os livros de registros, para que os párocos registrassem a lista de batizados e óbitos das crianças nascidas a partir da lei de 28 de setembro de 1871. No dia 15 de novembro de 1871 o Dr. Portella enviou uma carta ao ministro da Agricultura, informando possuir no momento 720 livros para registrar os filhos de mães escravas, nascidas a partir do

[215] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Aos Membros da Junta Encarregada da Classificaçam de Escravos no Municipio de Baependy, SG 150, 4 de março de 1874, APM, P. 70-verso.

[216] Para Sidney Chalhoub, "o artigo terceiro da lei de 1871 instituiu um fundo destinado a promover anualmente, em cada província, a libertação de tantos escravos quanto possível com os recursos disponíveis. O fundo de emancipação seria constituído pela taxa de escravos, impostos sobre a transmissão da propriedade escrava, multas decorrentes da aplicação da lei, seis loterias anuais, recursos orçamentários e mais 'subscrições, doações e legados com esse destino'. O regulamento de 13 de novembro de 1872 estabeleceu os critérios para a classificação dos escravos a alforriar. Mandava priorizar famílias a indivíduos, conjugues que fossem escravos de diferentes senhores, os que tivessem filhos nascidos livres em virtude da lei, e assim por diante. Nesse ponto, como noutros, os adversários da lei, ainda que apreciassem a idéia de libertar mediante indenização, criticavam a prerrogativa do governo em determinar as regras para a emancipação pelo fundo. Achavam que os senhores deviam controlar o processo de escolha dos cativos a libertar com tais recursos". *Cf*: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**. Op. Cit. P. 227.

final de setembro. Estes livros, a partir de meados de novembro seriam enviados aos párocos, para realizarem a tal empreitada por todo o interior de Minas Gerais[217].

Porém, as diversas tentativas dos presidentes da província de Minas em estabelecer o controle e atenção às leis imperiais era desafio constante e recorrente.

Merecem destaque os resultados das reuniões da Junta de Emancipação de Escravos de Itajubá. Quase três anos após a solicitação de verba para a construção da Associação em Itajubá, o Presidente da Câmara Antonio José Renno informa ao governo provincial que apesar de ter reunido os membros da Junta, não teria sido possível fazer a reunião, pois ainda não tinham sido enviados os livros, tal como dita o decreto No 5135 de 13 de novembro de 1872, artigo 31[218].

A Junta, na figura do presidente da Câmara Municipal de Itajubá, se coloca em mãos atadas. Afirmou poder fazer muito pouco diante da lei de 28 de setembro pelo fato de depender de materiais vindos do governo provincial, que ainda não tinham sido recebidos. Ao informar a sede do governo mineiro que este não havia enviado os livros para registros de escravos, informava a Câmara de Itajubá que não poderia fazer muito, e nem poderia também ser cobrada. A sede do município ganha tempo e respaldo para entregar os documentos solicitados.

Em 25 de abril de 1873, o presidente da província de Minas, o Dr. Venâncio Lisboa informou ao Ministério da Agricultura que a coleta de dados referentes as crianças livres nascidas de mães escravas não poderia ocorrer pelo fato dos livros solicitados em anos anteriores não terem sido enviados pela Tesouraria da Fazenda[219]. Por cauda deste atraso, o artigo 30 do Decreto No 5135 de 13 de novembro de 1872, o qual orientava as Juntas encarregadas da classificação dos escravos em realizar suas reuniões no primeiro domingo do mês, teria de ser marcada para outra ocasião.

Isto não vai ser diferente nos diversos municípios de Minas Gerais, principalmente no Sul. A Junta de Classificadora dos Escravos do Município de Campanha, na pessoa do Presidente Olympio Ignacio dos Reys, informou a presidência da província no dia 07 de abril de 1873[220] que também tinha a Junta em funcionamento, e com os membros definidos, porém, não havia recebidos os ditos livros, para registros de classificação.

---

[217] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministro da Agricultura, SG 150, 15 de novembro de 1871, APM, P. 08.

[218] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, Presidente da Camara Municipal da Cidade de Itajubá, Fundo: Secretaria de Governo - SG 151, 06 de abril de 1873, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) – APM.

[219] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministro da Agricultura, SG 150, 25 de abril de 1873, APM, P. 39-verso.

[220] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade da Campanha, SG 151, 07 de abril de 1873, APM.

A única cidade que acusou em carta o recebimento dos tão necessários livros de registros de escravos foi Pouso Alegre. O Presidente João Cassiano de S. Thiago, no dia 10 de abril de 1873, informou ao presidente da província mineira que os livros enviados haviam chegados e foram remetidos aos vigários das freguesias de "Borda da Matta, Ouro Fino, Jacutinga e Santa'Anna do Sapocahy". Porém, faltava o livro a ser enviado para Estiva, o qual seria aguardado[221].

Como o governo provincial anulou a realização da reunião, ficava, então, as Juntas, cada uma em seu município, aguardando a definição da próxima reunião, como é o caso de Itajubá. No dia 29 de maio de 1873 o Dr. Lisboa enviou uma carta a Comarca de Itajubá informando que ainda não possuía a nova data de reunião das Juntas, atrasando mais ainda o processo de arrolamentos dos cativos, principalmente das crianças que nasceram após 1871 e ainda não receberam as devidas manumissões[222].

No dia 06 de maio de 1873, o Presidente da Câmara Antonio José Renno envia correspondência à sede do governo provincial para informar da chegada dos livros enviados pelo Tesouro. Aproveita a carta para também saber se poderia então, realizar as tão solicitadas reuniões, ou se deveria apenas aguardar nova data[223].

É importante observar que a função de toda essa burocracia era ter um acompanhamento mais de perto sobre a situação das crianças, filhas de mães escravas, para serem registradas e libertadas devidamente, como mandavam a lei de 28 de setembro. Quando os livros finalmente chegavam ao seu destino, as municipalidades retornavam em cartas para o presidente da província solicitando, mais uma vez, novas orientações, atrasando por semanas as tarefas que simplesmente deveriam ser executadas. Arrastavam-se por meses e anos, as tentativas em arrolar os escravos.

A burocracia não só emperrava o processo, como, quando era descoberta alguma irregularidade, o governo autorizava o afrouxamento das penas.

Este foi o caso de José Francisco Simões, morador de Itajubá e proprietário de escravos, que no ano de 1873 não havia matriculado devidamente o infante Alfredo, filho de Felisbina. Em julho do mesmo ano foi descoberta pela Junta a irregularidade, a qual foi enviada ao governo provincial, juntamente com o recurso do proprietário, o qual pedia alívio

[221] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de presidente do Paço Municipal de Pouso Alegre, SG 151, 10 de abril de 1873, APM.
[222] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Presidente da Comarca de Itajubá, SG 150, 29 de maio de 1873, APM, P. 44-verso.
[223] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade de Itajubá, SG 151, 06 de maio de 1873, APM.

da multa. Por decisão do Dr. Lisboa, o proprietário de Felisbina foi aliviado da multa e o processo arquivado[224].

O processo ocorrido com José Francisco Simões não foi o único, muito menos o resultado deste. Muitos outros senhores de escravos no sul de Minas Gerais passaram por alívios de pena, por descumprimento da norma. Este também foi o caso de José Villela de Vasconcello, concidadão de Simões, o qual não deu matrícula ao filho de sua escrava, Ambrosina. No dia 18 de agosto de 1873, o Dr. Lisboa deu alívio à multa que deveria ser aplicada[225].

Ora, como o governo poderia ser rigoroso nas penalidades se não tinha os devidos registros e cumprimentos de prazos das próprias municipalidades. As Câmaras solicitavam o alívio das penas de seus compadres políticos ou companheiros latifundiários para garantir a manutenção da ordem escravocrata, sem ônus para os senhores escravos.

Ainda no termo de Itajubá, mas no distrito de São Caetano, no dia 8 de novembro de 1873, o Dr. Lisboa também aliviou a pena do proprietário de escravos Joaquim Candido de Faria Junior, o qual não deu matrícula ao ingênuo Antonio, filho de Thomazia[226].

No dia 11 de novembro, foi a vez de Candido Marcondes de Oliveira Mafra, morador de Itajubá, ser isentado das taxas punitivas por não matricular Bernardino, filho de sua escrava Francisca[227].

Ou seja, a intenção era que o governo provincial, e certamente o imperial, tivessem acesso as informações relativas às matriculas das crianças escravas. Ao mesmo tempo, quando possuíam as informações devidas, principalmente para terem controle sobre a libertação destas crianças e encontravam irregularidades, nada faziam a não ser aliviar as multas, colocando a lei em palavras mortas.

Tudo indica que a partir de maio de 1873 as reuniões da Junta de Itajubá ocorreram normalmente. Porém, este período de sossego se deu até início de novembro, quando a Junta, mais uma vez, foi obrigada a parar com seu trabalho. No dia 03 de novembro de 1873 o Presidente Interino Joaquim José dos Santos Pereira informa ao governo provincial que as reuniões da Junta teriam de interromper, pois

---

[224] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da Fazenda, SG 150, 14 de julho de 1873, APM, P. 51.

[225] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da fazenda, SG 150, 18 de agosto de 1873, APM, P. 53-verso.

[226] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da Fazenda, SG 150, 08 de novembro de 1873, APM, P. 60-verso.

[227] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da Fazenda, SG 150, 11 de novembro de 1873, APM, P. 60-verso.

> *Em vista de não haver Promotoria Publica desta Comarca, e nem adjunto do mesmo, ficam desde o dia de hoje suspenço os trabalhos da classificação de escravos deste municipio, cito para que o Promotor publico interino pedio demissão, sendo elle o cidadão Honorio Jose de Oliveira – Por isso pois, convindo a VExa. Pover*[sic] *em cazo semelhante, faço esta communicação a VExa. afim de não ocorrer em erro qual quer responsabilidade, em sincero, aguardando á resposta.*[228]

Colocar em prática a lei de 28 de setembro de 1871 parecia ser desafio hercúleo. Todo o tipo de adversidade ocorreu para que as crianças não fossem registradas devidamente. Mas, por que tanto investimento nesta prorrogação do tempo? O que esperavam tanto os munícipes?[229]

Foi no ano de 1874 que a Câmara Municipal de Itajubá conseguiu compilar as informações referentes as crianças escravas. Em meados de março de 1874 o Dr. Lisboa solicitou o envio deste material para o governo mineiro, para que as devidas providências fossem tomadas[230].

Para tentar garantir o cumprimento da lei do Ventre Livre, foi criada a lei de 1º de dezembro de 1871, a qual previa punições para os párocos que não apresentassem devidamente e em tempo estabelecido os livros de registro de batismo e óbito das crianças livres filhas de mães escravas[231]. O governo provincial tentava evitar que os párocos, em acordo com os fazendeiros e agricultores locais, encobrissem as verdadeiras datas de nascimento das crianças passíveis de libertação por conta da lei de 28 de setembro[232]. Para

---

[228] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade de Itajubá, SG 151, 03 de novembro de 1873, APM.

[229] Para Chalhoub "(...) após o término do período inicial da matrícula, em 30 de setembro de 1872, nenhum contrato ou ato oficial envolvendo escravos teria lugar sem a apresentação das 'relações das matriculas ou certidão delas'. Sem prova de registro, portanto, não se poderia lavrar escritura de compra e venda de escravos, nem penhor, hipoteca ou contrato de aluguel de seus serviços. Nenhum inventário, ou partilha, ou qualquer outro litígio concernente a escravos seria admitido em juízo sem o documento de matricula. Findo o registro, os proprietários continuavam obrigados a comunicar, e os funcionários a anotar formalmente, as ocorrências relativas a cada cativo: mudança de residência para fora do município, transferência de domínio, falecimento, obtenção de alforria. Enfim, a idéia era manter um acompanhamento detalhado do movimento da população escrava. O tal artigo 35 mencionado na consulta do Ministério da Agricultura do Conselho de Estado estabelecia multa de 10 a 50 mil-réis para funcionários e proprietários que desrespeitassem essas regras. A dúvida, originária provavelmente da segunda seção, a julgar pelo caminho rotineiro desses papéis no interior da administração consistia então em saber se a multa devia ser aplicada uma só vez ao funcionário ou proprietário em falta, ou se era o caso de multiplicar o valor pelo número de escravos envolvidos". *Cf*: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**. Op. Cit. Pp. 222-3.

[230] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Presidente da Camara Municipal do Itajubá, SG 150, 12 de março de 1874, APM, P. 72.

[231] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular, SG 150, 08 de fevereiro de 1872, APM, P. 16.

[232] O artigo 38 do citado decreto é concedido nestes termos: 'Os Parochos que tendo recebido as copias de que trata o artigo 11 não annunciarem a seos fregueses a abertura e o dia do encerramento da matricula, no tempo e no modo prescrito no referido artigo, incorrerão na multa de dez mil reis, tantas vezes repetidas quantas forem os

evitar tais práticas, o governo impeliu multas de dez mil reis àqueles que não estivessem atentos ao artigo 11 do decreto No 835.

Em janeiro de 1872 o Dr. Portella enviou mais uma circular, datada do dia 20, para solicitar aos juízes municipais informações mais exatas a respeito dos alforriamentos ocorridos. O presidente da província fez questão de lembrar aos juízes que o pedido feito era antigo e nunca fora atendido em sua inteireza. Desde 28 de fevereiro de 1870

> *Não tenha sido possivel obter-se dados seguros e completos para formar-se a respectiva estatistica, de novo ordeno a Vmcê que cem a maxima possivel brevidade e de conformidade com o modelo que junto lhe envio haja de informar-me qual o numero de escravos que durante os annos de 1868, 1869, 1870 e 1871 hão sido manumettidos.*[233]

Na verdade, o governo provincial mineiro não tinha dados específicos sobre os escravos e as manumissões desde 1868. Com a lei Eusébio de Queiroz, surgiu a oportunidade de tentar, mais uma vez, buscar as informações relativas a população cativa mineira, o que foi feito com bastante atrasos. É importante observar por meio destas fontes que a questão da liberdade dos infantes é mera discussão de cumprimento ou não de normas. No caso, as normas raramente eram cumpridas e os prazos nunca eram atendidos.

## 3.3 Registros dos libertos, reconstrução das famílias

Por solicitação da Coletoria da Fazenda Nacional, o Dr. Joaquim Francisco de Godoy enviou carta circular aos Juízes de Direito das diversas comarcas de Minas, em fins de julho de 1872. A intenção era reafirmar a necessidade de manter em dia, junto aos tabeliões e escrivães das comarcas, as escrituras de compras, vendas e trocas de escravos, bem como os termos, autos de transferências de domínios, de penhora, hipoteca e outros documentos comprobatórios da situação dos cativos[234].

O governo provincial desejava manter esta documentação em dia, para, quando necessário, enviar ao governo imperial a papelada pronta. Porém, como visto em solicitações anteriores, esta listagem nunca ficou pronta de fato, ou, pelo menos, nunca foi enviada devidamente.

---

domingos e dias santos em que deixarem de fazer o annuncio'. Cf: Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular, SG 150, 08 de fevereiro de 1872, APM, P. 16.

[233] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular aos Juízes Municipaes, SG 150, 20 de janeiro de 1872, APM, P. 15.

[234] Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular aos Juízes de Direito, SG 150, 25 de julho de 1872, APM, P. 28-verso.

No início de março de 1877, o presidente interino José Pereira dos Santos, enviou carta ao governo provincial mineiro para informar a situação da Junta Classificadora de Escravos da cidade de Itajubá[235]. Anos haviam se passado após a lei 28 de setembro de 1871 e muitas crianças, agora desmamadas, ainda não tinham sido libertas.

Segundo José dos Santos, não houve nenhuma reunião da Junta no ano de 1876. Os motivos não foram encontrados. Porém, a carta informa que a verba repassada como Fundo de emancipação chegara e estava de posse da dita Junta Classificadora. Ou seja, existiam a Junta, os livros e o Fundo de emancipação, mas não foram listados e muito menos os integrantes da Junta se reuniram para dar continuidade ao processo de libertação dos jovens cativos.

José dos Santos informa ao presidente da província que ainda seria marcada nova data da reunião, perguntando se deveriam listar apenas os cativos que poderiam ser libertados pelos fundos, ou se deveriam ultrapassar na listagem o valor possuído[236]. Se o segundo caso ocorresse, informava o presidente interino de Itajubá que seria, então, necessário percorrer as freguesias da região. Ora, se a lei vigorava em todo império, isto significava dizer que há anos era para a Junta de Itajubá ter listado todas as crianças nascidas após 1871, das diversas freguesias, fazendas e propriedades que possuíssem mulheres escravas.

A resposta do governo provincial, para a pergunta relativa a listagem de escravos ser ou não compatível com o valor do fundo, feita por José dos Santos foi

> *E quanto a classificação para as alforrias (artigo 2º do Decreto No 6341 de 20 de setembro de 1876) comprehenderá somente aquelles escravos que possão ser libertados com a importancia da quota distribuida ao municipio, pouco importando residerem estes nesta ou náquella freguezia, uma vez que tenhão a favor a preferencia estabelecida no § 1º e 2º do artigo 27 do Regulamento que baixam com o Decreto No 5135 de 13 de novembro de 1872, observadas as respectivas regras.*[237]

Ou seja, o governo de fato não queria saber quantos cativos existiam em cada cidade ou freguesia, desejava apenas que os valores enviados para a libertação das crianças

[235] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente interino da Camara da Cidade de Itajubá, Fundo: Secretaria de Governo - SG 152, 02 de março de 1877, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) –APM.
[236] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente interino da Camara da Cidade de Itajubá, SG 152, 02 de março de 1877, APM.
[237] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Secretaria do Governo, SG 152, 12 de março de 1877, APM.

fossem utilizados, como determinava a lei de 20 de setembro de 1876[238]. Obviamente que a Junta se desobrigava de realizar um trabalho mais apurado, inclusive, sendo verdadeiros nas informações.

Como é observável, o governo provincial, por causa das incessantes cobranças do governo imperial, tinha pressa em receber as informações devidamente, repassar os fundos destinados à compra das alforrias e libertar os cativos, para seguir prontamente as leis. Porém, como mostram as cidades, isto não era o que ocorria.

Em meados de abril do ano de 1877, o Vigário Cônego Barnabé José Teixeira de Andrade enviou uma carta ao governo mineiro para informar que

> *Fico de pósse da circular de VExa., de 14 de março do corrente anno, e tendo á participar á VExa. , que, os livros, que me forão remettidos para registros de baptismo e óbitos dos filhos livres de mulher escrava, já se achão devidamente sellados, deste a data de 6 de dezembro de 1873, na forma determinada pela lei. (...)*[239]

A listagem de nascimentos de crianças filhas de mães escravas de 1871 até 1873 estava feita, selada e guardada pela igreja de Pouso Alegre. Ao receberem os livros a igreja cumpriu, mesmo que lentamente, com as solicitações governamentais. Porém, os livros ficaram de posse da igreja durante 4 anos, sem enviar ao governo, e o mesmo sem solicitar o envio. Para um procedimento que exigia agilidade, a demora fez com que os dados, com certeza, caducassem.

Ou seja, o número de crianças reais poderia ser bastante diferente daqueles que seriam apresentados pela igreja. Muitas daquelas crianças poderiam ter sido vendidas, fugidas, com ou sem suas famílias, ou mesmo mortas, acometidas pelas diversas doenças da época. Por causa dos altos índices de mortes de crianças, muitas das ações de curas estavam

---

[238] Para Sidney Chalhoub, "de qualquer modo, em dezembro de 1875 o ministério decidira seguir a orientação da seção de Justiça do Conselho de Estado e considerar sem direito à liberdade os escravos que não haviam sido registrados por 'deficiência no serviço da matrícula. Para preparar a abertura de novos prazos, enviava circular aos presidentes da província solicitando informações detalhadas sobre cada município para o qual alegava-se que a matricula não fora realizada pelo motivo aludido. Nova espera de muitos meses – na verdade, foi-se inteiro o ano de 1876. A primeira vista, o passo de cágado do governo em tocar esses assuntos é de espantar. Faz sentido, todavia, no contexto das reiteradas ameaças de resistência ao cumprimento da lei ouvidas no parlamento durante os debates de 1871. Em relatório de 15 de janeiro de 1877, o ministério informava que, como resultado da circular de dezembro de 1875, soubera que apenas em Pernambuco dera-se o caso de municípios nos quais a matrícula não se realizara, ou ocorrera por período muito reduzido. Aparentemente seguro de que a medida não traria maiores conseqüências, o ministério arbitrara novo prazo apenas para os locais em que a matrícula jamais fora aberta. Dizia também ter tomado providências para impedir que escravos não matriculados em outros municípios, e portanto já libertos nos termos da lei, fossem agora fundamentalmente transferidos para os locais das novas matrículas e lá registrados". *Cf*: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**. Op. Cit. Pp. 212-3.

[239] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de o Vigario Conego Barnabé José Teixeira de Andrade da Cidade de Pouzo Alegre, SG 152, 16 de abril de 1877, APM.

voltadas para as proteções religiosas. As crianças eram levadas as igrejas, para serem benzidas pelos padres, ou para o altar, aos pés dos santos, para pedirem proteção aos seus corpos e almas[240].

Outro aspecto importante é que a listagem de 7 de dezembro de 1873 até 15 de abril de 1877 não foi mencionada. Será que neste intervalo de tempo foram registrados devidamente os batizados e óbitos de crianças filhas de mães escravas? A igreja de Pouso Alegre tinha os livros para tal registro?

Esta situação não foi exclusiva de Pouso Alegre, outras cidades do Sul de Minas também não sabiam o que fazer com seus livros preenchidos e selados. Este foi o caso de Santa Anna do Sapucahy, a qual, na figura do pároco Camillo José de Faria informou ao presidente da província no dia 20 de abril de 1877 que "os livros de registros de baptismo e obitos dos filhos livres de mulher escrava desta parochia estão sellados desde 1º de outubro de 1873"[241].

Após anos de insistentes trocas de correspondências, na qual os diferentes municípios fizeram sucessivas listagens de esclarecimentos sobre o funcionamento das Juntas; cobranças relativas às chegadas dos livros, para registros de batizados e óbitos de crianças escravas; solicitações de encaminhamentos dos livros finalmente preenchidos; todas as informações ficaram engavetadas, as vistas apenas das traças corroendo os papéis, o tempo e as esperanças de liberdade.

Em meados de agosto de 1877 a Junta Classificadora de Escravos de Pouso Alegre, na figura de seu presidente, Antonio Bassêto, solicitou esclarecimentos de informações que não recebeu referente ao Decreto No 6347 de 20 de setembro do ano de 1876, que alterou algumas disposições de Regulamento No 5135 de 13 de novembro de 1872[242].

A Junta de Pouso Alegre, a despeito das trocas de cartas apresentadas até o momento alegou não ter conseguido informações importantes, como se ficasse meses sem se comunicar com a sede do governo mineiro. Peculiaridade que chama a atenção para os mecanismos utilizados que servem de burla, a partir da própria engrenagem do sistema. Como os decretos e regulamentações eram alterados diversas vezes, no espaço de alguns anos, as municipalidades alegavam não receber novas instruções relativas as novas leis. Obrigavam, então, o governo de Ouro Preto partir do zero, em alguns casos.

---

[240] DEL PRIORY, Mary. "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império". In: DEL PRIORY, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, PP. 92.

[241] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de o parocho Camillo José de Faria da Cidade de Sant'Anna do Sapucahy, SG 152, 20 de abril de 1877, APM.

[242] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Junta de Classificação de Escravos Antonio Bassêto da Cidade de Pouso Alegre, SG 152, 12 de agosto de 1877, APM.

Durante as discussões dos primeiros anos da década de 1870, as libertações eram relativas apenas as crianças escravas. A partir de 1873 o papel das Associações era também libertar os adultos. O fundo de emancipação e as Juntas eram agora instrumentos de libertação dos escravos nas províncias, o que provavelmente causou uma lentidão maior ainda para libertar tanto as crianças de 1871, como seus familiares adultos.

É somente a partir da década de 1880 que finalmente tem-se acesso aos resultados finais de quase 10 anos de arrolamentos de crianças e adultos escravos em Minas Gerais, principalmente, no sul.

O presidente da Junta Classificadora de escravos do Município de Campanha da Princesa, Olympio Oscar de Vilhena Valadão enviou ao governo provincial, no dia 16 de fevereiro de 1881, a tabela de escravos classificados em Campanha, para serem libertados pelo Fundo de emancipação[243]. A tabela apresentava os seguintes dados: tinha 26 escravos no total passíveis de libertação por meio do Fundo. Dos 26 listados, 4 eram homens solteiros e 6 eram mulheres solteiras. Casados, tinham 9 homens e 7 mulheres. O Fundo estava destinado, em primeira instância, a libertar pessoas casadas[244].

A peculiaridade estava no fato de terem sido listados para libertação apenas homens e mulheres que estivessem casados com pessoas livres[245]. Neste momento seria menos oneroso tanto para os senhores de escravos quanto para o império libertar famílias inteiramente compostas por cativos. A existência de pessoas livres nas famílias seria um argumento a mais para que fosse lícita a libertação dos membros cativos.

Da mesma maneira, entendia-se que com a existência de um dos membros livres, esta família dependia muito pouco de seus senhores, o que barateava mais ainda o valor da alforria.

A tabela também apresentava a função dos cativos: 14 na lavoura (sendo 6 destes, mulheres), 5 costureiras, 3 cozinheiras, 1 no serviço doméstico, 1 sapateiro, 1 pedreiro, 1 engomadeira[246].

---

[243] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, Fundo: Secretaria do Governo – (SG) 153, 16 de fevereiro de 1881, Arquivo Público Mineiro (APM).

[244] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

[245] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

[246] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

Nas discussões relativas a escravidão no Brasil, Silvia Lara coloca em xeque a maneira como o trabalho escravo é tratado e analisado. Afirma a autora que

> *A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo.*[247]

Para este texto, seguindo o raciocínio de Lara, o trabalho escravo é entendido como parte de uma dinâmica econômica, que também gera recursos, produtos e mão-de-obra. Mas, principalmente, como afirma autora, o trabalho escravo diz respeito ao espaço de luta, conquista, de negociação, assim como de um saber/fazer que estes homens e mulheres possuíam, a despeito do tratamento dado por parte da historiografia.

Segundo Joseli Nunes Mendonça, "um dos dispositivos inscritos na Lei de 1871 assegurava aos escravos o direito de formar um pecúlio" [248]. Era por meio do desenvolvimento do trabalho que estes homens e mulheres geravam as condições materiais necessárias para adquirirem suas liberdades. E, como aponta Lara, a necessidade do trabalho, assim como o próprio trabalho, após a liberdade não desaparecia. Pelo contrário, era mantida e, inclusive, reforçada, pois não poderiam mais contar com seus ex-senhores. Não que isto significasse dizer que estavam sozinhos, mas colocava a prova as redes de sociabilidades criadas até aquele momento.

Na Tabela de Campanha também chama a atenção três famílias. A primeira é a família de Leandro, negro de 36 anos de idade, casado com mulher livre, agricultor, pertencente a Amaro da Silva Lemes. Em 1867, Leandro teve Sebastiana, a qual ensinou o ofício da lavoura. Em 1881, quando a jovem Sebastiana completara 14 anos, ainda solteira e já conhecedora da lida no campo, foi libertada junto com seu pai[249].

A segunda família é a de América, negra de 33 anos, casada com homem livre, cozinheira e pertencente a dona Aurelia Honoria Nogueira. Em 1864, América teve sua filha

---

[247] LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, (16), fev. de 1998. Pp. 26.

[248] MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, P. 55.

[249] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

Gabriella, uma jovem parda, a qual ensinou o ofício da costura. Em 1881, ambas foram libertadas[250].

A terceira era a família de Joaquim, o qual era negro, de 38 anos de idade, casado com mulher livre, agricultor e pertencente a João Bernardo de Souza. Joaquim, segundo os registros, teve três filhos. Daniel nasceu em 1861, Thereza, em 1864 e Jesuína, a caçula, em 1867[251]. Todos os filhos aprenderam com os pais a lida na lavoura. Em 1881 a família foi libertada de uma única vez.

Os três casos acima foram registrados e libertados como família, o que não seria estranho, tendo em vista que estavam sobre o mesmo teto, dentro da propriedade de seus respectivos senhores. Porém, este não era o caso da família de Joaquim. O pai pertencia a João Bernardo de Souza, mas seus filhos estavam registrados como pertencentes a Hessuros[sic] de Alexandre Pinto de Meneses.

Ou seja, além das dificuldades em rastrear os cativos, geralmente por serem vendidos sem as verdadeiras identificações dos compradores – para evitar o pagamento de impostos – esta documentação apresenta membros de uma mesma família espalhados pela região, em propriedades e pertencentes a senhores diferentes.

Em cumprimento do artigo 2º do Decreto No 6341 de setembro de 1876, o presidente da província recebeu do Tesouro Nacional a quantia de setecentos e vinte e oito contos seiscentos e vinte e oito mil setecentos e trina e seis réis (728:628$736), para libertar os cativos existentes na província. Desta quantia, foram destinados 6,14% (44:728$084) para as cidades recortadas para este texto, compreendidas em Campanha, Ayuruoca, Pouso Alegre e Itajubá[252].

TABELA 1: DIVISÃO DO FUNDO DESTINADO A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS EXISTENTES NA PROVINCIA DE MINAS GERAIS – 1876.

| **Municípios** | **Numero dos escravos** | **Quantias que cabem a cada município** |
|---|---|---|
| Campanha | 6750 | 13:442$922 |
| Ayuruoca | 3564 | 7:097$862 |
| Pouso Alegre | 7649 | 15:233$319 |
| Itajubá | 4496 | 8:953$981 |

Fonte: Palácio do Governo da Província de Minas Gerais, Ouro Preto, 22 de dezembro de 1876. Barão de Camargos.

[250] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

[251] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, SG 153, 16 de fevereiro de 1881, APM.

[252] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de Barão de Camargos, SG 153, 22 de dezembro de 1876, APM.

De acordo com a tabela acima, o fundo repassado às cidades do sul de Minas foram divididos da seguinte maneira: Pouso Alegre ficou com 34,06% (15:233$319); Campanha, 30,05% (13:442$922); Itajubá, 20,02% (8:953$981); e Ayuruoca, 15,87% (7:097$862)[253].

Com estes valores de Fundo, o total de escravos libertos nas cidades descriminadas foi de 22.459, sendo a Junta de Pouso Alegre a que mais libertou cativos.

No ano de 1880, servindo-se do mesmo Decreto No 6341 de setembro de 1876, o vice-presidente da província de Minas Gerais, Joaquim José de Sant'Anna, repassa aos municípios a quantia de "950:968$927, conforme os avisos do ministerio da agricultura de 15 de maio passado findo e a ordem do Thesouro Nacional No 23 de 18 de junho ultimo"[254].

TABELA 2: DIVISÃO DO FUNDO DESTINADO A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS EXISTENTES NA PROVINCIA DE MINAS GERAIS – 1880.

| **Municípios** | **Numero de escravos** | **Quota do fundo de emancipação** |
|---|---|---|
| Campanha | 5333 | 17:541$519 |
| Pouso Alegre | 5633 | 18:528$291 |
| Ayuruoca | 3658 | 12:032$041 |

Fonte: Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais. Ouro Preto, 7 de julho de 1880. Joaquim José de Sant'Anna.

Como é observável, desaparecem as informações referentes ao registro da cidade de Itajubá, sobre a libertação dos escravos, para o ano de 1880. Para as cidades de Campanha, Pouso Alegre e Ayuruoca, foram destinados 5,06% (48:101$851) do total. Pouso Alegre recebeu a maior parte do fundo, 36,52% (18:528$291); Campanha, 36,47% (17:541$519); e Ayuruoca, 25,01% (12:032$041)[255]. No total, as três cidades juntas libertaram 14.624 escravos. Um valor menor, referente a Tabela de 1876, que apresentava um total de 22.459. Porém, em 1880, como foi exposto, não apareceram os dados referentes a Itajubá.

Se forem tratados apenas os dados referentes às cidades de Pouso Alegre, Campanha e Ayuruoca, observa-se que estas Juntas libertaram 17.963 cativos, em 1876, e 14.624, em 1880. A queda no número de cartas de alforrias foi de 18,59% (3.339), em 1880. Mas, os valores de fundo enviados não declinaram. Pelo contrário, o acréscimo foi de 25,63%

[253] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de Barão de Camargos, SG 153, 22 de dezembro de 1876, APM.
[254] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), d vice-presidente da província de Minas Gerais Joaquim José de Sant'Anna, SG 153, 07 de julho de 1880, APM.
[255] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), do vice-presidente da província de Minas Gerais Joaquim José de Sant'Anna, SG 153, 07 de julho de 1880, APM.

(12:327$748) na verba de Fundo enviados entre 1876 e 1880. O que fez com que, mesmo com o aumento do envio de fundo de emancipação, diminuísse o número de escravos libertos?

É difícil dizer, tendo em vista o universo de possibilidades. Em primeiro lugar, a documentação não informa nada a respeito. Em segundo, existe a possibilidade dos valores dos cativos serem superfaturado com o passar do tempo. Em terceiro, o valor dos cativos podem ter subido de fato, na região.

De qualquer modo, o tempo passava e aquelas crianças que deveriam ser libertadas pela lei de 28 de setembro de 1871 ainda estavam invisíveis. Foi apenas em 1881 que finalmente passou-se a ter uma idéia do número de crianças existentes no sul de Minas. A primeira cidade a informar seus dados foi Campanha:

TABELA 3: FILHOS LIVRES DE MULHER ESCRAVA MATRICULADOS E AVERBADOS NA PROVINCIA DE MINAS GERAIS – 1881.

| **Município** | | **Campanha** |
|---|---|---|
| Matriculados e averbados até 30 de junho de 1881 | Homens | 801 |
| | Mulheres | 961 |
| Fallecidos | Homens | 145 |
| | Mulheres | 175 |
| Mudados | Homens | 233 |
| | Mulheres | 251 |
| Existentes em 30 de junho de 1881 | Homens | 423 |
| | Mulheres | 535 |
| Pertencentes á população urbana | Homens | 303 |
| | Mulheres | 359 |
| Pertencentes á população rural | Homens | 498 |
| | Mulheres | 602 |
| Menores de 8 annos | Homens | 651 |
| | Mulheres | 802 |
| Maiores de 8 annos | Homens | 150 |
| | Mulheres | 159 |
| Em poder dos senhores das mães por opção dos serviços ou sem declaração respectiva | Homens | 393 |
| | Mulheres | 505 |
| Entregues ou a serem entregues ao Estado por opção já declarada do titulo de renda | Homens | 0 |
| | Mulheres | 0 |
| Entregues ás mães libertas | Homens | 30 |
| | Mulheres | 30 |

Fonte: Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais. Ouro Preto, 30 de junho de 1881.

No quadro acima, no qual se encontram as crianças filhas de mães escravas arroladas e libertadas até o ano de 1881, na cidade de Campanha da Princesa, é possível discutir informações pertinentes sobre as histórias das crianças negras alforriadas[256].

[256] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro dos filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados na provincia de Minas Geraes até 30 de junho de 1881, SG 153, 30 de junho de 1881, APM.

Em Campanha, 1.762 crianças foram arroladas. Destas, 662 moravam na área urbana, divididos entre 303 meninos e 359 meninas; 1.100 moravam no campo, divididos entre 498 meninos e 602 meninas. De acordo com a historiografia mineira, a maioria das famílias morava no campo, trabalhando na lavoura.

Porém, de acordo com os dados apresentados pelo quadro acima, 958, de fato, foram alforriados, sendo 423 meninos e 535 meninas, pois 320 crianças tinham falecido além das 484 crianças que mudaram de cidade, provavelmente por meio de venda.

Chama a atenção o fato de 1.453 das crianças alforriadas serem menores de 8 anos, o que implica dizer que nasceram depois de 1873, diferentemente das 309 crianças nascidas antes de 1873, ou seja, tinham mais de 8 anos. É difícil saber se estes dados referentes as idades das crianças eram verdadeiros, primeiro por que demorou muito para que o arrolamento fosse feito. Segundo, era interessante para o senhor omitir a verdadeira idade da criança, pois receberia mais dinheiro proveniente do Fundo.

Se estas 1.453 crianças, juntamente com as outras 309 tiverem nascido após final de setembro de 1871, e se isso fosse comprovado, os senhores estariam descumprindo as leis vigentes, ocasionando multas e punições diversas. Para os senhores do sul de Minas, era interessante, então, tirar proveito da situação e conseguir um ótimo preço pelas crianças que já deveriam ter sido libertadas.

Das 958 crianças alforriadas, 898 permaneceram em poder dos senhores das mães, o que significa dizer que continuaram com suas famílias, mais à custa do senhor, em suas propriedades, provavelmente trabalhando ou exercendo atividades diversas.

Nenhuma criança ficou com as Associações criadas nos municípios, e provavelmente estas instituições não tinham condições nem pessoal para acolherem as crianças.

No que diz respeito a Pouso Alegre, segue abaixo o quadro de filhos livres de mulheres escravas matriculados até meados de 1881.

TABELA 4: FILHOS LIVRES DE MULHER ESCRAVA MATRICULADOS E AVERBADOS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1881.

| | **Idade** | **Menores de 8 anos** | **Maiores de 8 anos** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| Matriculados e averbados ate 30 de junho de 1881 | Homens | 534 | 180 | 714 |
| | Mulheres | 489 | 173 | 662 |
| Fallecidos | Homens | 111 | 37 | 148 |
| | Mulheres | 102 | 38 | 140 |
| Sahidos do municipio | Homens | 34 | 61 | 95 |
| | Mulheres | 44 | 37 | 81 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Existentes em 30 de junho de 1881 | Homens | 389 | 82 | 471 |
| | Mulheres | 343 | 98 | 441 |
| Em poder dos senhores das mães por opção dos serviços ou sem declaração respectiva | Homens | 389 | 82 | 471 |
| | Mulheres | 343 | 98 | 441 |
| Entregues ou a serem entregues ao Estado por opção já declarada do titulo de renda | Homens | - | - | - |
| | Mulheres | - | - | - |
| Entregues as mães libertas | Homens | - | - | - |
| | Mulheres | - | - | - |
| Observações | | Não se pode descriminar os pertencentes a população urbana da rural, por não constar do livro de matricula de ingennuos, e proffissão das mães. | | |

Fonte: Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais. Ouro Preto, 30 de junho de 1881.

Segundo o quadro acima, foram averbadas 1.376 crianças, sendo 714 meninas e 662 meninas. Deste número, faleceram 288, além de terem saído do município 176, o que significa dizer que foram libertadas de fato 471 meninos e 441 meninas, totalizando 912 crianças[257].

Todas as crianças matriculadas ficaram sob a responsabilidade dos senhores de suas mães, o que significa dizer que continuaram morando com suas famílias.

No que diz respeito a cidade de Itajubá, entre setembro de 1873 e junho de 1881, a Coletoria municipal, na pessoa de Manuel Correa de Miranda, matriculou 4.083 cativos, até 1873. Após esta data, 192 cativos também foram matriculados, totalizando 4.275 escravos. Somando estes dados com os que foram averbados para dentro de Itajubá o total é de 4.981 escravos até 1881[258].

Dos 4.981 escravos, 4.724 estavam trabalhando no campo, provavelmente em pequenas lavouras. Os demais 257 cativos estavam no espaço urbano de Itajubá. Faleceram por motivos não descriminados 333 escravos, sendo 190 do sexo masculino e 143, feminino. Saíram de Itajubá 614 escravos, sendo 330 do sexo masculino e 284, feminino.

Existentes no município eram de fato 3.960, divididos entre 3.742 no campo e apenas 218 na cidade de Itajubá.

Apesar dos números de escravos apresentados na região de Itajubá, eles não refletem expressividade nos registros de liberdade. Dentre os libertos, 7 escravos foram

[257] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro dos filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados no municipio de Pouso Alegre provincia de Minas Geraes ate 30 de junho de 1881, SG 153, 30 de junho de 1881, APM.

[258] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro demonstrativo da população escrava no municipio de Itajubá, provincia de Minas Geraes, de 30 de setembro de 1873, á 30 de junho de 1881, SG 153, 1º de janeiro de 1882, APM.

libertados pelo Fundo de emancipação[259]: três homens do campo, e um trabalhador da cidade entre 21 e 60 anos de idade; uma mulher do campo, e duas da cidade, entre 21 e 60 anos[260].

Por liberdade de particular foram alforriados 56 cativos, sendo 47 do campo e 9 da cidade. Dos cativos do campo, 2 rapazes e 2 moças tinham menos de 21 anos; 16 homens e 13 mulheres tinham entre 21 e 60 anos; e 7 homens e 4 mulheres tinham mais de 60 anos. No que diz respeito aos registros urbanos, apenas um rapaz era menor de 21 anos; 3 homens e 4 mulheres tinham entre 21 e 60 anos; e uma mulher estava com mais de 60 anos[261].

Por ato oneroso de particular, foram libertos 11 cativos, sendo 7 do sexo masculino e 4, do feminino. Dos que estavam trabalhando no campo, 3 rapazes e uma moça tinham menos de 21 anos; 2 homens e 3 mulheres tinham entre 21 e 60 anos. Já na cidade, tinham apenas um rapaz menor de 21 anos e um homem entre 21 e 60 anos de idade[262].

Ou seja, apesar de serem registrados 4.981 escravos, apenas 74 foram libertados, representando 1,48% do total. Isto significa dizer que após anos de tentativas em registrar os escravos, os dados conseguidos não gerou, necessariamente, a liberdade. Mesmo com o Fundo enviado, ao ser analisado demonstra que apenas 7 escravos receberam a alforria por intermédio desta verba. Ou seja, um valor muito irrisório, se levar em conta o valor recebido pelo município.

Tendo em vista o exposto no capítulo, a libertação dos escravos, principalmente das jovens crianças, se deu muito mais pela ação, luta e discussão dos grupos envolvidos, do que necessariamente pela lei. A análise foi desenvolvida de forma tal, a apresentar a estrutura vigente de poder, a qual no final, não resultou na liberdade de fato.

Para os estudos referentes à libertação dos escravos, é necessário entender que a liberdade foi conquistada, seja com a participação dos abolicionistas, por meio das pressões nas discussões do senado, seja pelas pressões internacionais. Mas, com certeza, foi pela articulação de homens e mulheres escravos, construindo e reconstruindo suas famílias, redes de compadrio e trabalho, que inflamaram presença constante, voltando os olhares para suas ações, intenções e manifestações.

---

[259] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro demonstrativo da população escrava no municipio de Itajubá, provincia de Minas Geraes, de 30 de setembro de 1873, á 30 de junho de 1881, SG 153, 1º de janeiro de 1882, APM.

[260] Em sua obra, Mendonça discute a Lei dos sexagenários, e os mecanismos e dispositivos elaborados pela elite política imperial para engendrarem o funcionamento do dispositivo normativo. *Cf*: MENDONÇA. Op. Cit.

[261] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro demonstrativo da população escrava no municipio de Itajubá, provincia de Minas Geraes, de 30 de setembro de 1873, á 30 de junho de 1881, SG 153, 1º de janeiro de 1882, APM.

[262] Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro demonstrativo da população escrava no municipio de Itajubá, provincia de Minas Geraes, de 30 de setembro de 1873, á 30 de junho de 1881, SG 153, 1º de janeiro de 1882, APM.

A despeito do intenso debate sobre as crianças nascidas após a lei de 28 de setembro de 1871, pouco foi feito por elas. Foram esquecidas, porque cresceram – aquelas que sobreviveram aos frágeis primeiros anos de vida – sendo alvo de constante debate, no qual eram muito mais observados os gastos dos senhores, do que a liberdade das crianças. Como historicamente ficou comprovado, estas crianças dependiam de seus pais, a despeito das condições inerentes a escravidão. Pois estes trabalhavam, viviam e juntavam dinheiro para executarem seus projetos de vida e família.

No último capítulo serão analisados os discursos e recursos religiosos existentes no sul de Minas, para entender, por meio dos assentamentos de batismo, casamento e óbitos, as ações de homens e mulheres escravos, para articularem cotidianamente suas vidas, assim como a vida de seus filhos.

# CAPÍTULO 4

# FAMÍLIAS ESCRAVAS E CULTURA RELIGIOSA

Pensar na construção das famílias escravas implica, em primeira instância, entender os mecanismos de visibilidades destes sujeitos, em meio aos processos de ocultamento das fontes. Isto significa dizer que será necessário observar o funcionamento da dinâmica católica, tendo em vista o fato de serem os párocos das diversas cidades sul-mineiras que se responsabilizaram pelos registros dos autos de batismo, casamento e óbitos.

Vale lembrar que o objetivo deste capítulo não consiste em análise pormenorizada da cultura católica ocidental oitocentista por si só, tendo em vista principalmente o fato da pouca produção sobre o assunto, mas compreender os momentos que as penas dos párocos tangenciaram a vida e a morte dos escravos e de seus familiares, para rastrear as burlas, as ações e, principalmente, as histórias de vidas[263].

## 4.1 A cultura religiosa oitocentista

No que diz respeito a realidade católica mineira, é inegável que com o passar das décadas, novas formas de vigiar e rezar ganharam fôlego. Porém, é legítimo que, mesmo com as mudanças que a instituição católica teve de enfrentar e aceitar, ela ainda demarcou poder, principalmente no interior – o sul de Minas é um excelente exemplo.

Se por um lado, era através das ações e das palavras que a Igreja Católica se utilizava de seu poder para vigiar e controlar seu rebanho, em tempos de colônia, no século XIX, foi necessariamente através de sua presença mais constante que tentou efetivar suas práticas e discursos em meio à população. A presença física e diária da cultuta católica, através de seus homens, mulheres e edifícios, garantiram no XIX marcos de poder. Principalmente por ter sido a grande responsável em arrolar nascimentos, casamentos e óbitos dos moradores das cidades e de seus arredores.

Não é de hoje que os historiadores se deparam com ricos acervos de documentações eclesiásticas. Na mesma medida, é inegável que as paróquias de Minas, principalmente no sul de Minas Gerais, detenham material – inédito – de todo o século XIX, sobre os moradores do campo e da cidade. Foi graças a estes registros, que Bergad recuperou

[263] PEREIRA, Maria Florice Raposo. "As práticas assistencialistas e a institucionalização da cultura do benefício". In: **Revista Trajetos**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social, Vol. 04, Nº 08, Dez/2006, Pp. 89-108.

e analisou dados importantes para o entendimento da presença escrava em Minas. Segundo Bergad

> *A recuperação da economia no século 19 ocorria paralelamente a um firme crescimento demográfico. A população total aumentou 2,5% ao ano entre 1808 e 1872, invertendo a estagnação demográfica do período de 1786 a 1808. Esta expansão populacional foi marcada por três características fundamentais. Em primeiro lugar, embora a população escrava aumentasse em termos numéricos a uma taxa de 1,5% ao ano, a participação relativa dos escravos na população global de Minas se reduziu drasticamente. Embora esta fosse a maior população escrava entre todas as províncias brasileiras no período imperial, em 1872 seus escravos representavam apenas pouco mais de 18% de todos os habitantes – caindo de mais de um terço de todos os mineiros em 1808 e quase à metade em 1786. Além disso, a porcentagem da população total de negros e mulatos (incluídos os escravos) livres aumentou para 58% em 1821, passou a 61% em 1833 e a 68% em 1872.*[264]

Para uma melhor leitura e entendimento destes acervos, foi necessário conhecer o percurso metodológico de historiadores que se detiverem com este material. Uma referência importante é Stuart Schwartz[265], o qual discute, entre outras questões, o formato dos apadrinhamentos de escravos e forros, no recôncavo baiano.

Segundo Schwartz, era comum, em tempos do império brasileiro, os senhores batizarem e casarem seus escravos na Bahia. Por outro lado, os meios pelos quais isto ocorria era bastante diverso. De acordo com os viajantes pesquisados pelo historiador, muitos cativos foram batizados por seus familiares, ou agregados. Também encontrou fontes cartoriais eclesiásticas que revelavam senhores apadrinhando cativos de fazendas vizinhas. Assim como homens brancos e livres comuns batizando filhos de escravos ou forros. Porém, o que de fato foi impossível encontrar – e Schwartz não acredita que tenha acontecido – foi escravos apadrinhados pelos seus próprios senhores[266].

---

[264] BERGAD. Op. Cit. P. 163.
[265] SCHWARTZ. Op. Cit.
[266] De acordo com Schwartz, "o primeiro padrão a emergir claramente do exame dos batizados do Recôncavo é o fato de os senhores não apadrinharem seus próprios escravos. A despeito da argumentação de muitos autores de que o compadrio era usado para reforçar o paternalismo e ligar o cativo ao senhor por laços espirituais adicionados aos econômicos inerentes à escravidão, não há indícios a esse respeito no Recôncavo e nem na cidade de Salvador. As relações entre senhor e dependentes podem, em outros contextos, estar envoltas em relações rituais, mas na escravidão baiana esse não foi o caso. Os cativos podiam ter uma pessoa livre como responsável espiritual, mas não o seu proprietário. Se isso era uma questão de os escravos evitarem tal escolha, de os senhores recusarem-se a apadrinhar ou de os escravos perceberem que os senhores se recusariam e, por isso não os escolherem, é algo impossível de responder. O padrão, contudo, é evidente. Henry Koster observou: 'nunca ouvi falar de algum senhor no Brasil ser também o padrinho, e nem acredito que isso ocorra; pois a ligação entre duas pessoas que isso supostamente produz é tal que o senhor nunca poderia pensar em mandar

Ao analisar os documentos eclesiásticos da Paraíba do século XIX, principalmente assento de batismos, Solange Pereira da Rocha, em *Gente negra na Paraíba oitocentista*, observa as regras eclesiásticas sobre os procedimentos católicos de batismo. Segundo a autora

> *(...) o compadre do casal de pretos livres José Castor e Joana Carneiro, Manoel Vidal de Negreiros, era dono de, no mínimo, catorze escravos. Na documentação pesquisada, identifiquei dois casais pertencentes a Vidal de Negreiros: Antonio, casado com Luísa, e José com Tomásia – esses tiveram dez filhos e filhas. Essas crianças foram batizadas na matriz de Livramento, entre os anos de 1850 e 1868, porém nenhuma delas foi batizada pelo referido proprietário. Geralmente, nas três freguesias pesquisadas, mães e pais escravos tendiam a eleger como padrinhos e madrinhas de seus filhos outras pessoas livres e, raramente, tornaram-se compadres de seus próprios senhores.*[267]

Solange Rocha confirma em suas pesquisas, os mesmos aspectos analisados por Schwartz, quando não localizou senhores batizando seus próprios escravos.

É difícil para o historiador dimensionar o momento dos batismos, casamentos e óbitos de escravos numa relação exclusivamente bilateral, entre o cativo e o seu senhor. Realmente a questão econômica, principalmente ligada ao valor do cativo era uma preocupação constante do senhor de escravo. Por outro lado, não é possível considerar o universo simbólico-religioso católico, apenas por esta esfera. Os senhores batizavam seus cativos por que acreditavam, de fato, que estavam protegendo suas peças, assim como a si mesmos, da ira divina.

Os senhores, em muitos casos, acreditavam que seriam punidos, tanto na terra quanto no céu, se fossem padrinhos de seus escravos e espancassem-nos por algum ato. As referências religiosas do século XIX deixam claro que os homens que não só não protegessem seus apadrinhados, e ainda os maltratassem, teriam apenas as trevas infernais como destino certo.

O interessante era que isto não queria dizer que a Igreja conseguia determinar o passo das relações religiosas entre senhores e escravos. De acordo com as leis eclesiásticas era necessário que o batizado tivesse padrinho e madrinha. Para Schwartz, a presença de apenas o padrinho ou a madrinha – comumente era visível a presença dos homens em batizados – revelava o poder que senhores conseguiam exercer perante o poder secular.

---

castigar o escravo'. Essa afirmação é totalmente corroborada pelos registros paroquiais do recôncavo". *Cf:* Idem. P. 331.

[267] ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, P. 223.

Em seus estudos, Stuart Schwartz percebeu que a presença dos senhores influenciava bastante a vida e as uniões dos negros. Dentre outras ações, os senhores impediam uniões, designavam parceiros, determinavam o momento oportuno para a realização do casamento, além de separarem os cônjuges, quando julgava necessário[268].

De acordo com Schwartz,

> *A oportunidade de os escravos formarem uniões permanentes com alguma esperança de que não seriam separados de seus conjugues e filhos conforme os caprichos do senhor pareceria algo primordial para a família escrava. Como todos os aspectos da vida dos cativos, esse problema é complexo, pois temos de lidar com as formas, estratégias e oportunidades usadas pelos escravos e com as proporcionadas pelos senhores dentro do contexto de uma forte tradição católica, às vezes conflitante com um ainda mais forte desejo de lucro. Casamento e família não estavam necessariamente relacionados no sentido de que a união oficialmente sancionada, o matrimônio sacramentado pela Igreja, era um pré-requisito para escravos ou pessoas livres formarem família. O problema, então, tinha quatro ângulos: as normas legais e canônicas do casamento, a realidade na sociedade, as atitudes a ações dos senhores e as percepções e atuação dos cativos. Todos eram aspectos inter-relacionados, e cada um demanda o uso de diferentes tipos de indícios.*[269]

Em sua abordagem, Schwartz entende o quanto de malabarismo os cativos tinham de fazer, para, em meio a sociedade da época, aplicar suas vontades. É claro que os homens e mulheres escravos sabiam lidar com estas dimensões. Observando os quatro ângulos do autor, apontados na citação acima, entende-se que, em primeira instância, a Igreja exigia a todo o momento que os escravos seguissem os preceitos religiosos para serem casados. O problema é que em muitos casos os senhores já haviam realizados as uniões, mas sem as bênçãos eclesiásticas, o que obrigava que o processo fosse mais longo.

No caso do sul de Minas, constantemente o Juiz Eclesiástico tinha de solicitar permissão à Diocese de São Paulo, para realizar os casamentos, pelo fato dos oradores estarem em algum tipo de desacordo com a Igreja – geralmente em concubinato[270].

Em segundo lugar, a sociedade oitocentista não desejava entender os escravos através da ótica do pertencimento. Ou seja, o fato de escravos e ex-escravos terem se casado com cativos ou livres, não os trariam ao mundo dos brancos. Mesmo que as condições

---

[268] SCHWARTZ. Op. Cit. P. 314.
[269] Idem. P. 314.
[270] Arquivo Paroquial da Diocese de Pouso Alegre.

financeiras dos escravos os dessem acesso à alforria, ou a aquisição de terras, estes não eram vistos pelos católicos como pessoas de bem.

Em terceiro, os mandos e desmandos dos senhores, em muitos casos, desagregavam a lógica de vida e trabalho articulada pelos cativos. Ao juntar dinheiro, entre outras coisas, os cativos sabiam que teriam de pagar pelo casamento. Apesar da exigência do senhor, eram os escravos que tinham de depositar dinheiro na pia batismal.

Em quarto, por outro lado, os senhores, assim como a sociedade da época, sabiam que era necessário negociar com estes homens e mulheres, confirmando a presença e atuação dos escravos nos processos junto a Igreja. Mais, uma vez, como apontado na introdução, o caso de Caetana é elucidativo, pois representa exatamente a resposta de uma mulher negra e escrava para uma sociedade machista e paternalista.

Da mesma forma, um número infindável de escravos e forros burlaram normas, assim como estiveram ciente da legislação que permitia certas aberturas, perante a sociedade abolicionista. É preciso compreender esta realidade, enquanto campo de tensão e disputa, na qual os cativos tentavam, a todo o momento, negociar e impor sua sobrevivência.

De acordo com as fontes arroladas por Schwartz, é perceptível que

> *Em 1745, por exemplo, uma escrava do Engenho Pentiga foi vendida a um lavrador de cana da vizinhança. Seu companheiro fugiu para juntar-se a ela, e o assunto não foi resolvido enquanto o lavrador não mandou em troca um outro escravo de igual valor. O casal cativo estava determinado a não ser separado. Henry Koster relatou outra 'negociação' desse tipo. Uma escrava procurou ser comprada por um certo senhor de engenho com a permissão de seu proprietário. Isso feito, no dia seguinte ela pediu ao novo senhor que comprasse um escravo de seu ex-dono, provavelmente seu parente ou amante. O novo senhor tentou comprar o escravo, mas o dono não quis vendê-lo. Três dias depois, porém, a venda foi efetuada, pois o cativo em questão recusara-se a trabalhar e ameaçara tirar a própria vida, e o dono, temendo o prejuízo, concordou em vendê-lo. Os cativos tinham, de fato, formas de tornar seus desejos conhecidos por seus senhores.*[271]

Desde períodos coloniais os escravos, a todo custo, impunham suas vontades aos senhores. Não é incomum na historiografia relatos e discussões de passagens de escravos que ao serem vendidos, pelejavam trazer consigo filhos, pais ou amantes. As histórias contadas acima revelam como os senhores temiam as chantagens dos cativos, pois, ao tirar a própria vida, o escravo trazia prejuízo ao senhor. Caso isto não acontecesse, os problemas apenas

[271] SCHWARTZ. Op. Cit. P. 318.

pioravam, pois os cativos recusavam-se a trabalhar, ou mesmo prejudicavam a produção do seu senhor, arruinando a economia da fazenda.

Manter uma boa relação com os vizinhos fazendeiros era sempre uma boa idéia para os senhores de escravos. Pelo fato de muitos casamentos ocorrerem de dentro para fora da fazenda, garantia a possibilidade dos cativos expandirem suas redes de ações[272].

Porém, para Robert Slenes a família cativa não existia apenas para resolver questões práticas na vida dos escravos, mas para constituir um universo maior, através de suas recordações e esperanças.

> *Ou, melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônicas à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.*[273]

Para Slenes, a constituição das famílias negras nas fazendas e cidades do sudeste brasileiro representou mais um entre diversos aspectos de homens e mulheres que tiveram de lutar cotidianamente para perpetuar suas tradições africanas na América.

Certamente que os escritos de Slenes também se depararam com uma bibliografia teimosa, ao reconhecer o surgimento de rápidas uniões ou aparecimento de crianças como uma conseqüência normal de relações desarticuladas e promíscuas. O brasilianista vai mais fundo nesta discussão, percebendo, na verdade, uma trama bastante complexa, a qual revela as aspirações de homens e mulheres escravos, que planejavam seus dias, para comprarem a alforria e criarem seus filhos[274].

A crítica de Slenes parte do olhar observador dos viajantes, que, durante o século XIX, estiveram no Brasil e, a partir de suas impressões, sentiram-se a vontade para descrever o que viram, tendo sempre como ponto de partida a Europa ou a América do Norte. Para iniciar a discussão, Slenes afirma que o recorte realizado pelos viajantes foi fruto da forma como os negros eram vistos, tanto dentro como fora do Brasil[275].

O preconceito determinava a forma de ver e descrever os escravos. Da mesma maneira, o padrão de vida e sobrevivência em terras brasileiras era determinado a partir do que se entendia por cultura, o que certamente excluía negros, mulatos, pobres e índios. Para Slenes

---

[272] Idem. P. 320.
[273] SLENES. Op. Cit. P. 49.
[274] Idem. P. 132.
[275] Idem. P. 136.

> *Em segundo lugar, a visão dos observadores do século XIX provavelmente sofria a interferência de preconceitos culturais. Com respeito aos viajantes, é importante lembrar que a grande maioria dos estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, especialmente no século XIX, vinha não da Espanha ou de Portugal, mas de outras nações, do norte e do oeste da Europa (principalmente da França, Suíça, os países germânicos e Inglaterra). Ora, nessas nações a reprodução humana, do início do século XVI até meados do XVIII, quase não acontecia fora de uniões sexuais sacramentadas pela igreja, e durante o século XIX a taxa de ilegitimidade nesses países (nascimentos "ilegítimos", ou seja, filhos havidos por pais que não eram casados no religioso, como proporção total de nascimentos) geralmente não subia além de 10% - cifra essa muito abaixo do índice nos países ibéricos e na América Latina.*[276]

Para os viajantes europeus, os padrões de constituição familiar deveriam ter como baliza a cultura católica. Afinal de contas, existia por bons anos a presença da Igreja Católica portuguesa, determinando padrões de comportamento na vida e na morte dos colonos das Américas, assim como para a recente nação brasileira. Então, para os viajantes e cronistas não deveria existir motivos para a população local não aderir a cultura religiosa.

Porém, como Slenes muito bem aponta, não existia interesse de segmentos negros, oriundos recentemente da África ou não, aderir completamente a fé católica. Pelo contrário, aderiam apenas quando era necessário ou conveniente.

O terceiro aspecto destacado por Slenes, está no fato em como a escravidão era vista e percebida pelos cronistas. Para os europeus que vieram conhecer o Brasil, a escravidão era um fato dado e consumado, restando aos cativos apenas aceitar – como bons cristãos a situação em que viviam. Ou seja, na leitura destes intrépidos viajantes, os negros nada poderiam fazer mediante a situação em que se encontravam, por isso não teriam como rememorar a África, assim como também não poderiam alimentar esperanças em suas vidas[277]. Morreriam escravos.

Para Slenes, assim como para este trabalho, é impossível conceber tais afirmações. Se forem observados os dados do autor, por exemplo, no que diz respeito ao trabalho escravo no sul de Minas, durante a segunda metade do século XIX, a escravidão era literalmente africana. Ou seja, a presença de recordações e esperanças associadas ao universo africano era extremamente presente, por mais que senhores e viajantes desejassem o contrário. Como

[276] Idem. Pp. 137-8.
[277] Idem. P. 139.

afirma Slenes, “recenseamentos da época indicam que cerca de 80% dos cativos adultos (acima de 15 anos) nessas regiões provinham da África”[278].

Ou seja, este dado revela que no sul de Minas, assim como na maior parte do sudeste brasileiro seria possível estabelecer elos para que as famílias escravas fossem constituídas. Para Slenes é fundamental saber como os cativos montaram suas famílias, e da mesma forma, como montaram suas casas e estabeleceram seus fogos[279].

Pelo fato dos escravos serem recentemente trazidos da África, Slenes aponta para a necessidade de senhores e vendedores terem de aprender a lidar com os africanos em senzalas. Caso não conseguissem, o campo de tensão seria latente, ocorrendo fugas, mortes e desavenças das mais diversas. No que diz respeito ao trancamento das senzalas, o autor discute a situação destes cadeados e correntes.

Em primeiro lugar, as fugas para roubar parte da colheita dos senhores eram bastante comuns. Em segundo, como os próprios viajantes alertavam, muitos escravos se evadiam nas noites frias, em busca de seus amantes[280]. Ou seja, Slenes não deseja afirmar que as senzalas dormiam sempre abertas, mas que o senhor tinha de saber lidar com esta realidade. Afinal de contas, os africanos vinham de uma lógica na qual suas casas não tinham portas. Pelo menos não da forma que a elite aristocrática, oriunda de Portugal, entendia.

No momento que os escravos contraíam matrimônio, o senhor tinha de disponibilizar um local – separado da maioria dos cativos da senzala – para que o jovem casal pudesse constituir sua família. Na ocorrência de receberem – ou adquirirem – a terra os escravos passavam a constituir sua casa, e seu fogo, a partir das tradições vindas ou remanescentes da África. Estes homens e mulheres não desejavam fazer de suas casas uma cópia do modelo da grande propriedade. Mas isto também não quer dizer que não fossem enfeitadas, ou não tivesse uma razão de ser e ter[281].

Segundo Slenes, a finalidade da casa era

> *Como vimos, Glück descreve a choça como um “espaço para dormir” e “um abrigo contra efeitos climáticos”, não propriamente um lugar para morar. A definição é útil, contanto que consideremos o “dormir” uma atividade social, não apenas fisiológica, e a choça um refúgio, além de um abrigo. A choupana, enfim, permitiria aos escravos casados e seus filhos “dormirem em família” – isto é,*

[278] Idem. P. 142.
[279] Idem. P. 150.
[280] Idem. P. 176.
[281] Idem. P. 180.

*possibilitaria a "reacriação" de rituais de convivência familiar na hora de deitar e levantar – num espaço fechado contra o mundo.*[282]

Para o autor, o espaço da choça ou cabana, tinha uma função estritamente social e espiritual. Em primeira instância, a casa dos negros tinha que alocar membros diversos da família, na qual poderia dormir coletivamente. Como afirma Slenes, no momento que se entende o ato de dormir como uma ação coletiva e social vê-se que a noite era o local dos encontros, das conversas, das decisões em grupo, das trocas, dos carinhos e das carícias. Nas choças, os escravos poderiam realizar atividades escondidos de feitores e senhores curiosos.

A partir destas uniões e reuniões, os cativos conseguiam viver melhor. Dentro da rede de sociabilidade entre familiares, agregados e compadres, os escravos poderiam caçar em grupo. Daí, se alimentarem melhor. Para Robert Slenes, o fato dos cativos terem acesso às matas não significou dizer que naturalmente comeriam melhor. Mas, a partir do momento que caçavam e pescavam coletivamente, teriam mais chance de sucesso em pegar animais silvestres[283].

As choças ou cabanas, então, devem ser entendidas enquanto manifestação concreta das conquistas dos escravos, que, ao conseguirem unir seus familiares, consangüíneos ou agregados, em torno do fogo, revelavam o universo de possibilidades e de manutenção de sua própria família.

Por isso que a figura do padrinho era tão importante, ele reafirmava os laços estabelecidos antes de matrimônios e batismos, trazendo para o universo de dentro, aqueles que já não eram mais considerados estranhos. Da mesma maneira, os cativos não aceitavam facilmente a imposição da escolha dos padrinhos, de acordo com a visão de seus senhores.

Os senhores tentavam definir os padrinhos dos cativos a partir da cor, condição social e rede de sociabilidade o qual o futuro padrinho ou madrinha pertencia[284]. As intrigas

---

[282] Idem. P. 180.

[283] Para Slenes, "a variedade de fauna que estava à disposição dos escravos não significa, evidentemente, que eles comiam 'bem'. O regime de trabalho das fazendas, afinal, não deixava muito tempo sobrando para a caça e a pesca. Por outro lado, o relato de Debret (e o de Rugendas, possivelmente citando outro viajante) sugerem que muitos senhores se aproveitavam da relativa fartura do mato para reduzir ao mínimo os alimentos fornecidos a seus cativos. O que podemos concluir, contudo, é que através da caça e da pesca os escravos ganhavam uma dieta mais variada e maior controle sobre o que eles comiam. Alguns, contudo, teriam sido mais beneficiados do que outros, mesmo que *todos* recorressem à caça e à pesca, ou que prevalecessem entre eles normas de trocas e serviços e ajuda mútua. O casamento e posteriormente, compadrio de batismo, no mínimo teriam modificado a distribuição dos frutos silvestres, como resultado das alianças criada entre indivíduos e grupos sanguíneos diferentes. Dificilmente, nesse caso, os solteiros – ou pelo menos aqueles não incluídos em redes familiares extensas ou em grupos informais de amigos ou 'malungos' – conseguiram obter do mato comida mais farta e garantida do que os casados". *Cf*: Idem. P. 186.

[284] Schwartz afirma que "adicionava-se às considerações sobre cor e condição social na seleção dos padrinhos a questão do sexo, que atuava em dois níveis – o sexo da criança e o da pessoa escolhida para apadrinhar – na determinação de certos padrões. A despeito de os regulamentos da Igreja exigirem a presença de um padrinho e uma madrinha no batizado, as crianças na Bahia muitas vezes eram batizadas sem um deles. Para crianças livres

entre o poder laico, na figura dos senhores, e o secular, na imagem dos párocos, definiam o campo de tensão, no qual as negociações e conflitos eram uma constante.

De fato, no sul de Minas, o número de escravos batizados e casados não era pequeno. Mas também isto não pode significar benevolência ou boa vontade de padres e fazendeiros. Mas, o sentido de uma cultura, que deseja, entre outras coisas, as bênçãos de Deus, para escravizar.

No fim da década de 1930, por motivos desconhecidos, o Bispo da Diocese de Pouso Alegre, Dom Otavio Chagas de Miranda, solicitou a todas as paróquias pertencentes ao Bispado que informassem a relação de livros existentes sobre batizados, batismos, Crismas, matrimônios, óbitos e Tombos desde suas criações, até o presente momento da solicitação.

Como foi dito não se sabe ao certo o motivo que desencadeou toda esta busca nas paróquias, mas importa ressaltar que foram arroladas impressionantes informações a cerca da vida religiosa do sul de Minas Gerais. Chama a atenção o material por dois aspectos: primeiramente, pelo seu ineditismo. Ou seja, não foi localizada, até o presente momento, discussão historiográfica sobre o referido arrolamento.

Em segunda instância, em meio à tentativa de apagar o passado escravocrata sul-mineiro, o Bispo Dom Otavio Chagas de Miranda solicitou todas as informações referentes às práticas religiosas em cada paróquia, revelando informações fundamentais para aqueles que desejam pesquisar sobre a vida e morte de negros e cativos na região. Para esta pesquisa, o bispo resguardou informações importantíssimas para a compreensão do passado escravocrata em meio à cultura católica.

Foi no início de fevereiro de 1940 que o bispo conseguiu compilar em lista o resultado dos arrolamentos realizados. A lista apresentada em formato de tabela descrimina 29 paróquias separadas em ordem alfabética, nas quais identifica livros de Tombo, assentamentos de batismo, casamento e óbitos (ANEXO 2).

Das paróquias arroladas, apenas 5 tinham separadamente o livro de batismo de escravos (Andradas, Bom Retiro do Sapucaí, Brazópolis, Itajubá e São Francisco de Paula de Ouro Fino). A paróquia de Delfim Moreira foi a única que arrolou separadamente os casamentos de cativos. As paróquias de Andradas, Delfim Moreira e Pouso Alegre registraram separadamente os livros de óbitos. O arquivo paroquial da Capela de Santa Quitéria também possuía documentos referentes aos cativos, porém, o arrolador não identificou os registros localizados.

---

e escravas, as chances eram cerca de quatorze para um de ser a madrinha a ausente na pia batismal. A presença do padrinho era considerada mais importante que a da madrinha. A condição social também influía no padrão: entre os cativos, quando não havia padrinho, a madrinha era livre, mas quando era esta a ausente, em alguns casos o padrinho era escravo ou liberto. Quando ambos estavam presentes, sua condição social quase sempre era equivalente". *Cf:* SCHWARTZ. Op. Cit. P. 333.

Nas paróquias, os livros são abertos em datas bastante diferenciadas, mas todos ultrapassam os registros da data de 1888, confirmando a junção de batizados de cativos com forros e livres.

A matriz de Andradas abriu seus livros em meados do século XIX. Os livros referentes aos cativos eram apenas os de números 1 (de batizados) e 2 (de óbitos – que estava registrado junto com os livros de casamentos de brancos, livres, forros e cativos).

A Paróquia de Bom Retiro do Sapucaí abriu seus livros de batismo de escravos em 1857, contendo apenas um livro, preenchido entre os anos de 1857 e 1880. Em Brazópolis o livro de assentos de batismos referentes aos cativos e forros vão de 1855 a 1877. Na paróquia de Delfim Moreira o livro de casamentos de escravos e libertos vai de 1798 a 1873. Porém, o registro de óbitos de escravos vai de 1837 a 1888.

Na paróquia de Itajubá o registro de batizados de libertos e cativos ocorre entre os anos de 1841 e 1888. Porém, o número do livro referente aos anos de 1841 e 1871 não é identificado, simplesmente porque não foi aberto um livro de registro para esta finalidade. Em Itajubá, o registro de batizados de escravos foi feito no livro do Tombo, entre as folhas 146 e 171. Apenas os períodos entre 1871 e 1888 aparecem devidamente catalogados – livro de assento de batismo, No 7.

A paróquia de São Francisco de Paula de Ouro Fino registrou os assentamentos de batismo de escravos em três livros: o primeiro entre 1787-1820, o segundo, 1820-1873 e o terceiro, 1872-1887.

No que diz respeito à paróquia de Paraisópolis, segundo o arrolamento de Dom Otavio, foram apresentados apenas a lista de livros de batismos e casamentos, além do que foi nomeado de “Livros avulsos (Livro de Justificação de pessoas livres e cativas, Livro de estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário)” – sem data. Porém, como será apresentado mais a frente neste texto, foi localizado o livro de registro de óbitos da cidade de Paraisópolis (ANEXO 5).

A catedral de Pouso Alegre, sede do bispado, é a paróquia que tem seus registros mais bem organizados – principalmente de acordo com as leis da época, no que tange a questão da escravidão. Organizados em Livros Suplementares, os registros de óbitos de mulher escrava faz menção aos anos de 1871-1885.

Foi a partir da lista do bispo que se definiu o corpo de fontes desta pesquisa. Vale ressaltar que o número de paróquias apresentadas é considerável. Muitas delas ficam em distância considerável. Em outros casos, quando a cidade era próxima, o acesso ao responsável era por demais distante. Em alguns casos, as paróquias alegavam simplesmente

não possibilitar visitação ou pesquisa ao acervo. Desta maneira, muitas cidades não foram visitadas, e seus acervos ainda se mantém afastados do olhar dos historiadores.

Por outro lado, algumas paróquias permitiram o acesso à documentação, revelando facetas peculiares das realidades de vida e morte dos escravos do século XIX. Por meio destas fontes observou-se, então, o universo familiar dos escravos do sul de Minas Gerais. O ponto de partida, então, serão as crianças, ou, pelo menos, os registros feitos sobre estas, para adentrar, por meio de seus primeiros passos na sociedade oitocentista, nos aspecto de famílias que podem ser discutidos e interpretados.

## 4.2 Nos rastros dos primeiros passos

Nos assentos de batismos de escravos da Igreja de São Sebastião e São Roque do Bom Retiro, entre os anos de 1834 e 1878, foi possível encontrar 63 senhores batizando 108 diferentes crianças (ANEXO 4). Do universo das 108 crianças, 55 eram do sexo masculino, enquanto 53 eram do feminino.

Um dos assentos nada constava a respeito do senhor. Deste universo de senhores, 21 deles batizaram mais de um cativo, demonstrando constância, ou, pelo menos, interesse em batizar parte de seu plantel. Senhores com maior número de escravos acabavam por batizar maior número de crianças.

Saltam aos olhos, no arrolamento feito, que as propriedades de José Crispim Mariano e Manoel Rodrigues da Costa tinham muitos escravos, pois cada um, respectivamente, batizaram 9 e 6 crianças.

A maioria dos senhores registrou o nascimento de poucas crianças. Por isso, não é possível saber se o número de cativos em sua propriedade era pequeno, ou se existia algum critério de escolha subjetivo ou material que legitimasse tal atitude.

Florentino e Góes defendem a idéia de que o número de nascimentos era maior em grandes plantéis. Os Assentos de batismos destes pesquisadores, assim como os encontrados no sul de Minas revelam dados muito próximos[285]. Na própria documentação, dependendo das perguntas feitas à fonte, é possível localizar o mesmo casal, de um mesmo senhor, batizando diferentes crianças. Ou seja, a possibilidade da família estar crescendo.

Com o arrolamento feito, algumas características chamam a atenção. Os senhores que batizaram mais de uma criança, na maioria dos casos, batizou diferentes crianças de um mesmo casal. Ou seja, os casais se repetiam com certa incidência nas fontes.

---

[285] FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, P. 68.

Por exemplo, Vicente e Joanna, escravos de Ignácio de Souza de Moraes tiveram três filhos batizados. O primeiro foi Joaquim, batizado em 5 de dezembro de 1841[286], depois nasceu Eva, batizada em 6 de abril de 1847[287], a última foi Gertrudes, nascida em primeiro de janeiro de 1852[288]. Porém, Gertrudes não viria a conhecer seu pai. Por razão não declarada, Vicente falecera antes do nascimento de sua terceira filha, deixando Joanna viúva, com três crianças.

Joaquim tinha como padrinho, Antonio, escravo de Marianno Rodrigues e Maria preta, forra[289]. Maria preta era casada com Lisbão, homem livre. Isto demonstra a rede de sociabilidade a qual Joaquim estava ligado[290]. As irmãs de Joaquim foram batizadas por homens brancos livres, apontando a complexa sociabilidade existente entre os escravos e seus senhores.

Era comum encontrar crianças com padrinhos cativos, forros e homens ou mulheres livres. Também chama a atenção o fato de Joaquim ter como padrinho um escravo de outro senhor, o que demonstra que os laços de sociabilidade extrapolavam as fronteiras das cercas.

Não é possível afirmar o que foi exposto por Schwartz, algumas páginas atrás, sobre os critérios de escolha dos padrinhos. Por outro lado, a documentação arrolada em Minas apresenta uma rede muito complexa, na qual, em diferentes momentos, com diferentes senhores e casais de escravos, observa-se trocas no papel do apadrinhamento, apontando complexidade na rede da cultura religiosa de batizados.

Segundo Solange Rocha

> *As regras para admissão do padrinho e da madrinha eram explícitas: os padrinhos seriam nomeados pelo 'pai, ou mãe, ou pessoa a cujo cargo estiver a criança'; no caso do adulto, ele mesmo faria a escolha. No entanto, os futuros compadres e comadres teriam de ser batizados, ter idade mínima – 12 anos para a madrinha e 14 para o padrinho – e a obrigação de 'ensinar a doutrina cristã e os bons*

[286] Assento de batismo, Joaquim (escravo de Ignácio de Souza de Moraes), 1841, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[287] Assento de batismo, Eva (escrava de Ignácio de Souza de Moraes), 1847, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[288] Assento de batismo, Gertrudes (escrava de Ignácio de Souza de Moraes), 1852, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[289] De acordo com Rocha, "De um lado, havia pessoas livres com ascendência africana e, de outro, os escravizados que procuravam estabelecer alianças com grupos sociais notadamente com mais prestígio social em relação a suas origens. As pessoas classificadas com pretas (livres e forras) muitas vezes estavam interessadas em se fixar no universo dos livres, talvez buscassem meios de sobrevivência; já os escravizados empenhavam-se na construção de possibilidades futuras de conquista da liberdade ou mesmo na criação de situações favoráveis para sobrevivência na sua condição, vista por seus contemporâneos como a mais desprestigiada. Desta maneira, os dois segmentos procuravam, a partir do compadrio, mudanças em suas vidas". *Cf:* ROCHA. Op. Cit. P. 225.
[290] Assento de batismo, Joaquim (escravo de Ignácio de Souza de Moraes), 1841, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

> *costumes'. Com a cerimônia estabelecia-se o parentesco espiritual. Esse vínculo impedia a realização de matrimônio do padrinho com afilhada ou da madrinha com afilhado; do padrinho com os pais do afilhado ou da afilhada, mas não entre o padrinho e a madrinha. Apesar da existência de restrições espirituais para a formação de parentesco entre compadres, padrinhos e afilhado, havia a possibilidade de se recorrer à justiça eclesiástica, que tinha como uma de suas funções analisar esses casos.*[291]

Ou seja, a Igreja Católica tinha uma série de regras e restrições relativas ao batizado, e mais especificamente sobre o apadrinhamento. A intenção era perpetuar as práticas católicas dentro do seio da família. Para tal, os padrinhos tinham obrigações e restrições a cumprir. Para que esta dinâmica funcionasse, os padrinhos tinham de ser próximos do casal – por isso, escolha dos pais sobre quem apadrinharia as crianças. No que diz respeito à lógica escravocrata, principalmente no sul de Minas oitocentista, a família escolhia os padrinhos. Mas, pela disposição dos padrinhos encontrados, é possível muito mais perceber uma rede de tensão, conflito e articulação entre senhores e escravos.

Josepha, escrava solteira de João Antonio de Araujo teve dois filhos. O primeiro era Sebastião, nascido em 11 de outubro de 1863[292]. Sebastião teve como padrinhos o escravo de Manoel Rodrigues da Costa, Cecílio, e Catharina Maria de Jesus, mulher branca e livre.

Para Solange Rocha, de acordo com as fontes analisadas, era interessante para os familiares – principalmente para os pais – que seus filhos fossem batizados e protegidos pela população branca e livre.

> *A expressiva presença de pessoas livres como protetores espirituais deve estar relacionada à busca de aliados para a sobrevivência na sociedade escravista. Nesse sentido, os homens eram mais prestigiados na sociedade brasileira, visto que podiam deter posses de bens, títulos honoríficos e participar da vida política. Em segundo, estavam as mulheres livres, com um nível menor de reconhecimento social, em comparação aos homens brancos, com bens, mas em situação socialmente acima das pessoas negras e que poderiam contribuir para amenizar as dificuldades tanto de pessoas escravas como de livres ou libertas na sociedade escravista.*[293]

Era uma zona de segurança estabelecida pelos escravos, que permitiam que estes circulassem pela sociedade. Era óbvio que isto trazia obrigações, principalmente para com os

---

[291] Idem. P. 221.
[292] Assento de batismo, Sebastião (escravo de João Antonio de Araújo), 1863, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[293] ROCHA. Op. Cit. P. 233.

padrinhos e senhores, revelando, inclusive a intenção cada vez menor em fugir. Porém, dava-lhe maleabilidade dentro da rede das relações urbanas e rurais. Na redefinição e participação das redes paternalistas, os cativos encontravam meios de negociarem, conquistarem espaços e pessoas.

Porém, a presença, tanto de negros, quanto dos brancos, nos batizados católicos revelava aspectos constituintes da dinâmica social oitocentista. Informa a autora que

> *Em Santa Rita, embora tenha prevalecido uma grande predileção por padrinhos e madrinhas livres, observa-se uma maior participação de homens e mulheres cativos nas celebrações de bebês negros (livres e escravos). Procurando entender esse aumento da presença escrava nos batizados, fiz uma amostra de 37 casos de padrinhos escravos de Santa Rita, conseguindo informação a respeito do proprietário de 32 deles. O resultado indicou que 40,6% deles pertencia ao mesmo senhor e 45,9% a diferentes senhores. Ou seja, a maioria dos padrinhos era de diversas propriedades ou residências; o que nos indica duas possibilidades. A primeira é a de que nos anos iniciais da segunda metade do século XIX havia uma maior circulação dos escravos por Santa Rita, uma freguesia rural, mas também um espaço de desenvolvimento de comércio; e a segunda, de que a existência de um significativo número de engenhos aumentava o 'mercado' de padrinhos e madrinhas, tanto por haver relações de amizade e política entre os senhores quanto por existirem relações dos escravos com outros parceiros de cativeiro pertencentes a parentes de seus donos.*[294]

Isto significa dizer, trazendo a discussão para a realidade sul-mineira, que no decorrer do século XIX a presença de padrinhos e madrinhas livres ou escravos intensificava. De fato, a documentação encontrada em Bom Retiro apresenta um maior número de batismos a partir da década de 1860, o que demonstra a necessidade de mais padrinhos. Mas, também demonstra que a rede de sociabilidade torna-se mais complexa, na qual diferentes sujeitos participam e interagem, agregando-se nas famílias escravas.

Na década de 1990, Eduardo França Paiva teceu comentários diversos sobre este tema na obra *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*. Afirma Paiva que pensar a escravidão no século XVIII implica entender a dinâmica de um grupo numeroso de homens e mulheres que viveram na fronteira entre ser livre e escravo. Para o autor, a carta de alforria era um documento importante, por outro lado, provava apenas que o seu possuidor não era

[294] Idem. P. 243.

livre de fato. Pois a necessidade de comprovar insistentemente a situação de forro, não o trazia para o mundo dos brancos – ou dos livres[295].

Paiva entende que existia um abismo entre o ser livre e ser forro, nas Minas setecentistas. Para piorar esta situação, segundo o autor, as formas como os escravos constituíam suas famílias não ajudavam muito. A situação informal das uniões, assim como a ocorrência de filhos bastardos revela intensa dificuldade dos escravos ou forros constituírem meios oficiais para saírem da condição de escravos[296].

Isto se dava não pelo fato dos negros não terem dinheiro para realizarem o matrimônio, mas principalmente pelas inúmeras imposições que a Igreja Católica impunha as suas ovelhas. Nas pequenas vilas, por serem públicas as vidas de homens e mulheres escravos e forros, dificilmente conseguiriam comprovar à Igreja que eram dignos oradores, dificultando o processo de casamento.

Uma outra situação que salta aos olhos, é a que diz respeito aos batizados dos escravos de Joaquim Luis Brandão. Antonio Mulato e Ritta de Guiné tiveram três crianças batizadas. Sebastião, batizado em 5 de junho de 1842[297]; Manoel, em 29 de outubro de 1843[298] e João, em 06 de abril de 1845[299].

Sebastião teve como padrinhos, escravos, mas não pertencentes ao seu senhor. Seu padrinho foi Mariano, escravo de Florentino José Maria, o capelão da Cura de Bom Retiro. E sua madrinha, Rosa, escrava de um terceiro senhor, João Thomé da Costa. Neste momento a rede de sociabilidade demonstra-se maior dinâmica, tendo em vista o fato de agregar em uma situação diferentes escravos de diferentes senhores.

É difícil dimensionar, exatamente, quem escolheu quem para ser o padrinho. Porém, de fato, isso pouco importa, pois a rede social apresentada permeia diferentes sujeitos e teias de relações, não porque seja democrática, mas exatamente por ser intricada de sujeitos e relações sociais diversas. Dentro da dinâmica do conformismo e da resistência, 'necessário entender o campo de negociação, no qual em alguns momentos, os senhores impunham suas vontades, em outros, os escravos conseguiam burlar seus senhores. Muitas vezes é difícil traçar uma fronteira nítida entre aquelas táticas que expressam resistência, daquelas que são

---

[295] PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995, P. 107.
[296] Idem. P. 155.
[297] Assento de batismo, Sebastião (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1842, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[298] Assento de batismo, Manoel (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1843, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[299] Assento de batismo, João (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1845, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

puro conformismo. Determinadas ações muitas vezes comportam ambigüidades, podendo conter ao mesmo tempo aspectos de resistência e conformismo.

Manoel, filho de Antonio Mulato e Ritta de Guiné, teve como padrinho Cecílio, escravo de Manoel Rodrigues da Costa[300]. Ou seja, um quarto personagem surgiu e passou a pertencer à família. Chama a atenção o fato deste ser o mesmo Cecílio que batizou Sebastião, em outubro de 1863, escravo de João Antonio de Araujo.

O papel do batismo estava para além do sentido da purificação e de promessas de fidelidade, mas também uma forma "de dar solenidade à entrada da criança nas estruturas familiares e sociais" [301]. Uma vez batizada a criança era inserida dentro de uma lógica de pertencimento, que se somava ou não a dinâmica da propriedade do senhor, pois poderia muito bem extrapolar as dimensões desta.

Outro aspecto que merece destaque no caso de Antonio Mulato e Ritta de Guiné é o fato de um dos parceiros serem oriundos da África. Rita também teve de ser batizada – apesar de não ser localizado o registro de seu batismo. Pois, como afirma Solange Rocha

> *(...) em razão da alta taxa de mortalidade entre os africanos recém-chegados, os ditos 'boçais', que não conheciam a língua portuguesa e não entendiam as perguntas necessárias para aceitar o primeiro sacramento, o próprio organizador das CPAB sugeriu a administração do batismo sub conditione, para que se salvassem as almas dos provenientes das 'terras de infiéis', ainda que 'seja muito antes de seu animo e vontade'.*[302]

De acordo com as fontes encontradas, não foram poucos os sacramentos dados aos escravos oriundos da África, ou aos seus primeiros descendentes. Na ótica dos senhores, esta ação era necessária tendo em vista a obrigação de inserir estes homens e mulheres dentro da ótica da sociedade oitocentista. Na mesma medida, tentava-se apagar – ou purificar – a memória destas pessoas por meio da prática do esquecimento de suas vidas além do oceano – o que não ocorria de fato, nem completamente.

De qualquer forma, Ritta de Guiné teve seus filhos batizados. Ela inseriu sua família, juntamente com Antonio Mulato, dentro de uma dinâmica de sociabilidade que entendia como sua, protegendo-os, e garantindo possibilidades de futuro. A despeito dos dispositivos normativos criados pelas elites políticas, para atenuar a presença dos ditos

---

[300] Assento de batismo, Manoel (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1843, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[301] DEL PRIORY, Mary. "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império". In: DEL PRIORY, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, P. 95.
[302] ROCHA. Op. Cit. P. 219-20.

"boçais", no império brasileiro. De acordo com Beatriz Galloti Mamigonian, em *O direito de ser africano livre*

> *O fracasso do governo brasileiro em reprimir o tráfico atlântico, que desafiou as proibições impostas por acordos bilaterais e por legislação nacional, e a introdução, entre 1830 e 1856, de aproximadamente 760 mil africanos ilegalmente importados, vendidos e possuídos como escravos, gerou, na segunda metade do século, uma importante questão jurídica e política. (...) A mais significativa delas é a luta empreendida nos tribunais por aqueles africanos e seus descendentes, para serem reconhecidos como 'africanos livres'. Em contraponto a essa luta, houve recorrentes tentativas do governo imperial de limitar esse direito.*[303]

Para o entendimento das relações de riqueza e poder nas minas escravocrata Claúdia Eliane Parreiras Marques Martinez é referência. Com a publicação da obra *Riqueza e Escravidão*, a autora, a partir de dados referentes à presença de crianças escravas africanas existentes em Minas, sobretudo na região mineradora, acentua sua tese de que a região de Bonfim pertenceu a áreas economicamente dinâmicas. Afinal de contas, o peso do tráfico na primeira metade do século XIX demonstra claramente que a escravidão em Minas Gerais não diminuiu com o fim da mineração. Pelo contrário, permitiu o desenvolvimento de regiões próximas ao eixo Rio-São Paulo[304].

A autora revela um dado importante. Pensar nas famílias cativas bem sucedidas – aquelas que possuíam filhos – implica na compreensão das relações existentes nas grandes fazendas. Assim, como Slenes, Martinez entende que fazendas bem estruturadas e com grande número de cativos, permitiram que os escravos casados tivessem mais filhos. O que é óbvio, não implica dizer que as relações entre senhores, agregados e cativos não fossem tensas[305].

Martinez apresenta a importância do trabalho de fiação e tecelagem realizadas por livres e escravas. É interessante observar no presente material quais papéis as mulheres cativas desempenhavam para sobreviverem e manterem suas famílias. Segundo a autora,

> *Como última questão veja-se a estrutura ocupacional pelas faixas da posse de escravos. As especificidades e peculiaridades encontradas fazem da lista nominativa de Bonfim um interessante estudo de caso. O fato de o juiz de paz informar mais a respeito das ocupações das mulheres livres (55%) e das escravas (89%) no conjunto da população é um procedimento, no mínimo, curioso dentro do*

---

[303] MAMIGONIAN, Beatriz Galloti."O direito de ser africano livre: Os escravos e as interpretações da lei de 1831". In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria N. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, P. 130.
[304] MARTINEZ. Op. Cit. P. 51.
[305] Idem. P. 61.

> *vasto universo das listas nominativas. Como já mencionado anteriormente, é possível que o significativo trabalho da fiação e tecelagem tenha corroborado este procedimento, evidenciando, assim, o importante papel exercido pelas mulheres na economia de Bonfim.*[306]

A autora observa o peso e importância do papel realizado pelas mulheres na liderança e organização de seus lares. Pela documentação encontrada, percebe-se que a maioria das mulheres tinha ofícios, principalmente realizados dentro da cozinha, o que permite vislumbrar a possibilidade de cozinharem para fora, como vendedoras de doces e salgados[307].

Os trabalhos realizados pelos escravos ou forros, dependendo do caso, permitiam o acúmulo de bens, trazendo-os para o "rol dos abonados", segundo Martinez. Somente aqueles que tinham posses em seus nomes, ou que poderiam comprovar de fato suas riquezas, seriam inventariados. Por isso que a autora considerou imprescindível a utilização de inventários *post-mortem* para a realização da pesquisa[308].

A autora chama a atenção para a discussão da memória de urbanidade que os cronistas e memorialistas buscavam realizar em seus textos, sempre chamando a atenção da cidade e seu desenvolvimento. A noção de progresso, cada vez mais latente nas mãos dos cronistas e memorialistas, revela a necessidade de esquecer o passado rural e principalmente escravocrata. A noção de rural pertence sempre ao distante e idílico[309].

No que diz respeito à noção de moradia, afirma Martinez que

> *O estudo da moradia, segundo sua posição geográfica, permite concluir que as famílias do século XIX definiam com nitidez os limites e as fronteiras do espaço, ao qual estavam vinculadas. Conceber o que estava e quem morava na cidade, na vila, no campo ou no subúrbio, certamente, não era problema para a população oitocentista. A descrição das casas urbanas com referências às ruas, praças e igrejas, vizinhos laterais; as fazendas com seus limites definidos pelos rios, riachos, capoeiras, matas e vales constituíam os seus referenciais, estabelecendo e definindo o imaginário das fronteiras geográficas.*[310]

---

[306] Idem. P. 63.

[307] Para Martinez, "na observação das ocupações para os 'chefes de fogos' constata-se que 26% deles eram liderados por mulheres e, dentro dessa categoria, 87% foram consideradas fiandeiras. Eni de Mesquita Sâmara, analisando a sociedade paulista dessa mesma década, observou que 30% dos domicílios eram 'chefiados' por mulheres. Percentual semelhante foi encontrado em Ouro Preto, no estudo desenvolvido por Donald Ramos. Esses resultados associados a outros trabalhos, como o de Iraci Del Nero da Costa, ressaltam não só a importância das mulheres na chefia das famílias, como também demonstram a forte participação delas na economia doméstica". *Cf:* Idem. P. 63.

[308] Idem. P. 71.

[309] Idem. P. 91.

[310] Idem. P. 93.

Por parte dos livros de memória – analisados no primeiro capítulo, fica cada vez mais distante a idéia de mata ou campo. As fazendas, que ainda pertencem a idéia de civilidade, são, vez por outra mencionadas. Mas, as matas realmente não fazem parte da compreensão de uso do espaço. Pelo contrário, cada vez mais é negada a possibilidade de se infiltrar nas matas.

No século XIX, as matas já são fortemente reconhecidas como lugares sombrios, estranhos e repletos de acontecimentos malévolos. Dentro da dinâmica católica, as matas eram os locais de moradia das bestas de toda sorte. Eram as cidades, representação do mundo espiritual, que resguardavam a segurança das ovelhas obedientes[311].

Em 26 de novembro de 1871, Josepha batizou sua segunda criança, José criolo, o qual também foi liberto pela lei de 28 de setembro de 1871[312]. Seus padrinhos foram Luis Francisco dos Santos e sua filha "Paula"(sic) Maria de Jesus. É muito comum na documentação encontrar esta condição nos padrinhos: escravos e livres batizando uma mesma criança escrava. Neste momento, os vestígios do passado apontam para a trama de relações na qual senhores e escravos se fazem presentes, seus parentes e agregados estavam próximos e atuantes.

Januario e Jacinta, escravos de Joaquim Luis Brandão tiveram um filho, Francisco, o qual foi batizado em 02 de dezembro do ano não identificado, e teve como padrinhos Antonio e Roza, escravos de Francisco Rodrigues da Costa[313].

Este mesmo casal, os escravos Januario e Jacinta, foram padrinhos de Vicente no dia 08 de dezembro de 1845, o segundo filho do casal Paulo e Maria, escravos de Joaquim Manoel de Araújo[314].

Analisando documentação aparentemente dispersa e sem conexão, por ser uma listagem de batizados, é possível observar a trama costurada pelos escravos. Apesar de pertencerem a senhores diferentes – e no decorrer da análise este dado parece cada vez menor – escravos de uma mesma família, como Januario e Jacinta, receberam enquanto compadres Antonio e Roza, da mesma forma que foram padrinhos do filho de Paulo e Maria. Ou seja, neste momento as relações de família e agregamento parecem sólidas, como também a presença do senhor fica muito secundarizada.

---

[311] SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. "A conquista da água". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 18, maio/1999, Pp. 295-300.

[312] Assento de batismo, Jose criolo (escravo de João Antonio de Araujo), 1871, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

[313] Assento de batismo, Francisco (escravo de Joaquim Luis Brandão), Ano não identificado, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

[314] Assento de batismo, Vicente (escravo de Joaquim Manoel de Araújo), 1845, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Observando dentro da ótica da família desenvolvida páginas atrás, sob a luz do pensamento de Slenes, compreende-se que os grupos familiares eram bastante complexos, e incluíam um número considerável de pessoas, que estavam fora dos laços consangüíneos, mas dentro das redes sociais elaboradas diariamente.

Rozaura, escrava de Joaquim de Oliveira Braga, teve três filhos. José não teve a data de batismo registrada, mas foi o primeiro a ser registrado pelo Cura de Bom Retiro. Os padrinhos do garoto foram Jose, escravo, provavelmente do próprio Joaquim Braga e Joaquina, escava de José Antonio[315].

Ignácio criolo foi o segundo filho de Rosaura. Batizado em 1855 (não foi identificado o dia e mês), teve como padrinho o Cura, padre Florentino José Maria, e como madrinha, a senhora Santa Anna[316]. Chama a atenção o fato de neste registro, ser revelado o pai de Ignácio, Adão criolo forro.

Não se sabe se Adão criolo é o pai de todos os filhos de Rozaura. Mas, é revelado que os dois filhos mais novos registrados são seus. Pois o último filho de Rozaura, Lourenço criolo, foi batizado em 1859 (sem identificação de dia e mês), apadrinhado por Daniel, escravo de Francisco Teles e a senhora Santa Anna[317].

Neste momento a documentação revela seus momentos de fragilidade. Os registros não foram feitos para as gerações futuras utilizarem-nos como objeto de pesquisa. Desta maneira, o Cura, ao realizar os registros nos livros da paróquia não se preocuparia em quem iria ler ou não o material. De qualquer forma, é revelado neste fragmento da história de vida de Rozaura e Adão criolo, que não permaneceram juntos no registro. Ou, pelo menos, que Adão registrou apenas uma criança, sem saber se preferiu assim, ou se foi impedido por algum motivo.

Ignacia foi uma das três escravas de José Crispim Marianno que registrou seus filhos. O primeiro foi Siprianno, batizado em 05 de outubro de 1865, tendo como padrinhos Leocádio, escravo do próprio José Crispim Marianno, e a jovem branca Maria Joaquina[318]. Siprianno foi presente de José Crispim aos seus filhos, o que indica dizer que mesmo não sendo mais de sua posse, tanto Ignacia quanto Siprianno continuaram em sua propriedade.

---

[315] Assento de batismo, José (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), Ano não identificado, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[316] Assento de batismo, Ignácio criolo (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), 1855, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[317] Assento de batismo, Lourenço (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), 1859, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[318] Assento de batismo, Siprianno (escravo de José Crispim Mariano), 1865, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

O segundo foi Martinho criolo, batizado em 24 de fevereiro de 1867, tendo mais uma vez Leocádio como padrinho e o não registro da madrinha[319]. O terceiro foi Silverio criolo, batizado em 22 de novembro de 1868, tendo como padrinhos José Pereira Correia (casado) e Rosa Firmino de Jesus (viúva)[320].

A quarta foi Felícia criola, batizada em 11 de setembro de 1870, tendo como padrinhos João Baptista, solteiro, e Justina Maria[321]. O último filho registrado foi Antonio criolo, batizado em 23 de março de 1878. Por nascer após a Lei do Ventre livre, Antonio foi liberto. Seus padrinhos foram Sebastião José Antonio e sua mulher Maria do Carmo[322].

Por meio da análise desta família, observa-se que o campo de sobrevivência era bastante plural. Como observa Florentino e Góes

> *A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários (note-se aqui o papel estabilizador da família tanto para os cativos como para o sistema inclusivo, já que, em tese, no interior destes grupos parentais as expectativas de conflito, indefinidamente recriadas pela escravidão, deviam tender a tornarem-se mais modestas). A família escrava ia além do que revelam os inventários, mas não sabemos ao certo o quanto. Acaso, por isto, poder-se-ia pleitear ser o escopo parental dos cativos tão amplo a ponto de impedir qualquer referência a 'famílias escravas'? Dito de outro modo, a ampla extensão dos laços de aliança e solidariedade escravos tornaria mais adequado falar, não em familiares, mas sim em meros 'grupos de convívio'?.*[323]

A análise de Florentino e Góes permitem compreender a construção das ações e intenções políticas por trás da constituição parental na rede de sociabilidade escrava. Era interessante para aqueles pais que seus filhos tivessem perspectivas de futuro. Quanto mais ampla e complexa fosse a rede de convívio e alianças, mais garantias poderiam ter para a continuidade de seus descendentes.

---

[319] Assento de batismo, Martinho criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1867, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[320] Assento de batismo, Silverio criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1868, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[321] Assento de batismo, Felicia criola (escravo de José Crispim Mariano), 1870, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[322] Assento de batismo, Antonio criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1870, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).
[323] FLORENTINO & GÓES. Op. Cit. P. 90.

Respondendo, por outro lado, a pergunta do autor, de acordo com a documentação, não. Não são meros grupos, mas famílias. É necessário rever o ponto de vista tradicional de família – amplamente debatido por Slenes, por exemplo – para ampliar o raio da discussão. A noção de família não tem de perpassar exclusivamente, pela via religiosa, consangüínea ou mesmo de classe social. Entender a rede de relacionamento, afetividade, compadrio, companheirismo fazem parte da dinâmica da relação parental. Isto significa pensar que os escravos podem construir suas próprias normas e formas de estabelecer suas famílias e que as maneiras de lutar por elas podem ser plurais.

Por isso, serão analisados a seguir os processos matrimoniais, os quais permitiram vislumbrar a dinâmica em torna da construção das famílias por meio da cultura católica. Porém, isto não significou dizer, necessariamente, que a Igreja estava disposta a unir estes homens e mulheres. Pelo contrário, estes casais teriam de provar às leis eclesiásticas que estavam em acordo com os preceitos católicos para contrair matrimônio.

## 4.3 Uniões cativas, desagregações católicas

Em pesquisa realizada no Arquivo da Cúria Episcopal de Pouso Alegre, foram levantadas 18 caixas relativas aos Assentamentos de casamentos, realizados entre os anos de 1811 e 1888. Deste universo, foram abertas e lidas as caixas compreendidas entre os números 43 e 61, revelando dados importantes sobre a realidade dos matrimônios da região.

Apesar do número de caixas, o número de casamentos de cativos ou forros era reduzido. Em média, cada caixa apresentava no máximo dois ou três assentos. Em alguns casos a documentação era ilegível, por causa do acondicionamento do documento na caixa, quebrando e esfarelando as folhas. De qualquer forma, a insistente leitura das fontes permitiu revelar algumas faces da união familiar dentro da ótica católica.

Na construção da fé católica, nos corações e mentes dos forros ou escravos, a Igreja tentava a todo custo garantir o arrebanhamento de fiéis. Celia Azevedo entende que esta tentativa de sujeição implicava em uma série de benefícios, para senhores de escravos e párocos. O batismo dos negros na fé católica servia de portão de entrada, em primeira instância, para o fim dos atos pagãos – a fé nos ancestrais e nas entidades africanas – e, na seqüência, para a subserviência no mundo católico escravocrata[324].

Não foram poucos os meios pelos quais a Igreja se utilizou, na figura dos párocos, para tentar instalar suas crenças em meio à população cativa. O batismo, como foi apresentado acima, era um dos meios. Mas, certamente não era o único. No que diz respeito à

[324] AZEVEDO. Op. Cit. P. 47.

relação entre a população forra e escrava setecentista mineira e a Igreja Católica, o que mais chama a atenção era a vigilância que os párocos desejam realizar diante das uniões não-oficiais. Júnia Furtado afirma que em nome da moral, os párocos realizavam verdadeira cruzada contra o concubinato:

> *Durante o século XVIII, a Capitania das Minas Gerais foi esquadrinhada pela Igreja Católica à procura de pecadores. Em relação à moral e aos bons costumes, o pecado mais comum era o concubinato, geralmente entre homens brancos e mulheres mulatas ou negras. A conformação da população e a transitoriedade da vida mineradora acentuavam o caráter instável das relações conjugais. O principal mecanismo que a igreja católica dispôs para tentar regular a moral e os costumes de rebanho de pecadores nas Minas foram as Visitas Eclesiásticas. Era instalada uma mesa e os moradores constrangidos a virem confessar suas próprias culpas e as alheia.*[325]

Dentro do corpo de estratégias de repressão instaurado pelas Visitas Eclesiásticas da corte portuguesa, a perseguição contra os concubinatos foi uma constante. Décadas depois, já nos oitocentos, e em meio ao Império brasileiro, as práticas católicas ganharam novos contornos. O nível das perseguições mudou. O que não significa dizer que a Igreja perdeu interesse pelos pecados.

Em Minas Gerais, com a chegada do século XIX a vontade de doutrinar as uniões de homens e mulheres, pobres, negros ou mulatos continuou. Afinal de contas, junto com o Império, chegam ao Brasil número considerável de intelectuais, letrados, políticos, advogados e médicos, demarcando a presença do saber moderno europeu. Neste momento em diante, mais uma vez, a Igreja Católica precisará repensar suas práticas e, necessariamente, ampliar seus braços. Ou, pelo menos, não perder seu território, principalmente em cidades pequenas, ou no interior.

A presença da Igreja Católica em Minas Gerais garantiu durante os séculos XVIII e XIX status e segurança, principalmente para si. O que também não quer dizer que a população pobre livre ou escrava foi obrigada a se submeter completamente. É fundamental entender esta trama dentro de uma teia de conflitos e negociações. Afinal de contas, era interessante, por exemplo, para os cativos, que a Igreja legitimasse suas uniões, obrigando o senhor a tecer nova dinâmica de vida e trabalho com a família recentemente firmada.

Todavia, o fato de homens e mulheres, escravos ou forros contraírem matrimônio católico, não queria dizer que estavam abandonando as tradições e religiosidades oriundas da

[325] FURTADO. Op. Cit. P. 507.

África. Ora, não eram apenas as elites religiosas que teciam também o jogo das aparências. Muitos cativos e forros realizavam os rituais católicos para, também, agradar seus compadres, senhores e párocos. No universo privado, junto aos filhos, netos e parentes agregados mantiveram relações com o imaginário e ritual africanos.

Paulo Koguruma, na obra *Conflitos do imaginário*, discute o imaginário umbandista na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX[326]. Em meio às práticas católicas, com a chegada de doutrinas como a espírita ou o protestantismo, Koguruma discute a construção das crenças afro-brasileira, entrecortando discurso racional e positivista da época.

Longe da idéia de superstição, tão fortemente lapidada pelos intelectuais da época, o autor problematiza a cristalização da fé ocidental numa recente ex-colônia portuguesa. Remontando as práticas ritualísticas de negros e mulatos, Koguruma percebe que, mesmo realizando matrimônios católicos, os enterramentos eram realizados de acordo com as tradições rememoradas da África.

Mesmo os escravos africanos pertencerem a localidades e regiões diversas da África, conseguiram perpetuar suas referências identitárias por todo o século XIX e XX[327]. Assim, as manifestações religiosas afro-brasileiras, sendo oriundas de comunidades bantos, em tempos de colonização portuguesa na América ou de rituais angolanos presentes na Macumba ou na Umbanda[328], foram dialogadas com a realidade social existente na história do Brasil.

Para a população que desejava perpetuar seus ritos e tradições no Brasil, era necessário elaborar mecanismos de sobrevivência, ocultando os rituais e escondendo tudo que demarcasse a revelação da fé.

Para a elite política paulistana, as práticas ritualísticas dos homens pretos nada mais representavam do que uma série de superstições, a qual se chocava com o ideal de nacionalidade que se tentava construir na segunda metade do século XIX. Ou seja,

---

[326] "Este livro é duplamente bem-vindo. De um lado, por trazer contribuições novas para o estudo da presença das manifestações mágico-religiosas afro-brasileiras no ambiente cosmopolita da urbe paulistana, já que permite que se tome consciência da historicidade dessas manifestações, e, de outro, por revelar a multiplicidade de elementos que compõem a plasticidade do acervo do imaginário umbandista, cujo configurar histórico se relaciona aos legados das tradições que chegaram ao Brasil, em diferentes épocas, pelas mãos dos escravos africanos, dos colonizadores ibéricos, dos imigrantes europeus ou, ainda, cujos traços remontam aos legados culturais dos ancestrais dos indígenas brasileiros". *Cf*: KOGURUMA, Paulo. **Conflitos do imaginário:** A reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na "Metrópole do Café", 1890-1920. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001, P. 13.

[327] Segundo o autor, "o culto dos ancestrais estava tão arraigado entre os costumes das pessoas oriundas das diversas regiões africanas de onde provinha o tráfico de escravos, que esses homens e mulheres, bem como os seus descendentes nascidos em terras brasileiras, continuariam a manter algumas das atitudes mentais, formas de comportamento e tendências sentimentais referenciados nas culturas de seus de antepassados, apesar de a escravidão ter destruído as estruturas do regime familiar original dos cativos". *Cf*: Idem. P. 26.

[328] Idem. P. 54.

> *O ideal de 'branqueamento', que permeou o fim da escravidão, bem como a transição para a mão-de-obra assalariada via imigração, estava intrinsecamente relacionado à questão de uma identidade nacional a ser definida em termos da 'branquidade' da nação.*[329]

E, para a raça ser branca e a população digna de entrar no rol das grandes nações ocidentais, era necessário ter uma crença ou valores baseados na fé européia. Assim, "intensificou-se no imaginário social das elites dominantes brasileiras 'a concepção do negro e de sua cultura como uma ameaça intrínseca à ordem social'"[330]. Então, o desassossego – leia-se a fé nos orixás – foi recriminado e perseguido por longas décadas.

Por conta desta perseguição, ainda hoje existem poucas produções historiográficas preocupadas em discutir a religiosidade afro-brasileira, principalmente no que diz respeito ao século XIX, recorte em destaque no presente estudo. Uma das referências mais importantes no campo historiográfico, na perspectiva da História Social é a obra *A morte é uma festa*[331], de João José Reis.

Em seu livro, Reis busca discutir a cultura dos ritos fúnebres existentes no Brasil oitocentista, principalmente focando seu olhar para a província da Bahia. Debatendo o sentido da morte, tanto dentro da perspectiva européia, trazida pelos portugueses, passando pelas referências identitárias de enterramentos promovidos pelos trabalhadores negros, Reis discute o cotidiano e religiosidades daqueles que buscavam a boa morte.

Direcionando o olhar sobre a religiosidade para os vários aspectos do vivido, é a morte que atraiu Reis, o qual analisou a complexidade dos enterramentos, repletos de saberes e cuidados. Segundo o autor:

> *A memória colhida pelos folcloristas atribui importância especial à escolha de quem fazia a toalete do cadáver. Pessoa comum, não iniciada no lidar com a morte, não podia tocá-lo, sob pena de também morrer. Tal como na África e Europa, havia os especialistas em manipular defuntos, rezadores profissionais, segundo João Varela. 'Nem todos têm o direito de tocar no cadáver', garantia Cascudo. Carecia serem mulheres e homens probos, honestos, especialistas da arte.*[332]

---

[329] Idem. P. 109.
[330] Idem. P. 113.
[331] REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
[332] Idem. P. 115.

O saber e cuidado com a morte, garantem, segundo as documentações arroladas por Reis, o diálogo dos especialistas entre o mundo dos vivos e dos mortos. Era preciso, dentro da dinâmica daquela cultura, ter preparo e idoneidade para realizar tal ofício. Em alguns locais na Bahia as mulheres eram sempre as preferidas, exatamente por pedir licença ao morto, para manipulá-lo.

Dentro da cultura católica portuguesa, eram os familiares que deveriam carregar o cadáver. Situação indigna aconteceria se o morto não tivesse este desejo final satisfeito, sendo, então, carregado por escravos[333]. Para a população negra ou mestiça, a noção de família alcança uma dimensão mais abrangente, na qual vizinhos, amigos, padrinhos e compadres ganham importância e significados nas redes familiares. Isto significa dizer que o número de pessoas que viriam a carregar seus caixões seria sempre bastante amplo.

Na forma como João Reis discuti a questão religiosa, adentrando nas ações de pessoas comuns, poucos historiadores, para Minas Gerais, tiveram a mesma curiosidade. Pensar a questão religiosa mineira, principalmente no que diz respeito as ações para além dos muros da Igreja Católica são bastante diminutas.

Observar a cultura religiosa ainda é um desafio, principalmente pelo fato da historiografia mineira ainda se direcionar para a mineração, sutilmente abandonando outras épocas e localidades – fora do eixo da antiga Vila Rica. Para a compreensão da realidade mineira setecentista, estudiosos recentes, como Adriana Romeiro aponta formas de pensar e entender, não só os mecanismos de pressão da Igreja Católica, mais também entender o que a população comum realizava e legitimava, dentro da cultura cristã[334].

As ações de forros e escravos para manterem suas práticas religiosas não foram destituídas de momentos de lutas e negociações. Negociar com os senhores era fundamental. Afinal de contas, pertencer a um senhor, em tempos de escravidão, também implicava em atender as suas necessidades religiosas. A vontade do senhor imperava, e os escravos sabiam das conseqüências. Por outro lado, também sabia como dobrar seus senhores para mostrar-lhes seus pontos de vista. Temos vários exemplos na historiografia que atestam estes comentários[335].

---

[333] Segundo João José Reis, "(...) 'mandando o seu cadáver para a Matriz de Santa Anna [...] conduzido por quatro Pretos Escravos do morto [...]'. Morrera assim o prior pobremente, com escravos substituindo os irmãos que o deveriam carregar à sepultura. Uma morte indigna". *Cf:* Idem. P. 144.

[334] ROMEIRO, Adriana. "As aventuras de um viajante no Império português: trocas culturais e tolerância religiosa no século XVIII". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. Pp. 483-96.

[335] DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, P. 159.

> *No século XIX, para efetivar seus casamentos os escravos continuavam precisando da anuência de seus senhores que, muitas vezes, decidiam levando em conta o número de filhos que nasceriam dessa união. Em propriedades grandes e médias havia a tendência em não separar os cônjugues, por venda ou herança. Nos plantéis pequenos, porém, os proprietários estavam mais sujeitos a contratempos econômicos, garantindo em menor escala o bem-estar conjugal dos escravos. Aos jovens, fortes candidatos a fugas, dizia um senhor da região de Campinas, no interior paulista: 'É preciso casar este negro, dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo'.*[336]

Ou seja, o casamento tinha papel moralizador, não porque ensinava os caminhos do inferno aos pecaminosos, mas por doutrinar as necessidades que homens e mulheres deveriam ter – no caso, o matrimônio. Por isso, os interesses dos senhores de escravos se aproximavam das necessidades eclesiásticas. Casar os escravos o inseria dentro da rede da sociedade oitocentista, não para torná-lo um igual, mas para que ele atenda a dinâmica social vigente, assumindo um papel diante da família dita tradicional, assim como das propriedades privadas dos senhores, que deveriam ser entendidas como sacro-santas.

Segundo Del Priore

> *A família enleva, pacífica, protege e organiza. Seria ela não mais do que uma efêmera circunstância da condição escrava? De fato, pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis do mercado que, onipresente, aparta. Neste caso, a instabilidade dos arranjos familiares implicaria a inviabilização da reiteração temporal do lócus responsável por boa parte da efetiva socialização e simbolização cotidianas dos escravos. Comprometer-se-ia, em última instância, a própria possibilidade de transmissão generacional de padrões culturais e bens simbólicos em geral – isto é, do meio essencial para a constituição da identidade social.*[337]

Para a autora, inserir estes homens e mulheres escravos para dentro da cultura familiar vigente traria paz às casas dos senhores. Pois incutia nos corações e mentes dos cativos o sentimento de família consangüínea, e, ao receberem parte da terra para morarem, estabeleceriam novos olhares sobre a relação senhores e escravos.

O que não signifique dizer que aconteceu. Os escravos não tomavam a possibilidade do casamento, ou a oportunidade de construírem suas próprias casas nas terras

---

[336] Idem. P. 181.
[337] FLORENTINO & GÓES. Op. Cit. P. 115.

dos senhores como meras concessões e nem deve ser interpretado como apaziguamento por parte dos escravos. Pelo contrário, sabiam muito bem que eram os próprios cativos que teriam de pagar pelo casamento, assim como sabiam que parte da produção realizada nos arredores de sua casa, seriam levadas para a casa do senhor. Os escravos sabiam que se não alforriassem a si mesmos e depois aos seus filhos, estes acabariam prolongando as relações escravocratas. O matrimônio, assim como a moradia fora da senzala era uma conquista.

Sobre o ritual do matrimônio em si, Del Priore faz uma apresentação bastante clara de suas etapas. Informa a autora que

> *Comprovando o conhecimento mínimo da doutrina católica, o passo seguinte seria o casal providenciar todos os documentos exigidos para a realização da cerimônia, ou seja, a apresentação das certidões de batismo e o pagamento dos custos. Caberia à autoridade sacerdotal encaminhar as denunciações, ou proclamas, do futuro enlace (ou como se dizia na época, 'correr banhos') para que, finalmente, o casal recebesse a bênção católica. Os proclamas deveriam ser anunciados ao longo de três domingos (ou dias Santos) seguidos, na freguesia onde os nubentes iriam se casar ou, se fosse o caso, no lugar em que eles moravam. A função dos banhos, que duravam quase dois meses, estava relacionada ao interesse de se identificar todos os envolvidos no matrimônio. Dos nubentes, registrava-se nome, condição jurídica, estado conjugal, local de nascimento e de residência, nome dos pais e, em se tratando de escravos, o nome dos senhores. Outro objetivo dos banhos era descobrir se um dos candidatos a cônjuge tinha algum impedimento como idade insuficiente para contrair matrimônio – para mulheres, a idade mínima era de 12 anos, e de 14 para os homens –; se não eram bígamos; se, de fato, eram cristãos, comprovando com a apresentação de certidão de batismo, o recebimento dos sacramentos da penitência (a confissão) e da eucaristia por ocasião da Páscoa e o pagamento dos custos.* [338]

Desta maneira, a autora apresenta toda a via sacra do ritual do casamento, repleto de exigências, fases de espera, revisões, conferências, no qual, ao final, o casamento seria aprovado ou não.

No ano de 1833, Custódio e Joaquina batizaram sua filha, Eva Crioula, tendo como padrinhos João Antonio Pereira e Maria Roza, na freguesia nova de Itajubá. 16 anos passados, Eva encontrava-se na freguesia de Pouso Alegre, presente recebido por João Malaquias da Silva, de seu pai[339].

---

[338] ROCHA. Op. Cit. P. 169.

[339] Aucto de casamento, Vericimo de Nação com Eva crioula (escravos de João Malaquias da Silva), caixa 52, 1849, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

No final do mês de janeiro de 1849, resolveu, então, Eva se casar com Vericimo de Nação. Acertadas as devidas burocracias eclesiásticas, foram testemunhas Francisco Alvez de Lima, reconhecido como cidadão brasileiro, branco, casado, lavrador; João Antonio Pereira, cidadão brasileiro, pardo, casado, natural de Resendy, com 45 anos de idade, lavrador e João Carlos da Costa, brasileiro, branco solteiro de São José das Formigas, de 22 anos e lavrador[340].

É importante ficar de olho na documentação, para perceber a construção das relações afetivas. Afinal de contas, considerar locais de nascimento, fazendas e moradias próximas, assim como paróquias freqüentadas ilustra o palco dos enlaces. Vale ressaltar que as paixões surgidas não eram conseqüências das proximidades. Ao contrário, era as relações de amor e ódio que moldavam as proximidades, fazendo muitas vezes grandes distâncias serem imperceptíveis aos pés[341].

No ano de 1849, no dia 26 de janeiro, decidiram se casar Francisco e Marianna, africanos[342]. O problema para Mariana Francisca, proprietária de ambos, residia no fato de ser sabido que Francisco, anos antes do casamento, mantivera relações sexuais com Isabel - africana, mãe de Marianna.

Seria, então, Francisco, pai de sua futura esposa? Se esta relação fosse provada, o impedimento seria por causa de uma "afinidade ilicita em linha reta", o que não poderia ser concebido nem pelo bispado de São Paulo, e, de acordo com o Auto de Casamento, nem pela dona dos cativos, atormentada por sua consciência.

Para evitar vergonhas e desaprovações, tanto da esfera imanente quanto transcendente, Mariana Francisca convenceu os representantes do bispado de São Paulo, em Pouso Alegre, de que as relações amorosas que Francisco cultivara com Isabel foram posteriores ao nascimento de Marianna, o que dispensaria os noivos do impedimento.

No ano de 1825 foi batizado o escravo Antonio, filho natural de Felizardo, em Ibituruna, pelo padre Francisco Tavares. Antonio teve como padrinhos João Pereira da Silva e Mariana Joaquina de Jesus. Ainda criança, Antonio foi vendido para Vicente Ferreira da Costa.

No ano de 1837, Lidovina, escrava do mesmo Vicente da Costa, teve uma filha, chamada Maria, momento este que correspondia com a chegada de Antonio na fazenda do seu novo senhor. Em seu batizado, Maria teve como padrinhos, Feliciano José da Paiva e sua mulher, Anna Bernarda.

---

[340] Aucto de casamento, Vericimo de Nação com Eva crioula (escravos de João Malaquias da Silva), caixa 52, 1849, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
[341] DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. Op. Cit. P. 123.
[342] Aucto de casamento, Francisco de Nação africana com Marianna de Nação africana (escravos de Mariana FranciscaJoão Malaquias da Silva), caixa 52, 1849, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

No ano de 1850, Antonio e Maria puderam contrair matrimônio, estando ele com 25 anos e ela com 13[343]. Tiveram como testemunhas Joze Maria de Oliveira, cidadão brasileiro, branco, casado e natural de Portugal, morador de Pouso Alegre, com 50 anos de idade e lavrador; Manuel Custodio da Cunha, brasileiro, branco, casado, natural e morador de Pouso Alegre, de 28 anos e lavrador e Vicente Ferreira da Costa, brasileiro, branco, solteiro, natural e morador de Pouso Alegre, com 27 anos de idade e lavrador. Ambos não sabiam ler nem escrever.

No ano de 1883 decidiram se casar o africano forro Roque da Costa, ex-escravo de Miguel Jose da Costa, batizado em Pouso Alegre, com Ana Francisca Ribeiro, filha de Joana Francisca, nascida e batizada em Pouso Alegre, no dia 28 de abril[344].

Benedicto Antonio Manoel de Palma, ex-escravo de Francisco Candido de Faria, nascido, batizado e residente de Pouso Alegre, pede ao Juiz eclesiástico para se casar em regime de urgência com a viúva de Dominciano Januario de Sousa, Candida Maria de Jesus, no dia 18 de fevereiro de 1890. A urgência se dá pelo fato de já morarem juntos, depois do falecimento de Domiciano[345].

No ano de 1853, decidiram se casar Caetano de Nação e Jacintha Crioula. Porém, era necessário que ambos comprovassem que não mantiveram relação ilícita e nem trato de espécie alguma durante o 1º casamento de Jacinta com o falecido forro João Crioulo. Todos escravos de Manoel Pereira Balbão e moradores de Pouso Alegre[346].

Foram suas testemunhas Antonio Candido Carneiro, solteiro, residente em pouso Alegre, de 21 anos e lavrador; Francisco Gonçalves de Sant'Anna, brasileiro, casado, natural e morador de Pouso Alegre, de 43 anos e lavrador e Domingos Ribeiro do Valle, solteiro, residente em Pouso Alegre, de 26 anos e lavrador.

A todo o momento os párocos avaliam as possíveis ações promíscuas dos cativos. Perguntando, analisando e observando por meio das palavras e dos gestos, se existiam sobre algum aspecto, ato ilícito.

A documentação, assim como os historiadores de diferentes localidades já afirmam com propriedade o fato desta compreensão ser equívoca. A pesar de uma literatura bastante

---

[343] Aucto de casamento, Antonio com Maria (escravos de Vicente Ferreira da Costa), caixa 53, 1850, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
[344] Aucto de casamento, Joaquim com Antonia de Jesus (escravo de Vicente Ferreira de Abreu), caixa 60, 1882, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
[345] Aucto de casamento, Benedicto Antonio Manoel de Palma com Candida Maria de Jesus, caixa 60, 1890, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
[346] Aucto de casamento, Caetano de Nação com Jacinta crioula (escravos de Manoel Pereira Balbão), caixa 54, 1853, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

enraizada, os clássicos não sustentam mais a idéia de que entre os cativos não existiam relações afetivas, mas apenas promiscuidades, principalmente nas senzalas[347].

Por outro lado, precisa ficar claro que a flexibilidade não gerava a promiscuidade. Ambos os conceitos são oriundos do ponto de vista de uma ética católica e conservadora, por isso não servem exatamente de base para a compreensão das relações afetivas entre os cativos, por exemplo[348].

Exatamente por não terem muito a oferecer em termos materiais, homens e mulheres escravos sentiam-se mais desapegados das obrigações formais do casamento. A conseqüência é que propunham construir juntos a estabilidade, e não possuí-la a partir do matrimônio, tal como os contratos de casamentos formais ocidentais sugeriram por séculos.

Em 1853, na cidade de Mutuca, Miguel e Angélica tiveram uma filha chamada Lidovina. Teve como padrinhos de batismo, Faustino e Catharina, escravos de Ângelo de tal. Ao completar 16 anos, foi vendida para o Tenente Manoel Antonio da Costa. Chegando a Pouso Alegre, encontrou Feliciano, filho de pai incógnito e Jacintha, natural de Pouso Alegre[349].

Depois de 2 meses de sua chegada, então, no ano de 1869, Feliciano e Lidovina se casaram. Tiveram como testemunhas Joaquim Silverio de Sousa, negociante de São Gonçalo e Antonio Irineo da Paiva, solteiro, de quarenta e dois anos e oficial de sapateiro.

Na propriedade de Bernardino da Cunha, na Vila de Jaguary, no ano de 1836, os escravos Manoel e Marcelina tiveram Adão. No mesmo ano Adão foi batizado, tendo como padrinhos Antonio e Margarida, escravos de Bernardino.

Com 20 anos de idade, Adão foi vendido para o Alferes Severiano Dias Ferras da Lús. Ao morar em Pouso Alegre, depois de 10 anos, decidiu se casar com Maria Vicencia, filha de Calisto e Inocência – já falecida. Maria Vicência era de Pouso Alegre e tinha sido comprada de Dona Maria José de Freitas Vilhena[350].

Então, em 1866, Adão e Maria Vicencia procuraram a Igreja para a realização do matrimônio. Porém, O promotor José Joaquim Vieira de Carvalho se opôs ao casamento, sem justificativa explícita. De qualquer modo ocorreu o casamento, sendo testemunhas Anicizio José de Araújo, solteiro, de 50 anos, negociante e residente em Pouso Alegre e Laurindo Gonçalvez Vilhena Braga, solteiro, residente em Pouso Alegre, de 29 anos e empregado público.

---

[347] DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. Op. Cit. P. 146.
[348] Idem. P. 159.
[349] Aucto de casamento, Feliciano com Lidovina (escravos de Tenente Manoel Antonio da Costa), caixa 58, 1869, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
[350] Aucto de casamento, Adão com Maria Vicencia (escravos do alferes Severiano Dias Ferras da Lús), caixa 58, 1866, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

No ano de 1852, em Bom Retiro, Germano e Benedicta, escravos do Tenente Manoel Luis de Moraes, tiveram Joaquim, sendo batizado no mesmo ano, tendo como padrinhos os seus avôs, Lisbão e Maria, então pertencentes a Lauriano de Moraes. Anos depois Joaquim foi vendido a Vicente Ferreira de Abreu. Na fazenda do senhor Vicente, conheceu Antonia Domingues de Jesus, livre, filha natural de Antonia de Jesus – Já falecida e de pai incógnito – nascida e batizada em Pouso Alegre.

Decidiram se casar Joaquim e Antonia no ano de 1882, porém era sabido que o casamento não poderia ser concretizado, pois Joaquim mantinha relações sexuais com Maria, irmã de Antonia. Contudo, pelo fato dos oradores já estarem morando juntos, foi decido pelo juiz eclesiástico que poderiam se casar, desde que pagassem o erro com penas corporais – deveriam passar uma semana a serviço da Igreja.

Os oradores afirmaram não terem meios para se deslocarem para a Igreja para realizarem o trabalho, solicitando a comutação para penas pecuniárias[351]. Foram testemunhas de casamento, João Jose de Barros Cobra, casado, de 31 anos e negociante; Jose de Carvalho Motta, de Portugal, 50 anos, casado e negociante.

A partir do momento que os cativos revelam preferência pelo pagamento pecuniário, revelam condições materiais suficientes para não só responderem por si, mas para decidirem como organizariam seus dias. Para evitar a saída do trabalho do campo, do qual vendiam os produtos em feiras, ou nas ruas de Pouso Alegre, Joaquim e Antonia preferiram pagar em dinheiro o que lhes tomaria tempo. Este tipo de organização familiar não era incomum, principalmente porque os pais juntavam dinheiro, não só para adquirirem terras, ou bens materiais, mas principalmente para comprarem as alforrias de seus familiares, principalmente filhos.

Por isso que as famílias escravas não podem ser tomadas como promiscuidades latentes, mas como relações estáveis fruto de escolhas. Mesmo que os senhores desejassem escolher quem se casaria com quem, os cativos, anteriormente já tinham estabelecidos suas escolhas afetivas. Em alguns casos, os cativos eram obrigados a ceder – o que resultava em impedimentos na Igreja. Em outras situações, os escravos lutavam e atuavam contrariando seus senhores.

Para Sandra Graham, a pesquisa em história representa para o historiador a construção incessante de um grande mosaico, e geralmente faltam muitas peças. As suas personagens são mulheres que não deixaram nenhum registro, pelos próprios punhos. São histórias em fragmentos, encontradas de partes diversas de fontes oriundas de registros do

[351] Aucto de casamento, Joaquim com Antonia de Jesus (escravo de Vicente Ferreira de Abreu), caixa 60, 1882, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

poder público instituído[352]. Neste trabalho, o olhar será direcionado para a história de Caetana.

Na primavera de 1835, na fazenda Rio Claro, em São Paulo, todos os preparativos da capela estavam prontos para o casamento de Caetana e Custódio. Ao findar o casamento, ouve a costumeira comemoração, com todos os familiares de ambos os noivos estavam presentes.

No final da festa, tarde da noite, como seria de esperar, Caetana e seu recém marido dirigiram-se a casa de seus padrinhos, para a primeira noite do casal. Eis que subitamente – pelo menos para os padrinhos de Caetana – a jovem escrava decidiu não se deitar com seu marido. Ao receber várias ameaças da família, correu aos prantos até a sede da fazenda, em busca de Tolosa, seu senhor[353].

A história, que por si só é bastante dramática, revela uma série de campos de tensões, regras de mandos e desmandos, na fazenda Rio Claro. Segundo Graham

> *Foi o senhor deles que, certo dia, sem consultá-la ou mesmo avisá-la, lhe disse simplesmente que iria se casar. Apesar de seu 'tom positivo', ela reuniu coragem para se recusar. Mas, no final, obedeceu, contra sua vontade e por medo das ameaças de Tolosa: afinal ele era dono dela e 'faria o que quisesse'. Porém, uma vez casada, ela soube o que deveria fazer: recusar o marido. Dessa vez, sua determinação atraiu a ira de outro homem com visível autoridade sobre sua vida, seu tio e padrinho, que ameaçou bater nela se não se submetesse ao marido, como era obrigação de uma esposa. Com poucas escolhas, tarde da noite Caetana correu da casa do tio para a do próprio Tolosa. Com sua aflição, ela conseguiu finalmente persuadi-lo de que jamais a aceitaria de bom grado o casamento. Tolosa se compadeceu e separou o casal.*[354]

A forma como a autora elabora sua escrita permite que a personagem central da história demonstre seus sentimentos, no caso, de repugnância a um homem com o qual ela não desejava em matrimônio. Se Caetana se deitara com Custódio antes do casamento, isto pouco importa. Afinal, era a situação de matrimônio que a incomodava. E isto lhe dava asco. Por isso, considerava repugnante consumar a união. Se ela realmente desejava não se unir a Custódio, jamais poderia dormir com ele, e Caetana sabia disto. Afinal de contas, foi a sua maior e mais enérgica ação.

Apesar do visível posicionamento da escrava, era comum para aquela sociedade que o senhor articulasse o casamento de seus cativos. Assim fez Tolosa, que, sem o

[352] GRAHAM. Op. Cit. P. 11.
[353] Idem. P. 23.
[354] Idem. P. 24.

consentimento de Caetana, articulou o casamento dela com Custódio. Mesmo sendo bastante incomum para a época, e para os leitores das histórias da escravidão no Brasil, Caetana surge como uma mulher, negra e escrava que se posicionou diante do senhor. Ela não negociou, ela impôs sua vontade, que, naquele momento, não foi ouvida. Mas já externalizava o que iria acontecer num futuro não muito distante.

No momento que ela se casou e não consumou o casamento, segundo a autora, Caetana caiu dentro de meandros da malha do paternalismo brasileiro pouco debatido na historiografia: foi o seu tio/padrinho que não aceitou a postura da escrava, exigindo que ela deitasse com Custódio.

Se geralmente as famílias são entendidas como instituições que ajudam seus membros. Com esta pesquisa, Graham apresenta o funcionamento do paternalismo brasileiro em estruturas menores. Aonde, dentro da família, por mais que se entenda una, na verdade, também legitimava ações produzidas na casa-grande, na política ou na literatura da época.

Homens e mulheres da família de Caetana se posicionaram contra sua ação: Caetana deveria consumar o casamento. Como ela não teve apoio em sua própria família, resolveu, então, apelar, mais uma vez, para a estrutura de poder vigente. Com um problema desta proporção, Tolosa deveria pensar duas vezes antes de ordenar que a escrava voltasse para a sua família.

Graham propõe a quebra dos paradigmas de interpretações exclusivistas da sociedade escravocrata paulista. Se os escravos eram entendidos como pessoas passíveis e suscetíveis, a autora demonstra que isso nem sempre era concreto, pois Caetana não aceitou simplesmente a ordem dada. E, ao se casar, não só não consumou o casamento, como obrigou o senhor a apoiá-la[355].

Da mesma maneira, se o senhor era compreendido como o detentor do poder, este, em primeira instância provou seu poder de ordem. Mas, ao precisar abrigar Caetana, teve de voltar atrás. A questão, em primeiro momento era: ou aceitava proteger a jovem e rebelde escrava, para resolver o assunto nos dias que se seguiriam, ou teria de arcar com problemas diversos, seja perante seus filhos, seu amigo e os próprios cativos que ameaçavam bater em uma peça que cuidava da casa-grande e das crianças. Era necessário cuidar da escrava doméstica.

[355] Segundo Graham "seria simples descartar Tolosa como um senhor poderoso e Caetana como a escrava indefesa, mas essa interpretação fácil não funciona. Ele, de fato, ordenou que ela se casasse e ela sabia que tinha de obedecer, mas ela lutou e ele cedeu. Um lar quase modelar de ordem patriarcal e escravista se tornou problemático quando Caetana disse 'não'. Por causa dela, toda hierarquia masculina – dono, tio, marido e Igreja – foi perturbada. Portanto, é uma história diferente: um senhor arrependido, uma família escrava severa e uma Igreja indiferente". *Cf:* Idem. Pp. 26-7.

O papel de Caetana dentro da fazenda não era pequeno. Caetana era uma cativa que tinha de dar conta de uma criança recentemente nascida, outras quatro crianças em tenra idade e mais uma senhora gravemente enferma. Trabalho pesado que Tolosa confiou a ela. Agora, Caetana tinha acesso a casa e a grande intimidade da família. Era basicamente a cativa a grande responsável pela criação das crianças. Pois, segundo Sandra Graham

> *Em 1832, ao mesmo tempo que exercia o cargo de juiz de paz, Tolosa assumiu a autoridade sobre a companhia de infantaria de Paraibuna, com 52 soldados a pé e trinta de cavalaria, o que atraiu a fazenda Rio Claro ainda mais diretamente para as linhas de poder, obrigações, clientelismo e facções que se estendiam da vila e do município até a província e o império. No mesmo ano, dona Ana Joaquina deu à luz seu quinto filho; ela estava gravemente enferma. Com seu senhor quase sempre chamado para longe da fazenda, Caetana ficou ocupadíssima, tendo de ajudar a cuidar de um bebê, das outras crianças pequenas e de uma dona doente.*[356]

Então, foi Caetana a responsável em cuidar das crianças. Desta maneira, para Tolosa a manutenção da ordem e disciplina familiar dependia da forma como Caetana se portava, dentro e fora da casa. Aos olhos da Igreja e, certamente da sociedade que a cercava, Caetana estava errada. A própria Igreja, a qual realizava uma série de exigências para que o casamento de fato acontecesse, tinha uma imagem muito bem definida das mulheres que ousavam desafiar as leis religiosas[357].

Uma das exigências religiosas era a presença de testemunhas, conhecedores dos noivos, portanto, responsáveis em atestar a idoneidade de ambos – uma segunda exigência dos párocos. No caso dos cativos do sul de Minas, essa comprovação era conseguida mediante o depoimento das testemunhas, geralmente em número de duas pessoas. Estes sujeitos eram responsáveis por atestar a história dos senhores e dos escravos. Caso a Igreja exigisse a comprovação de identidade dos cativos, principalmente para comprovar seus batismos. O senhor tinha de se responsabilizar por conseguir junto a paróquia na qual os cativos tinham sido batizados. Para tal, os senhores solicitavam aos párocos, o testamento do batismo.

---

[356] Idem. P. 40.

[357] De acordo com Sandra Graham "a Igreja pedia prova de que nenhum dos noivos tivesse casado antes, o que, por sua vez, exigia que o padre de qualquer paróquia em que eles tivessem vivido quando adultos por mais de seis meses precisava fornecer uma declaração por escrito de que o requerente era solteiro. Obter tal documento era uma tarefa demorada e custosa que supunha alfabetização e habilidades sociais que poucos escravos teriam oportunidade para adquirir. A prova de identidade e elegibilidade, a publicação de banhos, o pagamento do padre para rezar a missa – tudo dependia do empenho dedicado do senhor, bem como de contribuições do próprio bolso". *Cf:* Idem. P. 51.

Graham discute com a historiografia social mais recente, a qual afirma que "os senhores estimulavam deliberadamente seus escravos a se casar a fim de controlá-los". Criticando a obra de Robert Slenes, Graham afirma que

> *Escrevendo sobre 'relações de poder' entre senhores e seus escravos no oeste da província de São Paulo e, em especial, a região em torno de Campinas, Slenes descreve 'uma classe senhorial prepotente e frequentemente arbitrária, mas sobretudo ardilosa: uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios'. Os senhores agiam, segundo ele, 'no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos'. Trata-se de uma linguagem forte que equivale a dizer que os donos de escravos agiam a partir de uma estratégia deliberada de manipulação persistente. Como explicação para as famílias escravas não é convincente, não porque os senhores não fossem astutos e implacáveis, mas porque não há dados que demonstrem uma política coletiva de comum acordo. Pode ser verdade que as fidelidades familiares às vezes tivessem como resultado prender ainda mais os escravos, mas o resultado não prova a intenção, e provas detalhadas e persuasivas da intencionalidade delas ainda não foram encontradas.*[358]

A autora é direta, ao questionar, não a intencionalidade dos senhores, mas as possibilidades destas intenções serem elaboradas e praticadas coletivamente. Que era de interesse dos senhores que os cativos permanecessem na terra, não há dúvidas. Por outro lado, Graham chama a atenção para a pouca, ou nenhuma evidência que ateste de fato os interesses dos senhores mediante, por exemplo, a aquisição de cativos. Pergunta-se neste texto: ao comprar os escravos, inclusive em tenra idade, os senhores já tinham determinado o futuro – o casamento – destas pessoas? Ao afirmar que sim, os cativos são destituídos da condição de escolherem como formariam suas famílias.

É fato que muitos senhores determinavam quem casaria com quem. Por outro lado, quando eles determinavam isso? Necessariamente quando as crianças nasciam? Ao se tornarem adultos? É difícil dizer.

É muito elucidativa a forma como a documentação oficial tratava os escravos, de modo geral, e as mulheres negras, especialmente. A autora chama a atenção para a forma que a população cativa é mencionada em documentos referentes a elas mesmas. Por outro lado, é possível perceber como a população feminina é sutilmente mais referida nas fontes do que os homens[359]. Geralmente os pais não são citados em fontes, o que significa dizer que seus

---

[358] Idem. P. 56.

[359] Graham afirma que "o que torna o caso de Caetana especial não é a presença dos parentes, mas a oportunidade que nos proporciona de discernir uma rede maior de parentesco que não costuma estar visível nos

rastros foram perdidos. A condição de intinerância – inclusive, por causa da venda das peças, fez com que os pais fossem sempre muito pouco citados.

De alguma forma, era desnecessário nas fontes descriminar o pai. Até porque a prole era sempre pertence as mulheres, inclusive, decidindo com isso se as crianças seriam ou não livres.

No que diz respeito a constituição dos casamentos, dois aspectos podem ser debatidos. Em primeiro lugar, associada à questão anterior, relacionada ao mando e desmando dos senhores, se as cativas tinham um leque de opções para escolhas ou não de casamentos. Mas uma vez fica claro a frágil linha de dominação do senhor, na decisão de casamento, e seus desejos diante do matrimônio.

A segunda questão está relacionada as ações das cativas. Pelo fato de terem opções de casamento, inclusive com não-cativos, demonstra a possibilidade destas mulheres articularem-se de maneiras diversas na sociedade. Pois, no universo de visível presença masculina, para a autora, isto nada mais representa do que a possibilidade das mulheres negras terem a disposição grande leque de escolha de parceiros. Se assim quisessem poderiam inclusive trocar de parceiros mais de uma vez.

Para os escravos, era interessante o casamento, não só pela constituição de uma família, ou pela possibilidade de sair da senzala, ou para a constituição de uma moradia mais privada, mas também pela condição de receber uma parte da propriedade do senhor. Terra suficiente para plantar e prover seus familiares. Homens e mulheres escravos, ao ganharem a terra, poderiam plantar a vontade, garantindo o sustento de familiares e agregados. Além, do mais, o que sobrava era vendido – inclusive para o senhor e seus familiares.

Ao citar Slenes, Graham afirma que "eles [os cativos] ganhavam seu próprio fogo e a possibilidade de preparar alimentos de acordo com seus gostos e prescrições espirituais, e comê-los com parentes escolhidos, longe das turmas de trabalho"[360]. Ou seja, ao terem suas terras, conseguiam também perpetuar suas práticas religiosas – e mais importante – além de passá-las às gerações seguintes, através dos ritos domésticos.

O leque de atuações de escravos, perante os senhores e suas propriedades não era pequena. As condições de negociações também não eram poucas. Mas, eram frágeis. Segundo

---

encontrados na maioria dos documentos. A busca de parentes de sangue ou de casamento é em geral prejudicada pela prática comum dos senhores de designar apenas o prenome de seus escravos. Uma irmã como a de Caetana, casada e morando em sua própria casa, mas listada por seu prenome, estaria perdida para nós porque os documentos raramente preservam as relações de parentesco cruzado de irmãos, tios, primos, sobrinhos, avós e, menos ainda, os laços advindos do matrimônio. Nesse caso, o escrivão não identifica em momento algum a irmã por algum nome. A mãe delas, Pulicena, cujo nome aparece uma única vez, permanece nas sombras, e o pai de Caetana está totalmente perdido para nós. Morto, vendido para outra fazenda, fugitivo? Os documentos não dizem; jamais se referem a ele. Também não sabemos se o tio de Caetana era materno ou paterno, fato que talvez tenha contado nas reações entre eles, mas que permanece fora de nosso alcance". *Cf:* Idem. P. 58-9.

[360] Idem. Pp. 61-2.

Sandra Graham, a morte do senhor não gerava incerteza apenas para seus descendentes, mas também para os cativos e agregados da fazenda.

No caso do Brasil, seguindo a tradição portuguesa, os bens seriam divididos em partes iguais, a não ser que houvesse apenas um herdeiro. Afirma Graham

> *A pessoa podia dispor do outro terço como bem quisesse – dizia-se que tinha liberdade testamentária sobre este terço; e, se não houvesse herdeiros necessários, a pessoa podia deixar todo o espólio para um herdeiro de sua escolha. O valor de todos os presentes, empréstimos e dotes dados aos filhos antes da morte dos pais tinha de ser devolvido ao espólio para a contabilidade final e, se um filho já tivesse recebido mais do que sua parte final dos bens, então devia a diferença ao espólio. O resultado era que, inevitavelmente, a morte de um senhor fazia com que os escravos fossem divididos entre os herdeiros, junto com os outros bens.*[361]

A morte do proprietário da fazenda obrigava as finanças do local ser toda contabilizada e colocada no papel. Dívida, empréstimos e acordos escritos ou não precisavam ser rememorados para que tudo fosse ao inventário. Para os cativos, a maior resultante seria que muitos dos acordos verbais realizados com seus falecidos senhores não eram aceitos por filhos e netos. De outra maneira, mesmo que os descendentes dessem como firme os acordos entre o falecido e os escravos, na partilha de bens tinha de se reconfigurar uma nova ordem. Escravos eram divididos entre filhos e netos. Mães perdiam seus filhos, esposas eram separadas de seus maridos, como mandavam os inventários ou partilhas determinadas pelas instâncias legais.

Uma forma de atenuar a frágil constituição familiar básica entre os escravos era através do batismo. Na pia batismal novas redes de solidariedade eram tecidas, exatamente para diminuir a zona de abandono que famílias poderiam sofrer, ao serem separadas. Caso o senhor falecesse, ou precisasse pagar suas dívidas com escravos, a rede de compadrio poderia agir. Dificilmente impediria o translado dos cativos para outras fazendas, mas garantia o contato e conhecimento – e provavelmente o acesso – ao familiar vendido. As relações de compadrio, através do batismo, diminuíam as distâncias dos familiares, minimizando o sofrimento daqueles que perderam ou foram separados de suas casas.

Para Graham, além do papel prático e social dos padrinhos, estes também tinham responsabilidades espirituais para com as crianças[362]. A Igreja Católica sancionava aos padrinhos toda a responsabilidade em guiar os jovens em uma vida reta, de acordo com os preceitos católicos, o que não quer dizer que eram seguidos a risca.

---

[361] Idem. Pp. 65-6.
[362] Idem. P. 69.

Que os escravos ou forros mais velhos se responsabilizavam pela educação católica das crianças era incontestável. Por outro lado, também é difícil negar o papel destes homens e mulheres na transmissão dos antigos cultos e mitos de origens africanos, para os jovens. Desde cedo as crianças negras aprendiam a lidar com o sincretismo religioso, tão presente em Minas Gerais.

A rede de compadrio construída, através do batismo, era imensa. O número de homens e mulheres que poderiam batizar inocentes escravos era considerável. Homens e mulheres livres e moradores da vila, forros, senhoras de escravos, agricultores e cativos faziam parte do grande leque de padrinhos, no século XIX. Porém, não foi ainda encontrado nenhum registro de senhor batizando seu próprio escravo[363]. Esta regra social a Igreja não interferiu, e provavelmente nunca a desejou. As regras da fazenda, neste momento, falavam mais alto.

Difícil seria o senhor que aceitasse ser padrinho de sua própria peça, impossibilitado, a partir de então, de puni-la com rigor, quando necessário. Da mesma forma, nenhum senhor tinha coragem de contrariar os preceitos católicos, punindo e espancando seu afilhado, tendo como premissa o papel de protegê-lo sempre. Para evitar tamanho conflito social e espiritual, os senhores preferiram não batizar seus escravos, solicitando aos vizinhos, amigos e compadres que fizessem por ele. Em muitos casos, eram os escravos que decidiam quem deveria ir a pia batismal.

Nas fontes e pesquisas bibliográficas arroladas por Graham, os escravos preferiam ter como padrinhos de seus filhos homens ou mulheres livres. Os padrinhos não precisariam ser necessariamente, grandes possuidores de bens. Deveriam apenas ter uma condição melhor que as dos pais do batizado. Tanto na Bahia como em São Paulo, os escravos escolhiam para padrinhos homens e mulheres donos de terra, brancos e, se possível, proprietários de escravos[364].

Para esta pesquisa, observa-se a necessidade de levar em consideração as duas possibilidades de escravos terem como padrinhos homens e mulheres livres. A primeira, diz respeito ao campo de sociabilidade pertencente ao senhor. Em alguns casos, era o senhor que

---

[363] Segundo Graham, "de acordo com Gudeman e Schwartz, nenhum senhor podia assumir a responsabilidade sagrada por um escravo e ao mesmo tempo afirmar seu direito a 'disciplinar, vender ou fazer trabalhar sem fim' o cativo sem comprometer suas obrigações religiosas ou limitar severamente sua intenção de lucrar com o cativo. Nessa explicação, eles são sustentados pelo viajante do início do século XIX Henry Koster, um inglês residente por muito tempo em Portugal e fluente em português, que afirmou que 'jamais ouviu dizer que o senhor no Brasil fosse também o padrinho [...] pois tal é a conexão [...] que o senhor jamais pensaria em mandar castigar o escravo'. No entanto, nada no código do paternalismo luso-brasileiro, em sua forma civil ou religiosa, impedia o chefe da família de punir corporalmente aqueles sobre os quais, inclusive membros da família, ele exercia a autoridade doméstica. Ao contrário, o *Código filipino*, promulgado em 1603 e base no direito civil no Brasil até 1916, lhe permitia de modo expresso o direito a 'castigar' fisicamente sua família, seus dependentes e escravos". *Cf*: Idem. Pp. 71-2.

[364] Idem. P. 72.

arranjava os padrinhos. Isto se dava principalmente quando o casamento tinha sua interferência. Certamente, não pode ser deixada de lado a possibilidade dos cativos terem elaborado suas próprias redes de sociabilidades, o que resultaria no segundo caso, aonde os padrinhos eram conhecidos seus. Ou seja, mesmo sendo padrinhos homens ou mulheres livres, estas pessoas pertenciam a rede familiar do cativo, tendo o senhor uma interferência muito pormenorizada.

Quebrando a lógica usual da época, a própria historiadora afirma que

> *Os escravos também escolhiam outros escravos para padrinhos. É notável que até um terço dos escravos nos exemplos baiano e paulista preferisse outros cativos, em geral de sua própria senzala, às vezes de outras fazendas, mas raramente de fora da freguesia, o que talvez reflita os limites de seus conhecimentos pessoais e experiência.*[365]

Certamente, os padrinhos escravos escolhidos não se davam pelas limitações da sociabilidade dos cativos. Mas, necessariamente do fato desta ser sua rede de sociabilidade. Ora, se os escravos conheciam e confiavam nas pessoas que estavam em sua proximidade, por que buscar padrinhos em terras longínquas? A questão era aproveitar e estreitar as relações já estabelecidas entre os próprios escravos da fazenda, ou com os das fazendas vizinhas. No momento que as crianças fossem vendidas ou usadas para pagar dívidas, a rede de relações entre os escravos tinham uma tessitura tal que, se a criança não saísse da freguesia, poderia ainda manter contato com conhecidos, ou mesmo familiares e agregados da família.

Dentro da ótica de Graham, os laços estabelecidos entre os escravos e os padrinhos escravos de seus filhos, reproduziam a lógica do clientelismo existente na casa-grande – e por que não, no Brasil, de modo geral[366]. Com a constituição desta sociabilidade, também era tecido junto uma lógica hierárquica peculiar, na qual escravos deveriam deferência a outros escravos. Para o padrinho escolhido, isto era muito bom. Para a autora

> *Os cativos não se enganavam ao ver vantagens em padrinhos cativos. Consideremos o significado das relações de Caetana. Sem dúvida, faltam os laços com padrinhos livres, com os benefícios tangíveis que poderiam oferecer: intervenção protetora ou de apoio junto ao senhor, talvez até a alforria. Não obstante, outro escravo, especialmente um da mesma fazenda, podia ser mais acessível e confiável, alguém inclinado a ter em alta consideração o afilhado e os pais e responder com mais rapidez ou generosidade a alguma necessidade. Cativos*

[365] Idem. P. 73.
[366] Idem.

> *de consideração, como Alexandre e Luísa Jacinta, poderiam ser mais eficazes do que padrinhos livres, mas pobres, que mal conseguiam sobreviver nas margens da sociedade branca respeitável. Em vez de buscar alianças com as fileiras incertas dos pobres livres, a família de caetana formou um vínculo que consolidava e afirmava os laços existentes e enfatizava a posição de alguns escravos sobre outros na fazenda.*[367]

Ou seja, na lógica da fazenda, era interessante para o senhor que os padrinhos dos cativos fossem seus escravos de confiança, pois assim manteriam seus escravos sempre próximos de seus olhos. Da mesma maneira, era interessante para os escravos que os padrinhos de seus filhos fossem escravos próximos aos senhores, os quais estariam sempre negociando com o proprietário da fazenda em benefício da família. Mais um círculo se construiria dentro da fazenda, na qual senhores e escravos poderiam negociar de formas diversas.

No caso de Caetana, era interessante ao senhor que ela contraísse matrimônio com Custodio, um escravo que detinha um saber, e que precisa permanecer na fazenda e passar adiante seus conhecimentos. Da mesma maneira, o ideal para Tolosa é que Custodio se casasse com a jovem escrava, pois detinha aproximação e poder sobre a família dela. Garantindo a vigilância sobre o jovem casal.

Daí, Caetana se viu dentro de uma rede de sociabilidade entre sua família, o noivo e Tolosa, a qual não a beneficiava. Por isso que

> *Naquela noite, desesperada, sem nenhum parente a quem apelar e, com certeza, nenhum escravo com idade, autoridade ou inclinação para desafiar seu padrinho, Caetana fugiu. Ela correu para o único lugar para onde poderia ir, a casa-grande. Chorando, implorou a seu senhor que desfizesse o que provocara. Numa inversão de resultados esperados, ela escapou das ameaças do tio porque seu dono interveio e lhe ofereceu abrigo. Daqueles de quem ela poderia esperar ajuda, Caetana recebeu um silêncio ambíguo. Tia, mãe e irmã não disseram nem fizeram nada, enquanto os homens da família fechavam fileiras contra ela. No espaço estreito entre aquiescência e desafio – único espaço que lhe sobrou –, Caetana lutou por sua independência. E, num único gesto de proteção, Tolosa afirmou sua autoridade sobre sua escrava, o marido e o tio dela.*[368]

Nesta passagem, é muito interessante observar a maneira como a autora quebra com a idéia harmônica de solidariedade familiar. Ela deixa bastante claro que as tensões nas

[367] Idem. Pp. 74-5.
[368] Idem. P. 88.

famílias escravas eram latentes. Principalmente, por reproduzirem o machismo e o paternalismo, advindo da casa-grande ou de outras experiências compartilhadas com outras famílias.

Apesar das condições encontradas por Caetana serem desfavoráveis para ela, rapidamente inverteu a ordem prescrita, recorrendo à casa de seu senhor e solicitando aos prantos uma revisão de seu caso. Caetana inverteu a ordem na medida em que colocou Tolosa na parede, expondo o senhor a seus filhos, que teriam a partir dali uma imagem muito negativa dos casamentos forçados: a presença de uma escrava que tinha grande acesso a casa-grande, por isso necessária, mas que estava insatisfeita, aonde suas ações poderiam ser negativas para a ordem da casa de Tolosa e, por fim, o problema poderia resultar na perda de sua fiel escrava, assim como de Custodio.

Sem saída, e pela integridade de sua fazenda – seguindo o conselho de amigos – Tolosa separou os jovens escravos, demonstrando, mais uma vez, sua autoridade perante a família de Caetana, assim como para Custodio. Independente do resultado oficial, decidido pela corte imperial, o qual não separou oficialmente os jovens escravos, Caetana enfrentou a ordem estabelecida e conseguiu garantir a continuidade de sua situação.

A história pesquisada por Graham revela um universo no qual os escravos, a todo o momento, quebravam a frágil ordem legislativa, tanto laica quanto secular. Burlar as normas foi uma das muitas ações realizadas pelos cativos para que suas vontades e anseios fossem ouvidos. A elite política e normativa, por outro lado, não deixava barato. De diversas formas, discursos eram elaborados para que os escravos fossem mais e mais vigiados e normatizados.

Segundo a autora, os mecanismos sociais desenvolvidos pela sociedade ocidental, e conseqüentemente, as ações coletivas da nação brasileira oitocentista culminaram no engessamento das relações familiares, as quais tinham por base o casamento previamente marcado e determinado pelas relações econômicas.

No que diz respeito às constituições familiares oriundas da África, estas regras não-ditas não eram conhecidas. Os cativos batalhavam para constituir suas famílias a partir de seus prismas sociais e culturais. A imposição da fé católica, juntamente com as intenções dos senhores de escravos estabeleciam elos econômicas na construção da família escrava.

Estes homens e mulheres eram produtos e produtores de seus dias, articulando-se dentro da esfera social, para definirem como viveriam e morreriam. Como serão observados nos assentamentos de óbitos, em alguns momentos os cativos conseguiam se articular, e em outros não. Será por meio da morte que se busca entender as articulações diárias da vida dos cativos.

## 4.4 Famílias por meio da morte

Sobre o número de óbitos, foram encontrados e arrolado os dados referentes a paróquia de São José do Paraíso – atual Paraisópolis, pertencente a diocese de Pouso Alegre, entre os períodos de abril de 1854 e dezembro de 1867 (ANEXO 5).

No arrolamento feito, foram localizados 111 senhores diferentes, enterrando seus escravos. Na lista, 3 senhores não foram identificados, 16 forros tiveram seus óbitos registrados.

No documento encontrado, totalizam 233 enterramentos, sendo 133 homens, 85 mulheres e 15 sem identificação de sexo. Sobre suas condições, 215 eram escravos, 16 eram forros, e dois eram livres, casados com forros.

Sobre a idade dos mortos, 3 foram registrados como recém-nascidos; 32, como inocentes; 5, como de dias (chegando a cem dias, em alguns casos); 13, como de meses; 14, como de anos (sem identificar quantos); 5, estavam entre 10 e 20 anos; 3, entre 21 e 30 anos; 4, entre 31 e 40 anos; 4, entre 41 e 50 anos; 4, entre 51 e 60 anos; 1 tinha 80 anos; e 145 nada constava sobre suas idades.

Sobre o plantel pertencente a Antonio Felício Pereira, no período compreendido entre meados da década de 1850 e fins da década de 1860, foram registrados três óbitos. Em 27 de setembro de 1856 foi dado assentamento de óbito de Matheus, de idade não declarada[369]; em 18 de dezembro de 1860 a inocente Visencia[370]; e em 17 de setembro de 1862, a José, então, com 22 anos de idade[371].

Diferentes senhores tinham diferentes realidades. O recorte apresentado diz respeito às diferentes pessoas enterradas. Como apresenta a historiografia referente ao assunto. Era comum os senhores terem de dar conta do enterramento de seus escravos, apesar da conta do enterramento ser de responsabilidade do próprio escravo.

No caso de alguns senhores, a sua propriedade, por apresentarem número considerável de cativos, e conseqüentemente o número de registros realizados, permite observar a constituição das famílias, mesmo em momentos de perdas.

O senhor de escravos Antonio José Lopes Ribeiro enterrou seis cativos. Deste universo alguns casos são importantes para análise. Vicente e Felisbina registraram o

---

[369] Assentamento de óbito, Matheus (escravo de Antonio Felício Pereira), 1856, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[370] Assentamento de óbito, Vicensia (escrava de Antonio Felício Pereira), 1860, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[371] Assentamento de óbito, José (escravo de Antonio Felício Pereira), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

falecimento de sua filha, Maria, em 23 de setembro de 1863[372]. Thomazia registrou a morte de seu filho, Agostinho, em 13 de novembro de 1864[373]. Foi possível encontrar na documentação a complexa teia familiar edificada pelos escravos. O casal Vicente e Felisbina registrou a perda de uma menina, mas não se sabe se foi a filha única, a primeira, ou a última.

Da mesma forma, as famílias não foram edificadas somente pelo casal com filhos. Thomazia, sozinha, cuidou e enterrou seu filho. A presença de mulheres tomando a frente à chefia de seus lares é uma realidade latente e corriqueira dentro das fazendas e cidades oitocentistas.

Apesar de existir uma intensa produção referente à vida e ao trabalho de homens e mulheres escravos, é impossível não fazer menção a obra de Laura de Mello e Souza, a qual, ao estudar as minas setecentistas, abordou a vida das cativas, e as diversas formas que estas mulheres negras ganharam dinheiro em tempos de mineração.

Na obra *Desclassificados do Ouro*, Mello e Souza afirma que era muito comum na região da antiga Vila Rica a presença de negras de ganho, assim como nas vendas e lojas da vila. Constantemente estas mulheres eram importunadas pelas autoridades públicas portuguesas, das quais eram obrigadas a fugir, através da ajuda de seus companheiros de ofício[374].

Em seu estudo, realizado na década de 1970, Laura de Mello e Souza comparou o trabalho destas mulheres negras, escravas e forras, com o existente nas tavernas européias. Pela sua aproximação, a autora fez um elo entre a desclassificação européia, e a da colônia portuguesa na América. Por causa do sentido da desclassificação, que incomodava a corte portuguesa, tanto na colônia como na metrópole, as negras de ganho foram perseguidas. Segundo a autora

> *Havia queixas de que as negras das vendas recolhiam negros para lhes comprarem ocultamente os diamantes que furtavam a seus senhores, o mesmo fazendo com os 'muitos homens vagabundos que andam pelos rios e ribeiros e pelos matos fazendo negócios atravessados com os negros' para depois revenderem as pedras a atravessadores que contatavam nas vendas.*[375]

---

[372] Assentamento de óbito, Maria (escravo de Antonio José Lopes Ribeiro), 1863, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[373] Assentamento de óbito, Agostinho (escravo de Antonio José Lopes Ribeiro), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[374] MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, P. 177.
[375] Idem. P. 178.

As mulheres negras existentes nas minas realizavam intenso comércio do ouro, sem passar pelas vistas das autoridades coloniais. Pelas redes de sociabilidade que teciam, mantinham contato com homens negros ou brancos, livres ou forros, para venderem o produto do roubo. Como escravas roubavam seus senhores, precisavam passar as pedras adiante, este era um dos papéis desenhados pelas astutas vendedoras de frutas e verduras, que circulavam pela cidade, assim como pelas minas.

Por causa das andanças destas mulheres, tinham acesso aos cantos e recantos da vila, encontrando-se com os atravessadores, os quais retiravam seguramente as pedras da pequena Vila Rica, e dos olhos dos guardas coloniais.

"Ladras", este era o termo "desclassificador" dado as mulheres negras. Porém, também eram as grandes responsáveis pelo "desassossego público". Mulheres como a preta forra Rosa ou Eugenia permitiam os batuques de negros em suas casas, chamando a atenção dos circunvizinhos, por causa da música, mas principalmente pela presença de homens e mulheres pouco confiáveis, dentro de um mesmo espaço[376], analisa a autora.

Na lógica de uma corte, a qual desejava classificar bem a sociedade portuguesa em terras americanas, a desclassificação incomodava da mesma forma que se fazia presente. Os estudos de desclassificação da sociedade colonial portuguesa na América de Laura de Mello e Souza foram fundamentais para o entendimento da população negra e escrava existente nas minas do século XVIII.

Porém, vale ressaltar que não é mais possível na atual historiografia desenvolver uma compreensão acerca dos escravos a partir desta categoria de análise. A desclassificação diz respeito, hoje, a perspectiva branca sobre homens e mulheres negros, considerados indesejáveis. Mudando o foco, é possível mudar a percepção sobre estes sujeitos, problematizando a categoria, para entender as pressões sociais inerentes aos termos do passado.

Voltando para a realidade sul-mineira, em 1866, Francisco perderia sua mulher, Antonia, no final de novembro[377]. Antonia tinha 80 anos de idade, ela e Francisco compunham a realidade de cativos que chegavam à idade avançada para a época.

Isto significa dizer que eram raros os escravos que conseguiam chegar a idades tão avançadas. Porém, não significa dizer que alguns não tenham conseguido. A presença de escravos ou forros acima de 60 anos representava a conquista no espaço de luta, no qual estes cativos conseguiram hora pressionar, hora negociar os aspectos de trabalho, família e sobrevivência.

---

[376] Idem. P. 179.

[377] Assentamento de óbito, Antonia (escrava de Antonio José Lopes Ribeiro), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

Rafael e Celestina, escravos de Domenciano José Ferreira, passaram parte de suas vidas tentando gerar seus descendentes, porém, alguns deles não sobreviveram. Não sabemos se ambos tiveram mais filhos, mas sabemos que perderam três.

Theodora, que nasceu em 1859, era a filha mais velha de Rafael e Celestina. Em 1863 nasceu o jovem Manoel e quando este completou um ano, nasceu Aleixo.

Por acometimento da "tosse cumprida", o primeiro a receber o registro de óbito foi Aleixo[378], em 25 de agosto de 1864, o qual tinha apenas 1 mês de vida. Em seguida, sua irmã, Theodora[379], com cinco anos, no dia 14 de setembro, foi registrada com sarampo. Por fim, em 29 de setembro, Manoel[380], com um ano de idade também perdeu a vida para o sarampo.

Este retrato familiar mostra a luta de Rafael e Celestina para comporem sua família. A manutenção dos descendentes na era tarefa fácil, tendo em vista que os senhores entendiam que o cuidado das crianças dos escravos não correspondia, exatamente, ao seu rol de obrigações. Eram os pais que deveriam prover a higiene e alimentação dos filhos, para que sobrevivesse ao difícil primeiro ano de vida.

O período de registro de óbitos encontrados coincide com o período de surto de sarampo na região[381]. Em alguns casos, a mortalidade acontecia no parto ou em decorrência dele. Ignacia, escrava de Ignácio Lopes, teve seu óbito registrado no dia 20 de agosto de 1862[382], por "recaída de parto". Por não agüentar as dores do nascimento de um de seus filhos – ou talvez o primeiro, falecera deixando João Justino Ferreira, forro, com uma criança nas mãos.

Pela falta de condições e preparos na hora do parto, ou por não conseguir serem assistidas pelas mulheres experientes, muitas mães morriam ao dar à luz ou por seqüelas deste, deixando as crianças para seus parentes e agregados[383].

Anna, escrava de Felippe Fernandes Campos, depois de algum tempo viúva de Manoel, não suportou as dores no peito. Teve seu óbito registrado no dia 15 de junho de 1864, por "cancro no peito"[384].

---

[378] Assentamento de óbito, Aleixo (escravo de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[379] Assentamento de óbito, Theodora (escrava de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[380] Assentamento de óbito, Manoel (escravo de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[381] Seria necessário por meio de pesquisa documental, sobre os falecimentos de crianças livres ou escravas, rastrear as características da doença que acometeu a cidade de São José do Paraíso, em meados do século XIX.
[382] Assentamento de óbito, Ignacia (escrava de Ignácio Lopes), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[383] Sobre parteiras e mulheres experientes remanescentes de escravos, Benedita Celeste realiza intenso diálogo com as depoentes da Amazônia tocantina. *Cf*: PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das matas**: Práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia tocantina. Belém: Açaí, 2010.
[384] Assentamento de óbito, Anna (escravo de Felippe Fernandes Campos), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

É difícil saber se Anna morreu de amor ou ódio, mas o que se sabe é que era comum homens e mulheres viúvos viverem longos anos após a morte de seus companheiros. Pelo fato da rede de sociabilidade entre famílias ser intensa, estes homens e mulheres nunca estavam sozinhos, mesmo não morando mais nas senzalas.

Custodia, escrava de Joaquim Thomas de Teixeira Tito, em 7 de janeiro de 1863, teve de registrar a morte de seu marido. De forma repentina Custodia perdeu Manoel forro, o qual tinha 40 anos de idade[385].

João e Benedicta, escravos de Joaquim José de Moraes e Silva tiveram uma criança, a qual se chamaria Maria, porém, acometida pela febre, teve seu registro de óbito um dia depois de seu nascimento, em 6 de setembro de 1862[386].

Quatro anos depois o mesmo casal tentou engravidar de novo. O resultado foi uma segunda filha, que também não resistiu às febres da primeira infância. Maria, com cem dias, teve seu registro de óbito no dia 6 de julho de 1866[387].

Ou seja, pensar a constituição das famílias escravas implica em compreender as tessituras dos projetos de vidas que estes homens e mulheres delineavam para si. É importante observar que o projeto durava anos, até conseguirem garantir a manutenção de seus descendentes.

Thereza, escrava de João Domingos Pereira, engravidou de companheiro não registrado. Antes que completassem 9 meses, prematuramente nasceram os gêmeos José e Joaquim, os quais não resistiram ao parto, tendo seus registros de óbitos em 6 de janeiro de 1864[388].

De acordo com os registros de época, era muito comum as mulheres serem registradas sem a presença de seus companheiros. O que não era impeditivo para organizarem suas vidas, ou a vida de seus familiares – como foi desenvolvido em páginas anteriores. Outro aspecto que chama a atenção para o caso de Thereza é o fato de ter perdido seus filhos gêmeos. Não é sabido ao certo se a presença de gêmeos era comum ou não no século XIX. Mas, sabe-se que existem poucos registros de irmãos ou irmãs nessas condições. De qualquer forma, os meninos de Thereza não conseguiram sobreviver ao nascerem prematuramente.

Também é possível localizar as estranhas mortes, como é o caso de Juliana, escrava de José Barbosa Sandoval, uma inocente que morreu queimada, tendo seu registro de

---

[385] Assentamento de óbito, Manoel forro, 1863, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[386] Assentamento de óbito, Maria (escravo de Joaquim José de Moraes e Silva), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[387] Assentamento de óbito, Maria (escravo de Joaquim José de Moraes e Silva), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
[388] Assentamento de óbito, gêmeos José e Joaquim (escravos de João Domingos Pereira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

óbito em 27 de agosto de 1855[389]. Registro semelhante é do forro Antonio, o qual tinha 60 anos de idade quando teve seu registro de óbito, em 12 de setembro de 1865. Nenhuma explicação é dada sobre suas mortes, a não ser o fato de terem morrido queimados[390]. Chama a atenção o fato destes registros não apresentarem nenhuma identificação familiar.

Após análise das documentações apresentadas, muitas considerações podem ser feitas a respeito das famílias escravas no sul de Minas Gerais. Em primeira instância, e dentro de um caráter político, é preciso afirmar com categoria a presença marcante das ações cotidianas dos escravos e forros.

Sejam os homens, amando suas companheiras; as mulheres, sozinhas, trabalhando e alimentando seus filhos; avôs, despedindo-se dos filhos e netos vendidos ou trocados; os casais, unindo-se aos olhos dos párocos; os pais, batizando ou enterrando seus filhos, eles estavam lá. A presença constante destas famílias atesta pluralidade de ações e significados diante do funcionamento das propriedades, rurais ou urbanas.

A despeito da morte, os casais não desistiam de montar suas famílias, tentando, sempre quando possível, engravidar. Vários casais analisados tentavam uma, duas, três ou mais vezes até conseguirem alcançar seus objetivos. Lutar pela sobrevivência das crianças no primeiro ano de vida era desafiador, tendo em vista o fato do senhor desejar aumentar seu plantel.

A despeito dos párocos, homens e mulheres escravos queriam viver e morrer juntos. Se para isto era necessário casar, casavam. Intensa burocracia desafiava as vontades cativas. Desejavam mostrar a seus senhores seus planos futuros, mesmo que tivessem de despender de suas condições materiais.

A despeito de seus senhores, os escravos lutavam, fugiam, enganavam, mentiam, roubavam, morriam ou matavam em nome de seus sentimentos, sua honra ou mesmo seus familiares.

Para o desenvolvimento deste capítulo foi imprescindível estabelecer fronteiras de compreensão entre a família escrava e a cultura religiosa, tendo em vista que o espaço sagrado foi palco do campo de tensões, no qual senhores e escravos desejavam estabelecer seus pontos de vista acerca da família, da propriedade e dos projetos futuros de seus dias.

Entender a dinâmica da cultura religiosa, no século XIX, implica em estabelecer marcos simbólico e concreto para o entendimento dos significados do batizado, tendo em vista o fato de que eram por meio deste sacramento que a Igreja Católica chamava para si as

---

[389] Assentamento de óbito, Juliana (escrava de José Barboza Sandoval), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

[390] Assentamento de óbito, Antonio forro, 1865, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

crianças, os pais e os padrinhos, para fazerem parte da fé cristã. Na mesma medida, isto não significou dizer que as ações e intenções dos escravos eram as mesmas. Os cativos intentavam criar meios de cuidar de suas crianças, sejam pelas mãos de seus padrinhos, senhores, ou pelas orações cristãs.

Para a fé católica, estas crianças, ao crescerem, deveriam dar continuidade aos sacramentos, casando-se, por exemplo, para reafirmarem seus votos diante do pároco e da própria Igreja. Porém, como foi analisado, as redes afetivas eram construídas muito antes destes homens e mulheres subirem ao altar. O papel a ser desenhado na Igreja era o de afirmação ou negação destes laços, pois nem sempre era possível burlar, mas como foi debatido com a história de vida de Caetana, é possível dizer não.

Para que a Igreja pudesse fechar seu círculo dentro dos corações e mentes dos cativos, além de estabelecer a presença em suas vidas, desejava findar seu papel na morte, executando o último sacramento. Porém, como apontou a documentação, poucos óbitos foram registrados. E, se um senhor de muitos escravos registra poucos óbitos, é muito mais fácil imaginar que as mortes, em sua maioria, não passaram pelos adros da Igreja, o que significou dizer que, por interesse de senhores e/ou de escravos, a Igreja não teria papel a cumprir diante dos acontecimentos mundanos das fazendas do sul de Minas Gerais.

Sobre as famílias escravas por meio dos registros de batismo, casamento e óbito muito foi analisado e defendido. Mas o que conta são as inúmeras dimensões de vida, afeto e projeções de futuro. A revelia de seus senhores, dos párocos, das elites políticas do presente e do passado, estes homens e mulheres escravos estavam lá, vivendo e (re)criando suas famílias. Estes homens e mulheres eram construtores de seus dias, desafiando a ordem imposta, para (re)significar seus laços afetivos, de compadrio, apadrinhamento, reafirmando a família para uma estratosfera, muitas vezes mal compreendida.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento de dados realizados, muito foi observado e discutido acerca de homens, mulheres e crianças cativas, em tempos de escravidão. Imagens relativas aos seus dias se transfiguraram em novos questionamentos, tendo em vista o fato das cores delimitadas pelos memorialistas perderem significado, revelando dimensões plurais, para além das escritas e descritas em seus livros de memórias e crônicas.

Os diferentes sujeitos descritos e analisados nas fontes revelaram suas possibilidades de futuro, mesmo quando separados de seus familiares. Desejavam viver, amar e conviver com os seus, mesmo quando seus senhores estabeleciam preços para seus filhos, pais ou companheiros ou estabeleciam distâncias e desencontros saudosos entre membros familiares e agregados.

Neste momento, surge a necessidade de rever o passado, ou talvez, as formas pelas quais o passado é revelado, para entender as peculiaridades do ocultamento, no qual o poder público instituído estabelece marcos e sentidos para a invisibilidade dos sujeitos, esquecendo-os em meio à burocracia oitocentista.

Mas, nem todos aqueles homens, mulheres e crianças foram esquecidas. Seja pelos seus primeiros passos, por suas uniões lícitas ou ilícitas, ou mesmo diante da morte, os escravos, forros e libertos apresentaram seus familiares, abriram suas portas para as questões da história, das quais algumas não puderam ser desenvolvidas em páginas anteriores.

Ainda é preciso indagar e pesquisar o repleto número de arquivos paroquiais existentes nas diversas cidades sulmineiras, os quais escondem documentação inédita sobre os batismos, crismas, casamentos e óbitos de escravos, forros, libertos e livres dos oitocentos. A final de contas, muitas cidades não puderam ser visitadas, outras foram visitadas, mas as portas ainda não estavam abertas, aguardando, talvez, novos historiadores.

Ou mesmo questionar a trama política em fins da escravidão no sul de Minas Gerais, para revelar um pouco mais sobre os dias e noites dos negros semanas antes e depois do 13 de maio de 1888, dentro da perspectiva institucional da coisa-pública.

Discutir e problematizar os períodos de infecção e proliferação de doenças, que ceifaram a vida de tantas crianças, na segunda metade do século XIX, mas que continua sendo uma incógnita dentro dos estudos da história das epidemias existentes no sudeste imperial brasileiro.

Enfim, novas pesquisas, assim como novos pesquisadores, são aguardadas por considerável número de fontes, para que possam compreender sujeitos diversos, em seus emaranhados diários, se revelando na escrita da história.

# FONTES

## FONTES MANUSCRITAS

### ESCRITURAS DE COMPRA, VENDA E TROCA DE ESCRAVOS
### ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CIDADE DE SILVIANÓPOLIS

Escriptura de compra e venda dos escravos Lusia, Paulino e Polydoro. Outorgante Francisco Pereira de Castro e outorgado Antonio da Costa Rios, 1875.
Escriptura de troca das escravas Delfina pela Christina. Outorgante Major Feliciano José Teixeira e Outorgado Capitão Marques Teixeira. 09 de fevereiro de 1876.
Escriptura de compra e venda da escrava Ritta. Outorgante João Ferreira do Amaral e Outorgado Antonio Joaquim da Fonseca. 15 de fevereiro de 1876.
Escriptura de compra e venda do escravo Graciano. Outorgante José Custódio Braga e Outorgado José Domingues da Silva. 05 de maio de 1876.
Escriptura de compra e venda da escrava Margarida. Outorgante Messias Pereira de Mello Braga e Outorgado Antonio Soares Cigano. 1º de abril de 1876.
Escriptura de compra e venda da escrava Eva. Outorgante Francisco Antonio Leal e Outorgado Manoel de Souza Barros. 18 de abril de 1877.
Escriptura de compra e venda da escrava Ritta. Outorgante Joaquim Ferreira da Fonseca e Outorgado José Ignácio de Alvarenga Maia. 11 de junho de 1877.
Escriptura de compra e venda da escrava Fortunata. Outorgante José Joaquim Barroso e Outorgado Francisco Ignácio de Alvarenga Sobrinho. 1º de setembro de 1877.
Escriptura de compra e venda dos escravos Maria e Antonio. Outorgante Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Gabriel José da Silveira e Outorgado José Bernardino Pereira. 1º de setembro de 1877.
Escriptura de compra e venda do escravo João. Outorgante Manoel de Souza Boeno e Outorgado Francisco de Assis Pinto de Andrade. 22 de outubro de 1877.
Escriptura de compra e venda da escrava Joana. Outorgante João de Dias Pereira e Outorgado Capitão Cyrino Marques Teixeira. 27 de maio de 1878.
Escriptura de compra e venda do escravo Antonio. Outorgante José Antonio Leal e Outorgado José Procopio de Asevedo Junqueira. 12 de junho de 1878.
Escriptura de compra e venda da escrava Possidonia. Outorgante Dona Mariana Luiza de Carvalho e Outorgado José Evaristo Tavares Paes. 12 de outubro de 1878.
Escriptura de compra e venda da escrava Luiza. Outorgante João Antonio de Paiva e Outorgado Aleixo Francisco Mendes. 11 de janeiro de 1879.
Escriptura de compra e venda dos escravos Cassiana, Sebastião, Isabel, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880.
Escriptura de compra e venda dos escravos Cassiana, Isabel, Sebastião, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880.

### LIVROS DE ASSENTAMENTO DE BASTISMO, CASAMENTO E ÓBITOS
### ARQUIVO DA DIOCESE DA CIDADE DE POUSO ALEGRE

Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1868-1888) e Casamentos (1868-1888) – Arquivo Parochial da Matriz de Andradas.
Livros de Assentamentos de Baptismos de Escravos (1857-1880); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1850-1888) – Arquivo Parochial de Bom Retiro.

Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1859-1888) e Casamentos (1868-1888) – Arquivo Parochial da Matriz da Borda da Mata.
Livros de Assentamentos de Baptismos de Brancos e Libertos (1855-1871); Baptismos de Captivos e libertos (1868-1877); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1855-1888) – Arquivo Parochial de Brazópolis.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1868-1888) e Casamentos (1868-1888) – Arquivo Parochial de Campo Místico (Bueno Brandão).
Livros de Assentamentos de Baptismos (1876-1888); Óbitos (1876-1888) e Casamentos (1876-1888) – Arquivo Parochial de Cachoeiras.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1868-1888) e Casamentos (1868-1888) – Arquivo Parochial de Camanducaia.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1857-1888) e Casamentos (1857-1888) – Arquivo Parochial de Cambuhy.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888) e Óbitos (1874-1888) – Arquivo Parochial de Capivary.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1881-1888) e Óbitos (1881-1888) – Arquivo Parochial de Congonhal.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888) e Casamentos de Captivos (1850-1873) – Arquivo Parochial de Delfim Moreira.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1860-1888); Óbitos (1862-1888) e Casamentos (1860-1888) – Arquivo Parochial de Estiva.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1860); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1886-1888) – Arquivo Parochial de Extrema.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1871-1888); Óbitos (1873-1888) e Casamentos (1874-1888) – Arquivo Parochial de Gimirim.
Livros de Assentamentos de Baptismos de Captivos (1850-1871); Óbitos (1850-1888) e Casamentos de Escravos (1871-1888) – Arquivo Parochial de Itajubá.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1850-1886) – Arquivo Parochial de Santo Antonio de Jacutinga.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1853-1888); Óbitos (1857-1888) e Casamentos (1857-1888) – Arquivo Parochial de Monte Sião
Livros de Assentamentos de Baptismos de Escravos (1850-1887); Óbitos (1850-1863) e Casamentos (1850-1874) – Arquivo Parochial de São Francisco de Paula de Ouro Fino.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1862-1888) – Arquivo Parochial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Ouros.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888) e Casamentos (1850-1888) – Arquivo Parochial de Paraisópolis.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1850-1888) – Arquivo Parochial da Matriz de Parreiras.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1873-1888); Óbitos (1875-1888) e Casamentos (1873-1888) – Arquivo Parochial de Santo Antonio de Pirangussu.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888); Casamentos (1850-1888) e Óbitos de Filhos da Mulher Escrava (1871-1885). – Arquivo Parochial do Curato da Cathedral de Pouso Alegre.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1872-1888); Óbitos (1878-1888) e Casamentos (1878-1888) – Arquivo Parochial de Retiro do Sapucahy.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1862-1888) e Casamentos (1862-1888) – Arquivo Parochial de Santa Rita de Caldas.
Livro de Assentamento de Baptismo de Escravos (1872-1888) – Capela Santa Quitéria de Santa Rita de Caldas.
Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888); Óbitos (1850-1888) e Casamentos (1850-1888) – Arquivo Parochial da Freguesia de Sant'Anna do Sapucahy.

Livros de Assentamentos de Baptismos (1850-1888) e Casamentos (1850-1888) – Arquivo Parochial de São José de Toledo.

**ASSENTAMENTOS DE BATISMO**

**ARQUIVO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO E SÃO ROQUE DE BOM RETIRO**

Assento de batismo, Joaquim (escravo de Ignácio de Souza de Moraes), 1841, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Eva (escrava de Ignácio de Souza de Moraes), 1847, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Gertrudes (escrava de Ignácio de Souza de Moraes), 1852, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Sebastião (escravo de João Antonio de Araújo), 1863, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Sebastião (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1842, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Manoel (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1843, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, João (escravo de Joaquim Luis Brandão), 1845, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Jose criolo (escravo de João Antonio de Araujo), 1871, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Francisco (escravo de Joaquim Luis Brandão), Ano não identificado, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Vicente (escravo de Joaquim Manoel de Araújo), 1845, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, José (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), Ano não identificado, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Ignácio criolo (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), 1855, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Lourenço (escravo de Joaquim de Oliveira Braga), 1859, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Siprianno (escravo de José Crispim Mariano), 1865, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Martinho criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1867, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Silverio criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1868, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Felicia criola (escravo de José Crispim Mariano), 1870, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

Assento de batismo, Antonio criolo (escravo de José Crispim Mariano), 1870, Arquivo da Paróquia de Bom Retiro (APBR).

**ASSENTAMENTOS DE CASAMENTOS**

**ARQUIVO DA DIOCESE DA CIDADE DE POUSO ALEGRE**

Aucto de casamento, Adão com Maria Vicencia (escravos do alferes Severiano Dias Ferras da Lús), caixa 58, 1866, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

Aucto de casamento, Antonio com Maria (escravos de Vicente Ferreira da Costa), caixa 53, 1850, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

Aucto de casamento, Benedicto Antonio Manoel de Palma com Candida Maria de Jesus, caixa 60, 1890, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

Aucto de casamento, Caetano de Nação com Jacinta crioula (escravos de Manoel Pereira Balbão), caixa 54, 1853, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

Aucto de casamento, Feliciano com Lidovina (escravos de Tenente Manoel Antonio da Costa), caixa 58, 1869, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
Aucto de casamento, Francisco de Nação africana com Marianna de Nação africana (escravos de Mariana FranciscaJoão Malaquias da Silva), caixa 52, 1849, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
Aucto de casamento, Joaquim com Antonia de Jesus (escravo de Vicente Ferreira de Abreu), caixa 60, 1882, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).
Aucto de casamento, Vericimo de Nação com Eva crioula (escravos de João Malaquias da Silva), caixa 52, 1849, Arquivo da Diocese de Pouso Alegre (ADPA).

**ASSENTAMENTOS DE ÓBITOS**
**ARQUIVO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DO PARAÍSO DA CIDADE DE PARAISÓPOLIS**
Assentamento de óbito, Matheus (escravo de Antonio Felício Pereira), 1856, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Vicensia (escrava de Antonio Felício Pereira), 1860, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, José (escravo de Antonio Felício Pereira), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Maria (escravo de Antonio José Lopes Ribeiro), 1863, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Agostinho (escravo de Antonio José Lopes Ribeiro), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Antonia (escrava de Antonio José Lopes Ribeiro), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Aleixo (escravo de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Theodora (escrava de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Manoel (escravo de Domenciano José Ferreira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Ignacia (escrava de Ignácio Lopes), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Anna (escravo de Felippe Fernandes Campos), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Manoel forro, 1863, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Maria (escravo de Joaquim José de Moraes e Silva), 1862, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Maria (escravo de Joaquim José de Moraes e Silva), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, gêmeos José e Joaquim (escravos de João Domingos Pereira), 1864, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Juliana (escrava de José Barboza Sandoval), 1866, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).
Assentamento de óbito, Antonio forro, 1865, Arquivo da Paróquia de São José do Paraíso – Paraisópolis (APSJP).

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS**
**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Chefe de Polícia - reservado, Fundo: Secretaria de Governo - SG 150, 14 de outubro de 1871, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) – APM, P. 01.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, As Comarcas Municipaes, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 05.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular as Comarcas Municipaes, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 05-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Aos Reverendos Parochos, SG 150, 14 de outubro de 1871, APM, P. 07.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministro da Agricultura, SG 150, 15 de novembro de 1871, APM, P. 08.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular aos Juízes Municipaes, SG 150, 20 de janeiro de 1872, APM, P. 15.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular, SG 150, 08 de fevereiro de 1872, APM, P. 16.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministério da Agricultura, SG 150, 04 de abril de 1872, APM, P. 24-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Câmara Municipal de Itajubá, SG 150, 22 de julho de 1872, APM, P. 28.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circular aos Juízes de Direito, SG 150, 25 de julho de 1872, APM, P. 28-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Ministro da Agricultura, SG 150, 25 de abril de 1873, APM, P. 39-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Presidente da Comarca de Itajubá, SG 150, 29 de maio de 1873, APM, P. 44-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da Fazenda, SG 150, 14 de julho de 1873, APM, P. 51.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da fazenda, SG 150, 18 de agosto de 1873, APM, P. 53-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, A Thesouraria da Fazenda, SG 150, 08 de novembro de 1873, APM, P. 60-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Circulares aos Juízes Municipaes, SG 150, 12 de dezembro de 1873, APM, P. 64-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Aos Membros da Junta Encarregada da Classificaçam de Escravos no Municipio de Baependy, SG 150, 4 de março de 1874, APM, P. 70-verso.
Registro de correspondência expedida pela Presidência da Província referente ao elemento servil, Ao Presidente da Camara Municipal do Itajubá, SG 150, 12 de março de 1874, APM, P. 72.

**CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS**
**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, Presidente da Camara Municipal da Cidade de Itajubá, Fundo: Secretaria de Governo - SG 151, 06 de abril de 1873, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) – APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade da Campanha, SG 151, 07 de abril de 1873, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade de Itajubá, SG 151, 06 de maio de 1873, APM.

Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Camara da Cidade de Itajubá, SG 151, 03 de novembro de 1873, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de Barão de Camargos, SG 153, 22 de dezembro de 1876, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente interino da Camara da Cidade de Itajubá, Fundo: Secretaria de Governo - SG 152, 02 de março de 1877, Arquivo Público Mineiro (Seção Provincial e estadual) –APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente interino da Camara da Cidade de Itajubá, SG 152, 02 de março de 1877, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Secretaria do Governo, SG 152, 12 de março de 1877, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de o Vigario Conego Barnabé José Teixeira de Andrade da Cidade de Pouzo Alegre, SG 152, 16 de abril de 1877, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de o parocho Camillo José de Faria da Cidade de Sant'Anna do Sapucahy, SG 152, 20 de abril de 1877, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província, de Presidente da Junta de Classificação de Escravos Antonio Bassêto da Cidade de Pouso Alegre, SG 152, 12 de agosto de 1877, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), d vice-presidente da província de Minas Gerais Joaquim José de Sant'Anna, SG 153, 07 de julho de 1880, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), de o presidente Olympio Oscar de Vilhena Valadão da Junta Classificadora de Escravos do Município de campanha da Princesa, Fundo: Secretaria do Governo – (SG) 153, 16 de fevereiro de 1881, Arquivo Público Mineiro (APM).
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro dos filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados no municipio de Pouso Alegre provincia de Minas Geraes ate 30 de junho de 1881, SG 153, 30 de junho de 1881, APM.
Registro de correspondência recebida pela Presidência da Província referente ao elemento servil (1881), Quadro demonstrativo da população escrava no municipio de Itajubá, provincia de Minas Geraes, de 30 de setembro de 1873, á 30 de junho de 1881, SG 153, 1º de janeiro de 1882, APM.

## FONTES IMPRESSAS

### CLUBE RECREATIVO E LITERÁRIO DA CIDADE DE POUSO ALEGRE

Consolidação das Disposições das Leis e Resoluções que Regem o Município de Pouso Alegre Approvada pelo Decreto Municipal nº 1 de 30 de Junho de 1908. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1909.
CARVALHO, Augusto José de, cônego. **Terra do Bom Jesus**. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda., 1982.
POUSO ALEGRE. Câmara Municipal. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. **Pouso Alegre através dos tempos**. Seqüência histórica. Pouso Alegre: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, 1997.
TOLEDO. Alvarina Amaral de Oliveira. **Meu amigo, o tempo**. Pouso Alegre: GrafCenter, 1999.
_____. **Uma história que já vai longe**... Niterói: Gráfica Falcão, 1997.

### BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PRISCILIANA DUARTE DE ALMEIDA DA CIDADE DE POUSO ALEGRE

GOUVÊA, Octávio Miranda. **História de Pouso Alegre**. 2. ed. Pouso Alegre: Academia Pousoalegrense de Letras, 2004.
QUEIROZ, Amadeu de. **Dos 7 aos 77**: recordações e memórias (1880-1950). São Paulo: Escola Profissionais Salesianos, 1956.
**_____**. **O senador José Bento** (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.
REZENDE, Manoel Coutinho de. **Do rio Tinto ao vale do Sapucaí**. São Paulo: Escola Profissionais Salesianos, 1989.
**_____**. **O Pouso Alegre das trilhas dos faiscadores**. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, 1991.
TOLEDO, Eduardo A. O. **Estórias do Mandu**. Pouso Alegre: Academia Pousoalegrense de Letras, 1998.

**OBRAS DIVERSAS**

**DICCIONARIO PRATICO ILLUSTRADO**. 2ª Edição. Porto: Livraria Chardron, 1928.
RODRIGUES, Nina. **Africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
SUZANNET, Conde de. **O Brasil de 1845**. Rio de Janeiro: Editora da casa, 1957.

# BIBLIOGRAFIA


ALENCAR, Alênio Carlos Noronha. "Liberdades conquistadas, condições impostas: escravos, senhores e libertandos em Fortaleza (1850-1884)". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 9-38.

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil 2.** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

___. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANTONACCI, Maria Antonieta. "Corpos sem fronteiras". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 145-80.

ANTONIL, João André. **Cultura e Opulência do Brasil**. Texto da Edição de 1711. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

ARAGÃO, Raimundo Batista. "Aspectos gerais da escravatura cearense". In: **História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985, Pp.223-226.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Paisagens Paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte**. Vol. 2. 2ª ed – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BACELAR, Jeferson. "A hierarquia das raças: cor, trabalho e riqueza após a Abolição em Salvador". In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Estudos CEDHAL nova série. Raça e Família no Brasil**. São Paulo: Humanistas Publicações-FFLCH/USP, 1997, n.º 9, Pp.9-23.

BAKHTIN, Mikhail M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC/UnB, 1993.

BARREIRO, José Carlos. "Tradição, Cultura e Protesto Popular no Brasil, 1780-1880". In: **Revista Projeto História**. nº 16, São Paulo: EDUC, fev/1998, Pp. 9-24.

___. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

BARRY, Boubacar. "Expressões da negritude na política, na poética, nas artes". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 26, jun/2003, Pp. 247-254.

BELLINI, Ligia. "Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria". In: REIS, João José. (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial** (1776-1848). Rio de Janeiro: Record, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. "A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, Pp. 105-22.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). "Em que Pensam os Historiadores?". In: **Passados Recompostas**; campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. Pp. 21-61.

BRESCIANI, Maria Stella. **O espetáculo da pobreza**: Londres e Paris no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes & RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. "Os últimos escravos: documentos das comissões de emancipação de escravos do Ceará". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 157-79.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAN, Ronald. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997
___. **A Afro-América**: a escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Tudo é história, 44).
___. **A brecha camponesa no sistema escravista.** Agricultura, escravidão e capitalismo. Petropóles: Vozes, 1978
___. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
CARMO, Luis Carlos do. **"Função de Preto"**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG – 1945-1960. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História - Mestrado (PUC/SP), 2000.
CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Brasília: Ed. UnB, 1981.
___. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: Editora Universitária de UFPE, 1998.
CASTRO, Hebe Maria M. de. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudoeste escravista-Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. "A liberdade e a toga: relações litigiosas entre escravos e senhores, na Província do Ceará, a partir da segunda metade do século XIX". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 81-102.
CERTEAU, Michel de. "História de corpos". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 407-13.
___. **A Escrita da História**. 2ª ed – São Paulo: Forense Universitária, 2000.
___. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
___. **Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.
CERUTTI, Simona. "A construção das Categorias Sociais". In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados Recompostos**; campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, Pp. 233-242.
CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
___. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
___. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
___. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
CORBIN, Alain. "Uma história Quase Impossível". In: **Revista Projeto História**. nº 19, vol 19, São Paulo: EDUC, Nov/1999. Pp. 207-214.
COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
CRUZ, Heloísa de Faria. "A Cidade e o Reclame: Propaganda e o Periodismo em São Paulo". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 13, junho/1996, Pp. 81-92
CUNHA, M. Carneiro da. "Trajetória: Africanos no Brasil e Brasileiros na África". In: CUNHA, M. Carneiro da. **Da senzala ao sobrado**. Arquitetura na Nigéria e na República de Benim. São Paulo: Nobel/Edusp, 1985.
CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. "Memórias afro-brasileiras institucionalizadas. Tentando ler exposições de museus e seus periódicos". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 26, jun/2003, Pp. 273-84.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: Uma história social do carnaval carioca entre 1880-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**. SP: Paz e Terra, 1990.
___. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
___. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
___. "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império". In: DEL PRIORY, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, Pp. 84-106.
DESAN, Suzanne. "Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis". In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Corpo, natureza e sociedade nas Minas (1680-1730)". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 325-60.
___. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DOMINGUES, Andréa Silva. **Cultura e memória**: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado em História Social, 2007.
ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
EISENBERG, Peter L. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". In: **Estudos Econômicos**. Maio/agos, 1987, Pp.175-216.
ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: brasiliense, 1989.
FARIA, Sheila de Castro. "A Colônia: paraíso ou purgatório". In: **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, Pp.223-288.
___. "Mulheres forras: riqueza e estigma social". In: **Tempo**. Rio de Janeiro: v.5, n.º 9, jul/2000, Pp.65-72.
FERRAZ, Abdu. "Contos e tradições orais em culturas africanas". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 26, jun/2003, Pp. 211-46.
FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Os velhos curtumeiros da cidade de Franca – SP**: Trabalho e experiência 1940-1980. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado em História Social, 2007.
FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
FONER, Eric. "O significado da liberdade". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.8 n.º 16, mar.88/ago88, Pp. 09-36.
FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
FRANÇOIS, Étienne. "Os 'Tesouros' da Stasi ou a Miragem dos Arquivos". In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados Recompostos**; campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, Pp. 155-162.
FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1997.
FUNES, Eurípedes A. "Negros no Ceará". In: SOUZA, Simone (Org.) – **Uma nova história do Ceará**. Fundação Demócrito Rocha, 2000.
___. "'Nasci nas matas, nunca tive senhor': História e memória dos mocambos do baixo Amazonas". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Pp. 467-98.
FURTADO, Júnia Ferreira. "Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade diamantífera setecentista". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

FURTADO, Junia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
GRAF, Márcia Elisa de Campos. "Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil Colonial". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.90-104.
GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
GRINBERG, Keila. "Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX". In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria N. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, PP. 101-28.
GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.
HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**; novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
___. **Os Trabalhadores**: estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
___. ; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
IGLÉSIAS, Francisco (org.). **Caio Prado Júnior**: História. São Paulo: Ática, 1982.
KARASCH, Mary, C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
KOGURUMA, Paulo. **Conflitos do imaginário:** A reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na "Metrópole do Café", 1890-1920. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001
KRANTZ, Frederick. **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
LACERDA, Franciena Gema. "'Requerendo passagem para si e sua família': Mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX". IN: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 27, dez/2003, Pp. 305-20.
LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". In: **Revista Projeto História**. São Paulo. n.º 16, p.25-38, fevereiro/98.
___. "Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII)". In: **Brasil**: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, Pp.177-191.
___. **Campos da Violência**: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
___. **Uma Vida Para a História**: Conversações com Marc Heurgon. São Paulo: UNESP, 1998.
LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.
LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. "Imagens da beleza negra". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 413-22.
MACEDO, Concessa Vaz de. "Da Lavagem de Roupa às Branqueiras Comerciais: Sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista". In: **Revista Projeto História.** nº 16, São Paulo: EDUC, fev/1998, Pp. 59-74.
MACHADO, Maria Helena P. T. "Em torno da Autonomia Escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.8, n.º16, mar.88/ago.88, pp.143-160.
___. **O Plano e o pânico**. São Paulo: EDUSP, 1998.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti.“O direito de ser africano livre: Os escravos e as interpretações da lei de 1831”. In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria N. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, Pp. 129-60.
MARTINEZ, Claúdia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
MATTOSO, Kátia de Queirós, KLEIN, Herbert S., ENGERMAN, Stanley L. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”. In: REIS, João José. (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.
___. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
MELLO E SOUZA, Laura de. “Coartação – problemática e episódios referentes a Minas Gerais no Século XVIII”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil**: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, Pp.276-295.
___. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
MINAYO, Maria Cecília de S.(org.), DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
MOREIRA, Paulo Roberto S. **Faces da liberdade**, Máscaras do cativeiro: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforrias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
MOURA Denise Aparecida Soares de. **Saindo das Sombras**: homens livres do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.
MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
___. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História, 12)
NASCIMENTO, Vilma Maria do. “Diálogos com a natureza em práticas de cura”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 26, jun/2003, Pp. 255-72.
NEVES, Frederico de Castro. “‘Desbriamento’ e ‘perversão’: Olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”. IN: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 27, dez/2003, Pp. 167-90.
___. “Economia Moral *versus* Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 16, fevereiro/1998, Pp. 39-58.
___. **A Multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
NEVES, Lúcia Maria B. P. “Por detrás dos panos: atitudes antiescravistas e a independência do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz N. da. “A luta pela alforria”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil**: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, Pp.373-395.
___. “Salões e cortiços”. In: **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.291-306.
PAIVA, Eduardo França. “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo”. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, Pp. 187-208.
___. **Escravidão e universo cultural na colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

___. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.
PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2002.
PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As Faces da História**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
PAPALI, Maria Aparecida C. R. "Libertando: escravos, forros e libertos em terras valeparaibanas, no final do séc. XIX.". In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n.º 18, mai/1999, Pp.331-344.
PEREIRA, Maria Florice Raposo. "As práticas assistencialistas e a institucionalização da cultura do benefício". In: **Revista Trajetos**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social, Vol. 04, Nº 08, Dez/2006, Pp. 89-108.
PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das matas**: Práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia tocantina. Belém: Açaí, 2010.
PINTO, Guilherme Sousa. "A libertação no Ceará da população escrava". In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Cearense, Tomo XLVIII, Ano XLVIII, 1934, p.185-188.
PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - Colônia. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História, 17)
___. "Escravidão negra em debate". In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.103-117.
REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. "Trabalhadores no eito: escravos negros no Crato oitocentista". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 121-36.
REIS, João J. e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
REIS, João José. "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia". In**:** REIS, João J. e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp.13-21.
___. "Nós achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista". In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem Incompleta 1500 a 2000**. A experiência brasileira. São Paulo: SENAC, 2000, Pp.243-263.
___. **A Morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
REIS, José Carlos. **A História**: entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Editora Ática, 1999.
REIS, Liana Maria. "Colonizadores, Africanos e Escravidão: Representações e identidades nas Minas Gerais do Século do Ouro". In: CONSENTINO, Francisco Carlos. **1500/2000: Trajetórias**. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, Pp.69-73.
RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2007.
ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
RODRIGUES, Carlos Moisés Silva. "Reis negros na cidade devota. Perspectivas de controle e resistências culturais na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Fortaleza (1840-1880)". In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 39-80.
RODRIGUES, Jaime. "África, 'uma sociedade mais feliz do que a nossa': Escravos e senhores transitórios nas redes do tráfico negreiro". IN: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 27, dez/2003, Pp. 123-46.

___. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
ROMEIRO, Adriana. "As aventuras de um viajante no Império português: trocas culturais e tolerância religiosa no século XVIII". In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. Pp. 483-96.
SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
SAMUEL, Raphael. "Teatros da memória". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 14, Fev/1997, Pp. 41-82.
SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910)". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 99-114.
___. "A conquista da água". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 18, maio/1999, Pp. 295-300.
___. **Corpos de Passagem**: Ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
SANTOS, Ana Maria e MENDONÇA, Sonia Regina. "Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense". In: **Revista Brasileira de História**. V. 6, nº 11: ANPUH/Marco Zero, SP, 1985-6.
SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: Intelectuais, arte e meios de Comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SECCO, Lincoln. "Nacionalismo na 'África Portuguesa'". IN: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 27, dez/2003, Pp. 191-204.
SILVA, Eduardo. "Nós achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista". In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta 1500 a 2000**. A experiência brasileira. São Paulo: SENAC, 2000, Pp.243-263.
SILVA, Jacinto da. **No tempo da escravidão** Experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História: Doutorado (PUC/SP), 2009.
SILVA, Maria Beatriz N. da. "A luta pela alforria". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, Pp.296-307.
SILVA, Pedro Alberto de O. **O Declínio da escravidão no Ceará**. Recife: UFPE, 1988, Dissertação de Mestrado em História.
SILVA, Salloma Salomão Jovino da. "Memórias sonoras da noite: vestígios de musicalidades africanas no Brasil nas iconografias do século XIX". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº 24, jun/2002, Pp. 451-70.
SLENES, Robert W. "Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.5 n.º 10, pp. 166-196, março/agosto, 1985, Pp.166-196.
___. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras na corte imperial (1850-1890). Rio de Janeiro: Access, 1999.
SOARES, Luiz Carlos. "Os escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.8, N.º 16, mar88/ago88. Pp.107-142.
SOUSA JÚNIOR, Vilson Caeta de. "As representações do corpo no universo afro-brasileiro". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 25, Dez/2000, Pp. 125-44.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes:** O distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.
THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
___. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
___. **Miséria da teoria**, ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
___. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
___. **As peculiaridades dos ingleses** e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
VAINFAS, Ronaldo. "O esboço ideológico da escravidão". In: **Ideologia e escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1986, Pp.65-124.
VIGARELLO, Georges. "O Trabalho no Corpo e no Espaço". In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 13, junho/1996, Pp. 7-20.
WILLIANS, Raymond. **Campo e Cidade**: Na história e literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade**: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Coleção Campiniana 6, 1996.

# ANEXOS

**ANEXO 1:**

TABELA 5: DE ESCRAVOS VENDIDOS, COMPRADOS E TROCADOS NAS ESCRITURAS DA CIDADE DE SILVIANÓPLIS 1876-1881.

| DATA | CIDADE DO CATIVO | ESCRAVOS | PARENTES | ESTADO CIVIL | IDADE | COR | PROFISSÃO | OBSERVAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **09/02/1976** | Santa Anna de Sapucahy | Delfina | Nada consta | Solteira | 12 anos | Preta | Sem profissão | Major Feliciano José Teixeira troca de escrava com Capitão Cyrino Marques Teixeira, ambas no valor de 800$000. |
| | | Christina | Nada consta | Solteira | 22 anos | Preta | Sem profissão | |
| **15/02/1876** | Santa Anna de Sapucahy | Ritta | Filha de Maria | Solteira | 15 anos | Preta | Costureira | João Ferreira do Amaral vende para Antonio Joaquim da Fonseca por 600$000 |
| **16/02/1876** | Santa Anna de Sapucahy | Lusia | Filha de Miguelina | Viúva | 28 anos + ou - | Parda | Costureira | Francisco Pereira de Castro vende família escrava para Antonio da Costa Rios, pelas quantias de Lusia: 1:200$000, Paulino: 1:500$000 e Polidoro: 1:300$000, somando 4:000$000. Claudina estava sob a Lei de 28 de setembro de 1871. |
| | | Paulino | Filho da Lusia acima | - | 8 anos | Parda | Sem profissão | |
| | | Polydoro | Filho da Lusia acima | - | 6 anos | Parda | Sem profissão | |
| | | - | Claudina, filha de Lusia. Subrogada para o comprador | - | 2 anos | Preta | - | |
| **15/03/1976** | Pouso Alegre | Fortunato | Filho de Luis e Ritta abaixo | - | 8 anos | Preta | Sem profissão | José Borges da Silva troca escravo por família escrava com Francisco Domingues da Silva. Os cativos de José Borges valem 3:200$000. O valor do cativo de Francisco é de 1:900$000. A escritura não informa o destino de Cesário e Maria, filhos de Ritta que deveriam ter por volta dos 2 anos, em 1876. |
| | | Theóphilo | Filho de Luis e Ritta abaixo | - | 6 anos | Preta | Sem profissão | |
| | | Ritta | | Viúva | 24 anos | Preta | Cozinheira | |
| | | - | Cesario filho de Ritta acima | - | Ingênuo | - | - | |
| | | - | Maria filha de Ritta acima | | Ingênua | | | |
| | | Domingos | Nada consta | Solteiro | 22 anos | Parda | Lavrador | |
| **01/04/1876** | Santo Antonio do Machado | Margarida | Filha de Ramiro e Romana | - | 10 anos + ou - | Preta | Nada consta | Messias Pereira de Mello Braga vende para Antonio Soares Cigano. Valor de 400$000 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **05/05/1876** | Natural de Minas Gerais | Graciano | Filho de Ritta | Solteiro | 20 anos + ou - | Preta | Lavrador | José Custodio Braga vende para José Domingues da Silva. Valor de 1:750$000 |
| **29/07/1976** | Nada consta | Bonifacia | Nada consta | Solteira | 39 anos | Preta | Nada consta | Juvenal José Ribeiro vende para Jonas Correa Beraldo. Valor de 600$000 |
| **07/08/1876** | Natural de Minas Gerais | Ritta | Nada consta | Solteira | 27 anos | Preta | Serviço doméstico | Antonio Joaquim da Fonseca vende família escrava para Manoel Pinto de Andrade. Valor de 2:300$000 |
| | | Felicia | Filha de Ritta acima | - | 7 na escritura e 10 na procuração de 1872 | - | Nada consta | |
| | | José | Filho de Ritta acima | Solteiro | 12 na procuração de 1872 | Preta | Nada consta | |
| **20/10/1876** | Santa Anna de Sapucahy | Joaquina | | Solteira | 40 anos | Preta | Cozinheira | Vicente José Lopes vende para Possidonio de Paiva e Silva Boeno. Valor de 500$000. Ritta nasceu em 18/06/1876 |
| | | - | Ritta, filha de Joaquina (acima) foi subrogada a Possidonio de Paiva e Silva | - | Ingênua | Parda | | |
| **18/04/1877** | Nada consta | Eva | Filha de Vicente e [ilegível] | Solteira | 36 anos + ou - | Preta | Cozinheira | Francisco Antonio Leal vende para Manoel de Souza Barros. Valor de 800$000. |
| **11/06/1877** | Santa Anna de Sapucahy | Ritta | Filha de José e Maria | Solteira | 48 anos + ou - | Preta | Serviço doméstico | Joaquim Ferreira da Fonseca e sua mãe Margarida Francisca Brandina vendem para José Ignácio de Alvarenga Maia. Valor de 450$000. |
| **01/09/1877** | Santa Anna de Sapucahy | Maria | Nada consta | Solteira | 29 anos | Preta | Cozinheira | "(...) trocarão por doação que lhe faz seu sogro José Joaquim de Campos; e pelo outorgado Gabriel |
| | | Antonio | Filho da Maria acima | - | 12 anos | Parda | Sem profissão | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | José da Silveira me foi dito que também é senhor e possuidor com livre e geral administração de duas partes nos mesmos escravos acima que houve por herança de seu finado sogro Domingos Francisco de Castro e compra do herdeiro Antonio Gomes Porto; cujas partes ambos os outorgantes venderão, exceptuada a parte pertencente ao herdeiro Domingos Francisco de Castro, como vendidos tem de hoje para sempre e sem constrangimento do outorgado José Bernardino Pereira[morador de São Gonçalo da Campanha], sendo o primeiro outorgante pelo preço de quinhentos e cincoenta mil reis e o segundo outorgante pelo preço de seiscentos e settenta mil reis, prefasendo tudo a quantia de um conto dusentos e vinte e cinco mil reis (...). (P. 15)” |
| **01/09/1877** | Santa Anna de Sapucahy | Fortunata | Filha legítima de José e Maria | Solteira | 40 anos + ou - | Preta | Cozinheira | José Joaquim Barroso vende para Francisco Ignacio de Alvarenga Sobrinho. Valor de 300$000. |
| **05/10/1877** | Nada consta | Marcellina | Filha de Silveria | Solteira | 29 anos + ou - | Fula | Cozinheira | Rodrigo Pereira de Castro troca de escrava com José Antonio Leal. Valor de Marcelina: 1:000$000. Valor de Crescencia: 950$000 |
| | São Gonçalo | Crescencia | Nada consta | Solteira | 20 anos | Preta | Costureira | |
| | Nada consta | - | 1º filho de Marcellina (acima) e de Joaquim. Subrogado na pessoa | - | Ingênuo. Nascido em | - | - | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | do José Antonio Leal. | | 29/04/1875. | | | |
| | Nada consta | - | 2º filho de Marcellina (acima) e de Joaquim. Subrogado na pessoa do José Antonio Leal. | - | Ingênuo. Nascido em 18/10/1876. | - | - | |
| **22/10/1877** | Santa Anna de Sapucahy | João | Nada consta | Solteiro | 25 anos + ou - | Preta | Tropeiro | Manoel de Souza Boeno vende para Francisco de Assis Pinto de Andrade. Valor: 1:900$000 |
| **27/03/1878** | Santa Anna de Sapucahy | Joana | Filha de Maria | Solteira | 14 anos + ou - | Preta | Sem profissão | João de Dias Pereira vende para Capitão Cyrino Marques Teixeira. Valor de 800$000. |
| **03/05/1878** | Santa Anna de Sapucahy | Marcelina | Filha legítima de Clicalão(sic) e Joaquina (já falecidos) | Solteira | 20 anos | Preta | Tecelona | José Gomes Lima Filho vende para Messias Pereira de Mello Braga. Valor de 800$000 |
| **12/06/1878** | Natural de Pernambuco | Antonio | Nada consta | Solteiro | 17 anos + ou - | Parda | Serviço doméstico | José Antonio Leal vende para José Procopio de Asevedo Junqueira (morador de São Gonçalo). Valor de 2:150$000. |
| **12/10/1878** | Santa Anna de Sapucahy | Possidonia | Filha de Antonio e Ignacia | Solteira | 12 anos + ou - | Preta | Sem profissão | Dona Mariana Luiza de Carvalho vende para Jose Evaristo Tavares Paes. Valor: 900$000 |
| **08/01/1879** | Santa Anna de Sapucahy | Martha | Nada consta | Solteira | 18 anos + ou - | Fula | Serviço doméstico | D. Amélia Augusta Gomes Teixeira (moradora de Itatiba, província de São Paulo) vende para Pedro Tavares Penteado. Valor de 1:560$000 |
| **11/01/1879** | Santa Anna de Sapucahy | Luiza | Filha de Marcellina | Solteira | 16 anos + ou - | Fula | Serviço doméstico | João Antonio de Paiva vende para Aleixo Francisco Mendes. Valor de 1:050$000 |
| **17/01/1879** | Santa Anna | Constantino | Filho de Francisca | Nada | 20 anos + | Parda | Serviço | José Theodoro Domingues vende |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | de Sapucahy | | | consta | ou - | | doméstico | para Martinho José Garcia. Valor de 2:200$000 |
| **11/03/1879** | Santa Ritta do Sapucahy | Gabriel | Filho de Eufrazina | Nada consta | 12 anos + ou - | Preta | Serviço doméstico | Dona Anna Joaquina da Conceição (moradora do Retiro) vende para José Joaquim Barrozo. Valor: 370$320. |
| **12/03/1879** | São Gonçalo | Maria | Nada consta | Solteira | 25 anos | Preta | Serviço doméstico | Dona Prudenciana Umbelina de Azevedo Paiva vende para Dona Amelia Augusta Gomes Teixeira. Valor: 1:100$000 |
| **18/03/1879** | Santa Anna de Sapucahy | Joaquina | Nada consta | Solteira | 42 anos | Preta | Cozinheira | Possidonio de Paiva e Silva Bueno vende para José Joaquim Barrozo. Valor: 500$000 |
| **07/04/1879** | Nada consta | Ermerenciana | Nada consta | Solteira | 18 anos + ou - | Preta | Serviço doméstico | José Procopio Machado vende para Polycarpo Marques Pereira (morador da freguesia de Santa Rita). Valor: 900$00 |
| | Nada consta | - | Sebastiana. Filha de Ermerenciana, subrogada na pessoa do Polycarpo Marques Pereira | - | Ingênua. Nascida em 25/08/1876 | - | - | |
| **29/05/1879** | Nada consta | João | Nada consta | Solteiro | 33 anos | Preta | Ferreiro | João tem um dedo da mão aleijado. Antonio da Costa Rios vende para José Manuel Pereira da Silva (morador da Villa da Penha). Valor de 2:200$000 |
| **18/06/1879** | Nada consta | Marcolina | Filha legítima de Nicolás e Joaquina | Solteira | 23 anos + ou - | Preta | Tecelona | Messias Pereira de Mello Braga vende para José Martins de Araújo. Valor: 950$000 |
| **03/06/1879** | Nada consta | Antonia | Nada consta | Solteira | 22 anos + ou - | Preta | Serviço doméstico | Domingos Pereira da Silva vende para Chrysostom Corrêa Beraldo. Valor: 800$000 |
| **25/08/1879** | Doc incompleto | Matthilde | Documento incompleto | Solteira | 12 anos | Parda | Documento incompleto | João Antonio de Paiva vende para Ernesto Marques Pereira. Valor de |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | 800$00 |
| **26/12/1879** | Nada consta | Joana | Filha de Maria | Solteira | 17 anos + ou - | Preta | Nada consta | Antonio Custodio Braga dendê sua parte, ganha por herança para Juventino Luiz Fernandes. Valor: 220$000 |
| **30/01/1880** | Nada consta | Cassiana | Filha de Cecília | Solteira | 38 anos + ou - | Preta | Cozinheira | João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho vende suas partes dos escravos para João Gualberto de Alvarenga Lopes. Valor: 800$000 |
| | | Isabel | Filha de Cassiana acima | Solteira | 18 anos + ou - | Preta | Nada consta | |
| | | Sebastião | Filho de Cassiana acima | Nada consta | 19 anos | Preta | Nada consta | |
| | | Margarida | Filha de Cassiana acima | Nada consta | 17 anos + ou - | Preta | Nada consta | |
| | | Josepha | Filha de Cassiana acima | Solteira | 12 anos | Preta | Nada consta | |
| **11/03/1880** | Campanha | Antonio | Nada consta | Solteiro | 42 anos + ou - | Preta | lavrador | Antonio Joaquim da Fonseca vende para José Martins de Araujo (morador do Retiro). Valor de 1:400$00 |
| **14/06/1880** | Santa Anna de Sapucahy | Maria | Filha de Joaquim e Casemira | Solteira | 26 anos | Preta | Cozinheira | Joaquim Honorato Henrique de Lorena vende parta da escrava para Possidonio Tavares Paes. Valor: 550$000 |
| **31/07/1880** | Freguesia de Santa Ritta | Gabriel | Filho natural de Flausiná | Solteiro | 12 anos | Preta | Lavrador | Joaquim Luiz da Rocha vende para Francisco de Paiva e Silva. Valor de 500$00 |
| **16/10/1880** | Santa Anna de Sapucahy | Luiz | Filho de Maria | Solteiro | 20 anos | Preta | Lavrador | José Mathias de Faria vende para Honorio Ernesto de Alvarenga. Valor de 1:600$000 |

**ANEXO 2:**

TABELA 6: CATÁLOGO DOS LIVROS PAROQUIAIS DE 1940 (1ª COLEÇÃO) – BISPADO DE POUSO ALEGRE

| PARÓQUIA | DOCUMENTO | DATA | OBSERVAÇÃO |
|---|---|---|---|
| **Arquivo Paroquial da Matriz de Andradas** | Livro do Tombo | Sem data | |
| | Livros de assentamento de batismo | 1857 - 1868 | Livro No 1. |
| | | 1872-1888 | Livro No 1. Batizados de escravos |
| | | 1868-1877 | Livro No 2. |
| | | 1877-1887 | Livro No 3. |
| | | 1888-1891 | Livro No 4. |
| | Livros de assentamento de casamento | 1868-1888 | Livro No 1. |
| | | 1888-1895 | Livro No 2. |
| | | 1868-1887 | Livro No 1. |
| | | 1873-1887 | Livro No 2. Óbitos de escravos |
| | | 1887-1892 | Livro No 3. |
| **Arquivo Paroquial de Bela Vista** | Livro do Tombo | Sem data | |
| | Livros de assentamento de batismo | 1893-1922 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Bom Retiro do Sapucaí** | Livros de assentamento de batismo | 1834-1855 | Livro No 1. |
| | | 1855-1886 | Livro No 2. |
| | | 1886-1904 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de batismo de escravo | 1857-1880 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1834-1861 | Livro No 1. |
| | | 1864-1891 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1834-1880 | Livro No 1. |
| | | 1880-1940 | Livro No 2. |
| | Livro do Tombo | 1888 | |
| **Arquivo paroquial da Matriz da Borda da Mata** | Livros de assentamento de batismo | Agosto de 1836-1849 | Livro No 1. |
| | | Novembro de 1859-1871 | Livro No 2. |
| | | Agosto de 1872-agosto de 1879 | Livro No 3. |
| | | Agosto de 1879- | Livro No 4. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | dezembro de 1890 | |
| | | Agosto de 1872-março de 1896 | Livro No 5. |
| | Livro de assentamento de casamento | Março de 1836-janeiro de 1869 | Livro No 1. |
| | | Janeiro de 1869-abril de 1891 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbitos | Setembro de 1859-maio de 1880 | Livro No 1. |
| | | Maio de 1880-janeiro de 1912 | Livro No 2. |
| **Arquivo Paroquial de Brazópolis** | Livros de assentamento de batismo | 1848-1865 | Livro No 1. |
| | | 1855-1871 | Livro No 2. Brancos e libertos |
| | | 1868-1877 | Livro No 3. Cativos e libertos |
| | | 1878-1886 | Livro No 4. |
| | | 1871-1889 | Livro No 5. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1855-1871 | Livro No 1. |
| | | 1878-1896 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1847-1872 | Livro No 1. |
| | | 1878-1887 | Livro No 2. |
| | | 1878-1894 | Livro No 3. |
| | Livro de Tombo | 1878-1916 | Livro No 1. |
| | Confraria Nossa Senhora do Rosário | - | 12 Livros |
| **Catálogo dos Livros Paroquiais de Campo Místico – Bueno Brandão** | Livro do Tombo | Sem data | Livro No 3. |
| | Livro de Irmandade | - | Livro No 1. |
| | Livro de Festeiros | - | Livro No 1. |
| | Livros de assentamento de batismo | 1840 | Livro No 1. |
| | | 1857-1871 | Livro No 2. |
| | | 1871-1879 | Livro No 3. |
| | | 1879-1886 | Livro No 4. |
| | | 1886-1892 | Livro No 5. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1843-1892 | Livro No 1. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1876-1889 | Livro No 2. |
| | | 1879-1895 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1840-1870 | Livro No 1. |
| | | 1870-1872 | Livro No 2. |
| | | 1872-1878 | Livro No 3. |
| | | 1888-1895 | Livro No 4. |
| **Arquivo Paroquial de Cachoeiras** | Livro do Tombo Geral | Sem data | Livro No 1. |
| | Livro do Tombo Especial | Sem data | Livro No 1. |
| | Livros de assentamento de batismo | 1876-1894 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1876-1892 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1876-1893 | Livro No 1. |
| | Livros de lançamentos de leilões e balancetes de festas | 1932-[?] | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Camanducaia** | Livros de assentamento de batismo | 1772-1795 | Livro No 1. |
| | | 1810-1812 | Livro No 2. |
| | | 1812-1813 | Livro No 3. |
| | | 1813-1825 | Livro No 4. |
| | | 1824-1856 | Livro No 5. |
| | | 1823-1831 | Livro No 6. |
| | | 1831-1839 | Livro No 7. |
| | | 1834-1845 | Livro No 8. |
| | | 1845-1857 | Livro No 9. |
| | | 1859-1863 | Livro No 10. |
| | | 1863-1872 | Livro No 11. |
| | | 1867-1871 | Livro No 12. |
| | | 1871-1888 | Livro No 13. |
| | | 1872-1878 | Livro No 14. |
| | | 1878-1884 | Livro No 15. |
| | | 1884-1889 | Livro No 16. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1772-1850 | Livro No 1. |
| | | 1810-1823 | Livro No 2. |
| | | 1823-1833 | Livro No 3. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1830-1844 | Livro No 4. |
| | | 1848-1867 | Livro No 5. |
| | | 1867-1879 | Livro No 6. |
| | | 1879-1885 | Livro No 7. |
| | | 1885-1888 | Livro No 8. |
| | | 1888-1889 | Livro No 9. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1772-1856 | Livro No 1. |
| | | 1815-1829 | Livro No 2. |
| | | 1829-1851 | Livro No 3. |
| | | 1850-1888 | Livro No 4. |
| | | 1867-1888 | Livro No 5. |
| | | 1873-1884 | Livro No 6. |
| | | 1888-1897 | Livro No 7. |
| **Arquivo Paroquial de Cambuhy** | Livro de assentamento de batismo | 1843-1871 | Livro No 1. |
| | | 1871-1878 | Livro No 2. |
| | | 1876-1880 | Livro No 3. |
| | | 1880-1886 | Livro No 4. |
| | | 1886-1893 | Livro No 5. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1851-1878 | Livro No 1. |
| | | 1878-1884 | Livro No 2. |
| | | 1884-1890 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1857-1882 | Livro No 1. |
| | | 1882-1887 | Livro No 2. |
| | | 1887-1894 | Livro No 3. |
| **Arquivo Paroquial de Capivary** | Livro do Tombo | 1873[?]-1884 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de batismo | 1831-1887 | Livro No 1. |
| | | 1887-1893 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de casamento | Sem data | |
| | Livro de assentamento de óbito | 1874-1923 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Congonhal** | Livro de assentamento de batismo | 1881-1887 | Livro No 1. |
| | | 1887-1891 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1881-1892 | Livro No 1. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Arquivo Paroquial de Delfim Moreira** | Proclamas, Certidões, Dispensas | 1856-1860, 1861, 1863, 1877, 1888, 1889 | Pacote No 1. |
| | Dispensas, Provisões, Licenças | 1858 | Pacote No 7. |
| | Livro de assentamento de batismo | 1809-1821 | |
| | | 1802-1827 | |
| | | 1832-1847 | |
| | | 1847-1853 | |
| | | 1856-1859 | |
| | | 1837-1870 | |
| | | 1859-1861 | |
| | | 1861-1866 | |
| | | 1866-1874 | |
| | | 1874-1880 | |
| | | 1871-1891 | |
| | | 1882-1888 | |
| | | 1888-1891 | |
| | Livro de assentamento de casamento | 1798-1819 | Brancos e Libertos |
| | | 1833-1873 | Cativos |
| | | 1818-1839 | |
| | | 1858-1870 | |
| | | 1874-1887 | |
| | | 1888-1893 | |
| | Livro de assentamento de óbito | 1815-1835 | |
| | | 1833-1859 | |
| | | 1837-1888 | Escravos |
| | | 1868-1893 | |
| | Livro do Tombo | 1889-1919 | |
| | Diversos (Livro do Tombo) | 1887-1889 | |
| **Arquivo Paroquial de Estiva** | Livro de assentamento de batismo | 1860-1877 | Livro No 1. |
| | | 1878-1887 | Livro No 2. |
| | | 1887-1904 | Livro No 3. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Livro de assentamento de casamento | 1860-1894 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1862-1907 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Extrema** | Livro de assentamento de batismo | 1832-1860 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1886-1895 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1832-1873 | Livro No 1. |
| | | 1889-1905 | Livro No 2. |
| **Arquivo Paroquial de Gimirim** | Livro de assentamento de batismo | 1871-1875 | Livro No 1. |
| | | 1875-1878 | Livro No 2. |
| | | 1878-1882 | Livro No 3. |
| | | 1882-1894 | Livro No 4. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1874-1894 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1873-1895 | Livro No 1. |
| | Livro do Tombo | 1871... | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Itajubá** | Livro de assentamento de batismo | 1821-1835 | Livro No 1. |
| | | 1835-1845 | Livro No 2. |
| | | 1845-1854 | Livro No 3. |
| | | 1855-1868 | Livro No 4. |
| | | 1861-1864 | NB [?] |
| | | 1868-1872 | Livro No 5. |
| | | 1872-1875 | Livro No 6. |
| | | 1841-1871 | Sem número. Batizados de Cativos |
| | | 1871-1888 | Livro No 7. (escravos) |
| | | 1875-1881 | Livro No 8. |
| | | 1881-1890 | Livro No 9. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1839-1873 | Livro No 1. |
| | | 1873-1899 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1847-1874 | Livro No 1. |
| | | 1874-1889 | Livro No 2. |
| | Livro do Tombo | 1889 | Batizados de Cativos – 1841-1871. Flz – 146.171. |
| **Arquivo Paroquial de Santo Antonio da Jacutinga** | Livro de assentamento de batismo | 1840-1877 | Livro No 1. |
| | | 1871-1884 | Livro No 2. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1883-1889 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1860-1886 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1856-1894 | Livro No 1. |
| | | 1873-1889 | Livro No 2. |
| | Livro do Tombo | 1856-1915 | Livro No 1. |
| | Índices de batizados | 1869-1898 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Monte Sião** | Livro de assentamento de batismo | 1853-1858 | Livro No 1. |
| | | 1855-1869 | Livro No 2. |
| | | 1860-1881 | Livro No 3. |
| | | 1881-1891 | Livro No 4. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1857-1877 | Livro No 1. |
| | | 1877-1902 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1857-1887 | Livro No 1. |
| | | 1885-1905 | Livro No 2. |
| | Livro do Tombo | 1853-1939 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de São Francisco de Paula de Ouro Fino** | Livro de assentamento de batismo | 1787-1820 | Livro No 1. (escravos) |
| | | 1799-1820 | Livro No 1. |
| | | 1820-1873 | Livro No 2. (escravos) |
| | | 1828-1835 | Livro No 2. (b) |
| | | 1835-1849 | Livro No 2. (c) |
| | | 1849-1853 | Livro No 2. (d) |
| | | 1853-1859 (contém mais: 1818-1832) | Livro No 2. (e) |
| | | 1861-1872 | Livro No 3. |
| | | 1872-1887 | Livro No 3. (escravos) |
| | | 1872-1878 | Livro No 4. |
| | | 1878-1883 | Livro No 5. |
| | | 1883-1889 | Livro No 6. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1777-1889 | Livro No 1. |
| | | 1820-1874 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1779-1819 | Livro No 1. |
| | | 1819-1834 | Livro No 2. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1835-1863 | Livro No 3. |
| | | 1856-1863 | Livro No 4. |
| | Livro do Tombo | Sem data | |
| **Arquivo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Ouros** | Livro de assentamento de batismo | 1862-1882 | Livro No 1. |
| | | 1883-1886 | Livro No 2. |
| | | 1887-1890 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1862-1890 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1862-1896 | Livro No 1. |
| | | 1884-1891 | Livro No 2. |
| | Livro do Tombo | 1873-1888 | Livro No 1. |
| | | 1888-1930 | Livro No 2. |
| **Arquivo Paroquial da Matriz de Paraizópolis** | Livro de assentamento de batismo | 1832-1840 | Livro No 1. |
| | | 1854-1870 | Livro No 1. |
| | | 1871-1888 | Livro No 2. |
| | | 1868-1869 | Livro No 2. |
| | | 1855-1860 | Livro No 2. |
| | | 1871-1878 | Livro No 2. |
| | | 1860-1869 | Livro No 3. |
| | | 1870-1875 | Livro No 3. |
| | | 1875-1877 | Livro No 4. |
| | | 1870-1871 | Livro No 4. |
| | | 1859-1860 | Livro No 5. |
| | | 1870-1871 | Livro No 5. |
| | | 1864-1869 | Livro No 6. |
| | | 1878-1879 | Livro No 6. |
| | | 1879-1880 | Livro No 7. |
| | | 1877-1883 | Livro No 7. |
| | | 1880-1882 | Livro No 8. |
| | | 1882-1885 | Livro No 9. |
| | | 1885-1887 | Livro No 10. |
| | | 1887-1891 | Livro No 11. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1846-1870 | Livro No 1. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1870-1875 | Livro No 2. |
| | | 1875-1879 | Livro No 3. |
| | | 1879-1883 | Livro No 4. |
| | | 1884-1886 | Livro No 5. |
| | | 1886-1888 | Livro No 6. |
| | Livro do Tombo | 1873-1879 | Livro No 1. |
| | | 1879-1889 | Livro No 2. |
| | Livros avulsos (Livro de Justificação de pessoas livres e cativas; Livro de estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário) | Sem data | |
| **Arquivo Paroquial de Parreiras** | Livro de assentamento de batismo | 1812-1822 | Livro No 1. |
| | | 1822-1848 | Livro No 2. |
| | | 1837-1845 | Livro No 3. |
| | | 1845-1854 | Livro No 4. |
| | | 1848-1870 | Livro No 5. |
| | | 1834-1880 | Livro No 6. |
| | | 1854-1868 | Livro No 7. |
| | | 1873-1891 | Livro No 8. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1812-1818 | Livro No 1. |
| | | 1826-1841 | Livro No 2. |
| | | 1823-1850 | Livro No 3. |
| | | 1850-1857 | Livro No 4. |
| | | 1857-1875 | Livro No 5. |
| | | 1877-1905 | Livro No 6. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1818-1838 | Livro No 1. |
| | | 1837-1866 | Livro No 2. |
| | | 1838-1852 | Livro No 3. |
| | | 1852-1856 | Livro No 4. |
| | | 1856-1875 | Livro No 5. |
| | | 1875-1908 | Livro No 6. |
| **Arquivo Paroquial de Santo Antonio de Pirangussu** | Livro de assentamento de batismo | 1873-1879 | Livro No 1. |
| | | 1880-1889 | Livro No 2. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1889-1894 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1873-1889 | Livro No 1. |
| | | 1889-1897 | Livro No 2. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1875-1890 | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial do Curato da Cathedral de Pouso Alegre** | Livro de assentamento de batismo | 1811-1821 | Livro No 1. |
| | | 1821-1825 | Livro No 2. |
| | | 1825-1837 | Livro No 3. |
| | | 1837-1841 | Livro No 4. |
| | | 1853-1855 | Livro No 5. |
| | | 1837-1841 | Livro No 6. |
| | | 1854-1858 | Livro No 7. |
| | | 1845-1849 | Livro No 8. |
| | | 1849-1853 | Livro No 9. |
| | | 1858-1861 | Livro No 10. |
| | | 1861-1866 | Livro No 11. |
| | | 1866-1873 | Livro No 12. |
| | | 1873-1876 | Livro No 13. |
| | | 1876-1879 | Livro No 14. |
| | | 1879-1886 | Livro No 15. |
| | | 1886-1894 | Livro No 16. |
| | Livro de assentamento de casamento | Não Há | Livro No 1. |
| | | 1832-1843 | Livro No 2. |
| | | 1845-1853 | Livro No 3. |
| | | 1853-1857 | Livro No 4. |
| | | 1857-1867 | Livro No 5. |
| | | 1867-1875 | Livro No 6. |
| | | 1871-1881 | Livro No 7. |
| | | 1882-1896 | Livro No 8. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1811-1828 | Livro No 1. |
| | | 1830-1844 | Livro No 2. |
| | | 1846-1853 | Livro No 2. |
| | | 1845-1863 | Livro No 3. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1863-1871 | Livro No 4. |
| | | 1871-1879 | Livro No 5. |
| | | 1879-1890 | Livro No 6. |
| | Livro Suplementar: De óbitos de filhos da mulher escrava | 1871-1885 | |
| | Livro Suplementar: De óbitos | 1842-1843 | |
| | Livro Suplementar: De batizados e óbitos do ano | 1853 | |
| | Livro Suplementar: De batizados | 1837-1852 | |
| | Livro Suplementar: De casamentos | 1853 | |
| | Livro Suplementar: Óbitos | 1852 | |
| | Livro Suplementar: De batizados, casamentos e óbitos | 1859-1898 | |
| **Arquivo paroquial de Retiro do Sapucaí (Douradinho)** | Livro de assentamento de batismo | 1872-1889 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de batismo | 1878-1900 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1878-1905 | Livro No 1. |
| | Livro do Tombo | Sem data | Livro No 1. |
| **Arquivo Paroquial de Santa Rita de Caldas** | Livro de assentamento de batismo | 1862-1869 | Livro No 1. |
| | | 1869-1888 | Livro No 2. |
| | | 1888-1897 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1862-1910 | Livro No 1. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1862-1910 | Livro No 1. |
| | Livro do Tombo | 1865-1880 | Livro No 1. |
| **Arquivo da Capela de Santa Quitéria** | Sem identificação do tipo de documento | 1872-1888 (escravos) | |
| **Arquivo Paroquial da Freguesia de Silvianópolis** | Livro de assentamento de batismo | 1799-1800 | Livro No 2. |
| | | 1798-1830 | Livro No 3. |
| | | 1796-1840 | Livro No 4. |
| | | 1840-1844 | Livro No 5. |
| | | 1840-1855 | Livro No 6. |
| | | 1860-1871 | Livro No 7. |
| | | 1854-1870 | Livro No 8. |
| | | 1870-1881 | Livro No 9. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 1881-1892 | Livro No 10. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1786-1837 | Livro No 1. |
| | | 1806-1834 | Livro No 2. |
| | | 1840-1873 | Livro No 3. |
| | | 1873-1881 | Livro No 4. |
| | | 1881-1903 | Livro No 5. |
| | Livro de assentamento de óbito | 1786-1817 | Livro No 1. |
| | | 1818-1863 | Livro No 2. |
| | | 1863-1879 | Livro No 3. |
| | | 1879-1906 | Livro No 4. |
| | Livro do Tombo | 1901 | |
| **Arquivo Paroquial de São José de Toledo** | Livro de assentamento de batismo | 1844, 1848, 1855 e 1872 | Livro No 1. |
| | | 1872, 1881 | Livro No 2. |
| | | 1881-1888 | Livro No 3. |
| | Livro de assentamento de casamento | 1844-1881 | Livro No 1. |
| | | 1882-1897 | Livro No 2. |

**Fonte:** Relação dos livros de Batizados, Casamentos, Óbitos, Crismas, Tombos, Índices da Diocese Metropolitana da cidade de Pouso Alegre. 1ª Coleção. Aviso nº 441, de 5 de fevereiro de 1940.

**ANEXO 3:**

TABELA 7: DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA PROVINCIA DE MINAS GERAIS (1873-1881)

| Municipios | | | Pouso Alegre | Campanha | Jaguary |
|---|---|---|---|---|---|
| Escravos existentes em 30 de setembro de 1873, conforme a matricula | | Homens | 3401 | 3132 | 888 |
| | | Mulheres | 2935 | 2964 | 804 |
| Entrados depois de 30 de setembro de 1873 | | Homens | 248 | 504 | 59 |
| | | Mulheres | 222 | 483 | 56 |
| Sahidos | | Homens | 1474 | 1184 | 283 |
| | | Mulheres | 1308 | 1212 | 226 |
| Fallecidos | | Homens | 242 | 259 | 36 |
| | | Mulheres | 169 | 194 | 34 |
| Libertados | Pelo fundo de emancipação | Homens | 18 | 21 | 3 |
| | | Mulheres | 18 | 20 | 8 |
| | Por liberalida de particular | Homens | 48 | 181 | 25 |
| | | Mulheres | 52 | 195 | 16 |
| | Por acto oneroso particular | Homens | 6 | 20 | 2 |
| | | Mulheres | 6 | 18 | 0 |
| Existentes em 30 de junho de 1881 | | Homens | 1861 | 1971 | 593 |
| | | Mulheres | 1604 | 1868 | 549 |
| Em serviço rural | Menores de 21 annos | Homens | 846 | 394 | 217 |
| | | Mulheres | 776 | 390 | 36 |
| | De 21 a 60 | Homens | 1858 | 388 | 440 |
| | | Mulheres | 1386 | 428 | 68 |
| | Maiores de 60 annos | Homens | 62 | 266 | 23 |
| | | Mulheres | 27 | 228 | 5 |
| Em serviço urbano | Menores de 21 annos | Homens | 21 | 556 | 13 |
| | | Mulheres | 55 | 486 | 238 |
| | De 21 a 60 | Homens | 54 | 539 | 25 |
| | | Mulheres | 113 | 550 | 288 |
| | Maiores de 60 annos | Homens | 0 | 279 | 0 |
| | | Mulheres | 0 | 212 | 7 |
| Sem profissão declarada | Menores de 21 annos | Homens | 808 | 433 | 215 |
| | | Mulheres | 800 | 497 | 214 |
| | De 21 a 60 | Homens | 0 | 557 | 13 |
| | | Mulheres | 0 | 451 | 0 |
| | Maiores de 60 annos | Homens | 0 | 224 | 1 |
| | | Mulheres | 0 | 205 | 1 |
| Observações | | | | | |

Fonte: Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais. Ouro Preto, 30 de junho de 1881.

**ANEXO: 4**

TABELA: 8 ASSENTOS DE BATISMO DE ESCRAVOS DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO, E S. ROQUE DO BOM RETIRO. 1834-1878.

| PROPRIETÁRIO | CRIANÇA | PAIS | PADRINHOS | BATIZADO |
|---|---|---|---|---|
| Alferes Francisco Xavier Pereira | Luiza | Antonio Banguella e Gertrudes criola | Jacinto (solteiro), escravo do mesmo e Rosa, mulher de João de tal | 05/04/1845 |
| | Rosaura | Phelippe de Guiné e joaquina criola | Antonio, mulato forro e Josefa, parda, solteiros | ?/11/1844 |
| Antonio Luciano de Moraes | José, 2 meses | Legítimo de Francisco e Anna | Joaquim Lopes Rodrigues e sua mulher Anna Jacinta de Moraes | 04/05/1844 |
| Antonio Pereira de Toledo | Marcos criolo | Natural de Rita criola (solteira) | Francisco de Salles Pereira (solteiro) e Francisca Maria de Jesus (casada) | 15/02/1863 |
| Antonio Rodrigues | Theresa | Natural de Eva (viúva) | Manoel Joaquim da Costa (casado), e Maria de tal (solteira) | 04/06/1848 |
| Antonio Soares | João | Legítimo de Mathias e Andrea | João Quintiliano da Silva (solteiro) e Gertrudes de Oliveira Lopes Prado (solteira) | 27/07/1840 |
| Bento Antonio de Moares | Anna, 5 meses | Legítimo de Francisco de Nação Guiné e Eva mulata | Jacinto de Freitas Vilhalvo e sua mulher Thereza Maria de Jesus | 25/12/1865 |
| | Faustina mulata liberta pela lei | Natural de Lucrecia criola (solteira) | Albino e Ritta (solteiros), ambos escravos de João Antonio de Moraes | 20/01/1875 |
| Bernardino José Ribeiro | Felippe | Felippe e Izidora | Luiz Pereira da Silva e sua mulher Lucia Maria de Jesus | 21/09/1851 |
| Delfina Maria da Conceiçam | Gertrudes mulata | Tereza (solteira) | João Francisco de Moraes e sua mulher Francisca da Conceiçam | 06/01/1863 |
| Donna Anna Justina de Jesus | Albino | Legítimo de Francisco e Eva | Maximiano e Rita, escravos de Florentino José Maria | 12/01/1851 |
| Donna Escolástica Francis de Moraes | Vicencia | Legítimo de Calisto e Cecília criolos | Pedro crioulo (solteiro), escravo de José Antonio de Moraes e Cristina de Moraes | 01/01/1864 |
| Dona Marianna Francisca | Barbara criola | Natural de Josefa criola (solteira) | Joaquim escravo e Maria escrava | 11/08/1867 |
| Filhos de Jose de Oliveira Braga | Leopoldina criola | Anna criola | Jose Ribeiro dos Santos (viúvo) e Maria Joaquim de Jesus (casada) | 27/12/1868 |
| Filhos de José Crispim Marianno | Siprianno | Natural de Ignacia criola (solteira) e pai incógnito | Leocadio criolo escravo de José Crispim Marianno e Maria Joaquina | 05/10/1865 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Filhos de Joaquim Vaz de Lima, doados por Marianna Francisca | Antonio | Natural de Francisca mulata (solteira) escrava de Marianna Francisca | Benedito e Mariana (casada), ambos escravos | 26/02/1867 |
| Floreano Tavares da Silva | Henorques | Natural de (...) mulata | (...) Antonio Nunes e Marianna Francisca (solteiros) | 04/05/1854 |
| Florentino Pereira de Moraes | Joaquina | Ludovico e Marianna | Roque Pereira (casado) e Eva, escrava de Bento de Moraes | 25/12/1864 |
| | Rubina | Natural de Marianna criola | Roque e sua mulher, escravos de Jose Roque, estes de Cambui | 01/12/1872 |
| Francelina (...) | Francisca criola | Natural de Lucrecia (solteira) e pai incógnito | João Vida e sua mulher (...) Vicencia | 20/10/1878 |
| Francisco (...) | Jose criolo liberto pela lei | Legítimo de Joaquim "Afrânio" e Joanna criola | Antonio Luis de Andrade e Anna (...) Jesus (solteiros) | 12/10/1873 |
| Francisco "Eufranano" de Andrade | Vicente criolo | Natural de Anna de Guiné (solteira) | José e Eva criolos escravos do finado Joaquim de Oliveira | 16/06/1867 |
| Francisco de Paula dos Reis | Adão | Legítimo de Pedro e Mariana | Jose e Joana, escravos de Marianno Rodrigues da Silva | 06/09/1840 |
| | Onorato, 5 meses | Natural de Catharina parda (solteira) | Antonio Bernardos dos Reis, e sua mulher Josefina Maria de Jesus (Borda da Mata) | 17/01/1849 |
| Francisco Luis Brandão | Maria | Joaquim Munjolo e Joanna criola | (...) Vas dos Santos e Maria Joanna de Jesus (ambos solteiros) | 24/11/1867 |
| Francisco Luis Brandão e Maria Magdalena de Souza | Victoria | Legítimo de Joaquim e Jesuina | Francisco, escravo de Joaquim de Oliveira e Rosa, escrava de Manoel Rodrigues | 21/08/1864 |
| Francisco Mariano Rodrigues | Joaquim | Legítimo de Antonio e Ignacia | José e Joana, escravos de Maria de Paula | 08/09/1861 |
| Francisco Ribeiro de Lima | Lucio | Natural de Anna criola (solteira) | Jose Pereira Correia (casado) e Marianna escrava de Jose Crispim | 01/05/1870 |
| | Joaquim | Natural de Anna criola (solteira) | Joaquim Pedro Francisco (casado) e Rosa Maria de Jesus (viúva) | 01/05/1870 |
| | Maria liberta pela lei | Natural de Anna criola | João Luis Brandam e sua mulher Maria (...) de Jesus | 30/03/1873 |
| | Ignacia criola liberta pela lei | Natural de Anna criola (solteira) | Jerônimo, escravo de Jose Crispim (solteiros) e Maria Efigenia, criola (casada) escrava de | 21/01/1877 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Francisco de Moraes | |
| Francisco Rodrigues Borba | José | Natural de Maria criola | José criolo (solteiro), escravo de Dona Lodovina Fernandes de Godoy e Rozaura criola, escrava de Joaquim de Oliveria Braga | 1849 – incompleto |
| Francisco Rodrigues da Silva | Anna | Legítimo de Antonio (ilegível) e Ignacia criola | Francisco de Paula Domingues e sua senhora Francisca de Freitas | 13/12/1863 |
| Ignácio de Souza de Moraes | Joaquim | Legítimo de Vicente e Joanna | Antonio, escravo de Marianno Rodrigues e Maria Preta forra, mulher de Lisbão | 05/12/1841 |
| | Eva | Legítimo de Vicente e Joanna | João de Paula Domingues e sua mulher, Escolástica Maria de Oliveira | 06/04/1847 |
| | Gertrudes | Natural de Joanna (viúva) | Salvador de Paula Domingues e sua mulher Delfina Jesuína de Jesus | 01/01/1852 |
| João Antonio de Araujo | Sebastião | Natural de Josepha | Cecílio escravo de Manoel Rodrigues da Costa (casado) e Catharina Maria de Jesus (solteira) | 11/10/1863 |
| | Jose criolo forro pela lei | Natural de Josefa mulata (solteira) | Luis Francisco dos Santos (casado) e sua filha "Paula" Maria de Jesus (solteira) | 26/11/1871 |
| João Antonio de Lemos | Maria | Natural de Romana | Vidal do Prado de Moraes e sua mulher Thomazia Antonia do Nascimento | 04/05/1844 |
| João Antonio de Moares | Sebastianna criola | Legítimo de Calisto e Egidia criolos | Joaquim "Gastão" de Moraes e sua mulher (...) Luiza | 12/04/1868 |
| João de Araújo de Oliveira | Maria | Natural de Florentina parda solteira | Antonio (solteiro) filho de Araújo e Francisca Luzia da Silva (viúva) | 30 de outubro – incompleto |
| João de Araujo | Pedro | Natural de Josefa parda (solteira) | Francisco (solteiro) e Rosaria (casada) escravos de Dona Maria "Fernandes" | 10/05/1866 |
| | Sebastiana mulata forra pela lei | Natural de Josefa mulata | Antonio Luis de Godoy e sua mulher Gertrudes Maria de Jesus | 24/06/1874 |
| João de Oliveira Araújo | Benedito | Natural de Luciana criola, solteira | Jacinto Xavier Pereira e Francisca Maria de Paula (viúva) | 30 de outubro – incompleto |
| | Marianna parda 3 meses | Natural de Florentina mulata | Laureanno Fernandes de Godoy e sua mulher Domitildes Maria de Jesus | 16/04/1844 |
| Joaquim José Moreira | Joaquim | Natural de Vitoria de Guiné | Antonio e sua mulher Domencianna, escravos | 27/04/1862 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | crioulo | (solteira) | de Maria Paula | |
| | Ritta | Natural de Anna criola (solteira) | Antonio Bernardo Rodrigues (casado) e Catharina Maria de Jesus (solteira) | 02/02/1863 |
| Joaquim Luis Brandão | Sebastião | Legítimo de Antonio Mulato e Ritta de Guiné | Marriano, escravo de padre Flerentino e Rosa, escrava de João Thomé da Costa | 05/06/1842 |
| | Manoel | Legítimo de Antonio e Ritta | Cecílio e sua mulher, escravos de Manoel Rodrigues | 29/10/1843 |
| | Francisco | Legítimo de Januario e Jacinta | Antonio e Roza, escravos de Francisco Rodrigues da Costa | 02/12 – incompleto |
| | João | Legítimo de Antonio Mulato e Ritta de Guiné | João Ribeiro do Nascimento e sua mulher Ignacia de tal | 06/04/1845 |
| Joaquim Manoel de Araújo | Adão | Legítimo de Paulo e Maria | Jose, escravo e Joaquina, escrava de Jose Antonio | 17/11/1844 |
| | Vicente | Legítimo de Paulo e Maria | Januario, escravo e Jacinta, escrava de Joaquim Brandão | 08/12/1845 |
| | Maria | Legítimo de Paulo e Maria | Valentim, escravo e Joanna, escrava | 11/06/1848 |
| Joaquim de Oliveira Braga | Jose | Natural de Rozaura | Jose, escravo de Matilda Costa e Eva, escrava de Joaquim de Oliveira | Nada |
| | Ignácio criolo | Legítimo de Adão criolo forro e Rozaura criola escrava | Florentino José Maria e a senhora Santa Anna | ?/?/1855 |
| | Lourenço criolo | Legítimo de Adão forro e Rozaura, criola | Daniel, escravo de Francisco Teles de (...) e (ilegível) senhora Santa Anna por voto | ?/?/1859 |
| Jose de Oliveira Braga | Francisco criolo liberto pela lei | Natural de Anna criola (solteira) | Antonio de Abreu Galvão e sua mulher Maria Joaquina de Jesus | 06/01/1873 |
| Jose Laurianno de Moraes | Joaquim | Legítimo de Antonio Munjolo e Francelina crioula | Miguel (solteiro) e Josefa (viúva), escravos de Jose Moreira | 02/08/1840 |
| | Rosa | Legítimo de Antonio Munjolo e Francelina criola | Gerinario da Costa Gouveia e sua mulher Maria Bernarda da Cunha | 02/01/1842 |
| | Maria | Legítimo de Antonio Munjolo e Francelina criola | José, escravo de Manoel Joaquim da Costa e Custodia (viúva) de José Antonio de Almeida | ?/07/1844 |
| | Joaquinna | Legítimo de Antonio Munjolo e | Valentim e Maria, ambos escravos (solteiros) | 11/03/1849 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Francelina criola | | |
| Jose Antonio de Almeida | Rufino | Legítimo de Manoel e Custodia | Valentim, escravo de Salvador Fernandes e Cristhina, escrava de (...) Manoel Dias de Moraes | 07/03/1841 |
| | Sebastião | Legítimo de Manoel e Custodia | José, escravo de José Laureanno e Genoveva, escrava de Gertrudes Maria de Araujo | 30/03/1845 |
| José Antonio de Moraes | Dionizio | Legítimo de Francisco e Eva | José Ferreira e sua mulher Maria Gertrudes de Jesus | 22/04/1849 |
| José Crispim Mariano | Estevão | Natural de Benedita | Joaquim (solteiro) e Juliana crioula, ambos escravos de José Marianno da Silva (Estiva) | 13/09/1863 |
| | Rosa criola | Natural de Benedita criola (solteira) | Joaquim criolo e sua mulher Marianna escravos de José Marianno da Silva | 18/03/1866 |
| | Martinho criolo | Natural de Ignacia criola (solteira) | Leocadio criolo (solteiro), escravo de | 24/02/1867 |
| | Marta criola | Natural de Benedita criola | Roque Pereira de Abreu (casado) e Ritta escrava de D Maria Magdalena | 02/08/1868 |
| | Silverio | Natural de Ignacia criola | Jose Pereira Correia (casado) e Rosa Firmino de Jesus (viúva) | 22/11/1868 |
| | Felícia criola | Natural de Ignacia criola (solteira) | João Baptista de (...) (solteiro) e Justina Maria | 11/09/1870 |
| | Uldeslau e Josefa gêmeos | Natural de Benedita (solteira) e de pai incógnito | Francisco Lucio de Andrade e Maria Joaquina (estes padrinhos de Josefa) e Antonio Ângelo e Maria Bernardina (padrinhos de Uldeslau) | 05/11/1871 |
| | Alexandrina criola forra pela lei | Natural de Maria Ignacia criola (solteira) | João Luis de Souza Torquato (casado) e Belarmina Maria do Espíriro Santo (viúva) | 10/10/1872 |
| | Antonio criolo liberto pela lei | Naturla de Ignacia criola (solteira) | Sebastião Jose Antonio (...) e sua mulher Maria do Carmo | 23/03/1878 |
| Jose Franco da Roxa | Sebastião liberto | Natural de Thereza de Guiné | Lisbão e sua mulher Maria, forros | Agosto – incompleto |
| | Maria, 6 meses, liberta | Natural de Thereza de Guiné | José Franco da Rocha e sua filha Umbelina Maria do Espírito Santo | 28/03/1845 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Jose Ignácio Bergy | Anna mulata | Legítimo de Jose mulato e Guilhermina mulata | (...) Pereira e sua mulher Anna Maria Claudina (de Carlos do Pinhal) | 18/02/1879 |
| José Jorje | Lucio | Natural de Andreza | João Antonio Moreira e Barbara Cândida Maria | 12/05/1848 |
| José Laureanno de Moraes | Antonio mulato liberto | Natural de Maria criola | Cecílio escravo de Manoel Rodrigues e Ritta escrava de Dona Maria Magdalena | 01/01/1864 |
| Jose Manoel de Araujo | Bento | Legítimo de Jose e Joaquina | Joaquim e a mulher, Maria, forros | 04/10/1840 |
| Jose Mariano da Silva | Benedito criolo | Natural de Eva criola (solteira) | Laureanno Fernandes de Godoy e sua mulher Domitildes Maria de Jesus | ?/?/1860 |
| | Alexandrina criola | Natural de Juliana criola (solteira) | Francisco Ribeiro Lima (casado) e Gertrudes Floresminda Duarte | 10/12/1865 |
| Jose Moreira de Souza | Anna | Natural de Josefa criola | Antonio Moreira de Souza e sua Mulher Anna (...) | 02/03/1841 |
| José Roque de Rezende | Anna | Natural de Prudencianna criola (solteira) e pai incógnito | (...), de Francisco e Jesuino, escravo de Anna Margarida Ferreira (Cambuy) | 01/09/1861 |
| José “Roseano” de (...) | Barbosa criolo | (ilegível) e pai incognito | Joaquim criolo (solteiro) e Juliana criola (solteira), escravos de José “Roseano” de (...) | 13/12/1863 |
| “Lino” de Moraes | Ritta criola | Legítimo de Pedro e Maria criola | Francisco, escravo de Antonio Bernardo e Sebastianna escrava de Jose Antonio de Almeida | ?/?/1862 |
| “Lodorino” Antonio de Moraes | Maria liberta pela lei | Natural de Maria criola | Francisco, escravo de Joaquim Luis Brandão e Anna Maria do Carmo (ambos solteiros) | 18/07/1875 |
| Manoel Antonio Coitinho | Anna | Legítimo de Domingos e Efigenia criolos | Cessilio criolo e Rosa criola, escravos de Manoel Rodrigues da Costa | 13/05/1863 |
| Manoel Joaquim de (...) | Ritta crioula | Natural de Zefina crioula | Caudiano Pinto de Magalhães (solteiro) e Francisca Pereira (solteira) | 25/07/1864 |
| Manoel Luis de Moraes | Maria | Legítimo de José e Benedita | Vicente e Caetanna, escravos | 07/12/1862 |
| Manoel Rodrigues da Costa | Elisario mulato | Natural de Rosa criola e pai incógnito | Sabino criolo escravo de Manoel Rodrigues da Costa e Ritta de Guiné (casada), escrava de Maria Magdalena | 29/01/1865 |
| | Leandro criolo | Legítimo de Modesto Francisco da Costa forro e Rosa criola | (...) escravo de Manoel Rodrigues da Costa e Maria Magdalena de Jesus, (ambos solteiros) | 27/10/1867 |
| | Laurindo criolo | Legítimo de Modesto Francisco | Sabino criolo (solteiro) e Firmina (casada) avó | 07/03/1869 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | da Costa e Rosa criola | materna | |
| | Maria criola | Legítimo de Modesto Francisco da Costa e Rosa criola | Ignácio Luis de Brito (casado) e Joaquina Maria de M. (solteira) | 18/12/1870 |
| | Redocino criola forra pela lei | Legítimo de Modesto Francisco da Costa criolo forro e Cesilia de Jesus criola | Antonio Miguel dos Santos e (...) (ambos solteiros) | 24/06/1873 |
| | Barbara | Legítimo de Modesto de tal e Rosa | Domingos e sua mulher Efigenia, escravos de Francisco Doarte (de Pouso Alegre) | 27/06/1874 |
| Maria de Paula | Josefa | Legítima de Antonio e Anna | Jose e Catharina, escravos | 05/08/1848 |
| | José | Legítimo de Antonio Lorenço e Anna criola | Manoel cambindeiro(sic) e Thereza, escravos | 03/06/1851 |
| Maria Joaquina de Oliveira | Maria liberta | Natural de Ludovina mulata | João Domiciano da Silva e sua mulher Maria Jacinta de Jesus | 18/08/1864 |
| Ricardo Coitinho | Catharina criola | Legítimo de Theodor e Maria criolos | Francisco Silvério, Francisca de Moraes | 07/05/1863 |
| | Thereza criola | Legítimo de Theodor e Maria criolos | Joaquim Ferreira de Toledo e sua mulher Anna Luiza de Moraes | 07/05/1863 |
| | Luis | Legítimo de Miguel e Sebastiana criolos | Joaquim criolo, escravo de José de Oliveira Braga (solteiro) e Maria Joaquina de Moraes (casada) | 15/08/1863 |
| “Rocentina Moares” | Firmino criolo | Legítimo de Ludovico e de Marianna | João Paulo de Carvalho e sua mulher Francisca Maria de (ilegível) | 20/01/1867 |
| Rosa Maria | Barbara criola | Manoel criolo forro e Rosa criola escrava (solteira) | Adão Pereira da Silva e Rosaura Maria de Jesus | 09/09/1878 |
| Salvador Rodrigues Borba | Zacharias, 5 meses | Natural de Thereza, solteira | José Garcia de Moraes e sua mulher Imilia Maria de Jesus | 23/05/1842 |
| | Ritta | Natural de Thereza, solteira | Laureanno Fernandes de Godoy e sua mulher Domitildes Maria de Jesus | 26/12/1843 |
| Nada consta | Ritta | Natural de Maria criola (solteira) | Nada consta | 08/02/1863 |
| FORRA PELA LEI | Anna, 5 meses | Natural de Laurinda Maria da Paixão forra (solteira) e pai incognito | Rogério Ferreira de Alvarenga e sua mulher Anna Roberta do Rosario | 25/12/1871 |

Fonte: Paróquia de Bom Retiro, 9 de setembro de 1834. Capelão Cura Florentino José Maria.

**ANEXO: 5**

TABELA: 9 REGISTROS PAROQUIAIS. ÓBITOS. LIVRO No 1. DA PAROCHIA DE SÃO JOSÉ DO PARAÍSO. DIOCESE DE POUSO ALEGRE. ESTADO DE MINAS GERAIS. DE 08/04/1854 ATÉ 30/12/1867.

| PROPRIETÁRIO | CATIVO | FAMILIARES | ENTERRO | IDADE | CAUSA DA MORTE |
|---|---|---|---|---|---|
| (...) Leite | Miguel | Nada consta | 11/09/1860 | Nada | Nada consta |
| (...) Machado | José | Nada consta | 24/07/1856 | Nada | Nada consta |
| Aleixo Antonio Rangel | Bonifacio | Nada consta | 28/01/1856 | Nada | Nada consta |
| Anna (...) Carolina | Bento | Nada consta | 02/11/1856 | Nada | Nada consta |
| Anna Dorotheia | Juliana | Nada consta | 13/10/1866 | 8 anos | Nada consta |
| Anna Francisca | João | Nada consta | 06/11/1859 | Nada | Nada consta |
| Anna Joaquina | Manoel | Nada consta | 02/10/1866 | 60 anos | Nada consta |
| Anna Maria | Maria | Nada consta | 18/12/1860 | Inocente | Nada consta |
| Antonio da Rocha Gois | Antonio | Nada consta | 15/10/1854 | Inocente | Nada consta |
| | Francisco | Nada consta | 23/10/1854 | Nada | Nada consta |
| Antonio Felício Pereira | Matheus | Nada consta | 27/09/1856 | Nada | Nada consta |
| | Visencia | Nada consta | 18/12/1860 | Inocente | Nada consta |
| | José | Nada consta | 17/09/1862 | 22 anos | Nada consta |
| Antonio Ignácio Vieira | Afonso | Nada consta | 22/12/1866 | 1 ano | Nada consta |
| Antonio Joaquim Lopes | Thereza | Nada consta | 15/05/1856 | Nada | Nada consta |
| Antonio José Ferreira Casemiro | Theodora | Nada consta | 16/07/1858 | Nada | Nada consta |
| Antonio José Lopes Ribeiro | Jachinto | Nada consta | 26/12/1854 | Inocente | Nada consta |
| | Victoria | Nada consta | 05/02/1862 | Nada | Nada consta |
| | João | Nada consta | 14/02/1863 | Nada | Febre |
| | Maria | Filha de Vicente e Felisbina | 23/09/1863 | 15 meses | Nada consta |
| | Agostinho | Filho de Thomazia | 13/11/1864 | 20 meses | Febre |
| | Antonia | Mulher de Francisco escravo | 20/11/1866 | 80 anos | Febre |
| Antonio Leite de Moraes | Pedro | Nada consta | 27/01/1859 | Nada | Nada consta |
| Antonio Machado | Castanno | Nada consta | 21/06/1860 | Nada | Nada consta |
| Antonio Pereira de Souza | Salvador | Nada consta | 30/03/1866 | 40 anos | Nada consta |
| Antonio Pereira Lima | João | Nada consta | 05/05/1865 | 50 anos | Tizico |
| Antonio Pinto Batista | Benedicta | Nada consta | 31/12/1858 | Inocente | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Antonio Pinto Ribeiro | Catharina | Nada consta | 12/07/1861 | Inocente | Nada consta |
| | Victoria | Filha de José | 24/01/1865 | 18 meses | Sarampo |
| Antonio Teixeira da Fonseca | Ignacio | Nada consta | 15/07/1855 | Nada | Nada consta |
| Cândida Pinto Ribeiro | SEM NOME | Filha de Silveria | 04/12/1863 | Nada | Nada consta |
| Custódio Guedes da Cunha | João | Nada consta | 01/02/1855 | Nada | Nada consta |
| | Zacarias | Nada consta | 11/01/1857 | Nada | Nada consta |
| | José | Nada consta | 16/07/1857 | Nada | Nada consta |
| | Sabino | Nada consta | 25/07/1858 | Nada | Nada consta |
| Custodio José da Silva | Barbara | Nada consta | 27/05/1856 | Nada | Nada consta |
| | Maria | Nada consta | 18/02/1859 | Inocente | Nada consta |
| Domeciano José Joaquim | Maria | Nada consta | 12/05/1857 | Nada | Nada consta |
| Domeciano José Ferreira | Pedro | Nada consta | 11/08/1857 | Nada | Nada consta |
| | Luis | Nada consta | 04/06/1860 | Nada | Nada consta |
| | Catharina | Solteira | 20/09//1863 | 36 anos | hidropisia |
| | Adolfo | Filho de Rita | 16/11/1863 | Nada | Nada consta |
| | Dionizia | Filha de Catharina | 01/08/1864 | 10 meses | Bixas |
| | Aleixo | Filho de Rafael e Celestina | 25/08/1864 | 1 mês | Tosse comprida |
| | Pedro | Filho de Catharina | 07/10/1864 | 1 ano | Sarampo |
| | Manoel | Filho de Rafael e Celestina | 29/09/1864 | 1 ano | Sarampo |
| | Theodora | Filha de Rafael e Celestina | 14/09/1864 | 5 anos | Sarampo |
| Domingos Pereira Gullarte | Eva | Nada consta | 04/10/1854 | Nada | Nada consta |
| Dona Cecilia | Manoel | Nada consta | 17/02/1861 | Nada | Nada consta |
| Dona Doroteia | Julião | Nada consta | 13/03/1859 | Nada | Nada consta |
| | Julio | Nada consta | 13/05/1859 | Inocente | Nada consta |
| Dona Maria Ferreira de Jesus | Joana | Filha de Thomé e Justina | 19/03/1863 | Recém-nascido | No nascimento |
| Felício Pereira de “Castro” | Gabriel | Nada consta | 09/02/1861 | Nada | Nada consta |
| Felippe Fernandes Campos | Anna | Viúva de Manoel | 15/06/1864 | Nada | Cancro no peito |
| | Victoria | Filha de Felippe | 23/01/1865 | 18 meses | Lombrigas |
| Flavio Antonio Rangel | Maria | Nada consta | 09/11/1856 | Nada | Nada consta |
| | Sebastião | Nada consta | 02/12/1862 | Nada | Nada consta |
| Francisca Maria | João | Nada consta | 21/07/1856 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Francisco Antonio de Souza | Joanna | Nada consta | 12/07/1854 | Nada | Nada consta |
| | João | Nada consta | 23/06/1855 | Nada | Nada consta |
| | Adam | Filho de Antonio e Victoria | 16/03/1862 | Nada | Nada consta |
| Francisco Custodio Pereira | Eugenia | Nada consta | 26/01/1856 | Nada | Nada consta |
| | Ricardo | Nada consta | 14/06/1857 | Nada | Nada consta |
| Francisco Fidel Uchoas | Quiteria | Nada consta | 17/06/1854 | Nada | Nada consta |
| Francisco Gomes Vieira e Silva | Anna | Nada consta | 20/11/1864 | 60 anos | Hidropisia |
| | Julia | Filha de Maria | 10/02/1865 | 2 meses | Lombrigas |
| Francisco Joaquim de Barros Lima | SEM NOME | Nada consta | 06/08/1861 | Inocente | Nada consta |
| Furtunato Coelho de Teixeira | SEM NOME | Nada consta | 15/07/1859 | Nada | Nada consta |
| | Benedita | Nada consta | 09/05/1865 | 30 anos | Hidropisia |
| Ignacia Francisca de Jesus | Joana | Nada consta | 22/07/1855 | Inocente | Nada consta |
| Ignacia Maria de Jesus | Joaquim | Nada consta | 13/12/1855 | Nada | Nada consta |
| Ignácio Lopes | Ignacia | Casada com João Justino Ferreira Forro | 20/08/1862 | Nada | Recaída de parto |
| Jacinta Theodora de Jesus | Maria | Nada consta | 27/04/1856 | Nada | Nada consta |
| Januario Roiz Mendes | Rita | Filha de Leocádia | 17/12/1863 | Nada | Bixas |
| Jerônimo de Souza Leite Guimarães | Rafael | Nada consta | 22/11/1854 | Nada | Nada consta |
| Joana Maria da Conceiçam | Maria | Nada consta | 13/02/1857 | Nada | Nada consta |
| João Alves Lima | Thomé | Nada consta | 20/06/1855 | Nada | Febre |
| João Antonio da Conceiçam | Luzia | Nada consta | 16/09/1862 | 14 anos | Enfermidade de barriga |
| João Antonio de Alvarenga | Caetano | Nada consta | 14/10/1855 | Nada | Nada consta |
| João Antonio de Araújo | João | Filho de Maria | 30/04/1865 | 1 mês | Febres |
| João Bernardes de Castro | Sebastiana | Nada consta | 17/01/1857 | Nada | Nada consta |
| João (...) Cardozo | Josefa | Nada consta | 02/05/1856 | Nada | Nada consta |
| João da Costa “Marreco” | Manoel e Maria | Filhos de Ignácio e Maria | 31/08/1862 | 1 dia | Nada consta |
| João Domingues Pereira | José e Joaquim | Filhos de Thereza | 06/01/1864 | Rescem-nascidos | Prematuros |
| João Pereira de Carvalho | José | Filho de Antonio e Adelaide | 17.08/1863 | 10 dias | Ilegível |
| Joaquim Alves Correa | SEM NOME | Nada consta | 20/12/1860 | Nada | Nada consta |
| Joaquim Carneiro de Toledo | Francisco | Nada consta | 30/07/1860 | Nada | Nada consta |
| Joaquim Custódio da Silva | Antonio | Nada consta | 23/11/1854 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Roza | Nada consta | 21/09/1856 | Nada | Nada consta |
| Joaquim da Roza Gois | Lodovina | Nada consta | 27/01/1856 | Nada | Nada consta |
| | INOCENTE | Nada consta | 08/03/1860 | Inocente | Nada consta |
| | Caetano | Nada consta | 19/08/1862 | 16 anos | Inflamação |
| | André | Nada consta | 14/11/1862 | Nada | Nada consta |
| | Rosa | Nada consta | 01/02/1864 | 30 anos | Nada consta |
| | Ignacio | Filho de Ignacio | 23/01/1865 | 2 meses | Tosse |
| Joaquim Fernando Campos | Bernardino | Nada consta | 12/12/1866 | 1 ano | Nada consta |
| Joaquim José de Moraes e Silva | Silverio | Nada consta | 27/03/1856 | Nada | Nada consta |
| | Benedito | Nada consta | 21/06/1860 | Nada | Nada consta |
| | Maria | Filha de João e Benedicta | 06/09/1862 | 1 dia | Febre |
| | Maria | Filha de João e Benedita | 06/07/1866 | 100 dias | Febre |
| | José | Nada consta | 17/09/1866 | 100 dias | Nada consta |
| | Victoria | Nada consta | 20/09/1866 | 8 meses | Nada consta |
| Joaquim Pereira de Toledo | Aleixo | Nada consta | 22/04/1854 | Nada | Nada consta |
| | Lourenço | Nada consta | 29/11/1854 | Nada | Nada consta |
| | Eva | Nada consta | 26/12/1855 | Nada | Nada consta |
| | Faustino | Nada consta | 23/05/1856 | Nada | Nada consta |
| | Daniel | Nada consta | 07/11/1856 | Nada | Nada consta |
| | SEM NOME | Nada consta | 23/11/1856 | Nada | Nada consta |
| | Roberto | Nada consta | 14/04/1857 | Nada | Nada consta |
| | Venançio | Nada consta | 05/06/1857 | Nada | Nada consta |
| | Bento | Nada consta | 13/01/1859 | Nada | Nada consta |
| | Balbina | Nada consta | 10/07/1859 | Nada | Nada consta |
| | Felicianna | Nada consta | 18/01/1860 | Nada | Nada consta |
| | Rennam | Nada consta | 02/03/1861 | Inocente | Nada consta |
| | Martha | Filha de Eva | 07/01/1863 | 2 anos | Nada consta |
| | Manoel | Nada consta | 09/05/1867 | 5 anos | Nada consta |
| Joaquim Thomas de Teixeira Tito | Maria | Nada consta | 22/05/1857 | Nada | Nada consta |
| | Manoel forro | Casado com Custodia escrava | 07/01/1863 | 40 anos | Repentina |
| Joaquina Maria do Rosário | Francisco | Nada consta | 08/06/1854 | Nada | Nada consta |
| José Antonio de Souza | Clementino | Nada consta | 07/01/1861 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Maria | Filha de Joaquim e Thereza | 22/02/1864 | Rescém-nascida | Rescém-nascida |
| José Barbosa Sandoval | Juliana | Nada consta | 27/08/1855 | Inocente | Queimada |
| José (...) da Roza | Anna | Nada consta | 15/12/1854 | Inocente | Nada consta |
| José da Roza Gois | SEM NOME | Nada consta | 16/04/1860 | Nada | Nada consta |
| | SEM NOME | Nada consta | 03/04/1861 | Inocente | Nada consta |
| | Rita | Mulher de Domingos | 21/07/1864 | Nada | Inflamação |
| José de Roza Gomes | Ignacio | Casado com Maria | 13/10/1867 | Nada | Nada consta |
| José Dias de Medeiros | Bento | Nada consta | 10/12/1854 | Nada | Nada consta |
| | Romão | Nada consta | 07/03/1855 | Nada | Nada consta |
| | Maria | Nada consta | 24/02/1859 | Inocente | Nada consta |
| José Gomes de Souza | Salvador | Nada consta | 12/01/1856 | Nada | Nada consta |
| José Justino da Silva | Eva | Nada consta | 23/12/1855 | Nada | Nada consta |
| José Manoel “Ferreira” | Antonio | Filho de Anna | 02/10/1864 | 2 dias | Febre |
| José Pereira (ilegível) | Maria | Filha de Marianno crioulo | 25/11/1867 | Nada | Nada consta |
| José Pereira Dias | SEM NOME | Nada consta | 03/02/1864 | Nada | Nada consta |
| José Pereira Lima | Antonio | Nada consta | 13/04/1856 | Nada | Nada consta |
| José Ribeiro Januário | Rosaria | Nada consta | 09/05/1867 | Nada | Nada consta |
| José Silvestre Machado | Narcizo | Nada consta | 27/04/1855 | Inocente | Nada consta |
| | INOCENTE | Nada consta | 29/12/1859 | Inocente | Nada consta |
| | Rosa | Nada consta | 18/01/1863 | 40 anos | Nada consta |
| José Soares de Gouvea | Gertrudes | Nada consta | 07/04/1857 | Nada | Nada consta |
| | INOCENTE | Nada consta | 04/07/1858 | Inocente | Nada consta |
| José Teixeira Guimarães | Manoel | Nada consta | 18/12/1860 | Nada | Nada consta |
| José Vieira Carneiro e Silva | Joaquim | Nada consta | 21/08/1854 | Nada | Nada consta |
| | Maria | Nada consta | 19/11/1854 | Nada | Nada consta |
| | Romana | Nada consta | 11/03/1857 | Nada | Nada consta |
| | Paulino | Nada consta | 11/10/1857 | Nada | Nada consta |
| | Veriçimo | Nada consta | 24/02/1859 | Nada | Nada consta |
| | Sebastiana | Nada consta | 30/07/1859 | Nada | Nada consta |
| | Verissimo | Nada consta | 07/05/1861 | Nada | Nada consta |
| | José | Nada consta | 17/11/1861 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Antonio | Nada consta | 25/02/1862 | Nada | Nada consta |
| | Eva | Filha de Afonso e Jacinta | 01/11/1862 | 3 anos | Inflamação de ouvidos |
| | Justino | Filho de Rafael e Celestina | 31/10/1864 | 3 anos | Sarampo |
| | Thomas | Filho de Custodio | 15/02/1865 | 8 meses | Febre |
| Josefa | Benedicto | Casado com Ignes | 26/07/1864 | Nada | Repentina |
| Leonardo Alves | Francisco | Nada consta | 30/12/1860 | Inocente | Nada consta |
| Manoel Francisco Barboza Sandoval | Maria | Nada consta | 08/04/1856 | Nada | Nada consta |
| | Manoel | Nada consta | 01/09/1856 | Nada | Nada consta |
| | Furtunato | Nada consta | 05/10/1858 | Nada | Nada consta |
| Manoel Garcia Guedes | Vicente | Nada consta | 21/12/1854 | Inocente | Nada consta |
| | João | Nada consta | 04/01/1856 | Nada | Nada consta |
| | Maria | Nada consta | 02/03/1859 | Nada | Nada consta |
| Manoel Joaquim Alves, do Lambari | Pedro | Nada consta | 28/10/1861 | Nada | Nada consta |
| | Antonio | Nada consta | 05/02/1862 | Nada | Nada consta |
| Manoel José Monte Sião | Maria | Filha de Antonio e Anna | 04/09/1864 | 7 dias | Nada consta |
| Manoel Pereira de Magalhães | Serafim | Nada consta | 22/05/1861 | Nada | Nada consta |
| Manoel Pereira Lima | Maria | Nada consta | 22/04/1856 | Nada | Nada consta |
| | Josedonio | Nada consta | 24/05/1857 | Nada | Nada consta |
| | Crispim | Nada consta | 17/04/1859 | Nada | Nada consta |
| Manoel Pinto Ribeiro | Anna | Nada consta | 09/10/1854 | Nada | Nada consta |
| | Poliçena | Nada consta | 21/12/1854 | Inocente | Nada consta |
| | João | Nada consta | 13/03/1857 | Nada | Nada consta |
| | Sebastião | Nada consta | 12/08/1862 | 50 anos | Gota |
| | Malaquias | Nada consta | 25/09/1866 | 8 dias | Nada consta |
| Manoel Thomas do Couto | Custodia | Nada consta | 12/07/1856 | Nada | Nada consta |
| | INOCENTE | Nada consta | 13/01/1859 | Inocente | Nada consta |
| | INOCENTE | Nada consta | 06/03/1859 | Inocente | Nada consta |
| | ILEGÍVEL | Nada consta | 24/12/1859 | Nada | Nada consta |
| | Maximiano | Filho de João | 22/10/1864 | 1 ano | Febre |
| Maria Francisca “de Jesus” | Ignacio | Nada consta | 05/04/1866 | 5 anos | Nada consta |
| Maria Luiza da Silva | José | Nada consta | 15/08/1855 | Nada | Nada consta |
| Maria Pereira Guedes | Maria | Nada consta | 25/01/1857 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Marianna Maria da Silva | Ritta | Nada consta | 28/10/1861 | Nada | Nada consta |
| Marianno Pereira de Magalhães | Roque | Nada consta | 23/11/1855 | Nada | Nada consta |
| | José | Nada consta | 13/02/1859 | Nada | Nada consta |
| | Eusebio | Filho de Ricardo e Victoria | 04/01/1863 | 4 anos | Repentina |
| Miguel Pinto Ribeiro | Florinda | Nada consta | 23/09/1860 | Nada | Nada consta |
| | Manoel | Nada consta | 05/02/1861 | Nada | Nada consta |
| Moizes Gomes de Teixeira | Thomazia | Nada consta | 26/07/1856 | Nada | Nada consta |
| | Simone | Nada consta | 04/06/1857 | Nada | Nada consta |
| | José | Nada consta | 02/06/1859 | Nada | Nada consta |
| | Pedro | Nada consta | 14/12/1861 | Nada | Párvulo (criança) |
| | Magdalena | Filha de João e Sebastiana | 31/07/1862 | 2 meses | apertada |
| | Francisco | Nada consta | 11/11/1863 | Nada | Nada consta |
| Nadir Luis Machado Lima | Francisco | Nada consta | 01/01/1855 | Nada | Nada consta |
| Paulina Maria de Jesus | Antonia | Nada consta | 31/12/1864 | 20 anos | Febre |
| Pedro José Machado | Ignacio | Nada consta | 28/12/1859 | Inocente | Nada consta |
| Pedro Pereira Lemos | João | Nada consta | 12/10/1859 | Nada | Nada consta |
| | Elias | Filho de Domingos e Eva | 31/08/1862 | 1 mês | Vermes |
| | Bernardo | Nada consta | 09/12/1867 | Nada | Nada consta |
| Ricardo Souza de Gouvea | SEM NOME | Nada consta | 05/05/1861 | Inocente | Nada consta |
| Rosa Maria do Amor Divino | Maria | Nada consta | 19/07/1861 | Nada | Nada consta |
| Theodoro Pereira de Magalhães | Catharina | Nada consta | 11/04/1857 | Nada | Nada consta |
| | Boaventura | Nada consta | 01/12/1863 | Nada | Nada consta |
| Thereza Maria de Jesus | Simplicio | Nada consta | 31/01/1856 | Nada | Nada consta |
| Thomas Pereira Gullarte | Pedro | Nada consta | 11/12/1856 | Nada | Nada consta |
| Valentim Machado Lima | Antonio | Nada consta | 13/11/1856 | Nada | Nada consta |
| | Barbara | Nada consta | 29/07/1858 | Nada | Nada consta |
| Venanção Rodrigues da Silva | Antonio | Nada consta | 17/07/1860 | Nada | Nada consta |
| Zequiel Pereira Lima | Vicente | Nada consta | 24/08/1856 | Nada | Nada consta |
| PRETO FORRO | Silverio | Nada consta | 20/07/1854 | Nada | Nada consta |
| PRETA FORRA | Supresianna | Solteira | 06/01/1856 | Nada | Nada consta |
| FORRO | Antonio | Solteiro | 20/05/1856 | Nada | Nada consta |
| FORRO | Joaquim | Solteiro | 04/08/1856 | Nada | Nada consta |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| PRETO FORRO | SEM NOME | Nada consta | 21/01/1857 | Nada | Nada consta |
| FORRA | Quiteria | Nada consta | 21/06/1857 | Nada | Nada consta |
| FORRA | Francisca | Solteira | 01/08/1857 | Nada | Nada consta |
| FORRO | Francisco | Nada consta | 05/11/1858 | Nada | Nada consta |
| FORRA | EVA | Nada consta | 16/11/1858 | Nada | Nada consta |
| PRETO VELHO | PRETO VELHO | Nada consta | 25/11/1858 | Nada | Nada consta |
| LIVRE | Maria Silveria | Casada com Matheus preto forro | 27/04/1861 | Nada | Nada consta |
| PRETO FORRO | Lourenço | Nada consta | 02/01/1862 | Nada | Nada consta |
| FORRO | José | Nada consta | 09/09/1865 | 50 anos | Inchação |
| FORRO | Antonio | Nada consta | 12/09/1865 | 60 anos | Queimado |
| FORRA | Ritta | Nada consta | 25/03/1866 | 50 anos | Febre |
| FORRO | Adão | Nada consta | 26/11/1866 | 60 anos | Nada consta |
| Nada consta | Joana escrava | Nada consta | 21/04/1866 | 18 anos | Picada de cobra |
| Nada consta | Pedro escravo | Nada consta | 06/06/1866 | 18 anos | hidropisia |
| Nada consta | Torquato escravo | Filho de Julia | 06/06/1866 | 2 anos | Febre |

Fonte: Paróquia de Paraisópolis, sul de Minas Gerais.